



**RELATÓRIO
E CONTAS**

2012



Capa: Porto de La Guaira | Venezuela

Relatório e Contas **2012**

Teixeira Duarte, S.A.

SOCIEDADE ABERTA

Sede: Lagoas Park, Edifício 2 - 2740-265 Porto Salvo

Capital Social: € 210.000.000

Número Único de Pessoa Coletiva e de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Cascais (Oeiras) 509.234.526

Índice

ÓRGÃOS SOCIAIS - TEIXEIRA DUARTE, S.A.	4
ÓRGÃOS SOCIAIS - TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	5
ORGANOGRAMA TEIXEIRA DUARTE 2012	6
GRUPO TEIXEIRA DUARTE 2012	8
SÍNTESE DE INDICADORES	10
RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2012	11
I. INTRODUÇÃO	12
II. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	13
III. APRECIACÃO GLOBAL	15
IV. ANÁLISE SETORIAL	26
IV.1. CONSTRUÇÃO	26
IV.2. CONCESSÕES E SERVIÇOS	53
IV.3. IMOBILIÁRIA	63
IV.4. HOTELARIA	67
IV.5. DISTRIBUIÇÃO	70
IV.6. ENERGIA	73
IV.7. AUTOMÓVEL	75
V. PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS EM SOCIEDADES COTADAS	79
VI. FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO	80
VII. PERSPETIVAS PARA 2013	80
VIII. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS A MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E A TRABALHADORES	80
IX. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	81
ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	82
RELATÓRIO SOBRE GOVERNO DA SOCIEDADE 2012	85
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012	149
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2012	165
RELATÓRIOS, PARECERES E CERTIFICAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO 2012	233

Teixeira Duarte, S.A.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Dr. Rogério Paulo Castanho Alves
Vice-Presidente	Dr. José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Constenla
Secretário	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
Administradores	Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
	Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos
	Eng.º Carlos Gomes Baptista
	Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

CONSELHO FISCAL

Presidente	Dr. António Gonçalves Monteiro
Vogal	Dr. Mateus Moreira
Vogal	Miguel Carmo Pereira Coutinho
Suplente	Dr. Horácio Lisboa Afonso

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Mariquito, Correia & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por
Dr. António Francisco Escarameia Mariquito - ROC

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira
Suplente	Dr.ª Maria António Monteiro Ambrósio

REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira

Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira
Secretário	Dr.ª Maria Filipa Rebelo Pereira de Matos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
Administradores	Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
	Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos
	Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino
	Eng.º Carlos Gomes Baptista
	Eng.º João José de Gouveia Capelão
	Eng.º João José do Carmo Delgado

FISCAL ÚNICO

Efetivo	Mariquito, Correia & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. António Francisco Escarameia Mariquito - ROC
Suplente	Júlio Alves, Mário Baptista & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. Júlio Lourenço Alves

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira
Suplente	Dr.ª Maria António Monteiro Ambrósio

ORGANOGRAMA TEIXEIRA DUARTE 2012

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assessor da Administração

Dr. António Costeira Faustino

Mercados	
Portugal	África do Sul
Angola	Cabo Verde
▪ Delegação Eng.º Valdemar Marques	China
Argélia	Marrocos
▪ Delegação Eng.º Ricardo Acabado	Namíbia
Brasil	Rússia
▪ Delegação Eng.º João Delgado	São Tomé e Príncipe
Espanha	Ucrânia
▪ Delegação Eng.º António Carlos Teixeira Duarte	
Moçambique	
▪ Delegação Eng.º Carlos Timóteo	
Venezuela	
▪ Delegação Eng.º Luís Alves	

Centro Corporativo

Direções Centrais

Jurídicos

Dr.ª Maria António Ambrósio

Sistemas de Gestão e Tecnologia

Eng.º Agripino Fonseca
Eng.º Ivo Rosa

Recursos Humanos e Serviços Administrativos

Dr. Ginja Sebastião
Dr.ª Isabel Amador

Informática

Dr. José Gaspar

Finanças e Contabilidade

Dr. Martins Rovisco

Aprovisionamentos

Eng.º Leal da Silva

Serviços Corporativos

Secretaria Corporativa

Dr. José Pedro Cobra Ferreira

Consolidação de Contas

Dr. Alexandre de Jesus

Auditoria Interna

Dr. Mário Ferreira Faria

Setores de Atividade

Construção

Centros de Exploração

Geotecnia e Reabilitação

Eng.º Magalhães Gonçalves
Eng.º Hélder Matos
Eng.º João Pedro Lopes
Eng.º Duarte Nobre

Edificações

Eng.º Paulo Araújo
Eng.º Luís Mendonça
Eng.º Fernando Martins
Eng.º Luís Santos
Eng.º Pedro Costa
Eng.º Carlos Guedes

Infraestruturas

Eng.º Sampayo Ramos
Eng.º Sousa Barros
Eng.º Moreira da Silva
Eng.º Pedro Plácido
Eng.º Oliveira Rocha
Eng.º Rosa Saraiva
Eng.º Fernando Frias
Eng.º Correia Leal

Metalomecânica

Eng.º Henrique Nicolau

Centro Operacional de Cofragens e Pré-Esforço

Eng.º Marques dos Santos

Equipamento

Eng.º Rodrigo Ouro

Participadas

Obras Subterrâneas

▪ E.P.O.S., S.A.
Eng.º Costa Simões
Eng.º Dias de Carvalho

Obras Ferroviárias e Obras Marítimas

▪ SOMAFEL, S.A.
▪ OFM, S.A.
Eng.º Viana de Lemos
Eng.º Magalhães Gonçalves
Dr.ª Isabel Amador

Direções Centrais

Planeamento e Estudos

Eng.º Garcia Fernandes
Eng.º Luís Menezes
Eng.º Pedro Nunes

Instalações Eletromecânicas

Eng.ª Helena Galhardas

Estudos de Infraestruturas

Eng.º João Torrado

Projetos

Eng.º Baldomiro Xavier

Propostas

Dr.ª Maria António Ambrósio

Concessões e Serviços

▪ TDGI, S.A.

Eng.º Rogério Fonseca
Eng.º Rodolfo Valentim

▪ RECOLTE, S.A.

Eng.º Magalhães Gonçalves
Eng.º Luís Carreira
Angel Rodriguez

▪ SATU-OEIRAS, E.M., S.A.

Eng.ª Helena Galhardas

▪ TDHOSP, S.A.

Eng.º Diogo Rebelo

▪ EDUCARE, Lda.

Eng.º Viana de Lemos

Imobiliária

Eng.º Diogo Rebelo
Eng.º Alfredo Silva
Eng.º Paulo Monteiro

Hotelaria

Dr. Manuel Maria Teixeira Duarte
Eng.º Luís Vicente

Distribuição

Eng.º Diogo Rebelo
Dr. Manuel Lopes

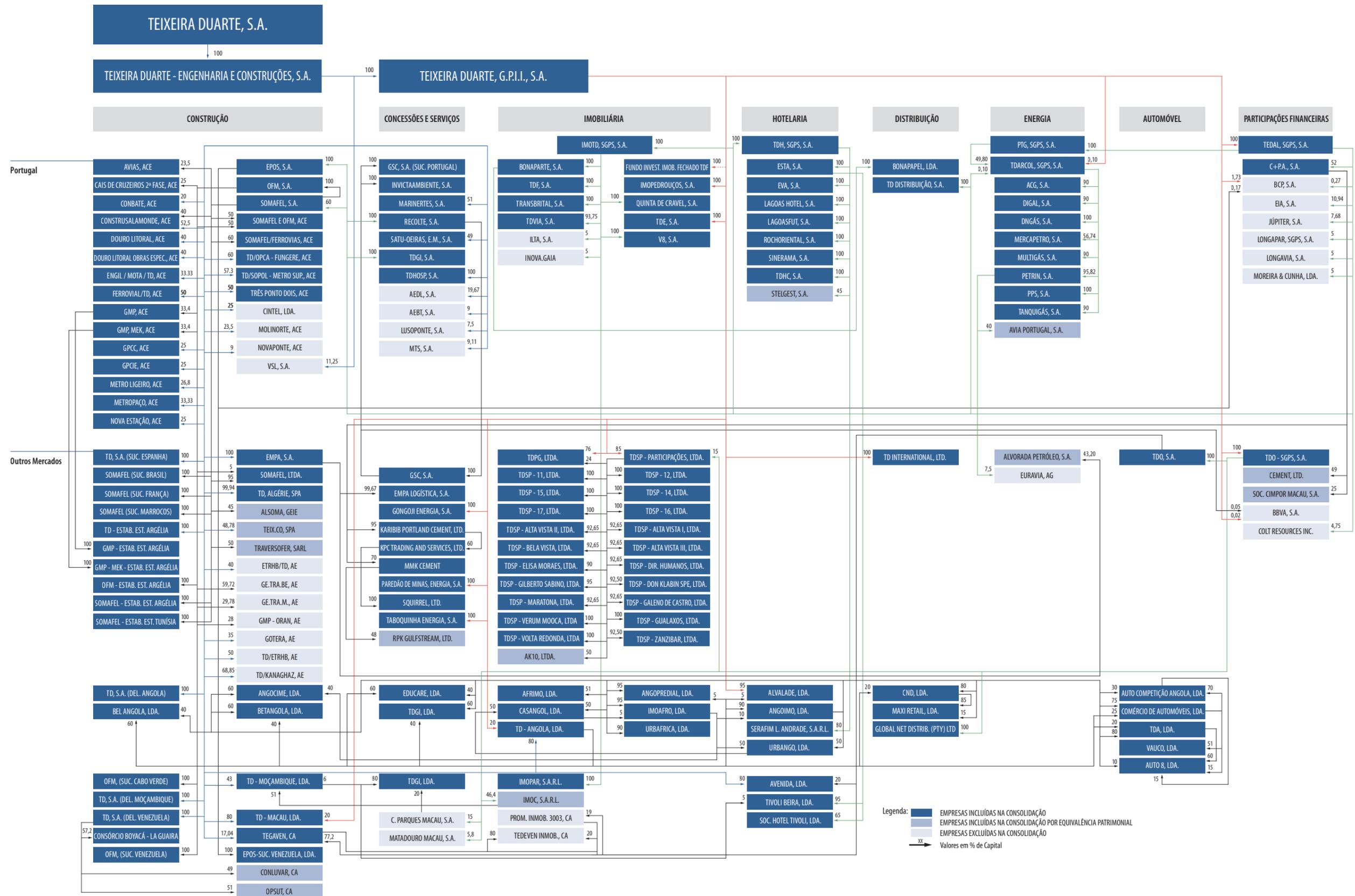
Energia

Artur Caracol

Automóvel

Eng.º Diogo Rebelo
Eng.º Silva Pereira

GRUPO TEIXEIRA DUARTE 2012



Teixeira Duarte, S.A.

Notas:

Os valores contabilísticos estão expressos em milhões de euros. Os valores da coluna "Crescimento 2012/2011 %" foram calculados tendo por base os valores sem arredondamentos. O Total do Capital próprio inclui os interesses não controlados.

	2008	2009	2010	2011	2012	Crescimento 2012/2011 %
Trabalhadores	13.157	13.530	13.036	11.182	10.853	(2,9%)
Vendas/Prestações de serviços	1.291	1.320	1.380	1.200	1.383	15,3%
Proveitos operacionais	1.377	1.423	1.445	1.263	1.440	14,0%
EBITDA	188	213	150	117	209	78,2%
Margem EBITDA / Volume de negócios	14,5%	16,1%	10,9%	9,8%	15,1%	54,6%
EBIT	131	157	84	51	143	179,0%
Ativos fixos tangíveis + Propriedades de investimento	925	983	1.042	1.037	1.028	(0,9%)
Investimentos em associadas + Ativos disponíveis para venda + Outros investimentos	1.168	1.276	317	153	125	(18,4%)
Endividamento líquido	1.852	1.993	1.067	927	990	6,8%
Total do Capital próprio	339	515	562	333	326	(2,0%)
Resultados líquidos	(347)	116	46	(200)	24	-

Relatório de Gestão do Conselho de Administração **2012**



I. INTRODUÇÃO

O Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." (TD,SA), no cumprimento das disposições legais e regulamentares que regem as sociedades com o capital aberto ao investimento do público, apresenta o seu relatório de gestão relativo ao exercício de 2012.

O presente relatório abordará a atividade consolidada da TD,SA enquanto líder de um Grupo Empresarial que integra um universo de participações identificadas no quadro do "Grupo Teixeira Duarte - 2012" constante nas folhas preliminares, e fará apenas umas breves notas sobre a Sociedade a título individual, nomeadamente no que respeita à proposta de aplicação de resultados.

Na exposição deste texto ter-se-á em conta que cada uma dessas unidades dispõe de órgãos de gestão próprios, que tratam igualmente de disponibilizar a respetiva informação pertinente, pelo que aqui serão feitas somente algumas referências com o propósito de melhor configurar uma perspetiva de conjunto.

Nesse âmbito e de modo a aferir mais apropriadamente o desenvolvimento da atividade de tais entidades, far-se-á também alusão, sempre que se justificar, a alguns indicadores económico-financeiros individuais.

Entende-se que a forma mais adequada de apresentar as matérias objeto do presente Relatório será começar por proceder a uma breve descrição do enquadramento económico, seguindo-se uma apreciação global sobre a atuação do Grupo Teixeira Duarte, através da qual serão também destacados os mais significativos dados consolidados relativos a matérias transversais e integradas no âmbito do Centro Corporativo.

Nos capítulos subsequentes seguir-se-á então uma exposição sobre os diversos setores de atividade do Grupo, com uma análise dos respetivos desempenhos ao longo do ano de 2012, distinguindo em cada um deles os principais mercados de atuação, com especial destaque para a área da Construção.

Far-se-ão ainda algumas referências a participações significativas detidas em sociedades cotadas durante o exercício de 2012, ou seja, o "Banco Comercial Português, S.A." e o "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A."

Existe depois um capítulo para os factos relevantes ocorridos entre a conclusão do exercício e a data da elaboração deste Relatório, a que se seguirão as perspetivas para o exercício de 2013 agora em curso, terminando com a formulação da proposta de aplicação de resultados.

A este documento são anexados, nos termos da legislação aplicável, mapas com as diversas informações relativas às participações sociais no capital da TD,SA (nomeadamente de acordo com o disposto nos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais e no Regulamento da CMVM n.º 5/2008), bem como o relatório detalhado sobre a estrutura e as práticas de governo societário (elaborado em conformidade com o artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e com o Regulamento da CMVM n.º 1/2010).

Para além disso, consideram-se aqui também integradas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas com os respetivos anexos, as primeiras elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e as segundas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia, bem como os respetivos Relatórios e Pareceres dos Órgãos de Fiscalização, as Certificações Legais das Contas e Relatório de Auditoria produzidos por auditor registado na CMVM.

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os signatários declaram que, tanto quanto seja do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e os demais documentos de prestação de contas anexos foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TD,SA e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação, bem como que expõem fielmente as respetivas evoluções dos negócios, dos desempenhos e das posições de cada uma dessas entidades, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que as mesmas se defrontam.

II. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

PORTUGAL

— Onde, em 2012, a Teixeira Duarte operou nos setores da Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria e Energia.

Ao ano de 2012 ficou associada a prossecução de uma política de ajustamento orçamental muito exigente e ao agravamento da recessão da economia nacional, tendo o PIB, no conjunto do ano de 2012, registado uma quebra de 3,2%.

O aumento da taxa de desemprego também marcou o curso do ano transato, tendo registado 15,7%, quando em 2011 este indicador atingiu 12,7%.

A evolução positiva mais assinalável durante 2012 foi a descida de 13,36% para 7,01% das yields das obrigações do Tesouro português no mercado secundário, em particular das relativas ao prazo a 10 anos.

De salientar também a acentuada descida da probabilidade de incumprimento da dívida soberana portuguesa, que passou de 60,86% para 32,57% entre 30 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012.

As exportações de bens tiveram um sinal positivo, registando um aumento de 5,8% face a 2011, verificando-se variações positivas de 1% no caso das vendas para países da UE e de 19,8% para economias extracomunitárias. Já as importações de bens caíram no total de 2012 a uma taxa de 5,4%.

Em 2013 prevê-se uma contração da economia para os 1,9%, e, por isso, menos acentuada que em 2012. No contexto do processo de ajustamento económico, a implementação das medidas de consolidação orçamental desempenhará um papel importante na evolução da procura interna, para a qual se antecipa uma forte queda em 2013, embora mais moderada que a registada em 2012. Prevê-se que a evolução das exportações continue a contribuir para aliviar o impacto da redução da procura interna sobre a atividade económica, embora de forma mais limitada em 2013.

À semelhança do observado em 2012, as importações deverão voltar a contrair e espera-se um crescimento virtualmente nulo da procura externa em 2013, perto de 0,3%.

ANGOLA

— Onde, em 2012, a Teixeira Duarte operou nos setores da Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Setor Automóvel.

Em 2012, segundo dados do FMI, Angola alcançou um confortável crescimento económico, estimando-se que o PIB tenha aumentado mais de 8%. A situação fiscal ficou mais forte, a inflação decresceu para 9%, verificou-se uma maior acumulação de reservas internacionais e uma taxa de câmbio estável.

Neste enquadramento, as autoridades prosseguiram com um programa ambicioso de reformas institucionais, reforçando algumas áreas fundamentais no domínio fiscal, monetário e de gestão financeira.

O desempenho macroeconómico em 2012 foi impulsionado pela recuperação da produção de petróleo e pela continuação de um crescimento robusto do setor não petrolífero.

Para 2013, as perspetivas macroeconómicas são favoráveis, apesar da instabilidade global. Espera-se que o preço internacional do petróleo angolano permaneça elevado e que a respetiva produção aumente em cerca de 4%, para mais de 1,8 milhões de barris por dia. O crescimento do setor não petrolífero, alavancado pela forte intensificação do programa público de investimento, destinado à conclusão dos projetos de reconstrução e à melhoria das infraestruturas básicas, deverá exceder 7% em 2013.

ARGÉLIA

– Onde, em 2012, a Teixeira Duarte operou no setor da Construção.

A economia argelina tem registado uma evolução bastante positiva nos últimos anos, principalmente devido aos bons desempenhos do setor do petróleo e do gás, que representa cerca de 70% das receitas do Estado, 40% do produto interno bruto (PIB) e 98% das exportações.

De acordo com os dados do FMI, o desempenho económico da Argélia manteve-se sólido, sendo que as estimativas apontam para um crescimento de 2,5% em 2012.

Os diversos setores da economia continuaram a crescer, particularmente a construção e as obras públicas, que representam 9% do PIB, induzidos pelo programa de investimentos do Governo em infraestruturas e na construção de habitações.

As previsões para 2013 apontam que as reservas cambiais permanecerão confortáveis e os níveis de dívida externa permanecerão baixos, calculando-se que a economia tenha uma subida de 3,4%, impulsionada pela procura interna e por uma recuperação no setor de hidrocarbonetos.

BRASIL

– Onde, em 2012, a Teixeira Duarte operou nos setores da Construção, Concessões e Serviços e Imobiliária.

O Brasil é a principal economia da América Latina, sendo a sétima maior economia mundial, de acordo com o FMI.

Nos últimos anos tem implementado diversas reformas económicas e desenvolvido importantes políticas sociais o que, associado às boas condições internacionais verificadas até 2008/2009 levaram a economia brasileira a elevadas taxas de crescimento, muito superiores às verificadas nas três décadas anteriores.

A subida geral dos preços conduziu à implementação de políticas económicas mais restritivas, o que associado à deterioração da situação económica internacional, levaram ao abrandamento global do crescimento económico. Estima-se que, em 2012, o PIB deverá ter crescido 2,2%.

ESPANHA

– Onde, em 2012, a Teixeira Duarte operou essencialmente nos setores das Concessões e Serviços e Imobiliária.

Espanha enfrenta um programa de ajustamento difícil, com o setor financeiro ainda afetado gravemente pela bolha especulativa imobiliária, os consumidores sobre endividados e uma banca fragilizada, sendo que em junho de 2012, o Governo espanhol recorreu formalmente à ajuda do Mecanismo Europeu de Estabilidade, num montante de cerca de 100.000 milhões de euros.

O consumo privado deverá continuar a cair em 2013, depois de em 2012 ter decrescido 2,2%, principalmente devido à contração do consumo das famílias, a que se junta uma elevada taxa de desemprego, a dificuldade no acesso ao crédito, a queda real dos salários e uma subida da carga fiscal. Também se prevê que o consumo público e o investimento se mantenham em queda, pelo menos até 2015.

Ainda assim, Espanha manteve, em 2012, o estatuto de 13ª economia mundial e 5ª maior da União Europeia.

MOÇAMBIQUE

– Onde, em 2012, a Teixeira Duarte operou nos setores da Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária e Hotelaria.

Moçambique é considerado um caso de sucesso entre as economias africanas. Dispõe de abundantes recursos naturais, entre os quais se destacam o potencial hidroelétrico, reservas de gás natural, carvão e minerais. Possui ainda mais de 2.500 Km de costa com numerosos recursos pesqueiros que constituíam a principal fonte de exportação até ao desenvolvimento da indústria do alumínio.

O crescimento económico tem sido elevado, com uma taxa média anual superior a 7% na última década, colocando o país no caminho para uma melhoria acentuada da qualidade de vida. Em 2012 o crescimento foi de 8%, registando o consumo privado um incremento de 6,9% e o público um aumento de 13,2%. O aumento do PIB deveu-se fundamentalmente pela implementação de vários mega-projetos (alumínio, energia elétrica, gás natural, titânio e carvão), pelo crescimento do setor agrícola (beneficiando de condições climáticas favoráveis e do ênfase que tem sido dado ao investimento e à reorganização do setor), bem como pela construção de infraestruturas básicas.

VENEZUELA

– Onde, em 2012, a Teixeira Duarte operou essencialmente no setor da Construção.

Na Venezuela o desempenho da economia está ligado às exportações de petróleo e, conseqüentemente, à evolução dos preços desse bem nos mercados internacionais. Assume-se atualmente como a quarta maior economia da América Latina.

O PIB registou, em 2012, um crescimento de 4,2% e o consumo público um aumento de 6%.

III. APRECIÇÃO GLOBAL

– APRECIÇÃO FINANCEIRA

Os elementos financeiros agora analisados são consolidados e, como tal, encontram-se elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS).

	2012	2011	Var (%)
Proveitos operacionais	1.440.101	1.262.957	14,0%
Custos operacionais	1.231.006	1.145.643	7,5%
EBITDA	209.095	117.314	78,2%
Amortizações e depreciações	60.747	61.699	(1,5%)
Provisões	5.105	4.265	19,7%
EBIT	143.243	51.350	179,0%
Resultados financeiros	(80.061)	(244.580)	-
Resultados antes dos impostos	(63.182)	(193.230)	-
Imposto sobre o rendimento	37.125	24.208	53,4%
Resultados líquidos	(26.057)	(217.438)	-
Atribuível a:			
Detentores de capital	24.003	(200.437)	-
Interesses não controlados	2.054	(17.001)	-

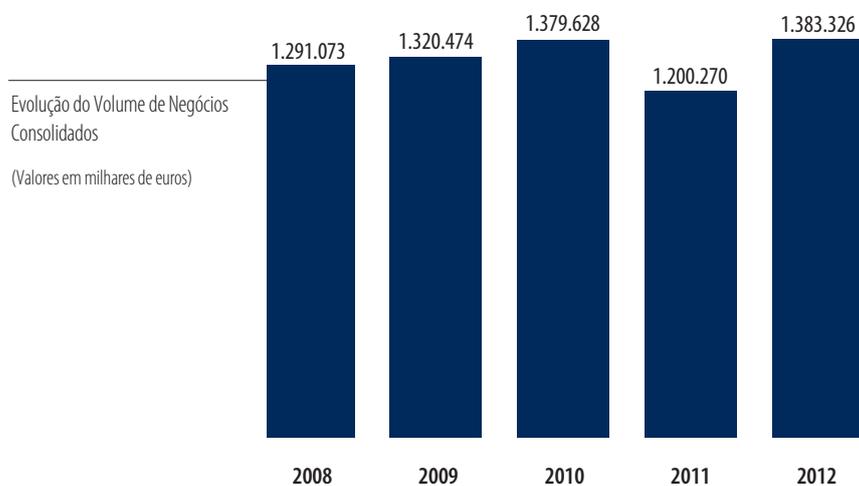
Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores em milhares de euros)

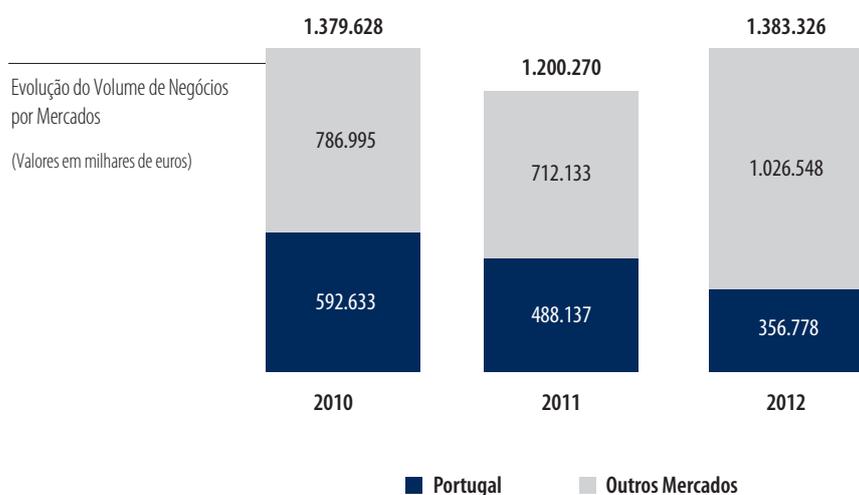
Os **Resultados Líquidos Consolidados** Atribuíveis a Detentores de Capital foram de 24.003 milhares de euros, o que se considera significativo, não só face à atual conjuntura económica, mas também porque reflete uma inversão relativamente aos resultados negativos apurados em 2011.

Importa assinalar, nesta abordagem mais genérica que, para além do melhor desempenho conseguido pelas empresas do Grupo em 2012, existiram outros fatores que também influenciaram os Resultados, destacando-se, entre os abaixo indicados, o menor impacto que a desvalorização do título “Banco Comercial Português, S. A.” teve no exercício de 2012:

	2012	2011
Outros fatores influenciadores dos resultados		
Perda por imparidade no "Banco Comercial Português, S.A."	(23.844)	(136.089)
Alienação de direitos de subscrição do "Banco Comercial Português, S.A."	8.479	1.205
(Valores em milhares de euros)		
Perda por imparidade na KARIBIB Portland Cement Ltd.	(3.033)	-
Diferenças de câmbio	2.309	(1.676)
	(16.089)	(136.560)



O **Volume de Negócios** registou um acréscimo de 15,3% face ao exercício de 2011, tendo atingido 1.383.326 milhares de euros.



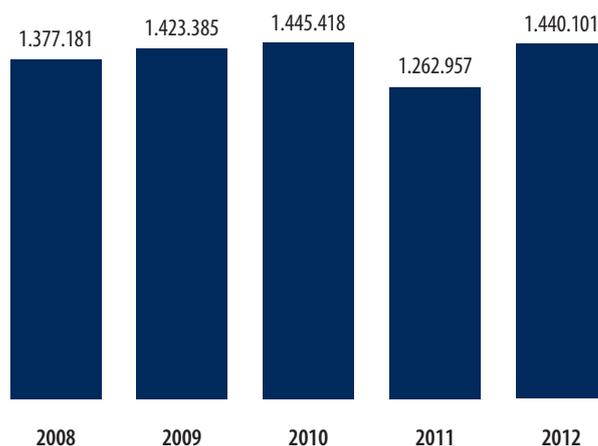
A quebra de 26,9% registada em Portugal foi largamente compensada pelo incremento de 44,2% no mercado externo, o qual passou a representar 74,2% do total do volume de negócios do Grupo Teixeira Duarte.

O mapa *infra* reflete a penalização em alguns mercados em que o Grupo atua e as subidas alcançadas em Angola, Argélia, Moçambique e Venezuela, este último traduzindo já a importância que este país tem na carteira de encomendas do Grupo para o setor da Construção.

Países	2012	Contributo (%)	2011	Contributo (%)	Var (%)
Portugal	356.778	25,8%	488.137	40,7%	(26,9%)
Angola	703.139	50,8%	472.155	39,3%	48,9%
Argélia	56.879	4,1%	33.754	2,8%	68,5%
Brasil	88.703	6,4%	120.135	10,0%	(26,2%)
Espanha	22.745	1,6%	26.640	2,2%	(14,6%)
Moçambique	37.998	2,7%	26.393	2,2%	44,0%
Venezuela	108.842	7,9%	11.613	1,0%	837,2%
Outros	8.242	0,6%	21.443	1,8%	(61,6%)
	1.383.326	100,0%	1.200.270	100,0%	15,3%

Evolução do Volume de Negócios por Países
(Valores em milhares de euros)

Os **proveitos operacionais consolidados** registaram um incremento de 14% face a 2011, atingindo no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o montante de 1.440.101 milhares de euros.

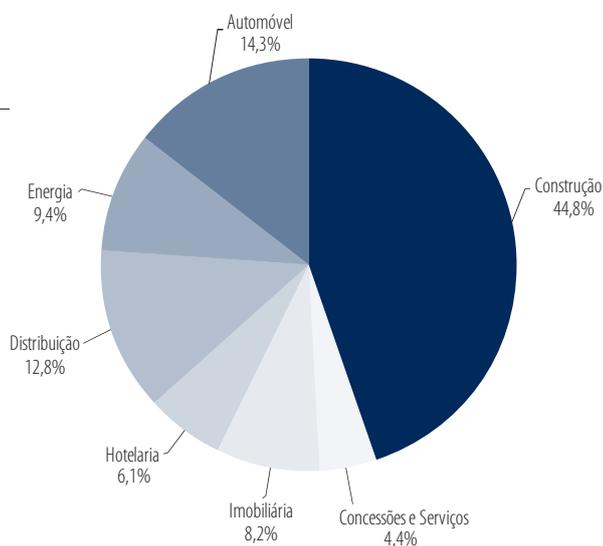


Evolução dos Proveitos Operacionais Consolidados
(Valores em milhares de euros)

Setor de Atividade	Mercado Interno			Mercado Externo			Total		
	2012	2011	Var (%)	2012	2011	Var (%)	2012	2011	Var (%)
Construção	166.007	303.060	(45,2%)	479.262	314.938	52,2%	645.269	617.998	4,4%
Cimentos, Betões e Agregados	-	-	-	-	13.595	-	-	13.595	-
Concessões e Serviços	19.497	19.863	(1,8%)	43.521	34.799	25,1%	63.018	54.662	15,3%
Imobiliária	45.170	42.297	6,8%	72.925	58.182	25,3%	118.095	100.479	17,5%
Hotelaria	13.441	15.170	(11,4%)	74.109	55.609	33,3%	87.550	70.779	23,7%
Distribuição	1.069	1.128	(5,2%)	183.818	138.670	32,6%	184.887	139.798	32,3%
Energia	134.938	131.553	2,6%	31	46	(32,6%)	134.969	131.599	2,6%
Automóvel	-	-	-	206.313	134.047	53,9%	206.313	134.047	53,9%
Total	380.122	513.071	(25,9%)	1.059.979	749.886	41,4%	1.440.101	1.262.957	14,0%

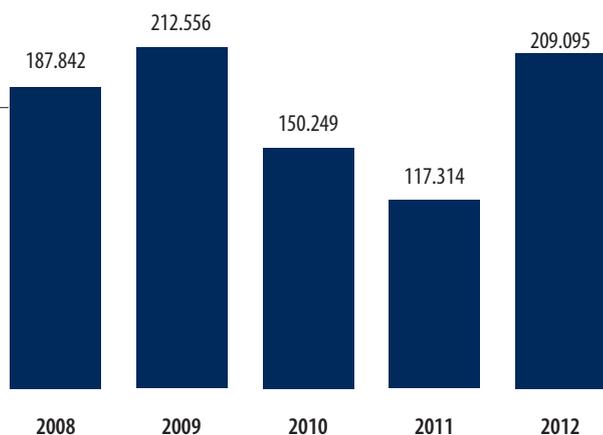
Proveitos Operacionais por Atividade e Mercados Geográficos
(Valores em milhares de euros)

Contributos de cada um dos Setores de Atividade



Os contributos de cada um dos setores de atividade para o valor global dos proveitos operacionais consolidados foram os expressos na figura ao lado:

Evolução do EBITDA Consolidado
(Valores em milhares de euros)



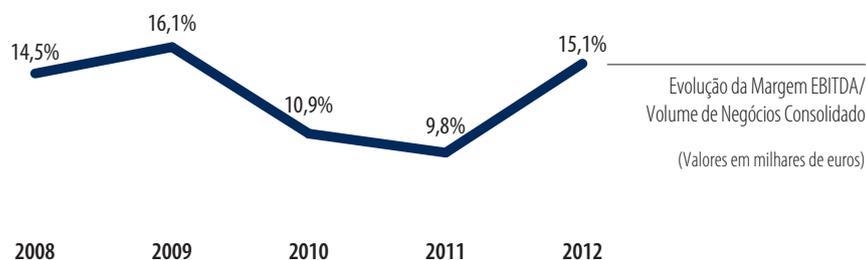
O **EBITDA** cresceu 78,2% em relação ao ano passado e fixou-se em 209.095 milhares de euros.

Analisando este indicador por setores de atividade, no mapa que se segue verificam-se os bons desempenhos na generalidade dos setores de atividade em que o Grupo opera.

Evolução do EBITDA por Atividade
(Valores em milhares de euros)

Setor de Atividade	2012	2011	Var (%)
Construção	62.806	39.763	58,0%
Cimentos, Betões e Agregados	-	(2.469)	-
Concessões e Serviços	12.995	6.394	103,2%
Imobiliária	34.721	22.823	52,1%
Hotelaria	36.535	25.123	45,4%
Distribuição	31.053	21.044	47,6%
Energia	3.414	5.028	(32,1%)
Automóvel	42.837	14.695	191,5%
Não afetos a segmentos	(15.131)	(15.172)	-
Eliminações	(135)	85	-
Total	209.095	117.314	78,2%

A **Margem EBITDA / Volume de Negócios** teve um aumento face a dezembro de 2011 de 54,6%, passando de 9,8% para 15,1% em dezembro de 2012.



Os **resultados financeiros** foram negativos em 80.061 milhares de euros conforme se explica no mapa infra.

	2012	2011	Var (%)
Custos e perdas financeiros:	144.593	175.619	(17,7%)
Juros suportados	78.305	74.772	4,7%
Diferenças de câmbio desfavoráveis	37.686	83.360	(54,8%)
Outros custos e perdas financeiros	28.602	17.487	63,6%
Proveitos e ganhos financeiros:	67.214	112.085	(40,0%)
Juros obtidos	21.079	25.125	(16,1%)
Diferenças de câmbio favoráveis	39.995	81.684	(51,0%)
Descontos de pronto pagamento obtidos	663	833	(20,4%)
Outros proveitos e ganhos financeiros	5.477	4.443	23,3%
Resultados relativos a atividades de investimento:	(2.682)	(181.046)	-
Resultados relativos a empresas associadas	7.892	(26.910)	-
Dividendos	2.458	2.089	17,7%
Outros investimentos	2.239	(72)	-
Ganhos / perdas em ativos disponíveis para venda	(15.271)	(156.153)	-
Resultados financeiros	(80.061)	(244.580)	-

Evolução dos Resultados Financeiros
(Valores em milhares de euros)

Este indicador foi influenciado por vários fatores, destacando-se, entre os abaixo indicados, o menor impacto que a desvalorização do título "Banco Comercial Português, S. A." já teve no exercício de 2012:

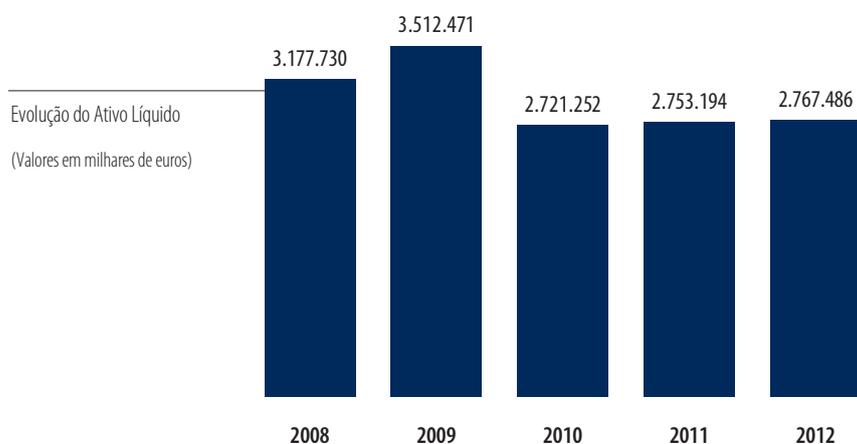
- Perda por imparidade de 26.596 milhares de euros na participação detida no "Banco Comercial Português, S.A.";
- Alienação de direitos de subscrição de 11.325 milhares de euros da participação detida no "Banco Comercial Português, S.A.";
- Valorização face ao Euro das Divisas com que o Grupo opera, com impacto positivo de 2.309 milhares de euros.

O **Imposto sobre o Rendimento** atingiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o montante de 37.125 milhares de euros, que compara com 24.208 milhares de euros no exercício de 2011.

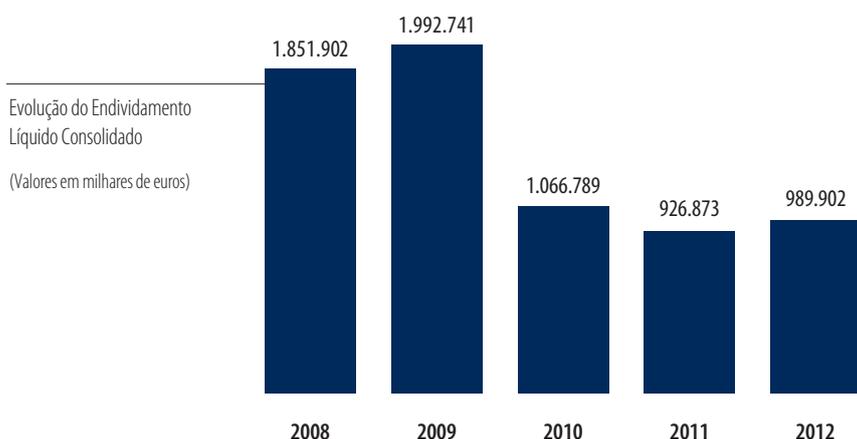
	2012	2011	Var (%)
Imposto corrente	55.254	41.672	32,6%
Imposto diferido	(18.129)	(17.464)	-
	37.125	24.208	53,4%

Imposto sobre o Rendimento
(Valores em milhares de euros)

Evolução do Balanço Sintético Consolidado		2012	2011	Var (%)
(Valores em milhares de euros)				
Ativo				
Ativos não Correntes		1.374.657	1.422.327	(3,4%)
Ativos Correntes				
Caixa e Equivalentes		246.063	291.693	(15,6%)
Outros Ativos Correntes		1.146.766	1.039.174	10,4%
Total do Ativo		2.767.486	2.753.194	0,5%
Capital Próprio atribuível a:				
Detentores de Capital		252.005	256.072	(1,6%)
Interesses não Controlados		73.863	76.579	(3,5%)
Total Capital Próprio		325.868	332.651	(2,0%)
Passivo				
Empréstimos		1.235.965	1.218.566	1,4%
Provisões		38.203	36.231	5,4%
Outros Passivos		1.167.450	1.165.746	0,1%
Total Passivo		2.441.618	2.420.543	0,9%
Total Passivo e Capital Próprio		2.767.486	2.753.194	0,5%

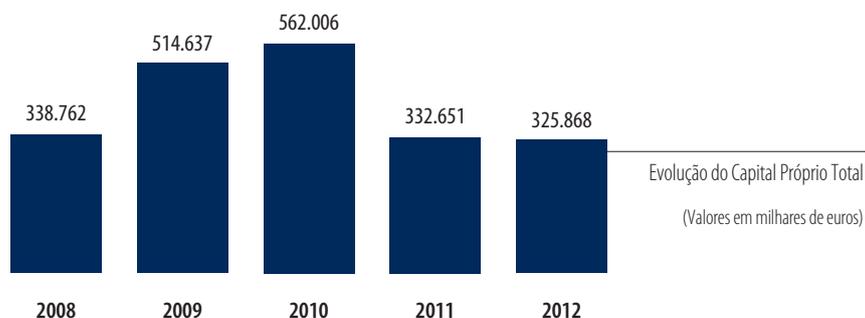


O **Total do Ativo Líquido** cresceu 0,5% em relação a 31 de dezembro de 2011, tendo atingido 2.767.486 milhares de euros. Apesar da diminuição do ativo por força da imparidade do “Banco Comercial Português, S.A.” e das desvalorizações das Divisas com que o Grupo opera, foram registados aumentos de ativos correntes que compensaram a referida imparidade e desvalorização de ativos, nomeadamente “Outros Ativos Correntes”.



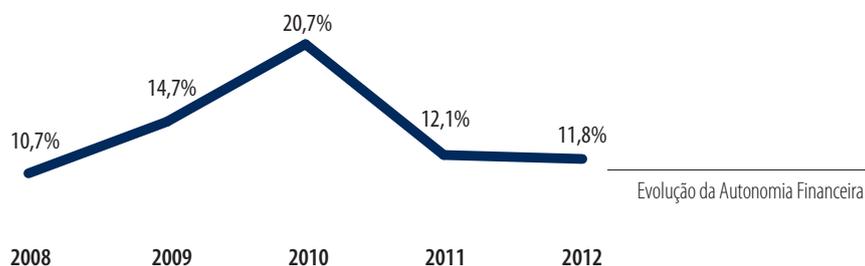
O **Endividamento Líquido** do Grupo cresceu 6,8% em relação ao final de 2011, tendo-se fixado em 989.902 milhares de euros em 31 de dezembro de 2012, natural no contexto de desenvolvimento das atividades do Grupo.

O **Total dos Capitais Próprios** alcançou 325.868 milhares de euros, o que traduz uma diminuição de 2% em relação a 31 de dezembro de 2011, influenciado essencialmente pelos seguintes fatores:



- Perda por imparidade na participação do “Banco Comercial Português, S.A.”, registada em resultados, no montante de 23.844 milhares de euros;
- Efeito conversão cambial negativo de 35.470 milhares de euros, fruto da desvalorização das Divisas em que o Grupo opera face ao Euro;
- Perda por imparidade na participação da “KARIBIB Portland Cement Ltd.”, registada em resultados, no montante de 5.833 milhares de euros;
- Efeito de operação de cobertura negativo de 2.453 milhares de euros, resultante da variação do justo valor do instrumento financeiro “*interest rate swap*” contratado em 2008 no âmbito da Concessão da Gestão do Edifício do Hospital de Cascais.

A **Autonomia Financeira** passou de 12,1% em 31 de dezembro de 2011 para 11,8% em final de 2012, registando um decréscimo de 2,5%.



– APRECIÇÃO ORGANIZACIONAL

Sem prejuízo do desenvolvimento desta matéria no “Relatório sobre o Governo da Sociedade” anexo, entende-se importante referir aqui e a propósito do desempenho do Grupo Teixeira Duarte nos vários setores e mercados de atividade, a colaboração entre todas as estruturas melhor identificadas no Organograma junto no início deste Relatório, bem como as mais-valias resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

As **Estruturas Operacionais** do Grupo estão organizadas por Setores de Atividade e abrangem, por regra, a responsabilidade por todas as equipas e operações dessas áreas de negócio, independentemente do mercado geográfico em que atuem, aproximando, também por essa forma, os recursos centrais técnicos e humanos do Grupo dos que estão a operar nos diversos mercados de atuação da Teixeira Duarte.

Refira-se, ainda assim, a situação pontual de algumas entidades integradas no Grupo que, dada a particularidade do seu negócio, mantêm a respetiva especificidade, em especial nos setores da Construção e das Concessões e Serviços.

A “**Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.**”, como principal sociedade do Grupo no setor da Construção, desenvolve a sua atuação através de **Centros de Exploração**, que dividem as valências de produção e são essenciais na formação de quadros dirigentes e no

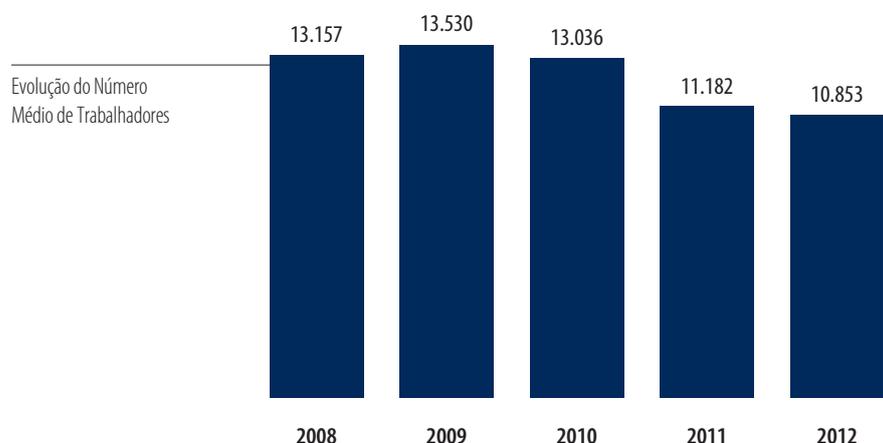
acompanhamento da sua carreira, dispondo também de um conjunto de **Estruturas de Apoio** especializado aos Centros de Exploração, em particular nas áreas das Cofragens e Pré-Esforço, do Equipamento e do Laboratório de Materiais, bem como de diversas **Direções Centrais** que atuam ao nível Comercial e de Estudos e Projetos.

Salienta-se, para além daquelas estruturas mais diretamente ligadas à área operacional do Grupo, a existência de um conjunto de Direções Centrais e Serviços com especiais responsabilidades de apoio transversal às atuações desenvolvidas nos vários setores de atividade, integradas no denominado **Centro Corporativo**, ao qual cabe promover uma uniformização de procedimentos e um apoio junto das estruturas que atuam no estrangeiro nestas áreas comuns a vários negócios.

Tendo em conta este papel transversal que o Centro Corporativo desempenha e a importância das suas funções, o encontro que em 2012 se realizou para os quadros que integram as suas Direções Centrais e Serviços teve como tema a identificação com o Centro Corporativo através de cinco valências dos seus colaboradores, sendo elas “conhecer”, “cumprir”, “compreender”, “contribuir” e “convencer”.

De entre estas - que se encontram também identificadas no Organograma integrado no início deste Relatório - destacar-se-ão, de seguida algumas referências relativas às suas atuações em 2012.

Ao nível dos **Recursos Humanos**, a Teixeira Duarte prossegue uma atuação de adequação do número de trabalhadores às atividades levadas a cabo nos diversos setores e mercados, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores.



Embora durante o exercício em análise o número médio de colaboradores tenha reduzido ligeiramente face a 2011, no fim de 2012 o Grupo registava um aumento de 5,8% do número de trabalhadores relativamente ao final do ano anterior.

Com efeito, o aumento do número de trabalhadores de 10.501, em 31 de dezembro de 2011, para 11.110, em igual data de 2012, foi reflexo da subida nas equipas dos setores da Construção, das Concessões e Serviços, da Hotelaria, da Distribuição e do Automóvel, sendo que os países que mais contribuíram para este aumento foram Angola, Moçambique e Venezuela.

De referir ainda a este propósito, a continuada aposta da Teixeira Duarte na formação dos seus colaboradores, prossequindo a Direção Central de Recursos Humanos um trabalho de impulso e suporte não só ao nível da “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.” e de Portugal, mas também nas demais empresas do Grupo e mercados geográficos em que as mesmas operam, destacando-se ainda a este propósito o apoio nas múltiplas deslocações e deslocalizações de trabalhadores para acompanhamento dos fluxos de atividade da Teixeira Duarte.

Neste âmbito, deu-se continuidade a diversificadas ações de Formação Profissional, destacando-se: a conclusão, em Portugal, do Programa Operacional Potencial Humano e ao significativo acréscimo de formação no estrangeiro, com a conceção, execução e acompanhamento de alguns projetos inovadores nesta área. De referir a obtenção da certificação da Teixeira Duarte como entidade formadora, concedida pela DGERT - Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.

No que diz respeito à escolaridade, manteve-se uma aposta no programa de “Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências”, que possibilitou a 120 colaboradores a obtenção de certificados de níveis mais elevados de escolaridade.

Durante o exercício em análise a **Direção Central dos Sistemas de Gestão e Tecnologia** manteve a sua atividade de apoio aos processos de obtenção, acompanhamento ou renovação das certificações dos Sistemas de Gestão das várias empresas do grupo, nas áreas da Segurança,

da Qualidade, do Ambiente, da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), destacando-se, para o efeito, a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade ao abrigo da norma ISO 9001 na TD Distribuição, e a implementação do Sistema de Gestão da Segurança de acordo com as especificações OHSAS 18001 em todas as áreas de negócio de RECOLTE – Servicios y Medioambiente, S.A.

Tendo em conta que as Estruturas Organizacionais do Grupo estão organizadas por setores de atividade e abrangem, por regra, a responsabilidade pelas operações em todos os mercados geográficos onde atuem, e perspetivando-se uma transversalização das metodologias procedimentais entre as diversas áreas de negócio, deu-se início a um processo de harmonização dos sistemas de gestão entre as diversas empresas do grupo.

Neste âmbito, para a realização das auditorias internas nas diversas empresas do Grupo e otimizando-se a participação dos recursos próprios, foi iniciado um processo de realização daquelas auditorias na modalidade inter empresas.

Continuou esta Direção a prestar um significativo apoio às diversas áreas comerciais, com a elaboração de documentação específica no domínio da Segurança, Qualidade, Ambiente e Responsabilidade Social, agora com significativa representatividade para os mercados exteriores.

Para permitir identificar os principais riscos e oportunidades do desenvolvimento sustentável, manteve-se o desafio de apurar e analisar um conjunto de elementos sobre este tema e elaborar o respetivo Relatório de Sustentabilidade relativo ao biénio 2011, 2012, circunscrito ao setor da construção e à empresa do setor da concessão e serviços, a TDGI, em território português.

No continuado processo de alinhamento com as necessidades dos negócios, num contexto de elevada diversificação setorial e geográfica, a **Direção Central de Informática** (DCI), manteve o foco na uniformização de processos e tecnologias, como forma de garantir a maior produtividade dos meios envolvidos.

Dos novos projetos realizados, destaca-se, pela sua complexidade, a implementação do ERP/SAP para a Venezuela, englobando a totalidade das empresas do Grupo que aí operam. Nas outras localizações, ampliou-se a cobertura de processos e de empresas abrangidas.

O portal do Grupo Teixeira Duarte continuou a assumir-se como veículo privilegiado de comunicação interna e de disponibilização de serviços úteis aos colaboradores, em particular na sua relação com a empresa, tendo esta plataforma registado um forte aumento de solicitações por outras estruturas do Grupo para inclusão de mais serviços, levando à criação de novas aplicações e adaptação das existentes para uso noutras geografias.

As infraestruturas de redes de dados, comunicações e sistemas de segurança, assim como as ferramentas de monitorização, foram melhoradas, com o objetivo de criar um ambiente adequado à utilização remota das plataformas de SAP, Portal e correio eletrónico.

Em concretização do alargamento da atividade do Centro Corporativo a todas as empresas e mercados de atuação do Grupo, a Direção Central de Finanças e Contabilidade prosseguiu a otimização dos serviços em Portugal, permitindo uma maior agilidade no apoio ao estrangeiro e a articulação das equipas locais com as estruturas centrais em Portugal, assumindo especial destaque em matéria de reporte de informação e controlo de procedimentos os Serviços de Consolidação de Contas e de Auditoria Interna.

A **Direção Central de Aprovisionamentos** desenvolve a sua atuação para Empresas do Grupo TD que operam em várias geografias nas seguintes áreas:

- Procura de fontes de abastecimento, negociação e contratação, tendo em vista designadamente, o estabelecimento de acordos de base temporal e a obtenção de economias de escala em aquisições de bens e serviços;
- Logística de mercadorias nas vertentes de importação e de exportação;
- Gestão de Armazéns Centrais;
- Apoio à gestão de instalações fixas de Empresas do Grupo TD, nomeadamente, Sede, Escritórios Regionais, Alojamentos e Arquivo Central.

Em Portugal, foi consolidado o modelo de organização funcional implementado no último trimestre de 2011, tendo em vista o reforço da

intervenção da Direção Central de Aprovisionamentos nas componentes estratégicas de compras realizadas para empresas do Grupo. Por outro lado, foi reforçada e reestruturada a Equipa de Logística, no sentido de dar resposta às crescentes solicitações de alguns dos setores de atividade nas várias geografias.

Em Angola, foi desenvolvida a intervenção na reestruturação e gestão do Armazém Central e da Estrutura Central de Compras que opera no mercado local.

Na Argélia, foi consolidada a gestão da logística de mercadorias nas vertentes de exportação e importação e foi implementada a coordenação da Estrutura Central de Compras que opera naquele país.

– APRECIÇÃO SOCIETÁRIA

No cumprimento de todas as obrigações de cariz societário, nomeadamente enquanto entidade emitente de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, destaca-se a divulgação pública das diversas informações consideradas relevantes em 2012, com especial destaque para os Relatório de Gestão e as contas relativos ao exercício de 2011, bem como o Relatório Sobre o Governo da Sociedade reportado ao mesmo período, ambos aprovados em Assembleia Geral.

Assembleia Geral Anual:

A reunião da Assembleia Geral de 17 de maio de 2012 registou a expressiva participação de titulares de 82,5% do capital social e dos direitos de voto, tendo sido aprovadas todas as propostas submetidas a apreciação, nomeadamente as de aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração e as referentes à Apreciação da Administração e Fiscalização da Sociedade e à Declaração Sobre Política de Remuneração dos Membros dos Respetivos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Sociedade.

Dividendos:

Uma vez que a sociedade apurou resultados líquidos negativos no exercício de 2011, a Assembleia Geral aprovou a proposta do Conselho de Administração no sentido dos mesmos serem integralmente levados a resultados transitados, não tendo, por isso, havido lugar à distribuição, em 2012, de qualquer dividendo.

Redução do Capital Social:

No dia 19 de outubro de 2012 realizou-se a segunda e última Assembleia Geral da TD,SA desse ano, que contou com a presença de acionistas titulares de 79,36% do capital social e que tinha como ponto único da Ordem de Trabalhos deliberar sobre a redução do capital da Sociedade.

Com efeito, o Conselho de Administração apresentou uma proposta aos Senhores acionistas tomando por base um conjunto de considerandos que constam desse documento e que aqui se deixam reproduzidos para melhor enquadramento do tema:

- a) “A *“Teixeira Duarte, S.A.” (TD,SA)* registou no exercício de 2011 resultados negativos de 175.616.665,80€;
- b) *Tais resultados foram fortemente penalizados pelo impacto das perdas por imparidade registadas em participações financeiras detidas, por menos valias na alienação de ativos estrategicamente desconsiderados e pela desvalorização face ao euro de divisas com que o Grupo opera;*
- c) *Conforme resulta do último balanço aprovado na Assembleia Geral anual de 17 de maio de 2012, a TD,SA tem um capital social de 420.000.000,00€, tendo cada ação o valor nominal de 1,00€ e tem capitais próprios de 363.867.113,42€, correspondendo a um valor contabilístico por ação de 0,87€;*

- d) O peso das principais participações financeiras detidas no balanço do Grupo é actualmente muito menor, sendo que, mesmo na atual conjuntura, o seu potencial de desvalorização é também bastante mais reduzido;
- e) As contas apuradas ao final do primeiro semestre de 2012 registaram uma melhoria de resultados operacionais e EBITDA, evidenciando a sustentabilidade da atividade do Grupo;
- f) Neste enquadramento, se entende adequado e oportuno reorganizar a estrutura do balanço, nomeadamente das rubricas dos capitais próprios da TD,SA, procedendo à redução do capital social de forma a permitir a integral cobertura dos prejuízos acumulados;
- g) Se entende ainda que a referida redução do capital social deverá salvaguardar a manutenção das atuais 420.000.000 de ações representativas do capital social, alterando-se antes o valor nominal das mesmas;
- h) A redução do valor nominal das ações para 0,50€ cada uma, implicando a redução do capital social de 420.000.000,00€ para 210.000.000,00€, permitirá a cobertura da totalidade dos prejuízos acumulados e ainda o reforço das reservas livres em 28.216.958,01€;
- i) Tal redução fará com que, mantendo o valor contabilístico de cada ação em 0,87€, após a sua concretização, os capitais próprios da TD,SA seja bastante superior ao seu capital social."

Com base nesta realidade exposta na proposta submetida à votação na Assembleia Geral, o Conselho de Administração propôs e que a sociedade deliberasse reduzir o capital social de 420.000.000,00€ para 210.000.000,00€, através da diminuição do valor nominal das ações representativas do capital social para 0,50€ cada uma, e a respetiva aplicação para a integral cobertura de prejuízos acumulados no montante de 181.783.041,99€ e reforço de reservas livres no valor de 28.216.958,01€, com a consequente alteração do número um do artigo quinto dos Estatutos.

Tal proposta foi aprovada com 100% dos votos e assim deliberado, por unanimidade, reduzir o capital social da TD,SA nos exatos termos acima referidos.

Os títulos da Teixeira Duarte, S.A.:

Como se referiu e apesar da aludida redução do capital social da "Teixeira Duarte, S.A.", o número de ações manteve-se o mesmo, sendo que durante o ano de 2012, as ações sofreram uma valorização de 52,38%, subindo de 0,21€ em 31 de dezembro de 2011, para 0,32€ em 31 de dezembro de 2012.

No que se refere à liquidez e volume de negócios executados neste exercício, foram transacionadas em Bolsa, neste período, 20.842.938 ações, com um volume de negócios no montante de 4.955.391€.

No gráfico *infra* verifica-se a evolução da cotação das ações durante o exercício de 2012:



IV. ANÁLISE SETORIAL

De seguida, será feito o reporte da atividade desenvolvida nos diversos setores em que o Grupo atua, seguindo-se, para todos eles, uma estrutura semelhante, ou seja, começando por uma apresentação do respetivo setor dentro do Grupo Teixeira Duarte, depois explicando, com suporte gráfico sobre o Volume de Negócios e o EBITDA consolidados, qual o contributo dessa área de negócio para o Grupo e concluindo com uma exposição sobre a atuação durante 2012, acompanhada de indicadores não consolidados que permitem uma análise e perspetiva sobre o total da atividade e não só o que se cinge ao contributo final para o os números consolidados.

IV.1. CONSTRUÇÃO

A Construção é o *core business* e a génese do Grupo Teixeira Duarte, sendo também a atividade da principal sociedade do Grupo, a TD-EC, que atua nas áreas da Geotecnia e Reabilitação, Edificações, Infraestruturas, Metalomecânica, Obras Subterrâneas, Obras Ferroviárias e Obras Marítimas que contam com o apoio de um Centro Operacional de Cofragens e Pré-esforço, duma Direção de Equipamentos de grande dimensão e elevada tecnologia, de um Laboratório de Materiais e de um Polo Operacional Teixeira Duarte instalado num terreno com uma área de 127.000 m² e que constitui uma enorme valia adicional para a Empresa e para os serviços prestados aos seus clientes.

Destacam-se também as Direções Centrais de apoio específico nas áreas Comercial, de Estudos e de Projetos.

O seu fundador, Eng.º Ricardo Esquível Teixeira Duarte, que concluiu o primeiro curso de Engenharia Civil ministrado no Instituto Superior Técnico e que desempenhou funções de bastonário da Ordem dos Engenheiros, desde sempre foi reconhecido pelos seus pares pela sua valia técnica e de inovação.

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atuação marcada por esse cunho, assumindo-se sempre como uma verdadeira casa de Engenharia. Desde grandes infraestruturas como pontes, barragens, estradas e outras obras públicas, bem como hospitais e grandes edifícios que constituem marcos históricos, nomeadamente em Portugal, a Teixeira Duarte é reconhecida como um sinónimo de conhecimento e experiência, sendo uma presença constante no mercado da construção.

Para além disso, no Grupo existem também outras sociedades participadas, que operam em áreas específicas da Construção, nomeadamente nas obras Subterrâneas, Ferroviárias e Marítimas, bem como diversos Agrupamentos Complementares de Empresas e outras estruturas semelhantes afetas a projetos específico, em particular na área das Infraestruturas.

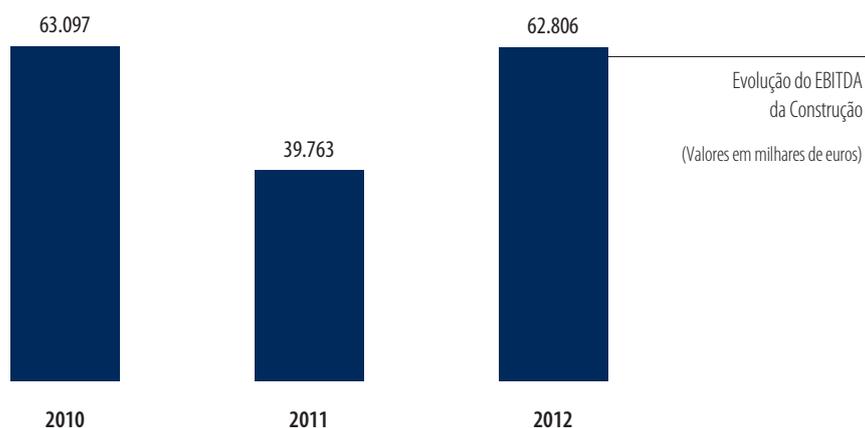
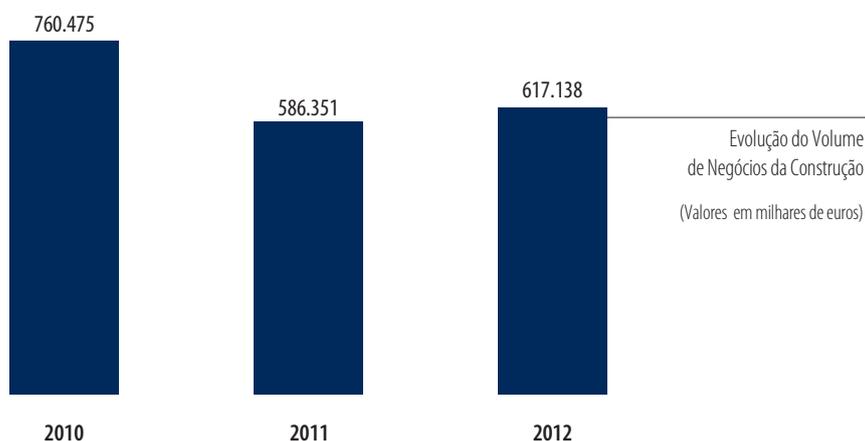
Em 2012 a Teixeira Duarte operou nesta área em vários países, destacando-se como principais mercados Portugal, Angola, Argélia, Brasil, Moçambique e Venezuela.

– **CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO**

Apesar da quebra da Construção em Portugal (47,4%) e no Brasil (46,7%), a Teixeira Duarte conseguiu aumentar a sua prestação neste setor em Angola (60,2%), na Argélia (68,5%) e em Moçambique (50,8%) e, sobretudo, na Venezuela, onde a atividade cresceu de 11.613 milhares de euros em 2011 para 108.842 milhares de euros em 2012.

No global, a subida de 5,3% deste setor traduz uma inversão à descida que se tinha verificado de 2010 para 2011, sendo reflexo da capacidade da Teixeira Duarte em expandir a atividade em mercados em crescimento quando outros estão em quebra.

O EBITDA na Construção retomou valores idênticos aos alcançados em 2010, tendo conseguido uma subida de 58% em relação ao exercício anterior, essencialmente em resultado do bom desempenho dos mercados externos e das principais empreitadas em curso em Portugal.



– **ATIVIDADE DURANTE 2012**

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2012, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Construção atingiram o valor global de 838.640 milhares de euros, sendo que, no global, estes valores refletem uma ligeira descida em relação a 2011, uma vez que neste exercício se haviam concluído diversas empreitadas para o Grupo Teixeira Duarte, nomeadamente o Hotel Baía em Luanda e o Polo Operacional Teixeira Duarte, no Montijo.

Veja-se agora quais as principais atividades realizadas nas várias áreas em que a Teixeira Duarte atua no setor da construção:

A **GEOTECNIA E REABILITAÇÃO** é o Centro de Exploração da TD-EC que hoje concentra as áreas da Geotecnia e Fundações, bem como de Reabilitação, centralizando um núcleo de engenharia e investigação de referência na Empresa e no mercado.

A estrutura da Geotecnia e Fundações sempre teve a consciência – e, com ela, a responsabilidade – de se saber na génese da Empresa, pelo que jamais prescindiu do prestígio que o mercado lhe reconhece e ao qual corresponde com uma excelente preparação, em estudos científicos de elevada qualidade, em pioneirismo de tecnologias, em equipamento próprio de vanguarda e em recursos humanos altamente especializados.

Nesta área a Teixeira Duarte concebe, projeta e executa Reconhecimentos Geotécnicos, Sondagens, Paredes Moldadas, Estacas, Micro Estacas, Pregagens, Ancoragens, Consolidações, Injeções e Jet-Grouting.



EP, S.A. | Estabilização do Talude ao
KM62+000 1ª fase do IP3 - Penacova
Coimbra | Portugal



EDP, S.A.
Barragem de Crestuma
Porto | Portugal

Na área da Reabilitação, a Teixeira Duarte atua na realização de trabalhos especializados nos domínios da Reabilitação de Estruturas e Conservação de Monumentos e Património Arquitetónico Edificado, bem como nas Inspeções e Diagnóstico de Estruturas.

A atividade desenvolvida pelo Centro de Exploração de Geotecnia e Reabilitação da TD-EC, registou um incremento significativo de 60% relativamente ao ano anterior, tendo alcançado proveitos operacionais em cerca de 64 milhões de euros.

Para este forte subida foi decisiva não só a deslocalização para o exterior de meios humanos tecnicamente habilitados e que permitem a formação e enquadramento das equipas locais, mas também os elevados investimentos realizados em novos equipamentos e ferramentas.

Outra nota importante, de assinalar em termos organizacionais, mas necessária a um melhor desenvolvimento da atividade e, conseqüentemente, potenciadora de maiores sinergias, foi a fusão da atuação das áreas de geotecnia e fundações com a da reabilitação, até agora com estruturas independentes, passando a estar sob a coordenação única do responsável de cada mercado de atuação.

Em **Portugal**, apesar da crise e da conseqüente redução de concursos, os proveitos operacionais tiveram um incremento de cerca de 15%, tendo sido alcançados proveitos operacionais no valor de 20,5 milhões de euros.

Nesta área, destaque para a conclusão das seguintes empreitadas:

- Estabilização do Talude ao KM62+000 1ª fase do IP3, em Penacova, Coimbra para a “EP - Estradas de Portugal, S.A.”;
- Empreitada de contenção de talude na Rua José Maria de Andrade, em Odemira, para a respetiva Câmara Municipal;
- Contenção periférica através da realização de paredes moldadas e “muros Berlim” e movimento de terras, para o novo templo da IURD, em Vila Nova de Gaia”;
- Tratamento de maciços, reconhecimento geotécnico e instrumentação da empreitada do reforço de potência do aproveitamento hidroelétrico de Salamonde, em Braga, para a “EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.”;



EP, S.A.
Reabilitação da Ponte de Odemira
Portugal



COLT Resources
Prospecção mineira
Escoural | Portugal

- Empreitada de cortina de impermeabilização na Barragem de Crestuma, no Porto, para a “EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.”;
- Reabilitação e reforço dos tabuleiros de quatro pontes da rede viária sobre a Albufeira da Barragem da Aguieira, em Coimbra, para a “EP – Estradas de Portugal, S.A.”;
- Empreitada de reabilitação da Ponte de Odemira, para a “EP – Estradas de Portugal, S.A.”
- Reabilitação de coberturas e fachadas da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, em Lisboa, para a Fábrica da referida Igreja.

De realçar, neste âmbito, o regresso à prospecção mineira, através da execução de trabalhos para a “COLT Resources Inc.” no complexo mineiro do Escoural, no Alentejo.

Para além da conclusão das empreitadas atrás mencionadas, foi dada continuidade a outras, nomeadamente à reabilitação da Ponte Internacional de Valença, para a “Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E.” e à realização de diversas empreitadas de reabilitação de edifícios e estruturas diversas na Central Hidroelétrica de Sines para a “EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.”.

Considerando a acentuada diminuição de concursos públicos e propostas para o setor privado, é expectável uma redução significativa do volume de negócios nesta área em 2013.

Em **Angola** os proveitos operacionais atingiram o montante de 15,5 milhões de euros, superando em cerca de 5,8% os valores obtidos em 2011.

Destaca-se, a conclusão das seguintes empreitadas:

- Reconhecimento geotécnico para construção do empreendimento Marina de Luanda para a “Marina de Luanda, S.A.”;
- Reabilitação da Ponte da Fortaleza, em Luanda, para o Governo de Angola;
- Execução de um Caminho de Rolamento para um Travel Lift sobre estacas vibrocravadas e de um Deck, na ilha de Luanda, para a “Marina Baía, S.A.”



BESAACTIVE, S.A. – Escavação, Contenção Periférica e Fundações do Edifício “Nossa Senhora da Muxima” – Luanda | Angola



Linha Ferroviária Thenia/Tizi-Ouzou
Execução de Estacas de 1200mm e 1500mm de diâmetro
Argélia

Iniciaram-se outras importantes empreitadas neste país, nomeadamente:

- Escavação, Contenção Periférica e Fundações do Edifício “Nossa Senhora da Muxima”, para o “BESAACTIVE – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.”, em Luanda;
- Empreitada de Contenção Periférica e Fundações do Edifício Kwanza, para a construtora “Rui Ribeiro Angola, S.A.”;
- De realçar a assinatura de um contrato para a realização da empreitada “Engineering, Procurement and Construction (EPC) of the Marine Operations Support Dock”, no Soyo, para a “ANGOLA LNG, Limited”.

Na área comercial registou-se um aumento de 15% no número de propostas entregues, que totalizou no período em análise um valor de cerca de 130 milhões de euros.

Para 2013 e de acordo com adjudicações entretanto efetuadas, prevê-se que o volume de negócios seja superior ao realizado no ano em análise.

Na **Argélia**, o Centro de Exploração de Geotecnia e Reabilitação passou a atuar de uma forma integrada e permanente através da sociedade de direito argelino “TEIXEIRA DUARTE ALGÉRIE, SPA”, tendo realizado a Empreitada de execução de Estacas de 1200mm e 1500mm de diâmetro, das fundações de três viadutos da Ligne Ferroviaire Thenia/Tizi-Ouzou”.

Em termos de atividade comercial, este ano foi caracterizado por diligências e contactos com potenciais clientes, nomeadamente empresas construtoras, para prosseguir uma exposição ao mercado dos serviços e competências da Teixeira Duarte neste área da geotecnia e reabilitação, o que resultou na apresentação de propostas no valor de 170 milhões de euros.

Estes factos, associados com a perspetiva de investimento público em novas infraestruturas e com a reconhecida capacidade técnica e humana da empresa nestas áreas de geotecnia e fundações, permitem alimentar boas expectativas para o desenvolvimento desta atividade neste país.



Consórcio Andrade Gutierrez / CR Almeida
Linha 17 do Metro de São Paulo | Brasil



Vale, S.A.
Substituição da Ponte sobre o Rio de Santa Joana
Colatina - Espírito Santo | Brasil

No **Brasil**, dando seguimento ao trabalho comercial iniciado em 2011 e à concretização de elevados investimentos em equipamentos e ferramentas, foi possível angariar relevantes contratos firmados com clientes de forte potencial estratégico, proporcionando em 2012 um volume de trabalhos próximo dos 7 milhões de euros.

Geograficamente a atuação deste setor situou-se nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, que mantiveram um forte crescimento na área da construção, quer no âmbito do setor público quer do setor privado.

De seguida, destacam-se as obras mais importantes, algumas delas já concluídas e outras ainda em curso:

- Execução de fundações profundas em estacas escavadas, na Linha 17 do Metro de São Paulo, para o Consórcio Andrade Gutierrez / CR Almeida;
- Execução de fundações profundas em estacas escavadas, no Monotrilho - Prolongamento da Linha 2 do Metro de São Paulo, para o Consórcio OAS / Queiroz Galvão;
- Execução de fundações das obras de arte especiais, na Transcarioca - Trecho Penha-Galeão, para o Consórcio Transcarioca Rio, constituído pelas empresas, OAS, Carioca e Contem;
- Execução de 25.000 m² de parede moldada de 800 mm, em quatro reservatórios de amortecimento de cheias na Bacia da Tijuca, no Rio de Janeiro, para a OAS;
- Contenção Periférica em Parede Moldada e Tirantes Provisórios, no Empreendimento Residencial Mundi, em São Caetano, São Paulo, para a Gafisa, S.A.;
- Contenção Periférica em Parede Moldada, Estacas Raiz e Tirantes Provisórios, no Empreendimento Blue Tree Premium em Alphaville, São Paulo, para a Norfin/Tivoli;
- Substituição da Ponte sobre o Rio de Santa Joana, em Colatina, Espírito Santo, para a "VALE, S.A."

A atividade comercial intensificou-se em consequência da boa receptividade dos clientes e do conhecimento adquirido neste difícil mercado, consubstanciando-se na apresentação de propostas num valor superior a 400 milhões de euros.



Terminal de Carvão da Matola
Moçambique



Administração Nacional de Estradas - ANE
Ponte sobre o Rio Limpopo
Sicacate | Moçambique

De realçar ainda a formação e integração de novos quadros técnicos locais, nomeadamente condutores-manobradores e pessoal operacional especializado, feita internamente com recurso a “professores da casa” de elevada qualificação técnica e que permitem assegurar uma continuada qualidade e garantia dos serviços prestados pela Teixeira Duarte e da engenharia e rigor que se lhe reconhece.

Destaque ainda para a participação no Seminário de Engenharia de Fundações Especiais e Geotecnia, realizado no mês de junho de 2012, na cidade de São Paulo. Tratando-se de um evento de elevado cariz técnico-científico e que agregou também a primeira Feira da Indústria de Fundações e Geotecnia, assumiu grande destaque e uma expressiva repercussão à escala nacional e países vizinhos.

Tendo em atenção as propostas em negociação, manifestações de interesse de diversos clientes e a carteira de encomendas que transita do exercício anterior, perspectiva-se para o ano de 2013 um significativo aumento do volume de trabalhos.

No ano de 2012 este Centro de Exploração trabalhou de forma integrada em **Moçambique**, tendo atingido um valor de faturação de 8,5 milhões de euros, superior em cerca de 53% relativamente ao ano anterior.

Tal desempenho deveu-se à execução de diversas obras de relevância, com particular destaque para a execução de reconhecimento geotécnico, contenção periférica e fundações indirectas da empreitada de construção de dois edifícios em Maputo, para o “Banco de Moçambique”.

De realçar outros trabalhos nomeadamente:

- Prospeção geofísica no projeto Evate, executados para a companhia mineradora “VALE, S.A.”;
- Execução da primeira parte dos trabalhos de estacas para a Fase 3.5 do Terminal de Carvão da Matola;
- Reabilitação da Ponte sobre o Rio Limpopo em Sicacate, para a Administração Nacional de Estradas - ANE, de Moçambique;
- Diversos trabalhos de reconhecimento geotécnico realizados para clientes externos.



Porto de La Guaira
Venezuela



Consórcio Boyacá - La Guaira
Túnel de Baralt
Caracas | Venezuela

No período em análise a área comercial estudou propostas num valor superior a 56 milhões de euros, com particular relevância nos estudos de prospeção geotécnica, indicador importante do incremento da atividade da construção num período próximo.

Para 2013, prevê-se a assinatura do contrato para a reparação da ponte sobre o Rio Lualua, em Quelimane, Província da Zambézia, bem como diversas empreitadas de fundações já contratadas, que representam uma ocupação significativa do equipamento disponível.

O Centro de Exploração de Geotecnia e Reabilitação iniciou no exercício em análise a sua atividade na **Venezuela**, integrando a vasta equipa da Empresa nas duas grandes empreitadas que se estão a executar neste país, a ampliação e modernização do Porto de La Guaira e o prolongamento da Avenida Boyaca (cota mil) até ao distribuidor Macayapa e prolongamento do Viaduto Tacagua, tendo alcançado um volume de proveitos cerca de 11 milhões de euros.

No que se refere à empreitada de ampliação e modernização do Porto de La Guaira, importa atender à complexidade que esta envolve do ponto de vista técnico e de meios no âmbito das técnicas de execução de fundações especiais, contemplando a execução de um molhe com recurso a Fly-Drill assim como metodologias de substituição e posterior execução de fundações indiretas. Ainda nesta empreitada serão utilizadas técnicas de melhoramento de solos de fundação com recurso a vibro flutuação.

Na empreitada do prolongamento da Avenida Boyaca até ao distribuidor Macayapa e prolongamento do Viaduto Tacagua, os trabalhos do setor repartem-se por duas frentes distintas, o túnel de Baralt e o distribuidor de Macayapa. Nestas frentes, os trabalhos contemplam a contenção e estabilização de taludes recorrendo a metodologias, técnicas e meios que, face à realidade local, se destacam quer qualitativamente, quer em termos de rendimentos alcançados.

De realçar ainda a qualidade demonstrada nos Estudos Geológico-Geotécnicos previamente levados a cabo, reconhecidos pelos clientes institucionais e por conseguinte, um “cartão-de-visita” ímpar da capacidade da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S. A..



Estacas para Instituto Tecnológico Nacional de Hidrocarbonetos | Guiné Equatorial



Parque Escolar, E.P.E.
Escola Básica e Secundária Dr. Pascoal José de Mello
Ansião | Portugal

Atendendo a que se tratou de um ano de arranque da atividade desta área naquele país, com a natural consolidação de processos, perspetiva-se para o ano de 2013 um aumento substancial no volume de negócios refletindo o aumento da atividade, quer nas empreitadas em curso, quer noutros projetos em perspetiva.

Durante o segundo semestre de 2012, a Teixeira Duarte apoiou uma empresa portuguesa através da execução das fundações por estacas da empreitada de construção do Instituto Tecnológico Nacional de Hidrocarbonetos da **Guiné Equatorial**.

Apesar das naturais dificuldades iniciais de mobilização, os trabalhos desenrolam-se normalmente, superando os rendimentos esperados.

Atualmente estão em curso neste país grandes projetos de edifícios nas principais cidades e em vias de comunicação e portos, a que se seguirão outros já anunciados pelas autoridades locais, pelo que existem fortes potencialidades de a Teixeira Duarte obter novos contratos, ligados às áreas da Geotecnia e Fundações e das Obras Marítimas.

Como já referido e tendo em atenção as propostas atualmente em negociação e a atual carteira de encomendas, prevê-se que esta área da Geotecnia e Reabilitação venha a ter, em 2013, um crescimento significativo da sua atividade e dos proveitos.

Na área das **EDIFICAÇÕES** a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." mantém uma atividade de grande dinamismo e particularmente relevante na atividade geral do Grupo a partir da década de 60.

Neste domínio, a intervenção nos mercados é caracterizada pelo desenvolvimento de projetos de grande dimensão e complexidade técnica, abrangendo todo o tipo de construção: grandes edifícios complexos e multifuncionais, edifícios públicos, habitacionais e de serviços, complexos industriais, escolas, empreendimentos turísticos, reconstrução de edifícios e hospitais.



Virgin Active Portugal, Lda.
Health Club Virgin | Palácio Sottomayor
Lisboa | Portugal



PPS, S.A.
Terminal de Armazenagem de GPL
Porto de Aveiro | Portugal

Os efeitos da situação económica e financeira que Portugal atravessa continuaram a fazer-se sentir na atividade desta área da construção, levando à intensificação da tendência que já se vinha a notar nos anos anteriores, com a continuada redução do volume de produção em Portugal, que contrasta com o crescimento da atividade que se tem verificado noutros países onde o Grupo também opera nesta área.

Neste enquadramento, os proveitos conseguidos em Portugal no ano de 2012 não representaram mais do que 12% do total dos proveitos do setor, sendo Angola o país com maior atividade, em especial pelas empreitadas de grande dimensão que a Teixeira Duarte ali vem executando nos últimos tempos.

Foi continuado o trabalho comercial para reforço da posição tanto nos mercados onde a Teixeira Duarte atua nesta área há mais tempo, como nos países onde a presença é mais recente, como sejam a Argélia, o Brasil e a Venezuela.

Em **Portugal**, a produção deste setor continua em queda acentuada, acompanhando a enorme redução do volume de trabalho da construção, decorrente da redução do investimento, tanto no domínio público como no privado.

Na área de edifícios escolares executou-se a construção do Edifício Refeitório do Colégio Moderno, em Lisboa, para “Colégio Moderno de João Soares e Filhos, Lda.” e, para a “Parque Escolar, E.P.E.”, foram concluídas as empreitadas da Escola Básica e Secundária Dr. Pascoal José de Mello, em Ansião, da “Escola Secundária Martins Sarmento”, em Guimarães e da “Escola Secundária Santa Maria Maior”, em Viana do Castelo.

Na área desportiva foi concluída a empreitada do Health Club Virgin, no Palácio Sottomayor, em Lisboa, para a “Virgin Active Portugal - Sociedade Unipessoal, Lda.”.

Na área industrial foram iniciados os trabalhos do Terminal de Armazenagem de GPL no Porto de Aveiro - Empreitada Geral Fase 2, para a empresa do Grupo Teixeira Duarte “PPS - Produtos Petrolíferos S.A.” e foi também executada a “Construção de Um Novo Troço de Dreno



Centro Hospitalar São João
Hospital de São João
Porto | Portugal



Secretaria Regional dos Assuntos Sociais Centro
Segurança Social da Madeira | Lar de Idosos de
Santana - Madeira | Portugal

Profundo, e Desativação do Dreno Existente”, nas instalações fabris da “SN Maia - Siderurgia Nacional S.A.”.

No setor dos serviços reabilitámos o edifício na Avenida Defensores de Chaves, n.º 6, em Lisboa, para a “ESTAMO - Participações Imobiliárias, S.A.”, para a IURD foram iniciadas as empreitadas de construção do Edifício Multiusos, em Vila Nova de Gaia e dos Estúdios de Comunicação Social em Lisboa.

Para a “ANA - Aeroportos de Portugal S.A.”, executou-se, no Aeroporto Sá Carneiro, no Porto, a empreitada das instalações da Direção e das Companhias Aéreas, bem como a do Terminal de Carga - Instalações Portway - Área Exterior Norte.

Na área da saúde prosseguiram-se os trabalhos para o “Centro Hospitalar São João - E.P.E.” através da realização de duas pequenas empreitadas no âmbito da remodelação e modernização do Hospital de São João, no Porto.

Na área social foi concluída a construção do Lar de Idosos de Santana, na ilha da Madeira, para a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais - Centro Segurança Social da Madeira.

Em **Angola**, no ano de 2012, a atividade das Edificações teve um aumento significativo do volume de produção, tendo os proveitos crescido na ordem dos 30% em relação ao ano anterior, com o importante contributo das duas maiores obras de Edifícios que a Teixeira Duarte tem em curso nesta área.

Os concursos para obras públicas continuaram a ser muito poucos, o que tem levado a concorrência a uma prática de preços desajustada.

Ainda assim, a Teixeira Duarte prosseguiu a sua atuação destacando-se:



ESCOM, S.A.R.L. | Edifícios GES 2, 3 e 4
Luanda | Angola

INACOM | Edifício sede
Luanda | Angola

A Construção do Edifício Sede da Assembleia Nacional de Angola, para Gabinete de Obras Especiais (GOE) é uma obra especialmente marcante, tanto sob o ponto de vista de dimensão e complexidade, como de significado e importância para o estado Angolano. Os trabalhos prosseguem de acordo com o previsto e, também neste caso, com uma elevada concentração de meios técnicos e recursos humanos para cumprimento desta exigente empreitada;

Prosseguiram em bom ritmo os trabalhos de Construção da Estrutura de Betão Armado e Acabamentos Gerais dos Edifícios GES 2, 3 e 4 para a “ESCOM – Espírito Santo Imobiliária, S.A.R.L.”, obra de grande dimensão e complexidade para a qual a Teixeira Duarte dedicou importantes recursos materiais e humanos da sua estrutura de produção, prevendo-se a conclusão deste grande complexo em 2013;

A conclusão da construção do edifício sede do “INACOM – Instituto Angolano de Comunicações”;

O início da Construção do Edifício de Inspeção de Viaturas, na Direcção Nacional de Viação e Trânsito, para o Gabinete de Obras Especiais (GOE);

O começo das empreitadas de Construção de Escola Primária com 6 Salas e de Construção da Ampliação da Lavandaria para a “Clínica Sagrada Esperança”, na Ilha do Cabo – Luanda e de três agências bancárias, em Luanda, para o “Standard Bank Angola”;

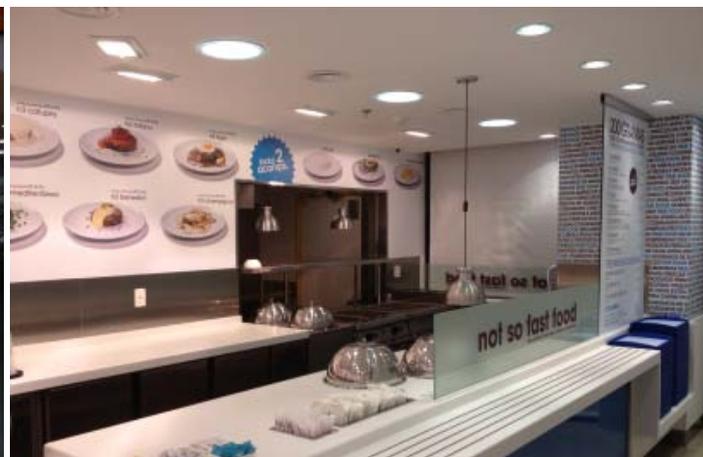
Deu-se continuidade aos trabalhos de Ampliação do Hospital do Soyo, para “Angola LNG Limited”;

Para o “Banco Millennium Angola, S.A.” executou-se a construção de agência na Avenida Hoji Ya Henda, em Luanda e para a “Número Um – Reparação Automóvel, Lda”, das instalações da “Oficina Midas”, na Avenida do Brasil, em Luanda;

Para a empresa do Grupo Teixeira Duarte “CND – Comércio Geral de Importação, Lda.”, iniciaram-se os trabalhos de remodelação da Loja da Maxi Mulemba, executaram-se os trabalhos de ampliação do cais de descargas da Loja Maxi – Morro Bento e concluíram-se as empreitadas



Pastelaria Nilo Pinto
Luanda | Angola



H3 São Paulo, S.A. | Shopping ABC
São Paulo | Brasil

de construção da Loja Maxi de Porto Amboim, da Loja Maxi Cazenga, da Loja Maxi Bompreço do Ginga Shopping e de remodelação da Loja Maxi Mainga - Fase 3;

Para a empresa do Grupo Teixeira Duarte que opera no setor automóvel com a marca TDA, construiu-se o "Stand Coqueiros";

Para outra sociedade do Grupo Teixeira Duarte executou-se a empreitada de remodelação da Pastelaria Nilo Pinto, em Luanda;

Também para uma sociedade do Grupo Teixeira Duarte, "EDUCARE - Atividades Educativas e Culturais Lda.", foi concluída mais uma fase do Colégio São Francisco de Assis (bloco 5).

Na **Argélia**, prosseguiu a atividade de prospeção comercial na área dos edifícios, tendo-se apresentados propostas, tanto em concursos públicos como a clientes privados.

No **Brasil**, deu-se continuidade ao reforço da atividade comercial, permitindo que, durante o ano de 2012, a atividade se tenha expandido a clientes externos ao Grupo.

Foi iniciada a empreitada de construção civil das oficinas de soldagem, montagem e pintura, bem como dos corredores para a Fase I do Projeto Brasil para a "CHERY BRASIL - Importação, Fabricação e Distribuição de Veículos Lda.". Trata-se de um marco importante porquanto é a primeira obra neste país para a indústria automóvel, setor em grande crescimento no Brasil.

Deu-se também início à empreitada de execução do edifício dos Escoteiros, para ampliação da unidade hospitalar que a "Hospital de Clínicas de Niterói Lda." possui naquela cidade do Estado do Rio de Janeiro.

Para a "H3 São Paulo - Comércio de Alimentos, S.A.", realizaram-se três empreitadas de execução de lojas em diferentes centros comerciais de São Paulo.



Quartier Vila Mascote
São Paulo | Brasil



Edifício sede do Banco de Moçambique
Maputo | Moçambique

Para empresa do setor imobiliário do Grupo, prosseguiu-se a construção do Condomínio “Quartier Vila Mascote”, em São Paulo.

No sentido de dar resposta aos contratos entretanto celebrados para as novas obras, reforçaram-se as equipas de produção com formação de elementos locais, na convicção que a transmissão das metodologias, cultura e forma de atuar próprias da Teixeira Duarte assumem um papel muito importante na expansão da sua atuação.

No decurso de 2012 em **Espanha** acentuaram-se os efeitos da crise económica e financeira que assola este país, levando a uma travagem violenta no investimento. A redução da produção nesta área de edifícios, bem como da construção em geral levou à redução da equipa local apenas para uma estrutura que permita acompanhar a evolução do mercado, que, ainda assim, não se espera que seja positiva no curto ou médio prazo.

Em **Moçambique**, no ano de 2012, a produção nesta área teve uma redução na ordem dos 25% relativamente ao ano anterior. Tal deveu-se ao atraso no arranque de algumas empreitadas já contratadas ou em negociação, mas também a um significativo aumento da concorrência de muitas empresas recém-chegadas a este país em quantidades não proporcionais ao crescimento do negócio da construção, o que levou a uma acentuada descida de preços praticados.

Ainda assim, manteve-se uma forte atuação comercial, tendo sido apresentado um número elevado de propostas, relativamente às quais se acredita que a longa e prestigiada experiência que a Teixeira Duarte tem consolidando neste país desde 1982 serão certamente mais-valias que os clientes continuarão a valorizar.

A empreitada mais importante em curso, foi contratada com o “Banco de Moçambique”, tendo por objeto a demolição do “Edifício Ex Casa Coimbra” e a construção de outros dois: um destinado a escritórios do Edifício sede do Banco de Moçambique e outro destinado ao Silo – Automóvel, com funcionalidade mista, comportando uma área para estacionamento e outra área para escritórios e serviços.



Edifício Sede do Tribunal Administrativo
Sofala - Beira | Moçambique



Fundo de Fomento Pesqueiro
Museu das Pescas
Maputo | Moçambique

Esta obra foi consignada no início do ano de 2012 e tem corrido a um bom ritmo, sendo que a sua dimensão e complexidade técnica, estão a envolver importantes recursos do setor.

Em 2012 foram concluídas as empreitadas de:

- Construção da 2ª Fase da Faculdade de Ciências para a Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo;
- Edifício Sede do Tribunal Administrativo de Sofala, na Cidade da Beira, para o Tribunal Administrativo.

Foram executados os trabalhos de:

- Reabilitação do Hotel Tivoli Maputo, para a sociedade do Grupo Teixeira Duarte “Hotel Tivoli, Lda”;
- Construção da Infraestrutura de apoio ao 10º Congresso da Frelimo, em Pemba;
- Empreitada *Refurbishment of the Geology Department* na Universidade Eduardo Mondlane em Maputo, para “ENRC Mozambique Lda.”

Foram iniciadas as Empreitadas de:

- Construção de Instalações para o Museu das Pescas na Cidade de Maputo, para o Fundo de Fomento Pesqueiro;
- Reabilitação do Porto de Pemba, para “CFM - Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.”;
- Demolição de estacas prancha, terraplanagem, drenagem, civil e montagens mecânicas Cais 8 Porto da Beira, para a “VALE Moçambique, S.A.”;
- *TCM Phase 3.5. Expansion of the Matola Coal Terminal - D511/003 Civils and Piling*, para Grindrod Terminal de Carvão da Matola;
- Construção de um edifício de quatro pisos para escritórios para um cliente privado;
- Construção de estrutura, fundações e alvenarias do edifício sede da Autoridade Tributária de Moçambique, para a “IMOINVESTE - Investimentos Imobiliários, S.A.”;
- Reabilitação do Auditório Municipal da Beira, para o Conselho Municipal da Beira.

Acompanhando a atividade crescente que outros setores da Empresa têm na **Venezuela**, as Edificações iniciaram este ano a análise e estudo deste mercado, permitindo a apresentação das primeiras propostas, o que poderá proporcionar que, no decurso de 2013, possa ser iniciada a primeira obra.



CONBATE, ACE
Viaduto de Coina I | Portugal



EDP, S.A.
Reforço de potência da Barragem de Salamonde
Vieira do Minho | Portugal

A área das **INFRAESTRUTURAS** tornou-se fundamental no desenvolvimento e crescimento da atividade da Teixeira Duarte, sendo particularmente caracterizada por engenharia de elevado nível tecnológico e realização de grandes projetos infraestruturantes.

Com expressão mais relevante a partir da década de 80, abrange todo o tipo de obras: Estradas e Autoestradas, Pontes e Viadutos, Barragens, Ferrovias, Gares ferroviárias e interfaces, Construção Ambiental e ainda Infraestruturas de Água e Gás Natural.

Conforme anunciado no Relatório do ano 2011 a Venezuela confirmou durante o exercício de 2012 o estatuto de grande mercado nesta área, que nesse país realizou cerca de 50% da sua produção.

Em **Portugal** confirmou-se o declínio previsto nos últimos anos, tendo a produção caído 75%. Ainda assim, continuou a ser o segundo mercado para esta área da atuação, o que não se prevê seja repetido nos tempos mais próximos, pois tudo indica que Portugal passará a ser um mercado residual em termos de Infraestruturas.

As obras desenvolvidas foram:

- A construção do sistema de drenagem do Viaduto do Loureiro, no Sublanço Bucelas/Arruda dos Vinhos, da A10 - Autoestrada Bucelas/Carregado/IC 3, para a “Brisa - Concessão Rodoviária, S.A.”, já concluída e rececionada;
- A empreitada de conceção, projeto, expropriações, construção e fornecimento e montagem de equipamento dos Sublanços IC 32-Palhais/Coina, IC 32 - Casas Velhas/Palhais e ER 377-2- Costa de Caparica/Fonte da Telha, para a “AEBT-Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A.” (Concedente - Estradas de Portugal), com relevância para a conclusão e entrada em serviço, em 24 de abril, do Viaduto de Coina e para a conclusão e entrada em serviço do último trecho (Coina/Penalva) ocorrida em 27 de novembro;
- A empreitada geral de construção do reforço de potência da Barragem de Salamonde, em Salamonde - Vieira do Minho, para a “EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.”. Esta obra, executada pelo “Construsalamonde, ACE”, no qual a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e a sua participada EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., detêm 92,5%, é uma obra de elevada complexidade técnica e tem tido

uma evolução compatível com os objetivos traçados, tendo sido cumpridas todas as datas chave contratualmente relevantes, facto reconhecido pelo exigente cliente EDP.

Tudo aponta para que, em 2013 e em 2014, se mantenham bons níveis de produção e de faturação, na linha dos objetivos definidos e acordados com a EDP e que a relação técnico-comercial com este cliente e parceiro possa ser consolidada.

No final do ano, foi aberto um novo estaleiro para a construção do reservatório do Cerro da Mina, em Neves Corvo, para a "SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.". Esta empreitada, que inclui diversas obras acessórias, deverá ficar concluída em meados de 2014.

Assinalam-se ainda as duas empreitadas contratadas na Região Autónoma da Madeira entre a "RAMEDM - Estradas da Madeira, S.A." - posição contratual entretanto assumida pela nova Direção Regional de Estradas - e dois Consórcios externos, integrados pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e pela sua participada EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., cuja realização está dependente da respetiva inclusão no Plano Anual de Investimentos do Orçamento do Governo da Região Autónoma da Madeira. São elas a construção da nova ligação Vasco Gil - Fundoa à Cota 500 - 2ª Fase, com um prazo de execução de 600 dias, e a construção da via expresso Ribeira de São Jorge/Arco de São Jorge - 2ª Fase, com um prazo de execução de 548 dias.

Para o ano de 2013 a previsão é que a realização neste mercado continuará a diminuir, não devendo ultrapassar os 60% do realizado no ano de 2012.

No mercado de **Angola** foi reiniciada a obra de Reabilitação da Rede Viária de Luanda - Avenida Hoji Ya Henda, numa extensão de 5,1 km, em Luanda, para o "INEA - Instituto de Estradas de Angola".

Os trabalhos de reabilitação desta via estruturante da cidade de Luanda - que atravessa os importantes Municípios do Rangel e do Cazenga - têm sido bastante condicionados por problemas de expropriação, por inúmeras contingências, sobretudo ao nível de serviços afetados, e pelo intenso tráfego que se faz sentir ao longo do dia, com repercussões significativas no faseamento da obra.

Esta empreitada, que deverá ficar concluída durante o ano de 2014 caso se concretizem no curto prazo os processos de expropriações há muito identificados, constituirá um fator primordial de desenvolvimento da urbanidade da envolvente e terá um impacto social extremamente relevante, nesta zona mais complexa da cidade.

A atividade comercial em curso e as novas obras em perspetiva deixam antever bons níveis de crescimento e um significativo reforço das equipas e da atividade do setor neste importante mercado.

Na **Argélia**, a atividade do setor de Infraestruturas manteve-se estável, em linha com os exercícios anteriores. Nas obras em curso neste mercado, a área das Infraestruturas mobiliza e coordena outras áreas e importantes recursos da Empresa, nomeadamente ao nível dos Centros de Exploração da Geotecnia e Reabilitação, da Metalomecânica e das Cofragens, bem como das suas participadas, "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A." e "EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.".

As principais obras em curso foram:

- "Projet de Réalisation de la Ligne 1 - Lot 1: Extention A Gros Œuvre-Voie, Ligne et Stations sur le Tronçon: Place Émir Abdelkader - Place des Martyrs, Alger", para a "Entreprise du Métro d'Alger (E.M.A.)";
- "Études d'exécution et Travaux de Modernisation de la Ligne Thenia/Tizi-Ouzou et son Électrification jusqu'à Oued Aissi (50+14 Km)", para a "ANESRIF - Agence Nationale d'Etudes et de Suivi de la Réalisation des Investissements Ferroviaires".

Estas empreitadas entraram numa fase de pleno desenvolvimento, que se deverá manter em 2013 e em 2014, depois de alguns atrasos muito ligados à necessidade de melhor definição, a processos de expropriações e à adequação dos projetos de execução às condições locais.

A obra do Metro de Argel - onde a Teixeira Duarte integra o consórcio denominado GMAC - tem exigido o recurso a soluções específicas e de grande complexidade técnica devido essencialmente à sua localização junto à baía da cidade, ao espólio arqueológico detetado nas zonas



Entreprise du Métro d'Alger | Projeto de extensão do Metro de Argel - Linha 1 - Lote1 - Troço Place Émir Abdelkader - Place des Martyrs | Argélia



ANESRIF | Trabalhos de modernização da linha ferroviária Thenia/Tizi-Ouzou e sua eletrificação até Oued Aissi | Argélia

afetadas pelos trabalhos e pela restante envolvente e, ainda, ao facto de ser realizada sob edificações antigas, classificadas pela UNESCO como património mundial.

Em Thenia/Tizi-Ouzou, onde a Teixeira Duarte opera através do consórcio TEHOZEN, o reconhecimento da qualidade do trabalho executado, do cumprimento de prazos e da capacidade técnica e de realização demonstradas tem permitido reforçar, de forma sustentada, a participação nesta empreitada de grande envergadura, com múltiplas e exigentes valências, merecendo particular destaque a recente adjudicação de 7 estações e apeadeiros e a possibilidade de executar mais algumas obras de arte.

A adjudicação recente da empreitada de “Réalisation des Installations et Équipements d’Exploitation de l’Autoroute Est-Ouest - Lot Ouest”, ao Agrupamento liderado pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., para a Algérienne de Gestion des Autoroutes (AGA), com início dos trabalhos previsto para o segundo semestre de 2013 e com um prazo de realização de dois anos, permite augurar um franco crescimento neste mercado que, previsivelmente, virá a posicionar-se como 2º em importância no Setor.

No **Brasil**, acentuou-se a quebra de atividade na área das Infraestruturas, muito devido à mudança de ciclo político e à hesitação latente do investimento privado. No período em análise não foi possível manter o nível da carteira de obras.

A empresa participada a 100% “EMPA, S.A.” concluiu os trabalhos nas seguintes obras:

Para o DNIT - Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes:

- Construção da rodovia BR 440, em Juiz de Fora - Minas Gerais;
- Construção da rodovia BR 135, em Montalvânia - Minas Gerais;
- Restauração da rodovia BR 259, em Governador Valadares - Minas Gerais;
- Restauração da rodovia BR 040, em Belo Horizonte - Minas Gerais;

- Restauração da rodovia BR 285, em Caseiros - Rio Grande do Sul.

Para o DER/MG - Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais:

- Construção da rodovia BR 474 - trecho Caratinga/Ipanema;
- Construção da rodovia BR 474 - trecho Ipanema/Ent. Mutum;
- Construção da rodovia BR 474 - trecho Ent. Mutum/Aimorés;
- Construção da rodovia municipal entre Cônego Marinho e Miravânea;
- Construção da rodovia municipal entre Santana do Deserto e a BR 040;
- Construção da rodovia municipal entre Chiador e Divisa dos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

Para o DAER/RS - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul:

- Construção da rodovia RS 049 - Catuípe;
- Construção da rodovia RS 403 - Rio Pardo.

Para o Grupo ENERGISA:

- PCH de Stº. Antônio - Aproveitamento Hidrelétrico no Estado do Rio de Janeiro;
- Acessos do Aproveitamento Hidrelétrico de Stº. Antônio, no Rio de Janeiro.

Neste período foi dada continuidade à Construção da rodovia BR 364 - Ent. BR 365 e Santa Vitória, no Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais, importante rodovia com a extensão de 76 Kms que a EMPA está construindo para o DNIT - Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes.

Tiveram o seu início, em 2012, as seguintes obras:

- Para o Grupo ANGLO AMERICAN, a obra On Shore 3, obra de infraestrutura portuária, no Super Porto do Açú, Campo dos Goitacazes no estado do Rio de Janeiro;
- Para o DER/MG - Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, a Construção da rodovia municipal em Simão Pereira, em Minas Gerais;
- Para o DNIT - Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes, Construção da rodovia BR 259 entre Aimorés e Resplendor no estado de Minas Gerais.

A acentuada atividade comercial com entidades privadas encarregadas de importantes projetos de infraestruturas permite antever para o exercício em curso uma retoma e crescimento de atividade.

A atividade em **Moçambique** neste área tem sido residual, decorrendo um período de atividade comercial e observação do mercado que pode vir a produzir efeitos em anos vindouros.

Como referido em cima, a **Venezuela** concentra neste momento a maior capacidade de realização desta área.

As obras em realização nesse país cobrem um vasto leque de especialidades, mobilizando outras áreas da construção da Teixeira Duarte, como sejam a Geotecnia e Reabilitação, as obras Subterrâneas e Marítimas.

A obra de "Procura y Construcción del Muelle Oeste en la Ampliación y Modernización del Puerto de la Guaira", no estado Vargas, para a "Bolivariana de Puertos (BOLIPUERTOS), S.A.", avança dentro do planificado nas obras marítimas e com satisfação do cliente.

As obras de Construção do Túnel Baralt, Prolongación de la Avenida Boyaca (Cota Mil) Hasta el Distribuidor Macayapa y Viaducto Tacagua, a realizar no âmbito do Consórcio Boyaca - La Guaira, para o Ministério del Poder Popular para el Transporte Terrestre, foram iniciadas nas diferentes áreas, progredindo significativamente ao nível dos estudos de projeto e obra preparatória.



PCH de Stº. Antônio | Aproveitamento Hidrelétrico
Rio de Janeiro | Brasil



CANTV
Centro de Telecomunicações OPSUT-COR
Venezuela

No ramo das Tecnologias de Informação e Telecomunicações estão a ser realizados trabalhos em valor que ultrapassam os 70 milhões de euros, com particular destaque para o Centro de Telecomunicações OPSUT-COR, para a CANTV, em Valle de la Páscua - no centro de gravidade do país - e de todo o conjunto de nós da rede de fibra ótica de telecomunicações que cruza a Venezuela, "OPSUT-NODOS", para a mesma entidade.

Estão também a ser levadas a cabo obras de elevada importância social e relevantes na relação entre Portugal e a Venezuela, das quais se destacam:

- As instalações que albergam a fábrica de computadores Canaima (Magalhães em Portugal) - VENEMAICA para a Telecom Venezuela - de onde estão a sair milhares de dispositivos para alimentar o programa de educação na Venezuela e países vizinhos.
- A Estação Terrestre do Programa de Satélites, para a ABAE.

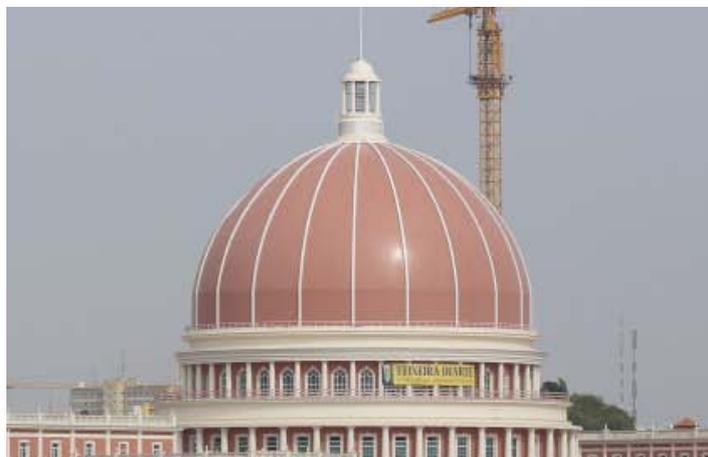
No seu conjunto estas obras ultrapassam os 30 milhões de euros e está prevista a sua conclusão durante o ano 2013.

A **METALOMECÂNICA** constitui uma especialidade dentro do setor da construção que permite à Teixeira Duarte a execução de obras de Construção e Reabilitação de Pontes Metálicas e Mistas Aço-Betão, Conceção e Construção de Equipamentos Hidromecânicos para Barragens e Estruturas Metálicas em geral.

A Metalomecânica tem uma vertente importante na criatividade e inovação que aplica nas suas intervenções.

Em 2012, o Centro de Exploração de Metalomecânica manteve, no âmbito da sua especialidade, a colaboração regular com os outros Centros de Exploração da Empresa e a realização de algumas obras para Clientes Exteriores.

Em **Portugal**, destacam-se a conceção, construção e montagem dos equipamentos hidromecânicos e instalações elétricas para a empreitada de reforço de potência e aproveitamento da barragem de Salomonde, para a "EDP - Gestão de Produção de Energia S.A.", onde serão instaladas duas comportas de segmento, comportas ensecadeiras e conduta blindagem e válvulas, bem como a continuação do contrato de assistência



Estruturas metálicas Assembleia Nacional
Luanda | Angola



VALE, S.A. | Ponte sobre o rio Santa Joana
Colatina - Espírito Santo | Brasil

técnica à manutenção de equipamentos mineiros para a "SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves Corvo S.A.".

Em **Angola** prosseguiu-se a execução e montagem de estruturas metálicas no âmbito de empreitadas conduzidas por outros Centros de Exploração da Teixeira Duarte, nomeadamente para a empreitada da Assembleia Nacional, em Luanda.

Na **Argélia**, foi dada continuação do fabrico das pontes metálicas para a Linha Thenia/Tizi-Ouzou, para a "ASNERIF - Agence Nationale d'Études et Suivi de la Realization des Investissements Ferroviaires" com conclusão da montagem da ponte PK8.

No **Brasil**, deu-se início à atividade deste Centro de Exploração com a montagem da ponte sobre o rio Santa Joana, na Estrada de Ferro Vitória Minas, em Colatina, no Estado de Espírito Santo, para a "VALE, S.A.". Obra ganha maioritariamente pela solução inovadora encontrada para a substituição da antiga ponte e que teve um bom impacto na imagem da empresa junto deste importante cliente.

Nas **OBRAS SUBTERRÂNEAS**, o Grupo conta, para além da própria "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", com a E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A. (EPOS), empresa fundada no início dos anos 80 e que para além dessa reconhecida experiência é possuidora da mais avançada tecnologia e equipamentos para a execução de obras deste género, bem como para a atuação na área mineira.

Em 2012 realizou um total de vendas de 74.990 milhares de euros, revelando um crescimento de 18 % em relação ao realizado no exercício anterior e alcançando um novo máximo na sua história.

A atividade industrial desenvolvida em Portugal representou cerca de 80% do total das vendas, tendo a parcela restante sido obtida nos mercados venezuelano e argelino.



EDP, S.A.
Caverna da Central de Salamonde
Vieira do Minho - Braga | Portugal



Barragem de Foz Tua, A.C.E.
Túnel de Acesso à Central da Barragem de Foz Tua
Vila Real | Portugal

Em **Portugal**, mantendo uma forte componente da sua produção em trabalhos mineiros, a EPOS obteve também importantes proveitos em obras de engenharia civil, em especial no setor dos projetos hidroelétricos.

Dos trabalhos realizados destacam-se:

- O início, em janeiro de 2012, de mais uma empreitada de desenvolvimento da infraestrutura mineira de Neves Corvo, contratada com a “SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.”, onde a extensão de túneis e galerias construídos durante o ano veio a atingir os 12 km e foram instalados cerca de 180 mil pregagens e aplicados 56 mil m³ de betão projetado.
- A empreitada de desmonte e transporte de minério, que registou uma redução do volume produzido, que se fixou em 470 mil toneladas extraídas;
- A subempreitada de construção do troço Nascente do Túnel do Marão, contratada com o “INFRATÚNEL - Construtores do Túnel do Marão, A.C.E.”, cujos trabalhos estavam suspensos desde junho de 2011, conheceu o seu epílogo em 31 de outubro, quando, por força da rescisão contratual operada entre a Concessionária e o Empreiteiro Geral, todos os contratos de subempreitada foram também resolvidos;
- A empreitada Geral de Construção do Reforço de Potência de Salamonde - Salamonde II, contratada com a “EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.”, onde, através da sua participação no “Construsalamonde, ACE”, se prosseguiu em bom ritmo os trabalhos de escavação subterrânea dos principais órgãos que integram o circuito hidráulico, tendo também sido iniciada a betonagem das estruturas do descarregador complementar de cheias e da tomada de água;
- A conclusão, no mês de maio, da subempreitada de escavação e contenção do Túnel de Derivação Provisória e do Túnel de Acesso à Central da Barragem de Foz Tua, contratada com o agrupamento “Barragem de Foz Tua, A.C.E.”;
- A retoma, no início do mês de agosto, da atividade neste projeto hidroelétrico em resultado da contratação de uma nova subempreitada, desta vez tendo por objeto a escavação e contenção dos Túneis em Carga, das Galerias de Acesso e da Restituição;
- As obras realizadas para a “IGA - Investimentos e Gestão da Água, S.A.” na Região Autónoma da Madeira, em consórcio com “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.”, registando-se a conclusão, em novembro, da empreitada de Construção da Lagoa da Portela, enquanto os trabalhos de Beneficiação do Lanço Sul da Levada dos Tornos - 2ª fase, que envolve a reabilitação de um total de 29 Km de levadas e estruturas de apoio, prosseguiram algo condicionados por limitações impostas pela necessidade de manter em circulação os caudais indispensáveis à vida das populações servidas pelo canal.



Consórcio Boyacá - La Guaira
Túnel de Baralt
Caracas | Venezuela

CP, EPE
Renovação Integral de Via, Vila Real
de Santo António | Portugal

Na **Argélia**, a atividade desenvolvida pela EPOS através da prestação de assistência técnica à “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.”, no seio do “Groupement Metro d’Alger Centre”, visando os trabalhos de escavação subterrânea integrados na empreitada de construção do metropolitano da capital argelina.

Na **Venezuela**, realça-se o início dos trabalhos de construção do Túnel de Baralt, em Caracas, na Venezuela. Trata-se de uma importante infraestrutura rodoviária, contratada na modalidade de conceção-construção, integrando 5.640 metros de extensão de túneis de grande secção, na qual a EPOS intervém na qualidade de subempreiteiro do “Consortio Boyacá - La Guaira”, para a Componente Túnel Baralt.

Nas **OBRAS FERROVIÁRIAS**, a SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A., é a sociedade do Grupo Teixeira Duarte (detida a 60%) particularmente vocacionada para a construção, renovação e conservação de infraestruturas ferroviárias incluindo a sua eletrificação (catenária). Em cinquenta e seis anos de atividade tem desenvolvido todos os tipos de trabalho associados à via-férrea, tanto em via balastrada como em via betonada, realçando a sua capacidade de elaboração dos respetivos projetos de execução.

Em **Portugal**, foram concluídas as seguintes prestações de serviços:

- Trabalhos de Manutenção Geral da Via na Linha da Beira Alta: Pampilhosa - Vilar Formoso e na Linha do Oeste: Mira Sintra/Meleças - Lourçal”, para a “REFER - Rede Ferroviária Nacional, EP”;
- Manutenção de Via com Equipamento Pesado nas Linhas do Norte, Beira Baixa, Leste e Oeste, Ramais de Tomar, Cáceres, Alfarelos, Lourçal e Concordância de Verride, para a “REFER - Rede Ferroviária Nacional, EP”.

Foram iniciadas as seguintes prestações de serviços:

- Manutenção nas especialidades de Via e Catenária relativo ao lote 5 nas Linhas do Norte, Beira Alta e Beira Baixa, para a “REFER - Rede Ferroviária Nacional, EP”;
- Início e conclusão da empreitada de “Execução de Renovação Integral de Via (RIV), em Vila Real de Santo António, para a “CP - Comboios de Portugal, EPE”;



SOTAGUS, S.A. | Substituição do carril de rolamento de guindaste no porto de Lisboa | Portugal



SUPERVIA, S.A. Soldaduras elétricas de carris Rio de Janeiro | Brasil

- Substituição do carril de rolamento de guindaste no porto de Lisboa, em Santa Apolónia, para a “SOTAGUS – Terminal de Contentores de Santa Apolónia, S.A.”.

Em **Marrocos**, foram concluídos os trabalhos de renovação integral de vários troços de via-férrea, entre as cidades de Rabat e Casablanca, com a extensão total de 68 Km, para a “ONCF – Office National des Chemins de Fer”.

Na **Argélia**, prosseguiram os trabalhos de “Modernização da Linha de Thenia/Tizi-Ouzou e a respetiva eletrificação do troço até Oued Aissi”, na extensão global de 75 Km, para a “ANESRIF – Agence Nationale d’Études et Suivi de la Realization des Investissements Ferroviaires”.

No **Brasil**, foi dado o início da produção industrial, na especialidade de via, com a execução de soldaduras elétricas de carris para a “SUPERVIA – Trens Urbanos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, S.A.”. Foi também formalizado o contrato de empreitada com a “ANGLO FERROUS MINAS – Rio Mineração S.A.”, para execução de caminhos de rolamento para guindaste no Porto de Açu (Estado do Rio de Janeiro), no valor de 1,01 milhões de euros.

Nas **OBRAS MARÍTIMAS** é a OFM – Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A. (também indiretamente detida a 60%) que se destaca como entidade especializada operando em obras de infraestrutura portuária (portos comerciais, de pesca e de recreio náutico), na construção e reabilitação de proteções costeiras (molhes, esporões e obras de defesa aderentes), em operações de dragagem e noutros trabalhos da área marítima e fluvial.

Em **Portugal** foram concluídas as seguintes empreitadas:

- Em julho de 2012, a empreitada de “Reabilitação e Adaptação da Doca de Pedrouços – Obras Marítimas – Volvo Ocean Race (VOR), em consórcio e para a “APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.”;
- Construção da Infraestrutura Marítima de Melhoria das Condições de Abrigo no Setor da Pesca da Praia, Ilha Graciosa, para a “SRAM – Secretaria Regional do Ambiente e do Mar”.



ECRN | Ampliação da zona de reparação da Base Naval de Mers-El-Kebir | Argélia



Ministério das Infraestruturas, Transportes e Comunicação da República de Cabo Verde
Expansão do Porto de Porto Novo - 1ª Fase - Ilha de Santo Antão | Cabo Verde

Proseguiram os trabalhos em duas obras:

- Empreitada de Construção das Infraestruturas Portuárias e Obras de Melhoramento das Condições de Abrigo do Porto da Madalena do Pico, na Ilha do Pico e Empreitada de Construção da Rampa para Navios Ro-Ro e Ferry e Obras Complementares no Porto de S. Roque, na Ilha do Pico, ambas em consórcio e para a “PA – Portos dos Açores, S.A.”.

Na **Argélia**, foram concluídos os trabalhos da empreitada de “Travaux de Confortement de la Zone de Réparation a la Base Navale de Mers-El-Kebir / 2º RM”, para a “ECRN – Etablissement de Construction et de Réparation Navales”, ambas realizadas em agrupamento.

Em **Cabo Verde** conclui-se, em consórcio, a empreitada de “Construção da Expansão do Porto de Porto Novo – 1ª Fase – Ilha de Santo Antão” para o Ministério das Infraestruturas, Transportes e Comunicação da República de Cabo Verde.

Ainda em Cabo Verde, a OFM, em consórcio, deu início os trabalhos de “Alargamento de Terrapleno e Construção de uma Nova Via de Acesso na Zona Nordeste do Porto Grande, São Vicente”, para o Ministério das Infraestruturas, Transportes e Comunicação da República de Cabo Verde.

Em **Moçambique** deu-se início e concluiu-se a empreitada de “Esporão de acesso a cais no Porto de Pemba”. A empreitada consta da construção de um esporão com 100 metros de comprimento, destinado a permitir avançar pelo mar, tendo em vista atingir as cotas de fundo necessárias à operação portuária, para a SDV – Bolloré Africa Logistics.

Na **Venezuela**, foram iniciados os trabalhos de dragagem da vala, canal e bacia de navegação e execução de prisma de enrocamento para a plataforma terrestre e execução da superestrutura do cais, integrados na “Ampliación y Modernización del Puerto de La Guaira”.

O **CENTRO OPERACIONAL DE COFRAGENS E PRÉ-ESFORÇO** é o Centro de Exploração depositário da experiência e da tecnologia da Teixeira Duarte nas áreas de cofragem e cimbres desde 1990 e ainda da atividade de pré-esforço a partir de 2000.



Molde para descarregador de cheias da Barragem de Salamonde - Braga | Portugal



Molde para descarregador de cheias da Barragem de Salamonde - Braga | Portugal

Constituindo um instrumento de fundamental importância para o sucesso das grandes obras de betão armado e pré-esforçado, compete-lhe ainda promover o estudo e o desenvolvimento de modernos processos construtivos em ordem a dispor das tecnologias mais avançadas existentes no mercado.

Em **Portugal**, a atividade centrou-se na conclusão dos trabalhos no viaduto de Coima, incluídos na empreitada contratada com a "AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A."

Em **Angola**, concluíram-se os trabalhos nos Edifícios GES 2, 3 e 4, integrados no empreendimento para a "ESCOM - Espírito Santo Imobiliária, S.A.R.L." e foram ainda executadas as 4 caves do edifício Vitória, ambas as empreitadas em Luanda.

Na **Argélia**, iniciou-se o envio de cimbre ao solo descontínuo (asnas TD600 e colunas BB65), para a execução das plataformas de apoio à montagem dos arcos metálicos do viaduto, em Thenia/Tizi-Ouzou, trabalhos integrados na obra ferroviária para a "ANESRIF - Agence Nationale d'Études et Suivi de la Realization des Investissements Ferroviaires".

Em **Moçambique**, iniciaram-se os trabalhos no âmbito da construção de dois edifícios, em Maputo, para o Banco de Moçambique.

A **DIREÇÃO CENTRAL DE EQUIPAMENTO** faz a gestão e manutenção do equipamento da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções S.A., constituindo um relevante serviço de apoio à produção que está, desde 2011, sediada nas modernas instalações do "Pólo Operacional Teixeira Duarte", no Montijo.

Em 2012, centralizou-se em Portugal a gestão do equipamento, mantendo a área operacional e técnica em cada um dos mercados.

Foi instalada a plataforma SAP, módulos de equipamento e manutenção, em Moçambique e na Venezuela, numa ação que se revelou fundamental para a uniformização dos procedimentos e monitorização constante da gestão do equipamento em todos os mercados.



Vista aérea do Polo Operacional Teixeira Duarte
Montijo | Portugal



Laboratório de Materiais | Polo Operacional Teixeira Duarte
Montijo | Portugal

Em **Portugal**, devido ao abrandamento da atividade, a taxa de ocupação do equipamento decresceu significativamente em relação ao ano anterior. O investimento em equipamento foi cerca de 2,3 milhões de euros, essencialmente para a área da Geotecnia.

Em **Angola**, no equipamento geral e de infraestruturas a taxa de ocupação foi de 50% e nos equipamentos da Geotecnia foi de 33%. O investimento foi de 4,8 milhões de euros, sobretudo afeto a equipamento Geral e de Geotecnia.

Na **Argélia**, a taxa de ocupação do equipamento foi de cerca de 38% e o valor investido foi de 3.5 milhões de euros, essencialmente para a área da Geotecnia.

No **Brasil** a taxa de ocupação do equipamento de Infraestruturas foi de 32% e a do equipamento de Geotecnia de 40%. O investimento foi de 10 milhões de euros, na sua quase totalidade destinado a equipamento de Geotecnia.

Em **Moçambique**, a taxa de ocupação do equipamento Geral e de Infraestruturas foi de 34% e para o equipamento de Geotecnia foi de 41%. O investimento foi de 2,7 milhões de euros, distribuído em equipamento Geral e de Geotecnia.

Na **Venezuela**, a taxa de ocupação do equipamento foi superior a 70%. O investimento foi de 12,5 milhões de euros, dos quais 2,7 milhões de euros em equipamento Geral, cerca de 5,2 milhões de euros em Infraestruturas e 4,6 milhões de euros em Geotecnia.

O **LABORATÓRIO DE MATERIAIS** está acreditado desde 1996 e, desde 2011, instalado no "Pólo Operacional Teixeira Duarte", no Montijo. Foi um dos primeiros laboratórios de uma empresa de construção a obter acreditação no domínio dos betões e agregados, em Portugal, possuindo um vasto portfólio de equipamentos que permitem a realização de mais de oitenta ensaios diferentes, estando igualmente vocacionado para

apoiar as obras das empresas do Grupo, nos domínios da conceção e aplicação do betão, controlo da qualidade, orçamentação e inspeção de estruturas de betão, quer em Portugal quer no Estrangeiro.

Em **Portugal** e no que diz respeito à Investigação, Desenvolvimento e Inovação, registou-se em 2012 um conjunto de trabalhos apoiados pelo Laboratório de Materiais, nomeadamente nos projectos de: Ligantes para Aplicações Geotécnicas à base de Cinzas Ativadas, para o grupo de trabalho científico de que a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., faz parte juntamente com a “Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro” e a “Universidade do Minho”; Betão com Pré Colocação de Agregados (PPA) para Postes de Catenárias” em parceria com a SOMAFEL e OFM; Caldas Pré-Doseadas para Injeção em Paredes de Alvenaria.

Em **Angola e Moçambique**, os laboratórios locais prosseguiram a sua reorganização interna, mantendo um rigoroso acompanhamento dos diversos estudos de conceção de betões e argamassas e ensaios de solos.

Também no exercício de 2012, regista-se o contributo especial dado às obras na **Venezuela** no estudo e acompanhamento do fabrico dos betões, argamassas e caldas, nomeadamente para a obra de Ampliação e Modernização do Puerto de La Guaira.

IV.2. CONCESSÕES E SERVIÇOS

O Grupo Teixeira Duarte começou a operar nesta área em 1984, em Macau, através de uma participação na CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A., que ainda hoje mantém e à qual acrescentou outras em Portugal, Angola, Brasil, Espanha e Moçambique. Atualmente as empresas do Grupo dedicam-se a áreas de negócios de naturezas distintas, com destaque para tecnologia e a gestão de imóveis, o meio ambiente e os transportes.

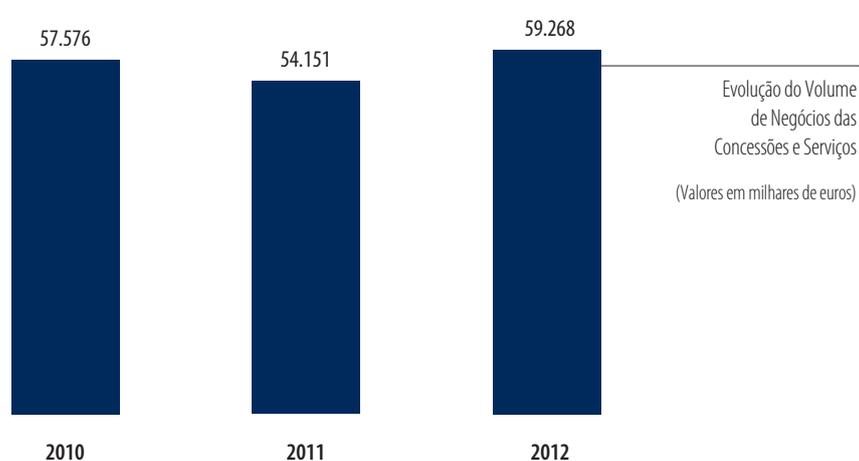
Neste setor, a Teixeira Duarte detém também diversas participações minoritárias noutras entidades cuja gestão não é conduzida pelas estruturas do Grupo e que, em quase todos os casos, não integram o seu perímetro de consolidação. Ainda assim, sobre as mais importantes serão também apresentadas algumas notas no final deste capítulo.

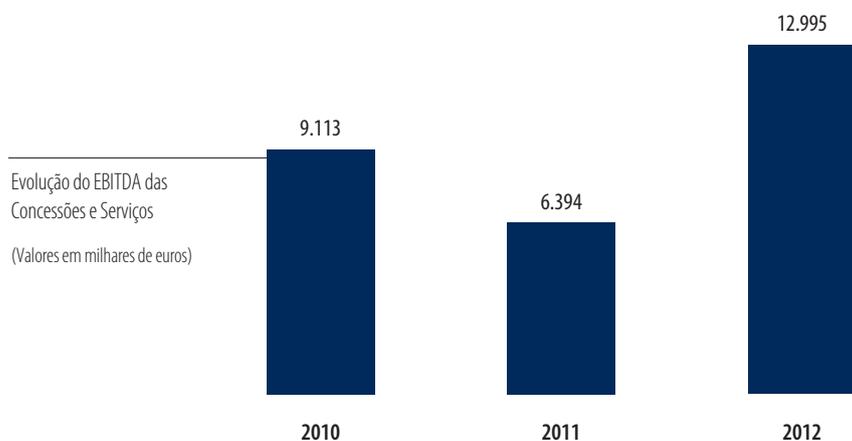
– CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

Nas Concessões e Serviços, o Volume de Negócios cresceu 9,4% face ao período homólogo.

Em Portugal, apesar da conjuntura fortemente adversa, as principais empresas do Grupo integradas neste setor, conseguiram manter os níveis de atividade semelhantes aos de 2011.

Dos restantes mercados destaca-se o Angolano, no qual se verificou um crescimento de 56,5%, essencialmente pelo bom desempenho da participada TDGI.





O EBITDA neste setor das Concessões e Serviços teve uma significativa subida, ultrapassando mesmo em mais 43% os números alcançados há dois anos, em resultado de um desempenho equilibrado de várias participadas e de uma boa subida na área da Gestão e a Manutenção Técnica de Instalações e Empreendimentos, onde para além de uma forte retenção de clientes, se angariaram novos contratos em diversos mercados.

– **ATIVIDADE DURANTE 2012**

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2012, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor das Concessões e Serviços atingiram o valor global de 90.444 milhares de euros, 57,1% dos quais reportados a atividade desenvolvida no estrangeiro, sendo que, no global, estes valores refletem uma subida de 17% em relação a 2011.

IV.2.1. SOCIEDADES DOMINADAS PELO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

O Grupo Teixeira Duarte atua na **GESTÃO E MANUTENÇÃO TÉCNICA DE INSTALAÇÕES E EMPREENDIMENTOS** há treze anos, sendo que, atualmente, opera sob a marca TDGI, em cinco países, nas seguintes áreas: (i) Facilities Management; (ii) Manutenção; (iii) Análise e Diagnóstico; (iv) Gestão de Espaços e Obras; (v) Soluções de Energia.

A Teixeira Duarte iniciou a sua atuação em Portugal e através da sociedade por si constituída para o efeito - e desde o início dominada a 100% - designada "TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis S.A.", sendo que a sua internacionalização, iniciada em 2006, tem vindo a ser concretizada não por esta sociedade portuguesa, mas antes e desde 2011, pela consolidação da marca TDGI, com o objetivo de criar uma insígnia forte com valores sólidos e reconhecidos pelo mercado e pelos clientes, independentemente do local em que possa operar.

Em **Portugal**, o exercício de 2012 acabou por se revelar francamente positivo, tendo o volume de negócios da TDGI aumentado, mesmo em ano de forte contração económica. De referir ainda que este crescimento se ficou a dever essencialmente à manutenção dos contratos com os diversos clientes e à celebração de outros novos, na área do *Facilities Management*.

Assim, a TDGI registou em 2012 proveitos de 18.564 milhares de euros e um resultado antes de impostos de 2.334 milhares de euros, configurando um aumento dos proveitos em cerca de 13% e dos resultados em cerca de 11%, estes últimos de alguma forma condicionados pelo relevante investimento na internacionalização.

A área de *Facilities Management* e gestão e condução de instalações, que continua a ser o Core Business da TDGI, registou também em 2012 um aumento da atividade, em resultado, essencialmente, de três motivos reveladores de factos de extrema importância: Em primeiro lugar a manutenção da generalidade dos contratos existentes; em segundo lugar o aumento da abrangência dos contratos com alguns desses clientes, que revelam a relação de confiança entre a TDGI e os seus clientes; e, por último, mas não menos importante, a celebração de novos contratos, que reflete o trabalho comercial de atenção ao mercado.

Nesta área, releva-se, com especial destaque, o Edifício Alcatel-Lucent em Cascais, onde a TDGI é responsável não só pela Manutenção e gestão das instalações e equipamentos, mas também por todos os serviços de apoio como é o caso da vigilância, limpeza e gestão do correio,



Loja da rede Decathlon
Cascais | Portugal



Instalação da SAP num edifício de escritórios no Lagoas Park
Oeiras | Portugal

a rede de lojas DECATHLON, onde se aumentou o número de lojas sob responsabilidade e ainda o reforço da prestação de serviços na Região Autónoma da Madeira, em contratos como a Polícia de Segurança Pública e a Loja do Cidadão do Funchal.

De destacar a área de Análise e Diagnóstico que continuou, durante o ano de 2012, a ser uma das fortes apostas da TDGI, prosseguindo-se o investimento em novas tecnologias e em novos equipamentos e soluções que permitam uma adequada resposta às exigências que são colocadas, bem como a aposta numa equipa com técnicos especializados e apetrechada com as tecnologias mais recentemente utilizadas no *Building Maintenance*.

A realização dos ensaios na fase de construção e conclusão das obras, a medição de consumos energéticos, as avaliações dos parâmetros da Qualidade do Ar Interior (QAI) e a avaliação das condições de exploração das instalações, permitem Certificar os Edifícios e estabelecer Planos de Racionalização Energética (PRE) e Planos de Ações Corretivas da QAI (PACQAI) no sentido da otimização de consumos energéticos e da melhoria da Qualidade do Ar Interior.

No âmbito das Soluções de Energia destacam-se a adjudicação da certificação energética do edifício técnico da CIMPOR, S.A., bem como de dois edifícios da ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações) e a clínica Parque dos Poetas da Espírito Santo Saúde, S.A.. Na vertente de comissionamento de instalações de destacar o novo ginásio da Virgin Active no Palácio Sotto Mayor.

À semelhança de 2011, o ano de 2012 foi também um ano francamente positivo no setor de Gestão de Espaços e Obras, no que se refere especificamente à ocupação de espaços.

Em função do clima económico que se vive em Portugal, operacionalmente, o ano de 2012 foi marcado por obras de menor dimensão, embora tenham ainda surgido diversos trabalhos de algum volume como foi o caso da adaptação das instalações técnicas para a instalação da SAP num espaço de um edifício do “Lagoas Park” com cerca de 960 m².

Decorrente da prestação de serviços de Gestão Global do Edifício Associação Nacional de Farmácias, no Porto, foram também aí realizadas diversas intervenções de adaptação de espaços para novos clientes, sempre em processos “chave na mão”.

Destacam-se ainda as obras de adaptação de espaços para a “ASTELLAS PHARMA”, a “PRIME ADVERTISING”, a “QUINTILES”, a “GAMBRO” e para a “SAMSUNG”.

Em **Angola**, onde a marca é representada pela “TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda. (Angola)” - igualmente detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte -, apesar das dificuldades deste mercado, a crescente confiança que os clientes têm depositado no trabalho desenvolvido, permitiu que o ano de 2012 consolidasse um assinalável crescimento.

De destacar:

- O contrato para empresa do Grupo Chevron, tendo por objeto a gestão e manutenção integral do Condomínio Montebelo, em Talatona, que integra um complexo habitacional de cerca de cem vivendas, incluindo instalações sociais, desportivas e administrativas de apoio;
- O início da prestação de serviços para o “Banco de Negócios Internacional, S.A.”, com o contrato de manutenção da nova sede, em Luanda, e a avaliação da colaboração para a manutenção de toda a sua rede de agências que se esperava poder vir a concretizar em 2013;
- Acompanhamento do crescimento do “Banco Millennium Angola, S.A.”, gerindo e mantendo todo o seu património, com agências espalhadas por todo o país;
- Início do contrato de manutenção com o Hospital do Soyo, reforçando a atuação nesta particular e relevante área de negócio.

A abertura da base do Huambo, permitirá aumentar e melhorar a presença da TDGI no território Angolano e por consequência a capacidade de resposta nesta geografia.

No **Brasil**, onde a marca TDGI opera através da sociedade do Grupo Teixeira Duarte, “EMPA, S.A.” - também detida a 100% - 2012 foi o ano de afirmação da marca neste país.

Embora sentindo as dificuldades de um mercado fortemente concorrencial e onde o início de atividade se revelou muito difícil, foi possível, graças à parceria com o GRUPO ITAMBÉ, atuar na gestão e manutenção técnica de diversos edifícios como é o caso dos empreendimentos “José Bonifácio” e “Casa Grande” e iniciar a manutenção da rede DECATHLON de São Paulo, em sequência da boa prestação que a TDGI tem vindo a realizar em Portugal.

Em **Espanha**, onde a marca TDGI atua através da sociedade do Grupo Teixeira Duarte, atualmente denominada “RECOLTE - Servicios y Medioambiente, S.A.” - também detida a 100% - as dificuldades vividas nesse país afetaram, incontornavelmente, os objetivos de crescimento, tendo-se mantido estável a rede de clientes, dos quais se destacam o Instituto Galego de Promocion Economica - IGAPE, em Santiago de Compostela, a UNISYS, em Madrid e ainda diversas colaborações com clientes internacionais da TDGI como é o caso da DECATHLON e da PFIZER.

Em **Moçambique** a marca TDGI é representada pela “TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda. (Moçambique)”, que é também detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte.

Neste mercado, com sinais muito positivos de crescimento e em que as necessidades nesta área de gestão operacional de património se tornam cada vez mais necessárias, a TDGI tem vindo a consolidar a sua posição, sendo hoje uma marca reconhecida e respeitada pelo trabalho que tem vindo a realizar na área da gestão dos edifícios de serviços, hotelaria, comércio e também na área industrial.

De entre os vários contratos, destacam-se:

- o contrato de gestão integrada de Facilities Management, para o condomínio Xiluva, constituído por edifícios de habitação, comércio e serviços, em Maputo;
- o contrato na área do ambiente industrial para manutenção das diversas instalações da “GRINDROD, Limited”, no Porto de Maputo;
- o contrato de gestão e manutenção das instalações fabris da “British American Tobacco”, em Maputo.



Edifício UNISYS
Madrid | Espanha



Gestão de áreas industriais
Terminal de Carvão da Matola
Moçambique

Uma nota também para o facto de, para além da sede em Maputo, a TDGI ter também representações nas províncias da Beira, Nacala e Tete, permitindo assegurar uma rede abrangente para clientes com instalações em todo o país, como é o caso da “Seguradora IMPAR”, do Grupo Millennium.

Na área do **MEIO AMBIENTE**, o Grupo Teixeira Duarte atua, essencialmente, nas áreas da conceção e operação de sistemas de limpeza e higiene urbana, em sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos e industriais, na construção e manutenção de jardins e espaços verdes e ainda na limpeza de praias e zonas costeiras, operações de salvamento e socorrismo costeiro, proporcionando uma vasta prestação de serviços na área do ambiente, nas suas múltiplas vertentes.

O Grupo tem vindo a consolidar a sua atuação, que operacionalmente ainda se concentra apenas em Portugal e Espanha, tendo começado por otimizar as atuações em ambos os países, em aproximar as equipas e nos últimos anos deu alguns passos importantes nessa convergência que se pretende benéfica para a atuação global e para o posicionamento comercial nesses mercados e em outros que estão a ser abordados.

Com efeito, em 2011 a sociedade de direito português (RECOLTE) - que já detinha 100% do capital da outra entidade que atua em Portugal (INVICTAAMBIENTE) -, adquiriu a empresa de direito espanhol que no Grupo também atuava nesta área, permitindo concentrar no mesmo núcleo estas entidades, que se assumem, dessa fora, com maior dimensão e melhor posicionadas para enfrentarem com mais eficácia novos, maiores e mais complexos desafios nesta área de negócio, em especial do ponto de vista comercial.

Em 2012 foi-se trabalhando na uniformização de uma marca “RECOLTE” e de um logotipo comum, sendo que, já em 2013, ambas as entidades alteraram a sua denominação num sentido uniforme, passando assim denominarem-se “RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A.” e “RECOLTE - Servicios y Medioambiente, S.A.”, respetivamente em Portugal e Espanha.

A INVICTAAMBIENTE, embora sendo também uma sociedade detida a 100% pelo Grupo, foi constituída especificamente para o contrato de recolha de resíduos sólidos urbanos e para a limpeza urbana de uma parte significativa da cidade do Porto.

A atividade em **Portugal** durante o ano de 2012 consistiu, essencialmente, na continuidade dos contratos de prestação de serviços existentes, na sua maioria plurianuais. Com efeito, dada a redução significativa dos valores base das novas Prestações de Serviços colocadas a Concurso, deixou de se conseguir celebrar novos contratos com as margens operativas necessárias a uma gestão adequada.

De destacar, na área da Construção de Espaços Verdes, a conclusão da obra de Construção do Parque Urbano de Ovar, para o Município de Ovar, em consórcio com outras empresas do Grupo Teixeira Duarte.

Assim, em 2012 a RECOLTE obteve um volume de negócios de 9.957 milhares de euros, ligeiramente inferiores aos verificados no ano transato.

Através da sua Sucursal em Portugal a RECOLTE - ESPANHA deu continuidade aos contratos existentes, atingindo um volume de negócios de 2.536 milhares de euros, em linha com os obtidos no ano anterior.

A INVICTAAMBIENTE obteve um volume de negócios de 3.885 milhares de euros, inferiores aos do ano anterior fruto da redução de serviços verificada para o seu único cliente, o Município do Porto.

– A maioria dos proveitos operacionais destas sociedades, obtidos sobretudo na esfera das Autarquias e Empresas Municipais, resultaram da continuidade de contratos de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Limpeza Urbana realizados nos Municípios de Alenquer, Cascais, Lagoa (Açores), Porto, Ribeira Grande, São João da Madeira e Vila Franca do Campo.

Dos principais trabalhos de Manutenção de Jardins e Espaços Verdes destacam-se os realizados para os Municípios de Oeiras, Benavente, Azambuja, Benavente, Lisboa, Oeiras e Torres Novas, e ainda para a ANA - Aeroportos e Navegação Aérea, Lagoas Park e Taguspark.

Para 2013, estimam-se proveitos operacionais em Portugal em linha com os verificados em 2012, pese embora a dificuldade referida decorrente da redução significativa dos valores colocados a concurso e, também, das reiteradas solicitações dos clientes para redução dos encargos relativos aos serviços e atividades em curso.

Mantem-se a aposta na diversificação para outras áreas do setor do Ambiente e também - atenta alguma estagnação do mercado nacional - a reiterada busca de novas oportunidades de negócio noutros países onde o Grupo Teixeira Duarte se encontra já implantado.

Em **Espanha**, no ano de 2012, registaram-se proveitos operacionais de 24.500 milhares de euros, valor inferior ao conseguido no exercício anterior fruto, essencialmente, da redução de serviços operada a pedido dos clientes.

Dentre as diversas operações em curso em 2012, merecem destaque:

- Na área da Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, Limpeza Urbana e gestão de Ecocentros as desenvolvidas na Comunidade de Madrid (Ayuntamientos de Cubas de Sagra, Griñon, San Lorenzo del Escorial, Torrejón de la Calzada, Torrejón de Velasco y Villaconejos), na Comunidade de Andaluzia (Ayuntamiento de Benalmádena) e na Comunidade de Galiza (Ayuntamientos de Cangas, Bueu y Moaña);
- A celebração de um novo contrato com o Ayuntamiento de Cartaya com o valor de 1.200 milhares de euros para a recolha de diversas tipologias de resíduos naquele município;
- Na Manutenção de Jardins e Espaços Verdes foi dada continuidade às principais prestações de serviços em curso na Comunidade Andaluza (Ayuntamientos de Algeciras e El Puerto de Santa Maria), e na Comunidade de Madrid (Ayuntamientos de Majadahonda, Torrejón de la Calzada e Serrallinos del Valle);
- De salientar, ainda, a continuidade de diversos importantes contratos na área da Manutenção e Conservação de Praias, Pinhais e Zonas Costeiras na Comunidade de Andaluzia, para os Ayuntamientos de Algeciras, Benalmádena e El Puerto de Santa Maria.

Não obstante alguma degradação dos preços de mercado resultante da crise económica que Espanha atravessa, perspectiva-se para 2013 atingir proveitos operacionais em linha como o registado em 2012.



Construção de espaços verdes
Construção do Parque Urbano de Ovar
Portugal



INVICTAAMBIENTE
Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos
(RSU) e Limpeza Urbana
Porto | Portugal

No exercício em apreço foi sedimentada a presença comercial noutros países de língua oficial portuguesa através da apresentação de propostas para diversos concursos, públicos e privados, destacando-se, nesta matéria, as apresentadas em **Angola**, no **Brasil** e em **Moçambique**.

A "**SATU-Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M., S.A.**" é uma empresa municipal participada pelo Grupo em 49% e que explora integralmente o Sistema de Transporte SATU-Oeiras, tendo, em 2012, registado proveitos operacionais de 303 milhares de euros, que traduzem um aumento de 7,4% em relação ao ano anterior.

Após quase nove anos de exploração com zero acidentes, verifica-se que todas as soluções implementadas e otimizadas pela empresa SATU-Oeiras apresentam características que contribuem para uma elevada segurança deste meio de Transporte para todos os seus colaboradores e passageiros.

A "**TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.**" é uma sociedade detida a 100% pela TD-EC e tem como objeto a gestão do Novo Hospital de Cascais por um período de 30 anos, compreendendo as atividades de conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e manutenção.

Concluída em Fevereiro de 2010 a construção do Hospital de Cascais, a atividade da TDHOSP concentrou-se desde essa data, na gestão e de manutenção do edifício hospitalar bem como na gestão e exploração do Parque de Estacionamento.

No âmbito do Contrato de Gestão, a atividade da TDHOSP é avaliada e monitorizada pela Entidade Pública Contratante nos parâmetros de Disponibilidade, Serviço e Satisfação, tendo obtido, desde o início da operação, a classificação de Muito Bom.



Limpeza Viária em San Lorenzo de El Escorial
Madrid | Espanha



Limpeza Viária em San Lorenzo de El Escorial
Madrid | Espanha

Durante o ano de 2012, a atividade da TDHOSP decorreu dentro da normalidade e em cumprimento das suas obrigações, tendo ainda a empresa realizado diversas obras de alteração ao edifício solicitadas pela Entidade Gestora do Estabelecimento, a "HPP Parcerias Cascais, S.A.", e aprovadas pela Entidade Pública Contratante.

A "**EDUCARE - Atividades Educativas e Culturais, Lda.**" é uma sociedade detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, que foi constituída em 2007 e que, desde a sua génese, teve como finalidade o desenvolvimento do projeto do "Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul" (CSFA Luanda Sul), sediado em Talatona, Luanda Sul, em Angola.

Adotando um Modelo Educacional de índole Construtivista/Positivista, cumprindo integralmente o Currículo Português e destinado a alunos desde o Jardim de Infância até final do Ensino Secundário, pretende dar resposta educativa a uma procura exigente e culturalmente diversa de cidadãos de uma comunidade lusófona, sempre com o objetivo de garantir a excelência na divulgação da língua e da cultura portuguesas.

O CSF Luanda Sul iniciou a sua atividade em setembro de 2007, abarcando nessa altura as valências da Educação Pré-escolar (3, 4 e 5 anos) e 1º ciclo do ensino básico (1º e 2º anos de escolaridade), tendo progressivamente vindo a alargar o seu âmbito de atuação.

A este propósito, refira-se que o Despacho nº 7577/2011 de 23 de maio atribuiu ao CSFA Luanda Sul o reconhecimento do ensino ministrado desde a educação pré-escolar até ao 3º ciclo do ensino básico, podendo lecionar nesses anos um total de 622 alunos.

Na verdade, o perfeito patamar de entendimento que, desde o início de funcionamento, se tem mantido com a tutela pedagógica (Ministério da Educação e Ciência Português), com outros organismos portugueses (ex. Ministério dos Negócios Estrangeiros e Instituto Camões) e angolanos (ex. MINARS), com o Ministério da Educação Angolano e, ainda, a observação da plena legalidade deste estabelecimento escolar no País em que se encontra implantado, são fatores que têm permitido garantir a "Excelência da Educação" no quadro da concretização de serviços

educativos, extra letivos e comunitários de referência que fazem parte do "Projeto Educativo de Escola".

No ano 2012 o CSFA Luanda Sul desenvolveu a sua atividade educativa com as valências de Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico (CEB) tendo, em setembro de 2012, expandido a lotação com a abertura de uma turma de 8º ano de escolaridade que garantiu a continuidade letiva dos seus alunos, bem como de mais uma sala de 5 anos e uma de 1º ano de escolaridade, para resposta a uma crescente procura.

Deste modo, em 31 de dezembro de 2012 o CSFA Luanda Sul atingiu cerca de 500 alunos, sendo a sua média anual de 442 alunos, o que representou um incremento de 13% relativamente ao ano 2011, sendo que, para 2013, se espera alcançar o número médio de 523 alunos.

Em dezembro de 2012, o índice entre a capacidade máxima e a ocupação verificada por ciclo fixou-se entre os 93% e os 99%.

Com alunos de oito nacionalidades diferentes, a angolana é a mais representativa, seguindo-se a portuguesa e a brasileira.

O corpo docente, coordenação e direção do CSFA Luanda Sul é constituído por 50 professores, apoiados por 47 técnicos e auxiliares afetos essencialmente à ação educativa.

Das principais atividades complementares durante o ano, destacam-se:

- A implementação de "Cursos de preparação para os Exames da Universidade de Cambridge", da "Academia de Música CSFA Luanda Sul" e diversas atividades extracurriculares;
- A dinamização de atividades com impacto para o exterior e promoção de atividades culturais dirigidas aos Alunos e à Comunidade Educativa e em Geral e de iniciativas no âmbito da relação Escola-Família e ainda a participação dos alunos do CSFA Luanda Sul no "Campeonato Internacional superTmatik Cálculo Mental".

Em 2012 e para melhoria dos serviços, adquiriu-se um novo Programa de Gestão Escolar (NA-VEducation), em matéria de área técnico-pedagógica e gestão escolar, criou-se de um site do CSFA *online*, em www.sfranciscoassis.com e implementou-se um "Sistema de Gestão da Qualidade", em conformidade com as normas internacionais aplicáveis.

"PAREDÃO DE MINAS Energia, S.A.", "GONGOJI Montante Energia, S.A." e "TABOQUINHA Energia, S.A.", são três sociedades de direito brasileiro, detidas pelo Grupo Teixeira Duarte, e que têm dado continuidade aos respetivos processos de licenciamento dos projetos para a construção de três PCH's (Pequenas Centrais Hidrelétricas):

A PCH de Paredão de Minas, de 22,5 MW, no Estado de Minas Gerais, obteve a licença de instalação em fevereiro de 2012, prosseguindo com a revisão do projeto básico, tendo já sido verificado o aumento da potência a instalar para 28,9 MW e da energia média assegurada para 14,5 MWh.

A PCH de Gongogi, de 13,5 MW, no Estado da Baía, já teve o aceite do projeto básico pela ANEEL, e está em fase de audiência pública para a emissão da Licença Prévia, que se espera seja emitida em julho de 2013. A Licença de Instalação prevê-se que seja emitida em fevereiro de 2014.

A PCH de Taboquinha, de 26,3 MW, no Estado da Baía tem o projeto básico em revisão, de forma a mitigar aspetos menos positivos de impactos socio-ambientais. Neste enquadramento ir-se-á tramitar a revisão do EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e do RIMA (Relatório de Impacto Ambiental Revisto), o que permite perspetivar a obtenção de Licença Prévia em 2013.

IV.2.2. SOCIEDADES PARTICIPADAS PELO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

Das sociedades que atuam no setor das Concessões e Serviços e que são apenas participadas pela "Teixeira Duarte, S.A.", ou seja, cuja gestão direta não é conduzida pelo Grupo Teixeira Duarte, destacam-se aqui as seguintes entidades:

A "**AEDL - Auto-Estradas do Douro Litoral, S.A.**", que é uma sociedade na qual a TD-EC é titular de uma participação de 19,67% do respetivo capital social e que celebrou com o Estado Português o contrato de concessão do Douro Litoral em finais de dezembro de 2007.

Tal convénio prevê um prazo de 27 anos de duração e tem como objeto a conceção, projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, conservação e exploração dos lanços de autoestrada e conjuntos viários associados, designados por "Concessão Douro Litoral", num total de 129 Km, dos quais 78 Km são com cobrança de portagem aos utentes, infraestrutura inaugurada já em 1 de abril de 2011.

A "**AEBT - Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.**", que é uma sociedade na qual a TD-EC é titular de uma participação de 9% do respetivo capital social e que celebrou com a "EP - Estradas de Portugal, S.A." o Contrato de Subconcessão do Baixo Tejo, em 24 de janeiro de 2009.

O referido contrato de subconcessão durará por um prazo de 30 anos e tem como objeto a conceção, projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, exploração e conservação, dos lanços de autoestrada, estradas e conjuntos viários associados no distrito de Setúbal, designados por subconcessão Baixo Tejo, num total de 68 Km, dos quais 17 Km são com cobrança de portagem aos utentes e um investimento previsto de cerca de 278 milhões euros.

Durante o ano 2012 foram concluídos todos os trabalhos de construção, tendo o último trecho sido aberto ao trânsito em Novembro.

A "**LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.**", que é uma sociedade que se dedica em exclusivo à gestão, em regime de concessão, das duas travessias rodoviárias do Tejo, na região de Lisboa, na qual a TD-EC detém 7,5% do capital social.

O ano de 2012 foi mais um ano de desempenho positivo em ambas as travessias no que respeita à qualidade, à fluidez do tráfego e à sua segurança, proporcionando um bom serviço ao cliente, como decorre dos dados dos inquéritos aos clientes, cujo índice de satisfação, numa escala de zero a cinco, atingiu os 3,75 na Ponte Vasco da Gama.

Dado o enquadramento macroeconómico vivido em 2012, em termos consolidados, verificou-se um decréscimo global de tráfego de 4,9%, tendo a Ponte 25 de Abril verificado um decréscimo de 2,9% enquanto na Ponte Vasco da Gama o valor foi de 9,7%.

Durante o exercício de 2012, os proveitos operacionais ascenderam a 65.299 milhares de euros, o que representa um decréscimo de 10,63% face a 2011.

Este decréscimo das receitas está ligado essencialmente à forte diminuição dos subsídios do Estado Português, à qual se veio juntar a diminuição geral do tráfego verificada em 2012.

Quanto ao EBITDA Operacional, este atingiu a cifra de 53.970 milhares de euros (82,65%), o que representa um decréscimo de 12,11% face ao valor de 2011, 61.409 milhares de euros.

Como parte integrante das negociações com o Estado Português sobre o Acordo Global, o Concedente liquidou as duas prestações relativas a 2012, no montante de 3.091 milhares de euros, tendo a Lusoponte liquidado o montante de 4.457 milhares de euros decorrente da reintrodução da cobrança de portagens no mês de agosto, verificado em 2011, na Ponte 25 de Abril, cujo acordo final foi apenas formalizado em março de 2012.



Edifício residencial no Campo Grande, 9
Lisboa | Portugal



Lagoas Park
Oeiras | Portugal

A "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.", na qual o Grupo Teixeira Duarte mantém uma participação de 15% do capital social desde a sua fundação em meados dos anos 80, após concurso público internacional, foi pioneira e continua como empresa de referência na construção e exploração de parques de estacionamento e atividades conexas, na Região Administrativa Especial de Macau, tendo prosseguido com sucesso a sua atuação dentro dos parâmetros próprios do mercado.

IV.3. IMOBILIÁRIA

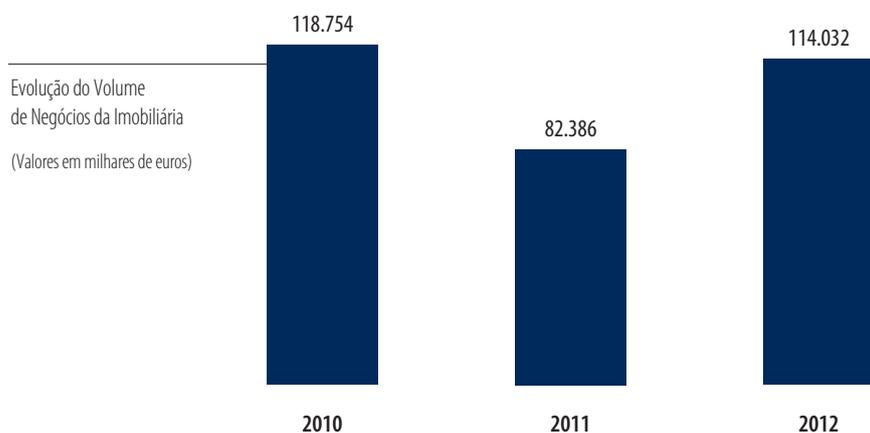
A atuação do Grupo Teixeira Duarte neste setor remonta já ao início da década de setenta e atualmente engloba um vasto conjunto de empresas que têm como principais países de atuação Portugal, Angola, Brasil, Espanha e Moçambique.

Ao longo dos anos, o setor interveio desde a conceção de masterplans até à reabilitação de património imobiliário em centros históricos.

O know-how adquirido por estas equipas multidisciplinares, dotaram o setor de uma vasta experiência nos segmentos residencial, escritórios, espaços comerciais, hotelaria, saúde e lazer, industrial/logística e parques de estacionamento públicos.

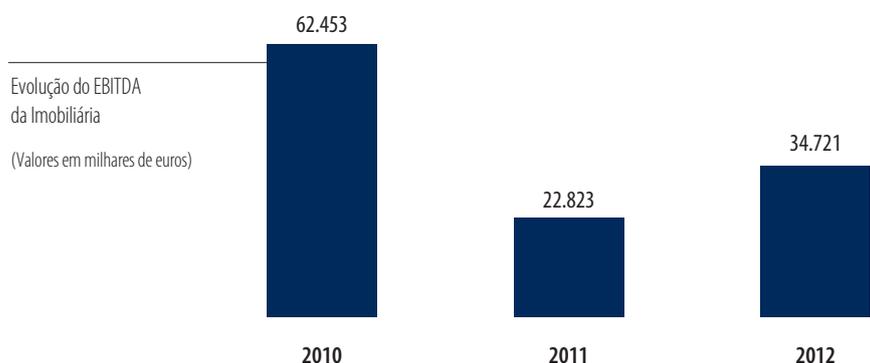
Além da promoção de projetos imobiliários, parte dos recursos do setor estão hoje dedicados à gestão e expansão de espaços afetos a outras atividade do Grupo, com destaque para a Construção, a Hotelaria, a Distribuição e o setor Automóvel.

– **CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO**



A Imobiliária cresceu, no global, 38,4% face a 2011, com bons desempenhos em todos os mercados em que o Grupo opera.

Em Portugal, com a atual conjuntura bastante adversa, o aumento de 24,1% ficou a dever-se essencialmente à alienação de um imóvel no montante de 13,1 milhões de euros.



O EBITDA no setor da Imobiliária teve uma boa subida, em mais de 52,1%, o que, refletindo um número final ainda muito abaixo dos valores conseguidos em 2010, se considera muito positivo em face da atual conjuntura deste setor, em especial em Portugal.

– **ATIVIDADE DURANTE 2012**

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2012, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor Imobiliário atingiram o valor global de 137.426 milhares de euros, que corresponde a um aumento de 30,6% face a 2011, tendo os mercados externos passado a representar 62,9% da atividade e Portugal 37,1%.

Em **Portugal**, o ano foi de grande dificuldade para a atividade de promoção imobiliária, a qual dependendo em grande parte da confiança das empresas na economia, do rendimento disponível das famílias e da liquidez do sistema financeiro, assistiu em 2012 a uma depreciação dos valores dos ativos em comercialização em todos os segmentos do mercado.

No segmento de escritórios da Grande Lisboa, assistiu-se em 2012 à colocação de cerca de 102.000 m², valor que representa uma ligeira subida face ao ano anterior mas que não deixa de ser bastante baixo quando comparado com o desempenho médio do mercado nos últimos anos.

Uma importante parte destas movimentações devem-se a mudanças de instalações por parte das empresas, fruto de processos de otimização de custos ou mesmo de redução de pessoal, movimentações estas que não contribuem para uma absorção líquida positiva do mercado tendo-se verificado uma redução efetiva das áreas ocupadas.



Shopping Cidade do Porto
Portugal



Quartier Vila Mascote
São Paulo | Brasil

Apesar deste contexto negativo, no “Lagoas Park” foram contratados cerca de 9.000 m², o que representa um excelente desempenho comercial do empreendimento, na medida em que este valor representa uma importante parte do mercado da Grande Lisboa e a capacidade do empreendimento de continuar a atrair entidades de referência.

Apesar de ser ter verificado a libertação de áreas fruto da reorganização interna de algumas empresas residentes no Lagoas Park, foi possível concluir o ano de 2012 com uma absorção líquida positiva superior a 3.200 m², e que contribuiu para o aumento da taxa de ocupação do empreendimento, que em 31 de dezembro de 2012 era de 82%.

Concluído durante o exercício de 2011, o edifício “Prime I” é parte integrante do projeto “Oeiras Prime”, constituído por um conjunto de lotes de comércio e serviços localizados junto ao Parque dos Poetas, no concelho de Oeiras. Em 2012 destaca-se a alienação da fração arrendada para ginásio da “Virgin Active”. Trata-se de um espaço com 4.200 m² de construção acima do solo, que foi vendido a um investidor institucional por 13,1 milhões de euros, facto que merece destaque num contexto de grande retração comercial.

A atividade do Grupo no segmento logístico está concentrada apenas na comercialização e gestão de dois ativos: o “Abrunheira Park”, em Sintra e o “Lezíria Park”, em Vila Franca de Xira. Durante o ano de 2012 realça-se a libertação líquida de dois armazéns no “Abrunheira Park”, numa área equivalente a cerca de 900 m².

O segmento residencial continuou a ser o mais penalizado pela crise. Depois de um primeiro semestre com muito pouca atividade comercial, nos segundos seis meses verificou-se um reatar da procura dos imóveis em carteira. Neste enquadramento, foram desenvolvidas campanhas promocionais destacando a qualidade e garantia de construção dos ativos promovidos pela Teixeira Duarte e associando condições especiais de financiamento.

O ano de 2013 continuará a ser dedicado à comercialização dos empreendimentos onde o Grupo ainda detém algum *stock* de habitações,

nomeadamente no “Santa Marinha Design District”, em Vila Nova de Gaia, e no “Villa Park”, na Amadora, os quais, em conjunto, representam cerca de 100 frações de habitação em comercialização.

No principal empreendimento imobiliário do Grupo em Portugal, o “Lagoas Park”, será dada continuidade à postura comercial que tem consolidado o parque como um centro empresarial de referência, o que se prevê que será reforçado pela implementação de uma campanha conjunta com algumas das empresas residentes, sob o lema “as melhores empresas moram aqui”.

Apesar da grande contenção nos investimentos a realizar, continuar-se-á, de forma a valorizar a carteira de ativos do Grupo, a tramitação dos processos urbanísticos em curso, nomeadamente dos projetos “Villa Simões”, e “Villa Torrinha”, em Lisboa e “Vila Rio”, em Vila Franca de Xira.

O setor imobiliário em **Angola** depende do desenvolvimento económico do país que, de uma forma consistente, se tem vindo a destacar como um dos principais destinos do investimento estrangeiro em África. Impulsionado pelo desempenho do setor petrolífero, o crescimento da economia permite o aumento da atividade de promoção imobiliária com especial incidência na cidade de Luanda e noutras províncias como Lobito, Benguela, Lubango e Soyo.

Grande parte da atividade do setor imobiliário em Angola tem sido dedicada à gestão do património edificado do Grupo, à tramitação do licenciamento de alguns projetos em carteira e principalmente de processos tendo em vista a expansão de atividades do Grupo como a Distribuição, Automóvel ou Hotelaria, atividades para as quais os ativos imobiliários são de importância estratégica.

Na cidade de Luanda, a Teixeira Duarte intensificou a procura de ativos em localizações fora do centro, tendo-se concretizado a aquisição de dois ativos na zona do Cacucaco.

No **Brasil**, o Grupo TEIXEIRA DUARTE atua desde 2006 no mercado residencial e comercial de São Paulo.

O mercado de imóveis residenciais novos nesta cidade atravessou em 2012 um período de estabilização. Após dois anos de permanente aumento dos preços de venda, em consequência de uma crescente procura de imóveis novos, verificou-se durante o exercício de 2012 um arrefecimento da procura com impacto nos valores de venda e conduzindo à redução do volume de transações.

Em São Paulo, as vendas residenciais totalizaram 27.800 unidades, por um valor global de 5,2 mil milhões de euros, o que reflete uma descida de 27% em relação ao primeiro indicador e 4,3% relativamente ao segundo.

Em 2012, o Grupo Teixeira Duarte colocou 468 das 1.380 unidades já lançadas neste mercado, atingindo um total acumulado de 1.091 unidades comercializadas. Das unidades atualmente disponíveis apenas uma unidade, no empreendimento “Quartier Vila Mascote”, corresponde a um lançamento anteriormente a 2012, sendo 288 unidades correspondentes a empreendimentos cujas vendas se iniciaram durante o exercício em análise.

Atribui-se este excelente desempenho comercial ao reconhecimento pelo mercado do rigor técnico dos projetos promovidos pelo Grupo.

Durante o exercício de 2012, prosseguiu-se a construção do empreendimento “Quartier Vila Mascote”, na região Sul, que totaliza cerca de 44.000 m² de área de construção. Foi também iniciada a construção do empreendimento “Alta Vista Premium”, em Jundiaí, que totaliza cerca de 49.000 m² de área de construção.

No Estado de Pernambuco foi dada continuidade à promoção do empreendimento “Casa do Governador”, em Porto de Galinhas. Trata-se de um projeto de grande dimensão e qualidade que se prevê estruturante para toda aquela região, tendo prosseguido a execução de vários projetos e a tramitação dos respetivos licenciamentos.

As fortes expectativas de crescimento da economia Brasileira, aliadas às belíssimas condições naturais e à grande receptividade e simpatia do

seu povo, perspetivam um desenvolvimento sustentado da atividade turística. O projeto que o Grupo Teixeira Duarte pretende desenvolver em Porto de Galinhas visa o reforço da capacidade e da qualidade deste reconhecido polo turístico.

Em **Espanha**, o mercado imobiliário foi marcado em 2012 pela criação da “Sociedad de Gestión de Activos Procedentes de la Reestructuración Bancaria (SAREB)”, sendo 55% do capital desta sociedade de companhias privadas e 45% do “Fondo de Reestructuración Ordenada Bancaria (FROB)”.

Esta sociedade irá gerir uma carteira de ativos avaliada em cerca de 55.000 milhões de euros, sendo de esperar que a estratégia comercial da SAREB marque a médio prazo a evolução dos preços do mercado.

No que respeita ao mercado residencial, o ano de 2012 foi caracterizado pelo fim das deduções fiscais e pelo aumento do IVA, de 4% para 10%, na compra de habitação nova.

Dada a severidade do mercado e as poucas expectativas a curto prazo, o Grupo mantém a sua atenção a oportunidades de negócio que se revelem interessantes.

Foi dada continuidade à comercialização do edifício residencial “Amália”, situado na “Calle Amália”, perto do “Paseo de la Castellana” e da “Plaza Castilla”, em Madrid, tendo sido celebradas escrituras de duas frações. Dos doze apartamentos construídos foram já vendidos cinco, correspondendo a mais de metade da área de construção do imóvel.

Também em Madrid, e no âmbito de um contrato de concessão administrativa, foi dada continuidade à comercialização da cessão de uso de lugares de estacionamento para residentes e a exploração de lugares de estacionamento para rotação, bem como a cessão do arrendamento das áreas comerciais disponíveis no Parking Europa, situado na “Avenida de Europa”, em “San Sebastián de los Reyes”.

O mercado imobiliário em **Moçambique** tem apresentado um crescimento interessante com o aparecimento de diversos players e projetos localizados nas zonas onde estão previstos os grandes investimentos, nomeadamente em Nacala, Pemba e Tete.

A cidade de Maputo continua a ser a localização preferencial para a instalação das sedes das delegações, tendo-se assistido a alguma especulação com os valores das rendas e das vendas a subir de forma consistente nos últimos anos.

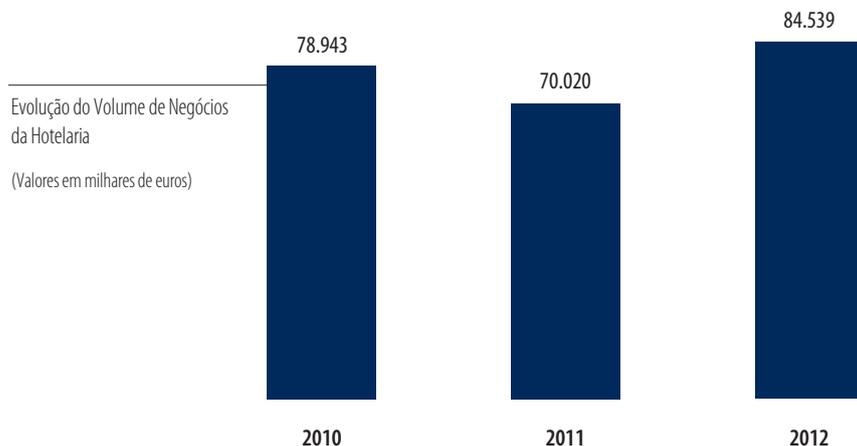
Para 2013, a Teixeira Duarte pretende iniciar um novo ciclo de investimento neste setor em Moçambique, com especial destaque para o início da construção do edifício Julius Nyerere 130, em Maputo, o qual terá noventa apartamentos, um espaço comercial e quatro pisos de escritórios. No seguimento do que já tem sido feito nos anteriores exercícios, prosseguir-se-á gestão do “Polana Shopping Center”, também em Maputo e a comercialização de alguns ativos avulsos detidos pelo Grupo nessa cidade, nomeadamente no empreendimento “Miramar”.

IV.4. HOTELARIA

Depois de uma primeira experiência em 1974, no Algarve, o Grupo Teixeira Duarte retomou a sua atuação neste setor em Sines, nos anos 80, operando hoje através de onze unidades hoteleiras, cinco sitas em Portugal, três em Angola e três em Moçambique, que totalizam 3.226 camas e 1.592 quartos.

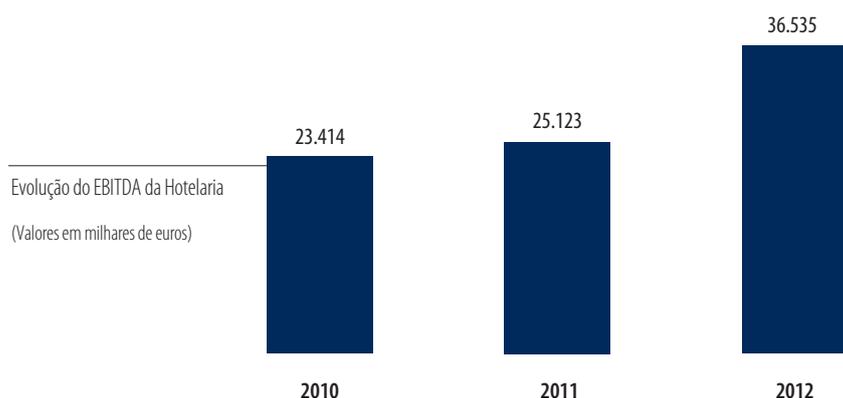
A Teixeira Duarte desenvolve também negócios na área de *Fitness*, nomeadamente com quatro *Health Clubs* (no “Lagoas Park”, em Torres Vedras, em Faro e no “Villa Park”, na Amadora) e algumas unidades de restauração em Portugal e Angola, destacando-se neste último país as pastelarias “Nilo”.

– **CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO**



O Volume de Negócios da Hotelaria subiu 20,7% face ao período homólogo.

Este incremento resulta da boa prestação da generalidade das unidades do Grupo no exterior, em especial do contributo do Hotel Baía, em Angola, que entrou em funcionamento em julho de 2011, tendo 2012 sido o seu primeiro ano completo de atividade.



O EBITDA cresceu 45,4% e fixou-se em 36.535 milhares de euros, refletindo, para além do aludido contributo do Hotel Baía em pleno, as boas taxas de ocupação das seis unidades hoteleiras do Grupo em Angola e Moçambique.

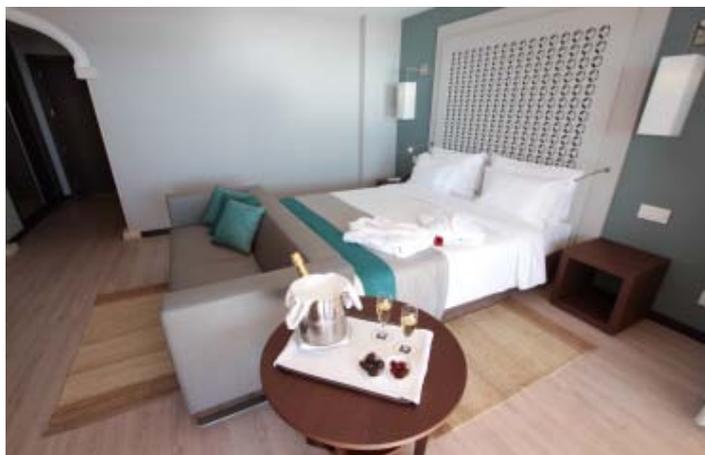
– **ATIVIDADE DURANTE 2012**

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2012, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Hotelaria atingiram o valor global de 101.882 milhares de euros, que corresponde a um aumento de 19,7% face a 2011, sendo que, nesta área de negócio, os mercados externos representam 83,9% da atividade e Portugal 16,1%.

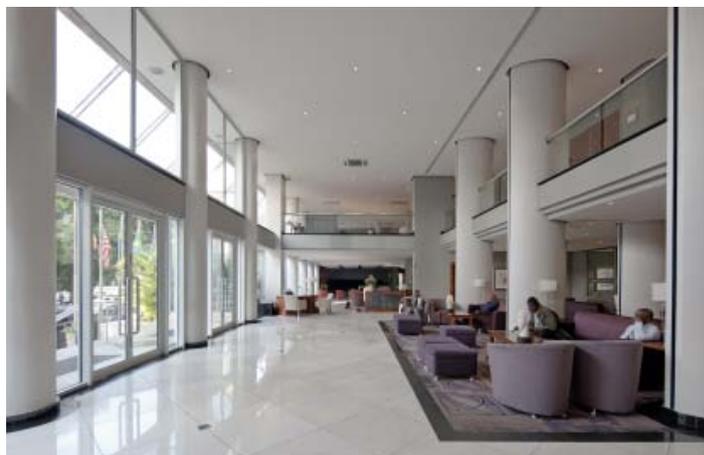
Em **Portugal**, as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 1.515 camas e 651 quartos, distribuídos por cinco unidades hoteleiras, conforme se refere:

LAGOAS PARK HOTEL	Oeiras	182 quartos
SINERAMA	Sines	105 quartos
HOTEL ORIENTAL	Praia da Rocha	90 quartos
STELLA MARIS	Albufeira	140 quartos
HOTEL EVA	Faro	134 quartos

No global, verificou-se, neste mercado, uma redução da taxa de ocupação de 4%, devido, essencialmente, à diminuição da procura do mercado corporate, ao mesmo tempo que se concretizou um acréscimo de cerca de 4% no preço médio, em resultado de uma gestão mais eficiente das vendas via Internet e de um melhor desempenho da Central de Reservas.



Hotel Oriental
Praia da Rocha | Portugal



Hotel Avenida
Maputo | Moçambique

Na área de *Fitness*, a referida conjuntura económica desfavorável associada à perda do poder de compra dos clientes, conduziu a um decréscimo do número total de membros nas várias unidades Club L e, conseqüentemente, a uma redução de proveitos de 19% face a 2011.

Em **Angola**, as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 1.059 camas e 620 quartos distribuídos pelas três seguintes unidades hoteleiras:

HOTEL TRÓPICO	Luanda	280 quartos
HOTEL ALVALADE	Luanda	202 quartos
HOTEL BAÍA	Luanda	138 quartos

Em resultado da cada vez maior qualidade dos serviços prestados, qualquer um dos hotéis registou taxas de ocupação superiores a 2011 e conseguiu atingir um volume de negócios também acima do alcançado no ano anterior.

Para tal, muito contribuiu a continuada aposta na formação profissional dos colaboradores, nomeadamente no âmbito das línguas estrangeiras, atendimento público - áreas de Alojamentos e Alimentação&Bebidas - e higiene e segurança alimentar.

De destacar o desempenho do "Hotel BAÍA", inaugurado em meados de 2011, que rapidamente se tornou uma unidade hoteleira de referência em Luanda.

No que se refere a outras atividades conexas, realçam-se as pastelarias "Nilo", que prosseguiram os bons desempenhos que têm caracterizado a sua atuação nos últimos anos, tendo-se iniciado, em dezembro 2012, a exploração de mais uma unidade, "Nilo Pintos", situada nos Coqueiros, em Luanda, que também teve muito boa aceitação por parte dos clientes.

Em **Moçambique**, as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 652 camas e 321 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere:

HOTEL AVENIDA	Maputo	159 quartos
HOTEL TIVOLI MAPUTO	Maputo	88 quartos
HOTEL TIVOLI BEIRA	Beira	74 quartos

Em 2012 verificou-se um aumento do número de estrangeiros a visitar Moçambique, o que também contribuiu para o crescimento de 10,6% dos proveitos operacionais das unidades da Teixeira Duarte.

Ainda assim, este indicador foi fortemente penalizado pelo encerramento do Tivoli Maputo, durante os sete primeiros meses do ano, para renovação e ampliação. Facto que foi compensado pelo aumento de 12,5% do preço médio das nossas unidades neste país.

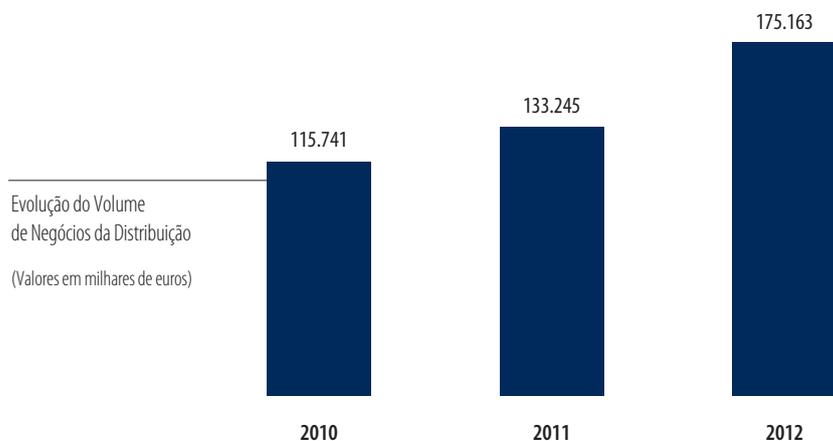
Com o objetivo de uma melhor prestação de serviço aos clientes - e à semelhança do que o Grupo já dispunha em Portugal e Angola -, implementou-se uma central de reservas em Moçambique, cuja centralização de processos permitiu uma mais eficiente gestão do mercado online, com impacto direto no crescimento de 31% que este indicador teve em Moçambique.

IV.5. DISTRIBUIÇÃO

A atuação do Grupo Teixeira Duarte neste setor teve início em 1996 e atualmente é realizada por diversas operações internacionais, sendo de destacar as atividades desenvolvidas pelas participadas "CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda." e "MAXI RETAIL - Comércio Geral, Lda.", que atuam no mercado angolano.

A forte estrutura de compras e logística desenvolvida, tem permitido uma otimização da operação, o que, acompanhado pela melhoria dos pontos de venda e um forte reforço comercial das marcas com que o Grupo opera, "MAXI", "Bompreço" e "Casa de Coração", têm permitido um sustentado crescimento.

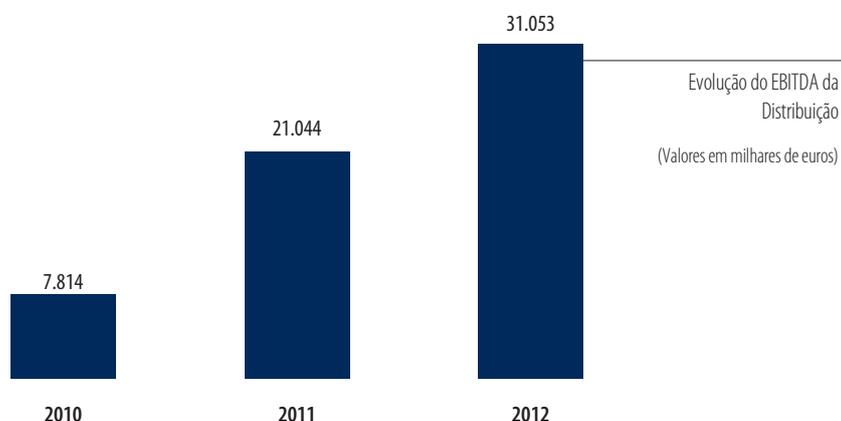
— CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



A Distribuição cresceu 31,5% face ao exercício anterior, com especial destaque para a operação em Angola, muito incrementada pelo sucesso das ações de dinamização de lojas e alargamento a outros segmentos e produtos.

A valorização do Dólar fez com que este indicador, no mercado Angolano, tivesse aumentado 31,9%, quando a subida efetiva do nível da atividade foi de 22,3%.

A continuação da melhoria e aumento da operação neste setor do Grupo tiveram um inevitável impacto no EBITDA, o qual, apesar de uma grande subida já conseguida no ano anterior, registou este ano novo crescimento, desta vez de 47,6%.



– ATIVIDADE DURANTE 2012

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2012, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Distribuição atingiram o valor global de 288.066 milhares de euros, que corresponde a um crescimento de 22% face a 2011.

Em **Portugal** e através da empresa a "Teixeira Duarte - Distribuição, S.A.", o Grupo prosseguiu a aposta na otimização das competências nas áreas de logística, gestão de categorias e controlo de gestão e um posicionamento ativo no mercado, nomeadamente em relação a parcerias e representações de marcas.

Em **Angola**, durante o exercício de 2012 foi tomada a decisão estratégica de alterar o alvará comercial das lojas para retalho, bem como a denominação social de "MAXI - Comércio Geral, Importação e Exportação, Lda.", para "CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.", mantendo, contudo a marca MAXI, que permanece associada às lojas de maior dimensão e que continua a consolidar-se como uma marca de referência no mercado angolano, fornecendo aos seus clientes, produtos de mais alta qualidade aos melhores preços, mas agora sob um novo conceito híbrido de grosso e retalho ("atacarejo"), assente no princípio de descontos em função da quantidade adquirida.

Por outro lado, o formato de loja lançado no final de 2011, sob a insígnia "bompreço", caracteriza-se por espaços de pequena ou média dimensão, numa ótica de maior proximidade com o cliente e revelou-se, durante o exercício de 2012, um grande sucesso, pelo que continuará a ser aposta para o futuro.

No âmbito da reformulação do conceito de loja Maxi, conclui-se em 2012 o ciclo de remodelação e ampliação de todas as lojas. Para ir de encontro às expectativas do cliente, foram introduzidos novos espaços/serviços, com destaque para zonas de corte e embalamento, padarias e reformulação de toda a comunicação de loja e promocional.

Sob a insígnia MAXI, abriram mais três lojas:

- a primeira, em Abril de 2012, em Porto Amboim, constitui um espaço completamente novo, adequado e moderno, muito bem localizado e que teve como principal objetivo substituir um outro existente, mas já obsoleto, preparando assim o futuro de uma região que se espera ser muito próspera, e que neste momento já é um sucesso;
- as outras duas lojas abertas, foram lojas de raiz, em áreas diferenciadas e onde a MAXI ainda não tinha presença: como o Zango e o Cazenga. Embora as inaugurações destas unidades apenas tenham ocorrido no último trimestre do exercício, já se podem considerar um sucesso.

Uma grande aposta no ano de 2012 foi o lançamento do projeto "Fazenda Maxi", que tendo como objetivo aproveitar as potencialidades do setor agrícola angolano e contribuir para o desenvolvimento da produção nacional através dos pequenos produtores, permitiu alargar a oferta de frutas e vegetais, com garantia de qualidade e segurança alimentar, sempre frescos e ao melhor preço.



Loja bompreço
Angola



Estrutura de logística / operação Maxi
Angola

É importante salientar o investimento em marketing e comunicação em todos os segmentos de negócio, que visaram o incremento da notoriedade institucional, das marcas e das ações promocionais. De realçar o primeiro anúncio televisivo da Maxi, com a colaboração de dois prestigiados artistas angolanos.

Com o objetivo de fidelizar e consolidar a relação entre a Maxi e as famílias e empresas angolanas foram criados novos cartões de cliente: O cartão “Maxi Desconto”, indicado para clientes particulares e dirigido às famílias; e o cartão “Maxi Professional Gold”, exclusivo para empresas.

Ao nível dos Recursos Humanos, manteve-se os bons patamares de exigência, através da implementação de políticas de seleção e recrutamento dinâmicas e criteriosas, com o intuito de atrair e selecionar os melhores profissionais. Desenvolvemos durante o ano um plano de formação, com ações gerais e dedicadas à área de atuação da Empresa, com o intuito de valorização dos nossos quadros.

Para o ano de 2013, e em consonância com o plano estratégico definido para a CND, reforçar-se-ão os objetivos operacionais do ano anterior, com o principal enfoque para o controlo efetivo dos custos e quebras, imprimindo maior rigor no cumprimento do orçamento estabelecido. O aumento dos proveitos, o controlo dos stocks, sem excessos mas sobretudo sem roturas, continuarão a ser princípios dos quais não se vão abdicar.

Elegeu-se 2013 como o Ano do Cliente, melhorando o atendimento/serviço, a oferta de produtos, a Qualidade, Higiene e Segurança Alimentar dos mesmos, bem como a organização das lojas, sem abdicar de ser líder nos preços baixos.

A aposta na valorização e seleção dos recursos humanos irá manter-se e, no início de 2013, foi complementada com o primeiro curso da Academia Maxi para chefias de loja, através do qual se pretende formar recém-licenciados para uma carreira de direção de loja, transmitindo não só competências técnicas, mas também os valores da Teixeira Duarte, olhando para o futuro com exigência, indispensável para a continuação do percurso de desejado sucesso, sempre assente no “saber fazer”.

Ainda para 2013, a empresa vai ter um projeto pedagógico, pioneiro em Angola, denominado "Projecto Pescar". Este curso terá a duração de 800 horas e destina-se a jovens, dos 16 aos 19 anos de idade que, vivendo em situação de carência social, possuam níveis de escolaridade entre os seis e os doze anos. Pretende formar estes jovens para a vida, com uma componente muito forte na área do desenvolvimento social e da cidadania, e também para o trabalho, com uma componente formativa na área profissional, onde se ministrarão conhecimentos, num curso específico de "Operador de Loja".

Ao nível da Operações e Distribuição, prosseguir-se-á a abertura de novas lojas e a ampliação da rede "bompreço", bem como o reforço do canal "Cliente Profissional".

A "Maxilectro", insígnia dedicada à venda de eletrodomésticos e pequenos utensílios eletrónicos, encerrou em Maio de 2012 após um ano de atividade, tendo-se verificado que os elevados níveis de stock e rápida obsolescência do mesmo, aliado à concorrência de material descontinuado a baixo preço, importado por vários operadores do mercado tradicional, tornaria muito difícil a sustentabilidade do negócio sem uma aposta clara na expansão e recursos aplicados.

A "Casa de Coração", a outra insígnia desta Empresa, já com o seu segundo ano de atividade, foi em 2012 penalizada na margem liberta, por fortes ações promocionais e redução de encomendas de forma a corrigir os elevados níveis de stock de baixa rotação (monos).

Para além das representações já operadas nas unidades de negócio de impulso (aperitivos e pastilhas elásticas) e bebidas (com enfoque nas melhores marcas de vinhos, sobretudo portuguesas), é de realçar para 2013 a criação da unidade de negócio Henkel, reconhecida marca na área de produtos de higiene e limpeza.

Em 2013 continuarão a ser estudadas outras oportunidades de aumento de produtos ou marcas representadas, sendo provável a concretização do aumento do portfólio.

A aposta na valorização dos recursos humanos existentes continuará, acompanhada de um significativo reforço das equipas comerciais, de forma a suportar os ambiciosos objetivos das três unidades de negócio: "MAXI", "bompreço" e "CASA DE CORAÇÃO".

IV.6. ENERGIA

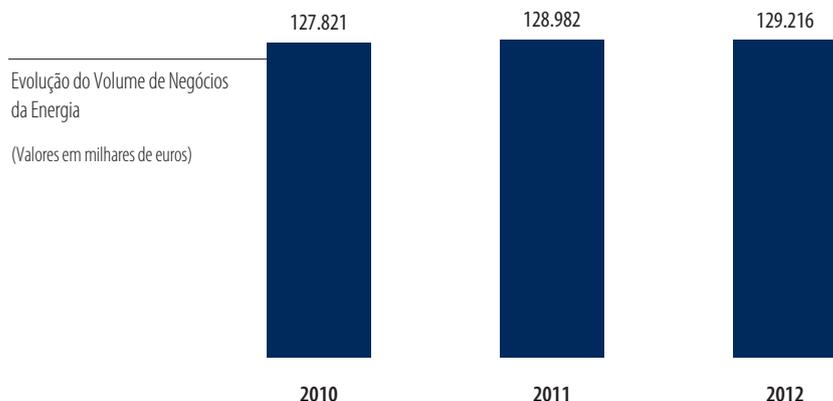
O Grupo Teixeira Duarte começou a atuar neste setor em Portugal em 1996, sendo que atualmente opera no mercado nacional, através da "TDARCOL - SGPS, S.A.", nas áreas dos Combustíveis Líquidos e Lubrificantes, do Gás e da Energia Solar e no Brasil através da participada "ALVORADA PETRÓLEO S/A", que atualmente tem interesses associados à extração e comercialização de petróleo.

Nos combustíveis, a Teixeira Duarte tem em exploração, diretamente ou através de concessões 60 postos de abastecimento, com a marca AVIA. No Gás, o Grupo opera com a marca DIGAL e dispõe de 500 reservatórios para abastecimentos locais e de uma rede de distribuição de gás canalizado com mais de 350 Km, abastecendo um número aproximado de 65.000 fogos, para além de uma estrutura com meios de enchimento e distribuição de gás embalado, detendo a representação exclusiva nacional da marca Campingaz.

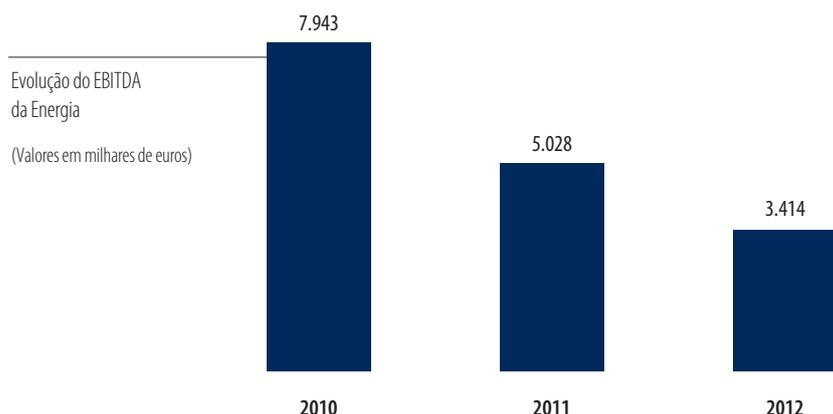
Na área da energia solar térmica, as empresas do Grupo representam em Portugal as marcas internacionais SOLAHART e SONNENKRAFT onde as suas participadas são líderes de mercado.

No **Brasil**, a Teixeira Duarte é titular, indiretamente de 43,2% do capital da sociedade "ALVORADA PETRÓLEO S/A", sediada em Belo Horizonte. A referida ALVORADA alienou em 2012 a concessão de três campos maduros, localizados em Aracaju, no estado de Sergipe, Bom Lugar, no Recôncavo Baiano e Jiribatuba, na ilha de Itaparica em frente à cidade de Salvador, bem como onze blocos, sites também no Recôncavo Baiano e que foram objeto do Contrato de Concessão da 9ª Rodada de Licitações promovida pela "ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis" (ANP), mantendo no entanto direitos associados à exploração de Petróleo em alguns desses ativos.

– **CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO**



Na Energia, o Volume de Negócios do Grupo registou valores semelhantes face ao período homólogo, com o incremento das cotações internacionais dos produtos petrolíferos a compensar as perdas de quantidades vendidas.



O EBITDA registou uma descida de 32,1% em relação a 2011, tendo contribuído para esse facto a descida dos consumos em todas as áreas de atuação e a redução da margem operacional no gás.

– **ATIVIDADE DURANTE 2012**

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2012, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Energia atingiram o valor global de 143.600 milhares de euros, mantendo-se praticamente inalterável o desempenho face a 2011.

Relativamente à área dos Combustíveis, refira-se que apesar de uma conjuntura económica complexa e negativa, com forte contenção na procura e consequente reflexo na atividade, o Volume de Negócios registou um aumento de 3,1%, embora as vendas de combustíveis líquidos, em quantidades, tenham tido uma ligeira quebra de 5,5%, traduzindo ainda assim um desempenho superior à variação geral do mercado.

Os proveitos operacionais aumentaram 2,6%, atingindo um valor total de 114.994 milhares de euros.

O setor dos lubrificantes voltou a registar uma boa prestação, mantendo-se a consolidação das vendas e a posição no mercado.

No gás, apesar do aumento do preço do produto no mercado nacional, mais acentuado do que nos mercados internacionais, o Grupo registou um decréscimo nos proveitos operacionais de 8% atingindo um valor total de 28.606 milhares de euros.

Manteve-se o investimento nos projetos do terminal e parque de tancagem no porto de Aveiro e na instalação de uma nova linha de enchimento de garrafas de gás nas instalações da DIGAL, na Granja, concelho de Sintra.



Terminal e parque de tancagem no
Porto de Aveiro | Portugal



Nova linha de enchimento de
garrafas de gás da Digal
Sintra | Portugal

Na energia solar, manteve-se o nível de atividade atingido no final do exercício anterior, na sequência do término do programa de incentivo governamental à instalação de equipamentos solares térmicos.

IV.7. AUTOMÓVEL

A Teixeira Duarte começou a sua atuação no Setor Automóvel em 1991, em Angola, prossequindo hoje a sua atividade através de um conjunto de sociedades que representam diversas marcas internacionais nos seguintes segmentos do mercado:

Ligeiros: Chevrolet, JMC, Honda, Mahindra, Nissan, Peugeot, Renault e SsangYong;

Pesados: Renault Trucks, UD Trucks e Randon;

Motociclos: Honda, Piaggio, Vespa, Gilera e Hyosung;

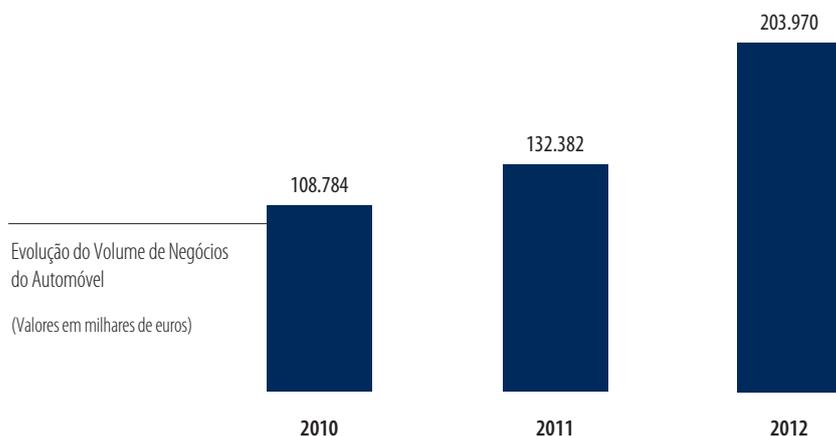
Equipamentos: Nissan Forklift, Wacker Neuson, Denyo, Pramac, Honda Power Products, Stamac e Powermate.

Destaca-se neste âmbito de atividade do Grupo Teixeira Duarte o investimento estratégico que foi sendo feito há vários anos para a construção do "Pólo TDA", que está em funcionamento desde 2009, em Luanda Sul.

Trata-se do maior polo automóvel de Angola e um dos maiores de África, que ocupa uma área total de 100.000 m², distribuída por *showrooms*, oficinas com várias valências e com equipamentos tecnologicamente avançados e *eco-friendly*, bem como outras infraestruturas dedicadas ao mundo automóvel, ali reunindo todas as condições necessárias ao desempenho de um serviço de padrões internacionais.

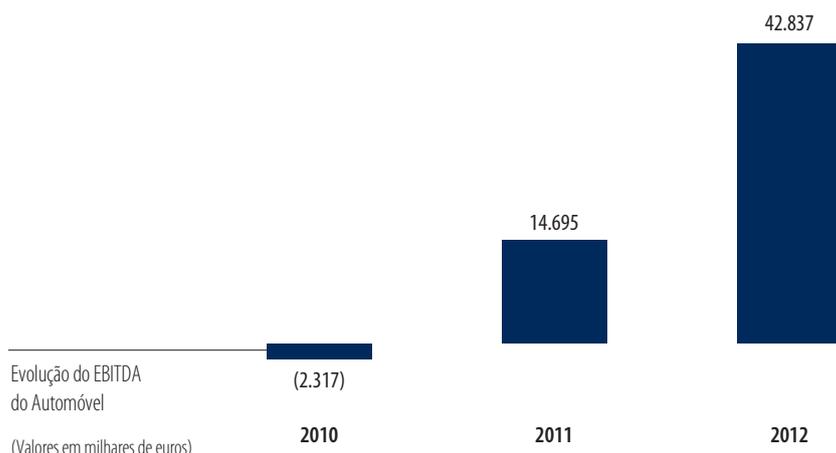
Estas instalações modernas e eficientes – e nas quais estão reunidas grande parte das marcas representadas pela Teixeira Duarte Automóvel, tanto nos veículos ligeiros e pesados, como nas motos e nos equipamentos – associadas a uma rede de oficinas e showrooms estrategicamente localizados, são um excelente contributo para o sucesso num mercado em evolução e com potencial de crescimento.

– **CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO**



O setor Automóvel aumentou o Volume de Negócios em 54,1% relativamente ao ano de 2011.

Desconsiderando o efeito cambial, verificou-se um acréscimo efetivo do nível de atividade de 42,8%, atribuindo-se esse bom desempenho em especial ao alargamento da gama comercializada e à otimização da operação.



O EBITDA teve um significativo aumento neste setor do automóvel em função da melhoria conseguida na atividade e na otimização da gestão do negócio, expresso no gráfico acima num aumento de 191,5%.

– **ATIVIDADE DURANTE 2012**

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2012, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor Automóvel atingiram o valor global de 332.172 milhares de euros, que corresponde a um crescimento de 59,4% face a 2011.

A conjuntura económica e a estabilidade política sentidas em Angola durante o ano de 2012, contribuíram para superar as expectativas de desempenho do setor. O mercado de viaturas importadas pelas empresas que oficialmente representam as marcas cresceu cerca de 28%, atingindo o total de número de unidades vendidas, com 29.980 unidades.

Apesar do crescimento da concorrência e correspondente competitividade, o universo das marcas representadas pelo grupo Teixeira Duarte cresceram cerca de 50%, passando de um market share de 19% para 23%.

O segmento dos automóveis **ligeiros** foi o que registou o maior crescimento nos últimos anos, nomeadamente nas viaturas de baixo/médio preço.

O número de viaturas ligeiras comercializadas pelo Grupo em termos de unidades, aumentou aproximadamente 60%, sendo que as cerca de 6.750 viaturas comercializadas contribuíram para um crescimento de 47% no volume de faturação.

Para este desempenho dos automóveis ligeiros destaca-se o contributo das marcas Mahindra, Renault e Peugeot. O modelo com maior

impacto nas vendas foi o Duster, da Renault, que representou cerca de 52% das vendas desta marca. A Nissan teve um crescimento moderado, mantendo-se no entanto como a marca que mais contribui em termos de faturação para as vendas do Grupo.

Através da implementação de campanhas de marketing assertivas e de um grande esforço comercial, tem sido possível aumentar de forma consistente as vendas da marca Renault, que já se encontra no *top 10* das mais vendidas em Angola.

Em relação à marca Nissan, que registou um crescimento assinalável, realça-se a boa performance dos modelos *Hardbody*, *Patrol* e *Micra*.

A marca Peugeot continuou o seu esforço de crescimento do seu market share nas viaturas comerciais, segmento onde tem bons argumentos.

A marca Mahindra destaca-se como a que mais cresceu em termos percentuais, confirmando a aposta do Grupo neste tipo de viaturas. Paralelamente, e de forma a oferecer mais alternativas ao mercado, foi dado início à comercialização da marca chinesa JMC, em Abril de 2012, tendo sido registado até ao momento níveis de venda muito interessantes e que confirmam a expectativa depositada pelo Grupo nesta marca.

A Chevrolet teve um crescimento moderado, mantendo-se como uma marca de referência no segmento dos veículos de entrada no mercado.

Por forma a manter a expectativa de crescimento e consolidação da posição do Grupo Teixeira Duarte no mercado automóvel, foi inaugurado em 2012 o novo stand exposição dos Coqueiros. Neste local privilegiado no centro da cidade serão expostas as marcas Renault e Nissan.

De salientar igualmente que, em Julho de 2012, foi assinado um contrato de concessão das marcas Nissan, Renault e Renault Trucks, por forma a acelerar a expansão destas marcas para as províncias da Huila e Namibe.

Iniciaram-se ainda em 2012 investimentos para abertura de novas sucursais TDA em Viana e Lobito, cuja abertura se prevê para o primeiro semestre de 2013.

Prosseguindo a política de expansão e cobertura territorial prevemos para 2013 a atribuição de novas concessões no Huambo, Saurimo e Soyo.

Após uma estagnação do segmento de veículos **pesados** desde o ano de 2009, durante o exercício de 2012 assistiu-se a um crescimento nas áreas dos transportes e distribuição. O setor da construção mantém-se todavia com pouca atividade e muito condicionado.

Neste quadro os pesados apresentaram um crescimento de 43% atingindo os 27.381 milhares de euros de vendas e um total de 295 unidades. A Renault Trucks foi a marca com maior contribuição para o bom desempenho.

O excelente desempenho do segmento dos **motociclos** traduziu-se num crescimento de 52% em termos de valor, atingindo-se os 8.374 milhares de dólares, e de 123% em termos de unidades comercializadas, o que significa a venda de 2.488 unidades.

Destaque em 2012 para a abertura de um *stand* e oficina exclusivamente dedicado aos veículos de duas rodas. Localizado no interior do "Polo TDA" esta infraestrutura irá dar dignidade e destaque a este segmento, prevendo-se igualmente um aumento gradual na eficácia da preparação destes veículos. Destaque ainda para a abertura da oficina de motociclos nos Coqueiros.

Na última semana do ano foi dado início à comercialização de uma nova marca de origem Coreana denominada "Hyosung", a qual se crê ser uma alternativa competitiva nos modelos de maior cilindrada.

A equipa "TDA Paixão Automóvel" sagrou-se campeã Nacional de velocidade vencendo todas as provas do campeonato.

O setor dos **equipamentos** registou um crescimento de 42% atingindo os 5.469 milhares de euros de vendas através de um aumento substancial no número de unidades comercializadas.



Loja TDA 2 Rodas, no Polo TDA
Luanda | Angola



Loja TDA Maianga
Luanda | Angola

A Denyo destaca-se como a marca de referência de geradores de média/alta potência e obteve um crescimento de 35% das suas vendas.

Foi registado um crescimento na comercialização de geradores de baixa potência, fruto de uma maior proximidade ao cliente, tendo verificado um crescimento de 83% no número de unidades comercializadas.

Contribuíram também de forma decisiva para o crescimento do segmento a introdução de serviços de assistência pioneiros, realçando-se a assistência 24 horas e os contratos de manutenção para os geradores de baixa potência.

Complementando a oferta nesta área de negócio, foi celebrada a representação exclusiva da marca austríaco-alemã de equipamentos para a construção "Wacker Neuson", marcando assim a nossa entrada neste setor.

O segmento "**Pós-venda**" está dividido em dois grandes Grupos: Assistência Técnica e Peças. Em ambos os grupos verificou-se um crescimento consolidado da atividade.

Neste âmbito realce para a abertura da "TDA Express" que se destaca pelos serviços rápidos sem marcação.

Mantendo uma política de expansão serão inauguradas novas instalações oficiais durante o exercício de 2013 no novo "Polo TDA Viana" assim como a abertura do novo "Polo TDA Lobito".

O ano de 2012 foi ainda marcado pela introdução de um novo formato de negócio, as "Lojas TDA". Estes pontos de venda são destinados à comercialização de Acessórios e Peças Auto, Motos e Geradores. Foram inauguradas três Lojas com o objetivo de manter uma maior proximidade com os clientes, fomentando a compra por impulso e conveniência, em locais de fluxo acentuado de pessoas.

V. PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS EM SOCIEDADES COTADAS

A Teixeira Duarte foi acionista fundadora do "Banco Comercial Português, S.A." em 1985, mantendo desde então uma participação relevante no capital do Banco.

A Teixeira Duarte é titular de uma posição no "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A." desde 2007.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

No final do ano de 2011 as empresas que integram o Grupo Teixeira Duarte tinham 385.602.439 ações do "Banco Comercial Português, S.A.", que correspondiam a 5,35% do respetivo capital social e direitos de voto do banco, sendo que o valor de mercado dessas ações detidas em 31 de dezembro do ano passado era de 52.442 milhares de euros.

No âmbito do processo de aumento de capital do "Banco Comercial Português, S.A." a Teixeira Duarte concretizou o investimento considerado adequado e oportuno, tendo subscrito cerca de 52 milhões de ações por exercício de direitos adquiridos e dado uma ordem para aquisição em rateio que, no limite, poderia ter conduzido ao aumento da sua participação até 7,5% do capital do Banco, naquilo em que se entendeu assumir como uma posição de apoio à operação do Banco.

Uma vez que o aumento de capital foi bem sucedido, tendo registado uma procura anunciada de 163%, tal ordem apenas veio a ser executada numa pequena parte, cabendo, assim, à Teixeira Duarte, nesse âmbito, mais 3,9 milhões de ações, num total global de 55.962.180 ações, sendo que, a final, o Grupo Teixeira Duarte ficou então com uma participação qualificada de 2,29%.

Nesta data e com base nas informações públicas disponíveis, a posição acionista da Teixeira Duarte no "Banco Comercial Português, S.A." diminui relativamente à posição de outros acionistas, tendo passado de segundo maior acionista, antes do aludido aumento de capital, para o sétimo maior acionista.

Em consequência da referida aquisição e de outras operações de compra e venda em bolsa, em 31 de dezembro de 2012 o Grupo Teixeira Duarte era titular de um total de 428.211.281 ações, que correspondiam a 2,17% do capital social do banco e tinham o valor global de mercado de 32.116 milhares de euros, o que se traduz numa diminuição de 20.326 milhares de euros do valor contabilístico da participação do Grupo Teixeira Duarte no banco face a 2011.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA, S.A.

Em 2012, o Grupo Teixeira Duarte manteve a participação no "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.", cujo valor contabilístico, expresso em IFRS, se fixou-se em 19.031 milhares de euros e prosseguiu fazendo a sua gestão como aplicação de tesouraria, ainda que a mesma esteja parcialmente classificada como ativos financeiros disponíveis para venda.

VI. FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atua, não se tendo verificado, desde o encerramento do exercício até esta data, qualquer facto que se justifique enquadrar neste capítulo.

VII. PERSPETIVAS PARA 2013

Para 2013, prevê-se que venha a ocorrer um crescimento da atividade em vários países com expressão na atuação do Grupo no mercado externo, nomeadamente o aumento significativo na Venezuela.

Assim, a Carteira de Encomendas do Grupo Teixeira Duarte para o setor de construção, atingiu na sua globalidade o expressivo valor de 2.675.248 milhares de euros em 31 de dezembro de 2012, registando um aumento de 9,2% face a 31 de dezembro de 2011.

Desta forma e para além de eventuais novos contratos, o Grupo tem assegurado bons níveis de atividade na Construção no mercado externo, destacando-se o facto de, no contexto da atual conjuntura tão desfavorável, a Teixeira Duarte ter já contratado a execução de empreitadas no valor global de 1.059.951 milhares de euros para 2013 e 762.075 milhares de euros para 2014, distribuído da seguinte forma pelos mercados de atuação do Grupo Teixeira Duarte:

	2013	Contributo (%)	2013	Contributo (%)
Portugal	112.414	10,6%	32.599	4,3%
Angola	342.032	32,3%	143.091	18,8%
Argélia	98.988	9,3%	129.797	17,0%
Brasil	54.727	5,2%	4.998	0,7%
Moçambique	46.262	4,4%	40.704	5,3%
Venezuela	400.911	37,8%	410.398	53,9%
Outros	4.617	0,4%	488	0,1%
Total	1.059.951	100,0%	762.075	100,0%

Proseguir-se-á também o desenvolvimento da atuação nos outros setores de atividade, em especial na Distribuição, atribuindo igualmente, sempre que possível, prioridade ao impulso nos mercados externos, que, pela sua dinâmica, têm vindo a ganhar maior expressão no Grupo Teixeira Duarte.

Para 2013, a Teixeira Duarte prevê atingir proveitos operacionais consolidados de 1.500 milhões de euros.

VIII. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS A MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E A TRABALHADORES

Na sequência de contactos estabelecidos com a Comissão de Remunerações e em face do propósito assumido relativamente à distribuição pelos membros do Conselho de Administração de parte dos resultados apurados no exercício, procedeu-se, em cumprimento dos normativos atualmente em vigor, ao registo contabilístico desse montante de 1.300.000,00€ (um milhão e trezentos mil Euros) como gasto do exercício de 2012, com a conseqüente redução da rubrica de resultados líquidos apurados nas demonstrações financeiras anexas a este Relatório e também sujeitas a aprovação em Assembleia Geral.

Deste modo, com a aprovação deste Relatório e Contas, fica também aprovada pelos Senhores Acionistas a mencionada distribuição de resultados aos membros do Conselho de Administração, a ser deliberada pela Comissão de Remunerações até àquele montante.

Refere-se ainda a este propósito que sociedades suas subsidiárias, nomeadamente a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., assumiram o propósito de distribuir parte dos resultados por elas apurados no exercício de 2012 por membros dos seus conselhos de administração e pelos seus trabalhadores, num total de 6.480.000,00 euros, tendo as mesmas também procedido ao registo contabilístico desse montante como gasto do exercício de 2012, com as consequentes reduções das respetivas rubricas de resultados líquidos.

IX. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados líquidos cuja proposta de aplicação aqui se apresenta, correspondem aos montantes apurados em 31 de dezembro de 2012 acrescidos do gasto de 1.300.000,00€ (um milhão e trezentos mil euros) que, estando previstos distribuir aos administradores, foram, em cumprimento dos novos normativos aplicáveis, registados como gasto do próprio exercício de 2012 nas demonstrações financeiras que integram este Relatório de Gestão e que, sendo aprovadas, confirmam, por um lado essa vontade dos Senhores acionistas em distribuir resultados aos membros do Conselho de Administração e, por outro, que o Resultado Líquido que é objeto de proposta de aplicação de Resultados é de 20.478.206,13€ (vinte milhões quatrocentos e setenta e oito mil duzentos e seis euros e treze cêntimos).

É política da Teixeira Duarte privilegiar o reforço dos capitais próprios da sociedade e assegurar uma continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.

Com esses pressupostos, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos da “TEIXEIRA DUARTE, S.A.” apurados no exercício de 2012, no montante de 20.478.206,13€ (vinte milhões quatrocentos e setenta e oito mil duzentos e seis euros e treze cêntimos), tenham a seguinte aplicação:

Para reforço da reserva legal	4.500.000,00 €
Para reforço das reservas livres	9.678.206,13 €
Para dividendos aos acionistas	6.300.000,00 €

Lagoas Park, 29 de abril de 2013

O Conselho de Administração,

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Joel Vaz Viana de Lemos

Carlos Gomes Baptista

Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

NÚMERO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Em cumprimento dos deveres de informação a que está vinculada pelos diversos normativos em vigor, a Teixeira Duarte, S.A. apresenta, de seguida, a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2012, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida.

I. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2011:

	Nome	Qualidade	Nº de Ações
(a) 6.870.550 ações detidas pela sociedade, por si dominada, PACIM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Presidente do Conselho de Administração	(a) 6.912.550
	Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Administrador	5.149.575
	Joel Vaz Viana de Lemos	Administrador	433.862
(b) Ações detidas em regime de compropriedade com sua mulher.	Carlos Gomes Baptista	Administrador	25.634
	Diogo Bebianho Branco de Sá Viana Rebelo	Administrador	31.160
	António Gonçalves Monteiro	Presidente do Conselho Fiscal	-
	Mateus Moreira	Vogal do Conselho Fiscal	-
	Miguel Carmo Pereira Coutinho	Vogal do Conselho Fiscal	(b) 10.000
	Rogério Paulo Castanho Alves	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
	José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
	José Pedro Poiars Cobra Ferreira	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
	Mariquito, Correia & Associados, SROC	Revisor Oficial de Contas	-

II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2012:

	Nome	Operação	Sociedade	Data	Nº de Ações	Preço por Ação
(c) Esta operação foi realizada pela sociedade por si dominada PACIM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. a qual, por cada 30 ações da TEIXEIRA DUARTE, S.A. alienadas, recebeu 1 ação representativa do capital social da TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A..	Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Alienação	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	20-out-12	(c) 3.300.000	Permuta por ações da TD-SGPS

Nos termos e para os efeitos do artigos 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, mais se informa que, em 2012, se realizou a seguinte operação por pessoa que, conforme determinado no artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, se considera estritamente relacionada com o Senhor Presidente do Conselho de Administração, Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte:

Aquisição por Maria Teresa Parreira Teixeira Duarte de 42.000 ações da TEIXEIRA DUARTE, S.A., através de operação de bolsa realizada no dia 16 de abril de 2012, todas ao preço unitário de 0,20€.

III. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2012:

	Nome	Sociedade	Nº de Ações
(d) 3.570.550 ações detidas pela sociedade, por si dominada, PACIM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Presidente do Conselho de Administração	(d) 3.612.550
	Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Administrador	5.149.575
	Joel Vaz Viana de Lemos	Administrador	433.862
(e) Ações detidas em regime de compropriedade com sua mulher.	Carlos Gomes Baptista	Administrador	25.634
	Diogo Bebianho Branco de Sá Viana Rebelo	Administrador	31.160
	António Gonçalves Monteiro	Presidente do Conselho Fiscal	-
	Mateus Moreira	Vogal do Conselho Fiscal	-
	Miguel Carmo Pereira Coutinho	Vogal do Conselho Fiscal	(e) 10.000
	Rogério Paulo Castanho Alves	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
	José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
	José Pedro Poiars Cobra Ferreira	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
	Mariquito, Correia & Associados, SROC	Revisor Oficial de Contas	-

ACIONISTAS TITULARES DE, PELO MENOS, UM DÉCIMO DO CAPITAL SOCIAL

A TEIXEIRA DUARTE, S.A. apresenta, de seguida e para efeitos do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, a lista dos acionistas que, a 31 de dezembro de 2012 e segundo os registos da Sociedade e as informações recebidas, são titulares de, pelo menos, um décimo do capital social.

Sociedade	N.º de ações em 31.12.2012	% Capital
TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	197.950.000	47,13%

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Dando cumprimento às disposições legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente ao previsto na alínea c), do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento CMVM n.º 5/2008, é com base nos registos da Sociedade e nas informações recebidas que a TEIXEIRA DUARTE, S.A. divulga aqui a lista dos titulares de participações qualificadas no seu capital social à data de 31 de dezembro de 2012, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

1. A **TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.** é imputada, nos termos do disposto no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários e em conformidade com entendimento da CMVM – do qual se discorda quanto à matéria constante da alínea d) *infra* –, uma participação qualificada no capital social e direitos de voto da sociedade TEIXEIRA DUARTE, S.A. de 227.812.034 (duzentas e vinte e sete milhões oitocentas e doze mil e trinta e quatro) ações, correspondentes a 54,24% do capital social e dos respetivos direitos de voto, por força de:
 - j) 197.950.000 ações por ela detidas **diretamente**, correspondentes a **47,13%** do capital social e dos direitos de voto;
 - k) 5.800.000 ações detidas pela sociedade sua participada NGDI – Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., correspondentes a 1,38% do capital social e dos direitos de voto;
 - l) 15.332.400 ações detidas pelos membros do Conselho de Administração de TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., correspondentes a 3,65% do capital social e dos direitos de voto (nenhum destes alcançando, individualmente, qualquer participação qualificada);
 - m) 8.729.634 ações detidas pelos membros do Conselho de Administração de NGDI – Gestão e Investimento Imobiliário, S.A. que não sejam membros do Conselho de Administração da sociedade indicada na alínea c) anterior, correspondentes a 2,08% do capital social e dos direitos de voto (nenhum destes alcançando, individualmente, qualquer participação qualificada), imputação esta feita em conformidade com entendimento da CMVM do qual se discorda.
2. Ao **Banco Comercial Português, S.A.** é imputável, nos termos do disposto no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários e em conformidade com entendimento da CMVM, a participação qualificada de 42.000.216 ações, correspondentes a **10,0001%** do capital social e dos direitos de voto, por força de:
 - a) 500 ações detidas pelo Banco Comercial Português, S.A., correspondentes a 0,0001% do capital social e dos direitos de voto;
 - b) 41.999.716 ações detidas pelo **Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português** correspondentes a **9,9999%** do capital social e dos direitos de voto*.
3. Ao **Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte** é imputável, nos termos do disposto no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários a participação qualificada de 41.988.994 ações, correspondente a **9,997%** do capital social e dos direitos de voto, por força de:
 - a) 69.897 ações por ele detidas diretamente, correspondentes a 0,02% do capital social e dos direitos de voto;
 - b) 38.619.097 ações detidas pela sociedade por si dominada indiretamente **CIMILE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, correspondentes a 9,20% do capital social e dos direitos de voto;
 - c) 3.300.000 ações detidas pela sociedade por si dominada indiretamente **MIDINVEST, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.**, correspondentes a **0,79%** do capital social e dos direitos de voto.
4. Ao **Senhor Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte** é imputável, nos termos do disposto no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários a participação qualificada de 10.300.000 ações, por si detidas diretamente, correspondente a **2,45%** do capital social e dos direitos de voto.

* Através de comunicação recebida do “Banco Comercial Português, S.A.” em 8 de fevereiro de 2007, foi indicado que a sociedade gestora do Fundo de Pensões do Grupo BCP exerce de forma independente os respetivos direitos de voto.

Relatório sobre o Governo da Sociedade **2012**



RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

Cumprindo as disposições normativas, designadamente o artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e o Regulamento n.º 1/2010 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), a TEIXEIRA DUARTE, S.A. (TD,SA) apresenta o seu Relatório sobre o Governo da Sociedade relativo ao exercício de 2012, respeitando a estrutura do modelo anexo ao referido Regulamento.

Sendo um Grupo com mais de 90 anos de história, há muito que a Teixeira Duarte se preocupa com a temática mais recentemente designada por Governo das Sociedades, adotando práticas que refletem valores hoje acautelados na regulamentação sobre essa matéria, assumindo uma postura atenta à evolução dos normativos e recomendações nacionais e internacionais.

A TD,SA cumpre todas as obrigações a que está adstrita, nomeadamente enquanto entidade emitente de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, e assume a responsabilidade – que lhe é devida – de encontrar o equilíbrio entre o teor das diferentes recomendações emitidas por diversas entidades e a realidade do Grupo que lidera, a sua estrutura, história, mercados e setores de atuação.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO:

A TD,SA organizou este Relatório de acordo com o modelo constante do Anexo I ao Regulamento da CMVM n.º 1/2010, tendo, por sugestão da CMVM, inserido no seu Capítulo 0 uma tabela com o descritivo de todas as 54 Recomendações que integram o Código do Governo das Sociedades emitido por esta entidade reguladora, nela indicando quais as que a Empresa adotou e não adotou e incluindo ainda uma remissão para os pontos deste texto em que tais matérias constam ou em que se explica a razão da sua não adoção.

Estas opções de estrutura e de inclusão daquela tabela logo no início do texto tiveram como objetivos não só o cumprimento rigoroso dos normativos aplicáveis, mas também acompanhar o propósito manifestado pela CMVM de uniformização destes Relatórios e de maior facilidade de análise e consulta pelo Mercado.

CAPÍTULO 0

Declaração de Cumprimento

0.1. Indicação do local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito e, se for o caso, aqueles a que tenha voluntariamente escolhido sujeitar-se.

Para além dos normativos legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Código das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários e os Regulamentos da CMVM, em especial o Regulamento n.º 1/2010, a TD,SA optou por não se sujeitar a qualquer outro Código do Governo das Sociedades que não o emitido pela CMVM em janeiro de 2010, que pode ser consultado em www.cmvm.pt.

0.2. Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM ou noutro que a sociedade tenha decidido adotar, nos termos do regulamento da CMVM n.º 1/2010. Entende-se, para este efeito, como não adotadas as recomendações que não sejam seguidas na íntegra.

0.3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a sociedade pode igualmente fazer uma avaliação global, desde que fundamentada, sobre o grau de adoção de grupos de recomendações entre si relacionadas pelo seu tema.

0.4. Quando a estrutura ou as práticas de governo da sociedade diverjam das recomendações da CMVM ou de outros códigos a que a sociedade se sujeite ou tenha voluntariamente aderido, devem ser explicitadas as partes de cada código que não são cumpridas ou que a sociedade entenda não serem aplicáveis, respetiva fundamentação e outras observações relevantes, bem como a indicação clara da parte do Relatório na qual a descrição dessa situação pode ser encontrada.

Os pontos 0.2., 0.3. e 0.4. são objeto de desenvolvimento simultâneo, dada a sua interligação.

Das 54 Recomendações que compõem o referido o Código do Governo das Sociedades da CMVM, a Empresa não adota 17, ou seja, não as segue na íntegra.

Na tabela infra está reproduzido o texto dessas Recomendações com a numeração constante do aludido Código do Governo das Sociedades, seguido da indicação da sua adoção ou não e da remissão para o ponto deste Relatório em que tal matéria se desenvolve ou em que, respeitando o princípio "comply or explain", se justifica a sua eventual não adoção.

	Recomendação	Adoção	Remissão
I.	ASSEMBLEIA GERAL		
I.1.	MESA DA ASSEMBLEIA GERAL		
I.1.1.	O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Sim	CAPÍTULO I
I.1.2.	A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade.	Sim	I.3.
I.2.	PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA		
I.2.1.	A antecedência imposta para a receção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das ações para a participação em Assembleia Geral não deve ser superior a cinco dias úteis.	Sim	I.4.
I.2.2.	Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.	Sim	I.5.
I.3.	VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO		
I.3.1.	As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adotado e admissível, ao voto por correspondência eletrónico.	Sim	I.9.
I.3.2.	O prazo estatutário de antecedência para a receção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.	Sim	I.11.
I.3.3.	As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada ação. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham ações que não confirmam o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.	Sim	I.6. I.7.
I.4.	QUÓRUM DELIBERATIVO		
I.4.	As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Sim	I.8.

I.5.	ATAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOTADAS		
I.5.	Extratos de ata das reuniões da Assembleia Geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos acionistas no sítio da Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da Assembleia Geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio da Internet da sociedade durante pelo menos três anos.	Não	I.13. I.14.
I.6.	MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES		
I.6.1.	As medidas que sejam adotadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus acionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária - sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Sim	I.7.
I.6.2.	Não devem ser adotadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Sim	I.20. I.21. I.22.
II.	ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1.	TEMAS GERAIS		
II.1.1.	ESTRUTURA E COMPETÊNCIA		
II.1.1.1.	O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adotado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de atuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	Sim	II.1.
II.1.1.2.	As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objetivos estratégicos da sociedade em matéria de assunção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta atividade exercida e dos eventos suscetíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efetivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia; vi) adoção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adoção das modificações que se mostrem necessárias.	Não	II.5.
II.1.1.3.	O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da sociedade.	Não	II.6.

II.1.1.4.	As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade; ii) descrever a atuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.	Sim	II.5. II.9.
II.1.1.5	Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento, os quais devem ser divulgados no sítio da Internet da sociedade.	Não	II.7.
II.1.2.	INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA		
II.1.2.1.	O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta a efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos.	Não	II.1. II.8.
II.1.2.2.	De entre os Administradores não executivos deve contar-se um número adequado de Administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de Administradores.	Não	II.1. II.8.
II.1.2.3.	A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente Administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.	Não	II.1. II.8.
II.1.3.	ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO		
II.1.3.1.	Consoante o modelo aplicável, o Presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Sim	II.21. II.22.
II.1.3.2.	O processo de seleção de candidatos a Administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos Administradores executivos.	Não	II.16.
II.1.4.	POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES		
II.1.4.1.	A sociedade deve adotar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber as comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	Sim	II.35.
II.1.4.2.	As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no Relatório sobre o Governo da Sociedade.	Sim	II.35.

II.1.5.	REMUNERAÇÃO		
II.1.5.1.	<p>A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma:</p> <p>i) a remuneração dos Administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da empresa.</p> <p>(ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.</p> <p>(iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.</p> <p>(iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.</p> <p>(v) Até ao termo do seu mandato, devem os Administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.</p> <p>(vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.</p> <p>(vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de Administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do Administrador.</p> <p>(viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.</p>	Não	II.32. II.33.
II.1.5.2.	<p>A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de Administradores.</p>	Não aplicável	II.30.
II.1.5.3.	<p>A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.</p>	Não aplicável	II.30.

II.1.5.4.	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em Assembleia Geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.	Não aplicável	I.17. III.10.
II.1.5.6.	Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais de acionistas.	Sim	I.15.
II.1.5.7.	Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.	Sim	II.30. II.31. II.33.
II. 2.	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
II.2.1.	Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade.	Não	II.3.
II.2.2.	O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Sim	II.3.
II.2.3.	Caso o Presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos acionistas no âmbito do Relatório sobre o Governo da Sociedade.	Não aplicável	II.8.
II.2.4.	O Relatório Anual de Gestão deve incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos Administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Não aplicável	II.8.
II.2.5.	A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Não	II.11.
II.3.	ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO		
II.3.1.	Os Administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Sim	II.1.

II.3.2.	O Presidente da Comissão Executiva deve remeter, respetivamente, ao Presidente do Conselho de Administração e, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Não aplicável	II.13.
II.3.3.	O Presidente do Conselho de Administração Executivo deve remeter ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Não aplicável	II.13.
II.4.	CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL		
II.4.1.	O Conselho Geral e de Supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do Conselho de Administração Executivo. Entre as matérias sobre as quais o Conselho Geral e de Supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não aplicável	II.1.
II.4.2.	Os Relatórios Anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem ser objeto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Sim	II.4.
II.4.3.	Os Relatórios Anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem incluir a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Sim	II.4.
II.4.4.	O Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respetiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.	Não	II.24.
II.4.5.	O Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Não	II.24.
II.4.6.	Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adotem o modelo latino, a um Administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.	Não	II.5.

II.5.	COMISSÕES ESPECIALIZADAS		
II.5.1.	Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos Administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) refletir sobre o sistema de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de Administrador.	Não	II.2. II.36.
II.5.2.	Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Não	II.38.
II.5.3.	Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação atual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Sim	II.39.
II.5.4.	Todas as comissões devem elaborar atas das reuniões que realizem.	Sim	II.38.
III.	INFORMAÇÃO E AUDITORIA		
III.1.	DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO		
III.1.1.	As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	Sim	CAPÍTULO III
III.1.2.	A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários; g) Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral; h) Convocatórias para a realização de Assembleia Geral.	Sim	CAPÍTULO III
III.1.3.	As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Sim	III.18.
III.1.4.	O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Sim	III.17.

III.1.5.	A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços - que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade - eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Sim	III.17.
IV.	CONFLITOS DE INTERESSES		
IV.1.	RELAÇÕES COM ACIONISTAS		
IV.1.1.	Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Sim	III.12.
IV.1.2.	Os negócios de relevância significativa com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.	Não	III.13.

CAPÍTULO I

Assembleia Geral

A Assembleia Geral da Sociedade representa a universalidade dos acionistas, sendo as suas deliberações, quando tomadas nos termos dos Estatutos e da Lei, vinculativas para todos eles, ainda que ausentes, discordantes ou incapazes.

A Assembleia Geral é constituída pelos acionistas que tiverem direito a voto e, além destes, pelas pessoas que, dispendo ou não de tal direito, exerçam os cargos de membros efetivos dos Órgãos Sociais e de Secretário da Sociedade.

A Mesa da Assembleia Geral será composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

Compete ao Presidente da Mesa convocar as reuniões da Assembleia Geral e dirigir os seus trabalhos, bem como exercer as demais funções que lhe sejam conferidas pela Lei, pelos Estatutos ou por delegação da própria Assembleia, cabendo ao Vice-Presidente substituí-lo nas suas ausências ou impedimentos, bem como, sempre que por ele solicitado, assessorá-lo no exercício das suas funções, enquanto ao Secretário incumbe coadjuvar o Presidente em exercício e assegurar todo o expediente relativo à Assembleia.

Para além disso, e com o apoio do Secretário da Sociedade e dos demais serviços da própria Empresa, são colocados à disposição do Presidente da Mesa da Assembleia Geral os recursos humanos e logísticos de apoio adequados para o exercício das suas funções, designadamente para a elaboração e divulgação de toda a documentação necessária, em especial dos avisos convocatórios e demais elementos de informação preparatória, bem como para execução de todas as diligências inerentes à receção, tratamento e arquivo de certificações de titularidade de ações, cartas de intenção de participação, cartas de representação, propostas a submeter à apreciação e votação dos acionistas, lista de presenças e ainda para a organização da reunião das Assembleias Gerais, nomeadamente a receção dos Senhores acionistas e demais membros dos órgãos sociais.

I.1. Identificação dos membros da Mesa da Assembleia Geral.

Atualmente, a Mesa da Assembleia Geral é constituída pelos seguintes membros:

Presidente: Senhor Dr. Rogério Paulo Castanho Alves, advogado, com domicílio profissional no Largo de S. Carlos, n.º 3, 1200-410 Lisboa, Portugal;

Vice-Presidente: Senhor Dr. José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla, advogado, com domicílio profissional no Largo de S. Carlos, n.º 3, 1200-410 Lisboa, Portugal; e

Secretário: Senhor Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira, advogado, com domicílio profissional em Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo, Oeiras, Portugal.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral cumprem integralmente os requisitos de independência, mais se constatando que não existe qualquer situação de incompatibilidade para o exercício daquelas funções por cada um, no estrito cumprimento das disposições normativas aplicáveis (artigo 414.º e 414.º-A, ex vi do artigo 374.º-A, todos do Código das Sociedades Comerciais).

Sem prejuízo do quanto se referiu, informa-se que o Secretário da Mesa da Assembleia Geral, é também o Secretário da Sociedade e colaborador de entidade integrada no Grupo Teixeira Duarte.

I.2. Indicação da data de início e termo dos respetivos mandatos.

Todos os identificados membros da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos em Assembleia Geral de 21 de maio de 2011, para exercerem funções nesse órgão durante o quadriénio 2011/2014.

I.3. Indicação da remuneração do presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Com exceção do indicado Secretário da Mesa da Assembleia Geral, os demais membros deste órgão, auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente do disposto no 422.º-A, por remissão do número 3 do artigo 374.º-A, uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada pela Comissão de Remunerações prevista no artigo décimo primeiro dos Estatutos.

Nos termos e para os efeitos das disposições regulamentares e recomendatórias aplicáveis, informa-se que a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, durante o exercício de 2012, foi de 5.000,00€ (cinco mil Euros).

I.4. Indicação da antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das ações para a participação na Assembleia Geral.

Conforme disposição dos próprios Estatutos (artigo 13.º), apenas poderá participar na Assembleia Geral e aí discutir e votar quem, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da Assembleia, for titular de ações que lhe confirmam pelo menos um voto. O exercício desses direitos não é prejudicado pela transmissão das ações em momento posterior à data de registo, nem depende do bloqueio das mesmas entre aquela data e a data da Assembleia Geral.

Quem pretender participar na Assembleia Geral deverá declará-lo, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta até ao dia anterior ao dia mencionado supra, podendo, para o efeito, utilizar o correio eletrónico. Por sua vez, o intermediário financeiro que seja informado da intenção do seu cliente de participar na Assembleia Geral envia ao Presidente da Mesa, até ao fim do 5.º dia de negociação anterior ao da Assembleia, informação sobre o número de ações registadas em nome do seu cliente, com referência à data de registo, podendo, para o efeito, utilizar o correio eletrónico.

Quem tiver declarado a intenção de participar na Assembleia Geral e transmitir a titularidade das ações entre a data de registo e o fim da Assembleia, deverá comunicá-lo imediatamente ao Presidente da Mesa e à CMVM.

O Presidente da Mesa não tem estabelecido restrições em aceitar declarações recebidas posteriormente às datas estatutariamente fixadas, desde que reportem a titularidade das ações à data acima indicada e que tal intempestividade não interfira com a preparação dos documentos relativos à Assembleia Geral.

1.5. Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das ações em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral.

Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, não é exigível o bloqueio das ações durante todo o período até que a sessão seja retomada, sendo, no entanto, necessário que os acionistas voltem a comprovar essa sua qualidade, nos termos descritos no ponto 1.4. anterior, nomeadamente, obtendo novas declarações e remetendo-as ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral nos termos e prazos ali indicados.

1.6. Número de ações a que corresponde um voto.

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 13.º dos Estatutos, a cada ação corresponde um voto.

1.7. Indicação das regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmam o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

Embora os Estatutos prevejam, no seu artigo 7.º, a possibilidade de existirem ações sem o direito de voto, a verdade é que tal não existe nem nunca existiu.

Não existe qualquer previsão estatutária que limite o número de votos, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados ou ainda que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, independentemente de serem emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

1.8. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

De acordo com o teor do artigo 13.º do Pacto Social, e conforme descrito em 1.4., apenas poderá participar na Assembleia Geral e aí discutir e votar quem, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da Assembleia, for titular de ações que

lhes confirmam pelo menos um voto. O exercício desses direitos não é prejudicado pela transmissão das ações em momento posterior à data de registo, nem depende do bloqueio das mesmas entre aquela data e a data da Assembleia Geral.

Quem pretender participar na Assembleia Geral deverá declará-lo, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta até ao dia anterior ao dia mencionado no número um do presente artigo, podendo, para o efeito, utilizar o correio eletrónico. Por sua vez, o intermediário financeiro que seja informado da intenção do seu cliente de participar na Assembleia Geral envia ao Presidente da Mesa, até ao fim do 5.º dia de negociação anterior ao da Assembleia, informação sobre o número de ações registadas em nome do seu cliente, com referência à data de registo, podendo, para o efeito, utilizar o correio eletrónico.

Quem tiver declarado a intenção de participar na Assembleia Geral e transmitir a titularidade das ações entre a data de registo e o fim da Assembleia, deverá comunicá-lo imediatamente ao Presidente da Mesa e à CMVM.

No caso de contitularidade das ações, só um dos contitulares, com poderes de representação dos demais, poderá participar nas reuniões da Assembleia Geral.

Os acionistas pessoas singulares, com direito a voto, poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia mediante documento emitido nos termos da Lei.

Os incapazes e os acionistas pessoas coletivas, com direito a voto, serão representados pelas pessoas a quem legalmente couber tal poder.

Neste âmbito, a Sociedade disponibiliza, no seu sítio na Internet e na sede social, um formulário de procuração, em cumprimento do disposto no artigo 23.º do Código dos Valores Mobiliários, que poderá ser utilizado pelos acionistas que pretendam ser representados nas reuniões da Assembleia Geral.

Todas as representações antes indicadas terão de ser comunicadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral por carta, devidamente assinada e que seja recebida na sede social até três dias de calendário antes da data designada para a respetiva reunião da Assembleia.

No caso de Assembleias Gerais Universais ou de deliberações unânimes por escrito, não se aplicarão as antecedências de prazo acima referidas, ou seja, em relação à disponibilidade das ações e da receção das respetivas certificações, bem como das cartas de representação.

No que respeita à existência de disposições quanto a quóruns constitutivos, o artigo 15.º do Pacto Social estabelece que a Assembleia Geral pode deliberar validamente, em primeira convocação, sempre que estiverem presentes ou representados acionistas possuidores de ações correspondentes a mais de metade do capital social e, em segunda convocação, qualquer que seja o número de acionistas presentes ou representados e a percentagem do capital que lhes couber, ressalvadas as exceções determinadas por lei imperativa.

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria dos votos emitidos, sem prejuízo das disposições legais que, para certos casos, possam exigir maiorias qualificadas ou estabelecer outras formas de vencimento das propostas.

Não existem quaisquer restrições em matéria de direito de voto, nomeadamente limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, sendo que, quanto aos prazos impostos para o exercício do direito de voto, as únicas limitações são as adiante indicadas para o caso de voto por correspondência. Não existem quaisquer sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial e não se preveem nos Estatutos quaisquer limitações do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

I.9. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência.

Os Estatutos preveem que os acionistas com direito a voto que pretendam exercê-lo por correspondência, além de cumprirem todas as condições e prazos acima referidos para demonstrar essa sua qualidade, deverão fazer chegar carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e que seja recebida na sede social dentro do prazo que for determinado na convocatória, nela expressando o seu propósito de exercício desse direito e indicando a sua identificação, domicílio e número de ações de que são titulares, o qual será conferido com o entretanto certificado pela instituição financeira onde as mesmas estejam inscritas, sendo este o prevalecente.

Tal carta deverá ainda conter a assinatura do acionista ou de quem o vincule, reconhecida ou, no caso de pessoas singulares, acompanhada de fotocópia legível do seu Bilhete de Identidade ou de documento que o substitua.

Juntamente com a mencionada carta, os acionistas incluirão, em envelopes fechados, as declarações do seu voto quanto a cada um dos pontos da Ordem de Trabalhos, de forma especificada e inequívoca, seguidas da sua assinatura aposta de modo idêntico ao que consta da carta de remessa, devendo tais envelopes trazer a anotação: "Contém declaração de voto sobre o ponto número (indicação do número respetivo) da Ordem de Trabalhos".

Para execução dos procedimentos acima indicados, a Sociedade disponibilizará minutas da carta e do boletim de voto no seu sítio da Internet e na sua sede social.

Os envelopes contendo as declarações de voto emitidas nos termos acima descritos serão abertos e considerados pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral no momento da votação do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos, valendo como não emitidos os votos incluídos em declarações não aceites.

Ao abrigo das disposições legais aplicáveis, os votos por correspondência valem como votos negativos em relação a propostas de deliberação apresentadas ulteriormente à sua emissão.

A presença ou representação na Assembleia Geral do acionista que tenha exercido o direito de voto por correspondência determina a revogação do voto antes dessa forma expresso.

A autenticidade do voto por correspondência, a sua confidencialidade até ao momento da votação e o respetivo processamento serão assegurados pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Independentemente do meio escolhido para esse efeito, seja no texto das convocatórias para as Assembleias Gerais, seja nas informações prévias disponibilizadas para tal fim, são sempre explicitados de forma clara e completa os termos e as condições em que o direito de voto pode ser exercido, incluindo o voto por correspondência.

I.10. Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Para o exercício do direito de voto por correspondência e para execução dos procedimentos acima indicados, a Sociedade disponibiliza, no seu sítio da Internet e na sede social, minutas de carta e do boletim de voto, bem como as instruções para o respetivo preenchimento.

I.11. Exigência de prazo que medeia entre a receção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da Assembleia Geral.

Os Estatutos preveem que os acionistas com direito a voto que pretendam exercê-lo por correspondência deverão fazer chegar carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e que seja recebida na sede social dentro do prazo que for determinado na convocatória. O prazo fixado para mediar entre a receção da declaração de voto por correspondência e a data da realização de todas as Assembleias Gerais de 2012 foi de um dia.

I.12. Exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

A TD,SA entende que as específicas exigências de segurança inerentes ao processo de voto por meios eletrónicos são muito significativas, nomeadamente no que se refere, por um lado, aos meios técnicos necessários para verificar a autenticidade das correspondentes declarações de voto, bem como para garantia da integridade e confidencialidade dos respetivos conteúdos, do mesmo modo que reconhece o elevado nível de segurança e de fiabilidade operacional necessário na receção das mencionadas declarações.

A ponderação do quanto acima se refere e o facto de as Assembleias Gerais da sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte manterem tradicionalmente uma muito alta representação de capital social constituem a razão pela qual a Empresa não implementou a possibilidade de exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

I.13. Possibilidade de os acionistas acederem aos extratos das atas das reuniões das Assembleias Gerais no sítio da internet da sociedade nos cinco dias após a realização da Assembleia Geral.

As atas referentes às duas únicas reuniões da Assembleia Geral realizadas durante o exercício de 2012 foram disponibilizadas no sítio da Internet da Sociedade, conforme as disposições recomendatórias e regulamentares aplicáveis, ainda que não tenha sido feito logo nos cinco dias subsequentes por força da organização de prioridades das equipas e pessoas envolvidas para executarem tal tarefa em tão curto espaço de tempo.

Acrescenta-se no entanto que logo no próprio dia das Assembleias Gerais, ou no dia imediatamente subsequente, foram divulgados ao mercado diversos comunicados com elementos informativos sobre essas reuniões, compreendendo não só as deliberações tomadas, como o capital representado e os resultados das votações.

I.14. Existência de um acervo histórico, no sítio da internet da sociedade, com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

Encontra-se disponível, no sítio da Internet da Sociedade, um acervo histórico da informação sobre presenças e capital social representado, resultados das votações e deliberações tomadas relativas a todas as reuniões da Assembleia Geral da TD,SA, com referência aos 3 anos antecedentes.

I.15. Indicação do(s) representante(s) da comissão de remunerações presentes nas Assembleias Gerais.

Todos os membros da Comissão de Remunerações então em funções estavam presentes nas duas únicas Assembleias Gerais de 2012, realizadas nos dias 17 de maio e 19 de outubro desse ano.

I.16. Informação sobre a intervenção da Assembleia Geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração e outros dirigentes.

A intervenção da Assembleia Geral no que respeita à política de remuneração da Sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração e dos demais dirigentes (quando aplicável) cumpre-se, em primeiro lugar, pela análise e aprovação dos documentos de prestação de contas em Assembleia Geral e pela apreciação geral da administração, nos termos e com os efeitos previstos nas disposições conjugadas dos artigos 376.º e 455.º do Código das Sociedades Comerciais, efetuadas todos os anos em reunião de acionistas, bem como pela eleição dos seus membros e ainda pela seleção e designação dos membros da Comissão de Remunerações que, de acordo com a sua avaliação de desempenho e demais critérios que adiante serão descritos, fixa a remuneração de cada um dos membros dos Órgãos Sociais, incluindo o Conselho de Administração.

Adicionalmente, à Assembleia Geral caberá ainda o papel fundamental de aprovação da declaração de política de remunerações que deverá ser seguida e divulgada anualmente no Relatório sobre o Governo da Sociedade, submetido à apreciação dos acionistas.

Em 2012, a Comissão de Remunerações submeteu à apreciação dos acionistas a declaração sobre política de remunerações, incidindo sobre os dirigentes da Sociedade, na aceção do número 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que foi aprovada em Assembleia Geral de 17 de maio de 2012, com 98,7069% votos a favor, 0,00007% abstenções e 1,2930% votos contra.

I.17. Informação sobre a intervenção da Assembleia Geral no que respeita à proposta relativa a planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações, ou com base nas variações de preços das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, bem como sobre os elementos dispensados à Assembleia Geral com vista a uma avaliação correta desses planos.

Não existe qualquer plano de atribuição de ações ou de atribuição de opções de aquisição de ações ou com base nas variações de preços das ações.

Consequentemente, não houve qualquer intervenção da Assembleia Geral quanto a esta matéria.

I.18. Informação sobre a intervenção da Assembleia Geral na aprovação das principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

Em relação a quaisquer ex-Administradores reformados, cabe à Comissão de Remunerações fixar todos os quantitativos pagos nesse âmbito, seja a que título for.

Cabe igualmente à Comissão de Remunerações a fixação de regimes complementares de reforma, nos termos do disposto no artigo 22.º do Pacto Social.

À Assembleia Geral reserva-se a atribuição de proceder à eleição dos membros da Comissão de Remunerações que têm a competência exclusiva de decidir sobre estes temas.

I.19. Existência de norma estatutária que preveja o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da Assembleia Geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não existe qualquer norma estatutária com estas características (cfr. I.7).

I.20. Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

Não existem medidas com estas características.

I.21. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais.

Não existem acordos com estas características.

I.22. Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

Não existem quaisquer acordos com estas características. É política da Sociedade a não realização de quaisquer pagamentos ligados à cessação antecipada do exercício das funções pelos Administradores ou demais dirigentes, bem como a não celebração de quaisquer acordos a respeito destas matérias.

CAPÍTULO II

Órgãos de Administração e Fiscalização

Secção I - Temas Gerais

II.1. Identificação e composição dos órgãos da sociedade.

Desde a sua constituição, em 30 de novembro de 2009, Sociedade adotou um modelo de Governo da Sociedade conhecido por monista latino, tendo como órgãos sociais, além da Assembleia Geral e respetiva Mesa, um Conselho de Administração e dois Órgãos de Fiscalização autónomos: o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Entende-se importante referir aqui a colaboração entre todas essas estruturas do Grupo, bem como as vantagens resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

Neste âmbito e em cumprimento da recomendação n.º II.1.1.1. do Código do Governo das Sociedades da CMVM, o Conselho de Administração informa que o modelo societário adotado dá integral cumprimento aos objetivos que lhe serviram de base, ou seja, manter a Sociedade com bons níveis de funcionamento e eficiência no desempenho das funções de cada órgão social, autonomamente e na interligação entre eles.

Com efeito, o Conselho de Administração é constituído exclusivamente por membros executivos, o que se traduz na eficácia, operacionalidade e proximidade das matérias que lhes são cometidas. Ao mesmo tempo, a total independência e ausência de incompatibilidades dos membros do Conselho Fiscal permite uma intervenção isenta e útil na fiscalização da atividade da Sociedade, não só do ponto de vista contabilístico – onde conta com a intervenção regular da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – mas também na perspetiva política, neste caso com os limites e alcance adequados à essencial salvaguarda do cumprimento dos normativos legais e regulamentares em vigor, tudo com vista a assegurar uma constante transparência e cumprir níveis adequados de divulgação de informação ao mercado, em geral, e aos acionistas, em especial, em sede de Assembleia Geral.

A TD,SA tem optado por manter todos os seus Administradores com funções executivas uma vez que aquelas que seriam atribuídas a eventuais Administradores não executivos – nomeadamente de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos – são desenvolvidas, com plena eficácia, pelo Conselho Fiscal, pela Comissão de Remunerações e pela Assembleia Geral.

A não adoção do previsto na Recomendação II.1.2.3 – que dispõe sobre a avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração – resulta apenas do facto de não existirem Administradores não executivos, pelas razões que já ficaram descritas.

Realce-se também a boa interligação entre todos os órgãos sociais, não só entre a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o Conselho Fiscal, que reúnem periodicamente, mas também entre estes e o Conselho de Administração, sendo que todos os Administradores têm prestado em tempo útil e de forma adequada, as informações solicitadas pelos outros membros dos órgãos sociais.

Este modelo tem-se revelado adequado ao modus operandi da Empresa, das suas estruturas e dos membros que compõem os órgãos sociais, nomeadamente os do Conselho de Administração.

Nos termos do número 1 do artigo 17.º do Pacto Social, o Conselho de Administração é composto por um número mínimo de cinco e máximo de onze membros eleitos em Assembleia Geral, a qual designará obrigatoriamente, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente.

Na Assembleia Geral de 20 de maio de 2011 foram eleitos os membros dos órgãos sociais para desempenharem funções durante o quadriénio 2011/2014, tendo sido reconduzidos todos os membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal, assim como a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que desempenhou esse cargo desde a constituição da TD,SA em 2009, tendo apenas existido alterações na estrutura

e composição do Conselho de Administração, o qual, pelo quanto se expôs em tempo e sede próprios (nomeadamente no Relatório sobre o Governo da Sociedade de 2011), passou a ter a seguinte composição, que tinha no final de 2012 e que ainda hoje se mantém:

Presidente:

Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte (reconduzido)

Administradores:

Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte (reconduzido)

Senhor Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos (reconduzido)

Senhor Eng.º Carlos Gomes Baptista (reconduzido)

Senhor Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos – um Presidente e dois vogais – e um suplente, que cumprem integralmente todos os requisitos de independência e em relação aos quais não se verifica qualquer incompatibilidade para o exercício do respetivo cargo, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

A composição do Conselho Fiscal, desde a sua integral recondução em Assembleia Geral de 20 de maio de 2011 e até ao final do exercício de 2012, era a seguinte:

Presidente: Senhor Dr. António Gonçalves Monteiro

Vogais: Senhor Dr. Mateus Moreira

Senhor Miguel Carmo Pereira Coutinho

Suplente: Senhor Dr. Horácio Lisboa Afonso

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas igualmente reeleita em Assembleia Geral de 20 de maio de 2011 para exercer funções no quadriénio 2011/2014, "MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC", é representada pelo Senhor Dr. António Francisco Escarameia Mariquito e atua também na qualidade de Auditor Externo registado na CMVM sob o n.º 2.235, competindo-lhe nestes âmbitos proceder a todos os exames e verificações necessárias à revisão e certificação legal das contas da Sociedade. A mencionada Sociedade de Revisores Oficiais de Contas cumpre integralmente todos os requisitos de independência e não se verifica em relação a ela qualquer incompatibilidade para o exercício dos respetivos cargos, ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

II.2. Identificação e composição de outras comissões constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade.

Não existem atualmente quaisquer Comissões específicas em matéria de administração ou fiscalização – nem mesmo a Comissão Executiva prevista poder ser constituída ao abrigo do artigo 20.º dos Estatutos – sem prejuízo de alguns dos membros do Conselho de Administração manterem contactos e encontros setoriais frequentes e reunirem em conjunto semanalmente acompanhados de outros membros do Conselho de Administração da TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. e do assessor da Administração.

Com efeito, atendendo ao modelo adotado e à estrutura e composição dos membros dos Órgãos Sociais, não se afigura necessária a criação

de comissões específicas, nomeadamente para efeitos de uma avaliação competente e independente do desempenho dos Administradores executivos e para a avaliação do desempenho global do próprio Conselho de Administração, uma vez que tais funções se encontram expressamente cometidas à Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e à Comissão de Remunerações.

Da mesma forma, concluiu-se pela irrelevância da criação de uma comissão específica para refletir sobre o sistema de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria. Estas atribuições são desempenhadas e desenvolvidas por cada um dos Órgãos Sociais que, melhor que qualquer outro organismo criado apenas para esse efeito, conseguem identificar eventuais constrangimentos e dificuldades com que se tenham deparado, do mesmo modo que vão colaborando entre si na avaliação do modelo de governo da sociedade adotado, reportando e ultrapassando eventuais dificuldades de funcionamento e interligação.

Acrescenta-se ainda que se considerou não ser necessário atribuir a qualquer tipo de comissão a incumbência de identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de Administrador, considerando que os acionistas de referência possuem os conhecimentos necessários e relevantes sobre o mercado e os quadros que colaboram com a Empresa, o que lhes permite identificar, sempre que necessário, os candidatos que consideram adequados para os cargos sociais em questão.

II.3. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade, ou à distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização, e lista de matérias indelegáveis e das competências efetivamente delegadas.

A Assembleia Geral é o órgão social que representa a universalidade dos acionistas, enquanto que ao Conselho de Administração cabe realizar a gestão das atividades da Sociedade e a condução de todos os seus negócios e ao Conselho Fiscal e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas fiscalizar a atividade social.

Entende-se importante referir aqui e a propósito do desempenho da TD,SA nos vários setores e mercados de atividade, a colaboração entre todas as estruturas do Grupo, mais bem identificadas no organograma junto no início deste Relatório, bem como as mais-valias resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

Realçam-se, por um lado, a existência, no âmbito do Grupo, de Direções Centrais com especiais responsabilidades de apoio transversal às atuações desenvolvidas nos vários Setores de Atividade, integradas no denominado Centro Corporativo, o qual deverá promover uma uniformização de procedimentos e um apoio junto das estruturas que atuam no estrangeiro nestas áreas comuns a vários negócios. Tendo em conta este papel transversal que o Centro Corporativo desempenha e a importância das suas funções, o encontro que em 2012 se realizou para os quadros que integram as suas Direções Centrais e Serviços teve como tema a identidade do próprio Centro Corporativo e a identificação das cinco principais valências dos seus colaboradores, sendo elas “conhecer”, “cumprir”, “compreender”, “contribuir” e “convencer”.

As Estruturas Operacionais do Grupo estão organizadas por Setores de Atividade e abrangem, tendencialmente, a responsabilidade por todas as equipas e operações dessas áreas de negócio, independentemente do mercado geográfico em que atuem, aproximando, também por essa forma, os recursos centrais técnicos e humanos do Grupo dos que estão a operar nos diversos mercados de atuação da TD,SA.

A TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., como principal sociedade do Grupo no setor da Construção, desenvolve a sua atuação através de Centros de Exploração, que dividem as valências de produção e de equipamentos e são essenciais na formação de quadros dirigentes e no acompanhamento da sua carreira, dispondo também de um conjunto de Direções Centrais com âmbito de atuação específico no apoio especializado aos Centros de Exploração, em particular nas áreas dos Estudos e Projetos.

Sem prejuízo do quanto se refere acima, não existem quaisquer delegações de competências por nenhum dos órgãos sociais, nomeadamente pelo Conselho de Administração, em quaisquer comissões específicas, em particular numa Comissão Executiva.

Tal circunstância resulta, essencialmente, do facto de o Conselho de Administração ser exclusivamente composto por membros executivos, o que, conforme antes referido na avaliação do modelo societário (Cfr. Supra II.1.) se traduz numa eficácia de operacionalidade e proximidade das matérias da sua competência, tornando-se redundante e contraproducentes quaisquer delegações neste âmbito.

Quanto à distribuição de pelouros durante o ano de 2012, e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam a funcionalidade coletiva e o carácter colegial do Conselho de Administração e sem reduzir a operacionalidade sempre praticada de permanente contacto e consulta entre todos os seus membros, procedeu-se à distribuição de pelouros pelos Administradores nos termos que se indicam:

Quanto ao Presidente do Conselho de Administração, Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte, desempenha as funções inerentes a tal cargo, nos termos e com as atribuições definidas na Lei e nos Estatutos, prossequindo o acompanhamento dos negócios correntes da Sociedade e assegurando o expediente e a execução das resoluções do Conselho, bem como acompanhando a atividade desenvolvida pelos Delegados da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." nos diversos países, cabendo-lhe ainda acompanhar as participações financeiras no "Banco Comercial Português, S.A." e "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A."

No âmbito do Centro Corporativo:

O Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte acompanha as atuações da Direção Central de Jurídicos que são supervisionadas, no âmbito da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", pelo Senhor Eng.º João José de Gouveia Capelão.

O Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte ficou encarregue de supervisionar as atividades desenvolvidas pela Direção Central de Finanças e Contabilidade, bem como pelos Serviços de Secretaria Corporativa, de Consolidação de Contas e de Auditoria Interna.

O Senhor Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos ficou encarregue de supervisionar as atividades desenvolvidas pelas Direções Centrais de Segurança, Qualidade e Ambiente, de Recursos Humanos e Serviços Administrativos, de Informática e de Aprovisionamentos, bem como gerir a participação das Sociedades do Grupo que atuam no setor da Construção junto das Associações a que as mesmas estejam ligadas, nomeadamente representando-as ou acautelando a respetiva representação.

No âmbito das atividades do Grupo:

O Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte acompanha:

- a) a atividade desenvolvida nos Centros de Exploração de Infraestruturas, supervisionados pelo Senhor Eng. Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino, no âmbito de atuação da "TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.";
- b) a atividade das participadas "MTS - Metro, Transportes do Sul, S.A.", "AEDL - Auto-estradas do Douro Litoral, S.A." e "AEBT - Auto-estradas do Baixo Tejo, S.A" acompanhada pelo Senhor Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino, no âmbito de atuação da "TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.";
- c) as atividades desenvolvidas pelas Direções Centrais de Planeamento e Estudos, de Estudos de Infraestruturas, de Instalações Eletromecânicas, de Estudos Especiais de Projetos e de Propostas, supervisionadas pelo Senhor Eng.º João José de Gouveia Capelão, no âmbito de atuação da "TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.";
- d) as atividades de coordenação e representação da "TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A." na área comercial, nessa empresa a cargo Senhor Eng.º João José de Gouveia Capelão; e

- e) a atividade das participadas "SATU OEIRAS - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M." e "LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.", acompanhadas pelo Senhor Eng.º João José de Gouveia Capelão, no âmbito de atuação da "TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A."

O Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte ficou encarregue de:

- a) supervisionar as atuações do setor da Hotelaria;
- b) acompanhar a atuação desenvolvida no setor da Energia; e
- c) acompanhar a gestão das participações financeiras detidas nas sociedades "E.I.A. - Ensino, Investigação e Administração, S.A.", "IMOCIPAR - Imobiliária, S.A.", "JÚPITER - Indústria Hoteleira, S.A." e "LONGAPAR, SGPS, S.A."

O Senhor Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos ficou encarregue de:

- a) supervisionar as atividades desenvolvidas pela "TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A." relativas aos Centros de Exploração de Geotecnia e Reabilitação, da Metalomecânica e ao Centro Operacional de Cofragens e Pré-esforço (COC), bem como à Direção de Equipamento; e
- b) supervisionar as atividades das sociedades participadas "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.", "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.", "OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.", "RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A." (anteriormente designada "RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A."), "INVICTAAMBIENTE - Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, S.A.", "RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A., Sociedad Unipersonal" (anteriormente designada "GSC - Companhia General de Servicios y Construcciones, S.A. Sociedad Unipersonal") e "EDUCARE - Atividades Educativas e Culturais Lda."

O Senhor Eng.º Carlos Gomes Baptista ficou encarregue de:

- a) supervisionar a atividade desenvolvida pela "TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A." relativa ao Centro de Exploração de Edificações;
- b) supervisionar a atividade da participada "TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A."; e
- c) acompanhar a atividade desenvolvida pela Direção Central de Planeamento e Estudos.

O Senhor Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo ficou encarregue de:

- a) supervisionar a atuação desenvolvida nos setores da Imobiliária, da Distribuição e Automóvel;
- b) acompanhar a atividade da "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A."

II.4. Referência ao facto de os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as matérias financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal incluírem a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida referindo eventuais constrangimentos detetados, e serem objeto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

Nos termos e para os efeitos das Recomendações da CMVM sobre essa matéria, os Relatórios Anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal, incluindo a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida e referindo eventuais constrangimentos deparados, foram divulgados no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas, em respeito das regras e prazos fixados na lei e nos demais regulamentos aplicáveis.

II.5. Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira, ao modo de funcionamento deste sistema e à sua eficácia.

Os procedimentos implementados ao nível do controlo interno e da gestão de risco caracterizam-se por promover a autonomia dos quadros da Sociedade na direção e acompanhamento dos assuntos, inculcando uma postura de responsabilidade e forte estímulo ao comportamento empreendedor.

Esta constante relação entre autonomia e sentido de responsabilidade impõe, de uma forma realista, um rigoroso e ponderado cumprimento das tarefas que estão atribuídas a cada um dos colaboradores, integrando, por si só, um sólido, sustentado e eficaz sistema de controlo de riscos, com resultados práticos considerados extremamente satisfatórios.

Tem-se sempre presente a importância da ponderação dos custos de controlo em relação às matérias que se pretende controlar. Da avaliação que se faz da Sociedade, da forma como é gerida, da composição dos quadros e gestores das sociedades que integram o Grupo Teixeira Duarte e dos princípios e conceitos fundamentais que são aplicados, conclui-se que os custos de eficiência e de controlo com a criação de eventuais comissões de controlo seriam amplamente superiores aos custos do que se iria controlar. A simples criação de comissões para o efeito, do ponto de vista formal, acaba por implicar mais entraves do ponto de vista burocrático que não encontram reflexo na sua concretização prática.

Pese embora o sistema de controlo interno e de gestão de riscos implementado na sociedade não cumprir os requisitos enumerados na recomendação n.º II.1.1.2, a TD,SA mantém a sua convicção na opção pelo modelo acima descrito, pois entende que as principais linhas desta recomendação são inadequadas ao regular funcionamento da Empresa, podendo vir a criar diversos obstáculos do ponto de vista meramente formal e burocrático que não são compatíveis com a execução dos procedimentos já implementados nem com a responsabilização das estruturas organizacionais do Grupo.

Sublinha-se, no entanto e ainda assim, o papel relevante desempenhado, nesta matéria, pelos Serviços de Auditoria Interna, que têm prosseguido o desenvolvimento da sua atuação, bem como o desempenho dos serviços corporativos de Consolidação de Contas e Secretaria Corporativa no processo de reporte e divulgação de informação.

A 31 de dezembro de 2012, estes serviços encontravam-se na dependência hierárquica e funcional do Administrador Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, o qual não era considerado independente ao abrigo das disposições normativas aplicáveis, o que constitui um incumprimento da recomendação da CMVM n.º II.4.6.

Contudo, considera-se que este Administrador não se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Acrescente-se que, desde a sua criação no âmbito da orgânica do Grupo Teixeira Duarte, os Serviços de Auditoria Interna não só sempre se encontraram na dependência hierárquica do Conselho de Administração como sempre reportaram funcionalmente ao Administrador titular

do pelouro da área financeira. Tal modelo tem-se vindo a revelar adequado uma vez que é facilitada a comunicação, colaboração e troca de informações entre os aludidos Serviços enquadrados na estrutura organizativa da empresa e o Administrador responsável, sem que, reitera-se, a isenção de nenhum deles seja alguma vez posta em causa.

II.6. Responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização na criação e no funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da sociedade, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da sociedade.

No que respeita aos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade, o Conselho de Administração é responsável, em primeiro lugar, pelo conhecimento e avaliação dos mais relevantes riscos a que a Sociedade se encontra sujeita, bem como pela promoção das iniciativas necessárias para a respetiva prevenção.

Neste âmbito, compete ao Conselho de Administração conceber e projetar os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos que se revelem necessários e adequados para as diversas situações identificadas, bem como monitorizar a respetiva implementação e acompanhar e avaliar o seu funcionamento, tudo nos termos e com os propósitos que ficaram descritos em II.5.

Acrescente-se que cabe ainda ao Conselho de Administração – e não aos órgãos de fiscalização – a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da TD,SA, uma vez que esta é uma matéria que, pela sua natureza e pelas especificidades acima descritas, se enquadra no âmbito de atuação próprio do Conselho de Administração e no controlo e supervisão deste órgão sobre as diversas Direções das sociedades do Grupo, sistema este que se tem revelado adequado para os respetivos fins.

Esta realidade é, contudo, seguida de próximo pelos membros dos órgãos de fiscalização que, para além do regular acompanhamento da atividade do Grupo, se fazem representar nas reuniões mensais do Conselho de Administração onde se disponibiliza um vasto conjunto de elementos de diferentes naturezas com informação de reporte e previsão da atuação do grupo nos vários mercados e setores.

II.7. Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e a número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados.

Não existe, formalmente, qualquer regulamento de funcionamento dos órgãos sociais, código de conduta ou sequer outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente, não havendo também um número máximo de cargos acumuláveis.

Atendendo ao modelo societário escolhido, à composição dos membros dos órgãos de administração (todos executivos) e fiscalização da Sociedade (todos independentes e em relação aos quais não se verifica qualquer situação de incompatibilidade, de acordo com os normativos legais) e ao facto de as competências e responsabilidades de cada um deles estarem bastante bem definidas e não serem delegáveis em quaisquer outros órgãos, comissões especializadas, ou departamentos, o modo de funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas é bastante simplificado.

A este propósito refira-se ainda o facto de o número de membros que integram esses órgãos não ser alargado o suficiente para justificar a estipulação, em regulamento, de regras adicionais de operacionalidade, do mesmo modo que a interligação entre essas entidades é mantida de forma regular nos termos legalmente estipulados e considerados bastantes para o efeito.

Secção II - Conselho de Administração

II.8. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, indicação dos mecanismos de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos que assegurem o carácter independente e informado das suas decisões.

Considerando que todos os membros do Conselho de Administração exercem funções executivas, a presente norma não é aplicável à TD,SA.

II.9. Identificação dos principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

Os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade são os seguintes:

- alterações nas condições económicas e de negócio em Portugal, bem como nas condições económicas e de negócio nas operações do Grupo no estrangeiro, nomeadamente em Angola, Argélia, Brasil e Venezuela;
- flutuações e volatilidade das taxas de juro, dos spreads de crédito e das taxas de câmbio;
- alterações nas políticas governamentais;
- enquadramento regulamentar e financeiro da atividade bancária;
- alterações no ambiente competitivo dos setores de atividade em que o Grupo Teixeira Duarte opera; e
- flutuações dos mercados acionistas em geral e em particular da cotação do BCP.

Acresce que a atividade do Grupo Teixeira Duarte está dependente do enquadramento económico e das consequências que determinada situação macroeconómica possa vir a ter nos níveis de confiança dos vários agentes económicos, nos volumes de investimento, exportações e comércio global, bem como nos níveis de emprego e padrões de consumo.

A evolução das áreas de atividade onde o Grupo opera, nomeadamente da área da construção, mas também, por exemplo, das áreas imobiliária, hoteleira e de energia, está historicamente correlacionada, de uma forma mais ou menos direta, com o desempenho macroeconómico dos países ou mercados onde o Grupo Teixeira Duarte atua, designadamente, com a evolução do Produto Interno Bruto (PIB). Deste modo, a atividade do Grupo, bem como os seus resultados, podem ser significativamente afetados pelo desempenho das economias onde o Grupo Teixeira Duarte opera, nomeadamente por efeito do crescimento ou retração do mercado da construção, área de negócio com maior representatividade nos proveitos operacionais do Grupo (44,8% em 2012).

Sendo o negócio da construção a principal atividade do Grupo Teixeira Duarte, nomeadamente nos sub-ramos da Geotecnia e Reabilitação, das Edificações, das Infraestruturas e da Metalomecânica, Obras Subterrâneas, Ferroviárias e Marítimas, apresenta-se, de seguida, uma descrição dos principais riscos inerentes ao referido negócio:

O negócio da construção de elevada escala e dimensão envolve uma grande afetação de recursos humanos e materiais, que implica uma estrutura de custos fixos elevada, não só pela necessária aposta nas equipas e na sua formação, mas também pelo investimento significativo que é necessário para a aquisição, manutenção e adaptação de equipamentos.

Os custos associados a muitos dos concursos, tanto na elaboração de propostas, como nos seguros e nas garantias e cauções por vezes necessárias prestar, também constituem outro fator de risco inerente à atividade, sobretudo se atendermos também às penalizações muitas vezes

associadas às grandes empreitadas públicas em que o Grupo Teixeira Duarte participa.

Acresce que a retração do investimento público, bem como do privado de maior volume, têm afetado as receitas, que são também por vezes prejudicadas pelos prazos e atrasos nos pagamentos.

Por outro lado, a natureza do serviço prestado implica muitas vezes alterações das circunstâncias inicialmente negociadas, fruto das vicissitudes das empreitadas em causa (alterações climatéricas; descoberta de características da natureza adversas e diferentes do previsto; fenómenos naturais, sociais e económicos resultantes do impacto da obra) e das alterações dos projetos, muitas vezes por novas opções dos donos de obra que obrigam a uma grande agilidade na eficiência da execução das mesmas.

Outro aspeto importante resulta do significativo número de fornecedores de bens e equipamentos e de prestadores de serviços com que a empresa lida nesta área de atuação e que podem implicar riscos por ações ou omissões a eles imputáveis, incluindo interrupções e atrasos no serviço prestado ou no fornecimento de bens.

Do ponto de vista comercial, a globalização tem viabilizado a entrada de outros grandes Grupos Construtores nos principais e mais antigos mercados de atuação da TEIXEIRA DUARTE - nomeadamente em Portugal e Angola - obrigando a um maior esforço na apresentação de soluções e propostas, bem como a uma otimização de custos que permita acompanhar a força da competitividade dessas entidades.

As Concessões são normalmente projetos de longo prazo que envolvem cada vez mais vertentes, como as ligadas a projeto, conceção, construção, financiamento e exploração e que, quer por tal complexidade e necessidade de parcerias, quer pela longevidade dos processos, implicam um risco forte na avaliação de ativos e projetos a longo prazo, num mundo cada vez mais dinâmico e com alterações inesperadas.

A área Imobiliária esteve na origem e núcleo da chamada crise do *subprime* e os reflexos dessa conjuntura internacional estão presentes em Portugal, onde as exigências para novos projetos aumentam a todos os níveis (administrativo, económico, social, ambiental, entre outros), a cada vez maior evidência de excedentes na oferta faz diminuir os preços e a própria procura está muito penalizada por maiores dificuldades no recurso ao crédito.

A Hotelaria no Algarve tem sido muito penalizada por novos destinos acessíveis e pelas mudanças de rotas de grandes agências internacionais, sendo que os hotéis em África estão naturalmente expostos às idiossincrasias dos respetivos países e à concorrência que aumenta numa dimensão nunca antes verificada. Adicionalmente, e considerando os níveis de endividamento de algumas das empresas participadas que operam neste setor, os resultados e, conseqüentemente, a situação patrimonial das referidas empresas poderão sofrer impactos adversos em consequência de evoluções desfavoráveis nas taxas de juro.

A Distribuição em Angola está muito exposta às características próprias do país e das dificuldades logísticas de abastecimento, de transporte e de deslocação.

A área Automóvel desenvolve-se num mercado muito saturado, onde internacionalmente grandes *players* do setor faliram e foram fortemente afetados, com inevitáveis reflexos a nível mundial e que já antes haviam levado o Grupo Teixeira Duarte a alienar a atividade que nesta área desenvolvia em Portugal.

Em Angola, a competitividade está a aumentar bastante e o investimento efetuado pelo Grupo obriga a uma forte otimização de processos e custos, num mercado que está cada vez mais exigente.

O setor da Energia no Grupo Teixeira Duarte assume dois riscos de naturezas diferentes, conforme se refira à atividade em Portugal (onde se opera na área da distribuição e comercialização de combustíveis líquidos e de gás) ou no Brasil (onde uma participada indireta se tem interesses associados à prospeção de petróleo).

Com efeito, no mercado nacional os riscos centram-se em três aspetos: (i) a reduzida quota de mercado na área dos combustíveis líquidos; (ii) o facto de os principais fornecedores serem simultaneamente os principais concorrentes, com grandes quotas de mercado (iii) e a delicada gestão do crédito concedido aos redistribuidores, nomeadamente pela consignação do produto entregue.

No Brasil, o risco centra-se na incerteza de obtenção de produto e na indefinição de quando tal pode acontecer, bem como no facto de, uma vez obtido o produto, o sucesso da atividade estar dependente da quantidade, qualidade e condições de comercialização do produto, bem como das variações dos mercados internacionais.

Comum a estas duas realidades – Portuguesa e Brasileira – tem sido forte o abalo no mercado dos combustíveis, em especial fruto das especulações em torno do preço do petróleo.

Relativamente às participações financeiras, nomeadamente a participação qualificada detida no Banco Comercial Português, S.A., o risco resulta da atual fragilidade dos mercados financeiros e do possível impacto da volatilidade das respetivas cotações nas contas do Grupo Teixeira Duarte, o que, em certas circunstâncias, pode afetar os resultados.

Os riscos descritos, a ocorrerem, poderão vir a ter um impacto negativo sobre os resultados do Grupo Teixeira Duarte e sobre a sua situação financeira.

A TD,SA encontra-se exposta a riscos de estratégia, existindo a possibilidade de tomar decisões estratégicas inadequadas, de ocorrerem falhas na implementação de decisões ou de se verificar a falta de capacidade de resposta face à evolução das condições de mercado.

O negócio internacional do Grupo Teixeira Duarte representa uma fatia significativa do volume de negócios do Grupo (74,2% em 2012). Não é possível garantir o pleno sucesso das operações nos mercados externos nos quais o Grupo opera. Adicionalmente, tais operações estão expostas aos riscos decorrentes de eventuais desenvolvimentos adversos a nível económico nos países em que estão estabelecidas. Estes fatores poderão afetar de forma adversa a atividade, situação financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte. Algumas das operações internacionais do Grupo expõem-no também a riscos cambiais.

O Grupo Teixeira Duarte atua em diversos setores de atividade, dos quais se destaca, pela sua contribuição para os proveitos operacionais do Grupo, o setor da Construção, mas também outros como a Distribuição, Energia e Automóvel. Os setores referidos representam 81,3% dos proveitos operacionais do Grupo e podem descrever-se como sendo setores muito competitivos. Este quadro concorrencial, quando associado a ciclos negativos nas áreas de atividade onde o Grupo opera, pode ter um efeito negativo nas margens de comercialização da empresa e nos seus resultados e, por conseguinte, na sua situação financeira.

A capacidade do Grupo Teixeira Duarte de implementar com sucesso a estratégia delineada depende da sua capacidade de recrutar e reter os colaboradores mais qualificados e competentes para cada função. Apesar da política de recursos humanos do Grupo Teixeira Duarte estar orientada para atingir estes objetivos, não é possível garantir que, no futuro, não existam limitações nesta área. Tal circunstância poderá limitar ou atrasar a execução da estratégia delineada, o que poderá ter um efeito negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Um agravamento das condições económicas globais ou das adversidades que afetam as economias a uma escala local podem originar a incapacidade de os clientes do Grupo Teixeira Duarte saldarem as suas obrigações ou atrasar de forma significativa o cumprimento das mesmas, levando a que as linhas de crédito existentes entrem em *default*. Este cenário resultaria em perdas que afetariam a atividade, situação financeira e os resultados do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá, no futuro, ser parte numa pluralidade de litígios relacionados com a sua atividade, incluindo aqueles cuja sentença lhe tenha sido favorável, total ou parcialmente, e que possam vir a ser objeto de recurso ou ação de anulação pelas contrapartes nos termos das normas processuais aplicáveis e até ao trânsito em julgado dessas mesmas sentenças. O Grupo Teixeira Duarte não pode garantir que venha a ganhar quaisquer ações respeitantes às suas atividades e uma decisão negativa nas mesmas poderá ter um efeito adverso que seja significativo para a atividade, situação financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte.

As atividades da TD,SA exigem investimentos. O Grupo financia uma parte destes investimentos fazendo uso dos fluxos de caixa gerados pelas suas atividades operacionais. No entanto, a TD,SA e as suas participadas financiam uma proporção maior dos investimentos fazendo uso de fontes externas, incluindo empréstimos bancários e ofertas nos mercados de capitais.

O Grupo Teixeira Duarte está exposto a um conjunto de riscos, tal como riscos de liquidez, riscos de taxa de juro ou riscos de taxa de câmbio, entre outros, sendo que, perante a ocorrência de cenários excecionalmente adversos, as políticas e procedimentos utilizados pela TD,SA na identificação, acompanhamento e gestão dos riscos poderão não se revelar totalmente eficazes.

Como qualquer outro grupo económico integrado numa envolvente competitiva, o Grupo Teixeira Duarte encontra-se igualmente sujeito a riscos relacionados com liquidez. O Grupo considera estar adequadamente provido dos meios necessários para um efetivo controlo de risco da sua atividade, considerando eficaz a ação desenvolvida pela administração com reporte de elementos que lhe são facultados pelos Serviços de Consolidação de Contas e de Auditoria Interna, bem como pela Direcção Central de Finanças e Contabilidade, a quem, sob supervisão direta do Administrador do pelouro, está especialmente cometido o controlo da liquidez do Grupo Teixeira Duarte.

A TD,SA gere o risco de liquidez do Grupo atuando através de duas vias: garantindo que a dívida financeira do Grupo tem uma elevada componente de médio e longo prazo com maturidades adequadas à capacidade esperada de geração de fundos e dispondo de facilidades de crédito, disponíveis em diversos casos na modalidade de linhas em conta corrente.

No decurso normal da atividade, o Grupo está sujeito a determinados riscos operacionais, incluindo interrupções no serviço prestado ou atrasos na prestação de serviços, fraudes, omissões, erros e atrasos na implantação de requisitos para a gestão dos riscos. Estes riscos são acompanhados pelo Grupo de uma forma contínua, através de sistemas administrativos e de informação, entre outros, estando alguns riscos operacionais cobertos por apólices de seguros.

As operações desenvolvidas pelo Grupo Teixeira Duarte estão dependentes do processamento informático. O processamento informático envolve a manutenção de registos, o reporte financeiro e outros sistemas, incluindo sistemas de monitorização e controlo das várias operações do Grupo, nomeadamente na gestão de recursos humanos, contabilística e ainda logística, administrativa e de armazenamento. Apesar da avaliação que tem vindo a ser efetuada aos sistemas computacionais e da convicção de que as suas capacidades são adequadas, não é possível garantir a total identificação e correção atempada de todos os problemas relacionados com os sistemas de tecnologias de informação, nem o êxito sistemático na implantação de melhorias tecnológicas.

O custo da grande maioria da dívida financeira contraída pelo Grupo Teixeira Duarte está indexado a taxas de referência variáveis, estando a TD,SA, por essa via, exposta ao risco de taxa de juro.

Contudo, e como forma de gerir estas variações, a área financeira do Grupo Teixeira Duarte segue em permanência o desenvolvimento do mercado, estando em condições de utilizar instrumentos financeiros que permitam minorar os efeitos da volatilidade das taxas de juro. A contratação deste tipo de instrumentos é efetuada tendo em conta os riscos que afetam os ativos e passivos e após a verificação de quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos. Estas operações são permanentemente monitorizadas, nomeadamente através da análise de diversos indicadores relativos a estes instrumentos, em particular a evolução do seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado e a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objetivo de avaliar os seus efeitos financeiros. O registo dos instrumentos financeiros derivados é efetuado de acordo com as disposições da IAS 39, sendo mensurados pelo seu justo valor o qual tem por base avaliações efetuadas por instituições financeiras. Proceder-se à qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação, em observância das disposições da IAS 39.

A variação da taxa de câmbio do Euro face a outras moedas, nomeadamente, o dólar americano, o kwana angolano, o dinar argelino, o real brasileiro, o metical moçambicano e o bolívar venezuelano, pode ter impacto na situação financeira da TD,SA. O Grupo Teixeira Duarte desenvolve operações em diversos mercados e regista proveitos em moeda estrangeira, tendo igualmente ativos e passivos monetários deno-

minados em moeda que não o Euro, pelo que se encontra, deste modo, exposto a variações nas respetivas divisas.

Em termos indiretos, referem-se ainda as circunstâncias de o Grupo Teixeira Duarte adquirir bens diversos, com relevância nas áreas da construção, da distribuição e do automóvel, em moedas distintas daquela em que os mesmos são posteriormente vendidos, nomeadamente em Angola, sendo que tal facto pode influenciar em parte os resultados obtidos pelo Grupo na atividade que desenvolve nestes setores.

Destaca-se a importação e exportação de materiais para construção e de produtos essencialmente de consumo para as sociedades de direito Angolano que operam na área da distribuição, bem como de veículos automóveis, peças e equipamentos para as diversas participadas locais que atuam no setor automóvel em Angola, operando, entre outras, com as marcas Nissan, Honda, Chevrolet, Renault, Peugeot, JMC, Mahindra e SsangYong.

Variações adversas no preço do petróleo e das matérias-primas poderão afetar significativamente os resultados e situação financeira do Grupo Teixeira Duarte.

A volatilidade do preço das matérias-primas constitui um risco para o Grupo Teixeira Duarte, afetando a atividade operacional da área de negócio da construção, embora seja pontualmente mitigado através de contratos com fornecedores com preços fixos e contratos com clientes que permitam repercutir estas alterações no valor pago por estes.

Em particular, o Grupo Teixeira Duarte tem uma exposição indireta ao preço do petróleo. A capacidade do Grupo em fazer refletir nos preços dos bens finais e dos serviços que presta aumentos do preço do petróleo é reduzida, pelo que poderão surgir consequências negativas nas margens diretas dos bens finais vendidos e no contributo líquido dos serviços prestados. Adicionalmente, um aumento do preço do petróleo tem um impacto direto nos custos de transporte associados ao desenvolvimento das atividades do Grupo, pelo que variações adversas nos preços do petróleo poderão exercer um efeito material negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Mais concretamente, a evolução do preço do petróleo poderá afetar significativamente os resultados do Grupo Teixeira Duarte por três razões:

- diretamente, através da margem gerada na Energia, área de negócio que, em 2012, representou 9,4% dos proveitos operacionais do Grupo Teixeira Duarte;
- o custo de transporte é uma das rubricas de custos mais importantes nas contas de exploração do Grupo;
- os custos energéticos têm ainda algum significado no preço dos fornecimentos e serviços externos.

O aumento de impostos ou a redução de benefícios fiscais poderá ter um efeito adverso na atividade do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá ser afetado negativamente por alterações na legislação e demais regulamentação fiscal aplicável em Portugal, na União Europeia e nos diversos países onde desenvolve a sua atividade.

As demonstrações financeiras do Grupo Teixeira Duarte podem ser influenciadas pela valorização das participações financeiras detidas.

A situação líquida, os capitais próprios e até, em certas situações de imparidade, os resultados do Grupo Teixeira Duarte podem ser influenciados pela valorização das participações financeiras detidas, o que, no caso das participações detidas em sociedades admitidas à negociação em mercado regulamentado, depende diretamente da cotação de mercado das respetivas ações.

As entidades do Grupo Teixeira Duarte estão sujeitas aos riscos inerentes a qualquer atividade económica, como é o caso de acidentes, avarias ou catástrofes naturais que possam originar prejuízos nos ativos do Grupo ou interrupções temporárias na respetiva atividade. Da mesma forma, estes riscos podem afetar os principais clientes e fornecedores do Grupo Teixeira Duarte, o que teria um impacto significativo nos níveis

de rentabilidade, caso não fosse possível encontrar clientes substitutos de modo a garantir o nível de volume de negócios, ou fornecedores que possibilitassem manter a mesma estrutura de custos.

II.10. Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital.

Para além de outras atribuições e competências que por lei, pelos Estatutos ou por delegação da Assembleia Geral lhe sejam conferidas, cabe, nomeadamente, ao Conselho de Administração:

- a) exercer os mais amplos poderes de administração da Sociedade e praticar todos os atos e operações tendentes à realização do seu objeto social;
- b) negociar e outorgar todos os contratos, seja qual for o seu alcance, forma e natureza, em que a Sociedade seja parte;
- c) representar a Sociedade, em juízo e fora dele, ativa e passivamente, promover, contestar, transigir ou desistir em quaisquer processos e comprometer-se em todo o tipo de arbitragens;
- d) elaborar, se assim o entender, o seu regulamento interno, definindo as regras e procedimentos respeitantes ao seu funcionamento;
- e) proceder à distribuição de pelouros pelos seus membros e encarregar qualquer um deles de se ocupar especialmente de certas matérias da competência do Conselho;
- f) delegar em quaisquer dos seus membros os poderes necessários para, conjunta ou individualmente, desempenharem certas tarefas ou atuações específicas;
- g) nomear procuradores ou mandatários da Sociedade para a prática de determinados atos ou categorias de atos, com os poderes e atribuições que constarem das respetivas procurações que para o efeito outorgar;
- h) designar o Secretário da Sociedade e o seu Suplente;
- i) deslocar a sede social para outro local, dentro do território nacional, bem como criar, transferir ou extinguir delegações, agências, sucursais, ou quaisquer outras formas de representação da sociedade, no País ou no estrangeiro, nos termos, onde e quando entender conveniente;
- j) deliberar que a Sociedade adquira, aliene e onere quaisquer bens imóveis e direitos de propriedade industrial, licenças e alvarás, bem como quotas, ações, obrigações ou outros títulos;
- k) deliberar que a Sociedade participe na constituição, subscreva capital, assuma interesses ou tome parte em outras sociedades, empresas, agrupamentos complementares ou associações de qualquer espécie e coopere, colabore ou se consorcie com quaisquer outras entidades, bem como preste serviços técnicos de administração e gestão ou apoio em recursos humanos e financeiros a sociedades participadas ou com as quais tenha celebrado contrato de subordinação; e
- l) prestar cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade, nomeadamente avales ou fianças.

Os Estatutos da Sociedade não conferem quaisquer poderes ao Conselho de Administração sobre eventuais aumentos de capital social.

II.11. Informação sobre a política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, bem como sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização.

Conforme descrito em II.3., apesar do exercício colegial das funções conferidas ao Conselho de Administração, cada um dos seus membros é mais especificamente responsável por determinadas áreas funcionais ou determinados negócios.

Não existe uma política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro. A supervisão das diversas áreas e setores foi atribuída a cada um dos Administradores tendo em consideração a formação, experiência e competências adquiridas por cada um deles dentro do Grupo Teixeira Duarte sobre as várias matérias, o que não é compatível com uma conceção de política de rotação dos pelouros.

A redistribuição das áreas de negócio pelos diversos membros do Conselho de Administração ocorrerá sempre que tal se afigure necessário e adequado.

Quanto às regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização, recorde-se que os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, pelo sistema de listas, por quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos, e consideram-se empossados logo que eleitos, sem dependência de outras formalidades.

Ao abrigo das regras especiais de eleição previstas na Lei, a Sociedade adotou o sistema que permite que um dos Administradores possa ser eleito entre pessoas propostas em listas que sejam subscritas e apresentadas por grupos de acionistas, desde que nenhum desses grupos possua ações representativas de mais de vinte por cento e menos de dez por cento do capital social. Em conformidade com tal opção, o Administrador assim eleito substitui automaticamente aquele que figurar em último lugar na lista que faça vencimento na eleição dos Administradores.

Os Estatutos não preveem a existência de qualquer Administrador suplente, mas fixam em cinco o número de faltas a reuniões, seguidas ou interpoladas, por mandato, sem justificação aceite pelo Conselho, que conduz à situação de falta definitiva de um Administrador, com as consequências previstas na lei.

Para além das referidas circunstâncias, os Estatutos não preveem qualquer regra específica para a substituição dos membros do Conselho de Administração, pelo que será aplicável o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais sobre esta matéria, ou seja, o Conselho de Administração poderá proceder à substituição do Administrador que deixe de desempenhar funções por qualquer uma das causas previstas na Lei, nomeadamente por renúncia ou acumulação de faltas, procedendo, se assim o entender e nos termos e condições aplicáveis, à correspondente cooptação, a qual deverá ser ratificada na primeira Assembleia Geral seguinte.

À semelhança dos demais órgãos sociais, os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral, pelo sistema de listas, por quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos, e consideram-se empossados logo que eleitos, sem dependência de outras formalidades. A Assembleia Geral, ao eleger tal Conselho, designará obrigatoriamente, de entre os membros eleitos, aquele que exercerá as funções de Presidente.

Os membros do Conselho Fiscal foram eleitos em Assembleia Geral de 20 de maio de 2011 para exercer funções durante o quadriénio 2011/2014.

Embora neste caso tenha sido eleito, em Assembleia Geral de 20 de maio de 2011, um membro suplente do Conselho Fiscal, os Estatutos não preveem qualquer regra específica para a substituição dos membros deste órgão, pelo que será aplicável o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais sobre esta matéria, ou seja, os membros efetivos do Conselho Fiscal que se encontrem temporariamente impedidos ou cujas funções tenham cessado, são substituídos pelos suplentes nos demais termos e condições ali fixados.

II.12. Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização e de outras comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa.

Durante o exercício de 2012, o Conselho de Administração da TD,SA reuniu 17 vezes - tendo o Presidente do Conselho Fiscal participado em 14 e o representante da SROC em 15.

O Conselho Fiscal da TD,SA reuniu 4 vezes.

II.13. Indicação sobre o número de reuniões da Comissão Executiva ou do Conselho de Administração Executivo, bem como referência à realização de atas dessas reuniões e seu envio, acompanhadas das convocatórias, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as matérias financeiras.

A presente norma não é aplicável à TD,SA, uma vez que, conforme descrito supra, não existe Comissão Executiva, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou Comissão para as matérias financeiras e todos os membros do Conselho de Administração exercem atualmente funções executivas, incluindo o respetivo Presidente.

Todavia, salienta-se que os Administradores prestam, em tempo útil e de forma adequada ao que lhes for requerido, as informações solicitadas pelos restantes membros dos órgãos sociais. Acrescenta-se que todas as atas das reuniões do Conselho de Administração são enviadas ao Presidente do Conselho Fiscal.

II.14. Distinção dos membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminação dos membros que cumpram, se lhes fosse aplicável, as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com exceção da prevista na alínea b), e os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

Considerando que todos os membros do Conselho de Administração exercem funções executivas, a presente regra não é aplicável à realidade da TD,SA.

Ainda assim e a este propósito, cumpre informar que, no que se refere à independência dos seus membros, o Conselho de Administração considera que nenhum deles se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Face ao modelo societário adotado e à composição e ao modo de funcionamento dos seus órgãos sociais - nomeadamente o carácter executivo do Conselho de Administração e a independência do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem que, entre eles ou para outras Comissões existam delegações de competências - a TD,SA considera que a designação de membros não executivos para exercerem funções no Conselho de Administração não traria quaisquer valias significativos para o bom funcionamento do modelo adotado, o qual se tem vindo a revelar adequado e eficiente.

II.15. Indicação das regras legais, regulamentares e outros critérios que tenham estado na base da avaliação da independência dos seus membros feita pelo órgão de administração.

Não aplicável, conforme descrito no número anterior.

II.16. Indicação das regras do processo de seleção de candidatos a Administradores não executivos e forma como asseguram a não interferência nesse processo dos Administradores executivos.

Não aplicável, conforme descrito nos dois números anteriores.

II.17. Referência ao facto de o relatório anual de gestão da sociedade incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos Administradores não executivos e eventuais constrangimentos detetados.

Não aplicável, tendo em conta que todos os membros do Conselho de Administração exercem funções executivas.

II.18. Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração, a indicação das atividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de ações da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo do mandato.

Presidente do Conselho de Administração: Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Licenciado em Gestão de Empresas pela "Universidade Católica Portuguesa", em 1977.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2014.

Refira-se, adicionalmente, que desde 1987 que integra o Conselho de Administração da sociedade de topo do Grupo (que foi a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. até 2010, altura em que esse papel passou a ser desempenhado pela TD, SA).

Nos últimos cinco anos, no âmbito da sua atividade profissional, desempenhou igualmente os seguintes cargos:

Administrador-Delegado de "TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A."

Presidente do Conselho de Administração de "TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A."

Presidente do Conselho de Administração de "PASIM – Sociedade Imobiliária, S.A."

Presidente do Conselho de Administração de "PACIM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A."

Administrador de "CIMPOR – Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A."

Gerente de "F+P – IMOBILIÁRIA, LDA."

Membro do Conselho Consultivo e de Estratégia de "E.I.A. – Ensino, Investigação e Administração, S.A."

Vice-Presidente do Conselho de Administração de "BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A."

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fundação Millennium bcp

Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão de "BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.".

Vogal do Conselho Geral e de Supervisão de "BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.".

Vice-Presidente do Conselho Superior de "BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.".

Vogal do Conselho de Remunerações e Previdência de "BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.".

Membro do "Supervisory Board" de "MILLENNIUM BANK, S.A. (Polónia)".

Em 31 de dezembro de 2012 era titular, direta e indiretamente, de 6.912.550 ações representativas do capital social da TD,SA.

Administrador: Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Licenciado em Direito pela Faculdade de "Direito da Universidade de Lisboa", em 1989.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2014.

Refira-se, adicionalmente, desde 2005 que é Administrador da sociedade de topo do Grupo (que foi a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. até 2010, altura em que esse papel passou a ser desempenhado pela TD, SA).

Nos últimos cinco anos, no âmbito da sua atividade profissional, desempenhou igualmente os seguintes cargos:

Presidente do Conselho de Administração de "BONAPARTE – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "C+P.A. – Cimento e Produtos Associados, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "ESTA – Gestão de Hotéis, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "EMPA, S.A. Serviços de Engenharia".

Presidente do Conselho de Administração de "EVA – Sociedade Hoteleira, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "IMOPEDROUÇOS – Sociedade Imobiliária, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "IMOTD – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "LAGOAS HOTEL, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "LAGOASFUT – Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "MARTINS & ESTEVES, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "NGDI – Gestão e Investimentos Imobiliários, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "PARCAUTO – Sociedade Imobiliária, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "PTG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "ROCHORIENTAL - Sociedade Hoteleira, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "SEIUR - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "STELGEST - Gestão Hoteleira, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TDCIM - S.G.P.S., S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TDEMPA - Gestão de Participações e Investimentos, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TDH - Sociedade Gestora de Participações, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.".

Presidente do Conselho de Administração de "TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TEJO VILLAGE - Promoção Imobiliária, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TRANSBRITAL - Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "V8 - Gestão Imobiliária, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "VTD - Veículos Automóveis, S.A.".

Administrador de "BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.".

Membro do Conselho de Administração de "EMPA, S.A. Serviços de Engenharia".

Administrador de "EUROGTD - Sistemas de Informação, S.A.".

Administrador de "GRATAC - Sociedade Gestora de Participações, S.A.".

Administrador de "ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.".

Administrador de "MARINERTES, S.A.".

Administrador de "PTG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Administrador de "Votorantim Macau Investimentos S.A." (anteriormente designada "Sociedade de Investimento Cimpor Macau, S.A.").

Administrador de "TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Administrador de "TDG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Administrador de "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.".

Administrador de "TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Administrador de "TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.".

Gerente de "BONAPAPEL - Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos Unipessoal, Lda.".

Gerente de "GFF - Empreendimentos Imobiliários, Lda.".

Gerente de "TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Macau), Limitada".

Vogal da Comissão de Remunerações de "BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.".

Vogal da Comissão de Remunerações de "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.".

Membro do Conselho Geral e de Supervisão de "E.I.A. - Ensino, Investigação e Administração. S.A.".

Vogal da Comissão de Remunerações de "Gomes & Oliveira, S.A.".

Vogal da Comissão de Remunerações de "RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A." (anteriormente designada "RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.").

Vogal da Comissão de Remunerações de "TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.".

Vogal da Comissão de Remunerações de "TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.".

Vogal da Comissão de Remunerações de "TDO - Investimento e Gestão, S.A.".

Secretário da Mesa da Assembleia Geral de "HAB - Cooperativa de Construção e Habitação C.R.L.".

Em 31 de dezembro de 2012 era titular de 5.149.575 ações representativas do capital social da TD,SA.

Administrador: Senhor Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos

Licenciado em Engenharia Civil pela "Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto", em 1977.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2014.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que é Administrador da sociedade de topo do Grupo (que foi a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. até 2010, altura em que esse papel passou a ser desempenhado pela TD, SA).

Nos últimos cinco anos, no âmbito da sua atividade profissional, desempenhou igualmente os seguintes cargos:

Presidente do Conselho de Administração de "G.E.TRA.BE – Groupement d’Entreprises de Travaux de Bejaia".

Presidente do Conselho de Administração de "G.E.TRA.M – Groupement d’Entreprises de Travaux Maritimes de Bejaia".

Presidente do Conselho de Administração de "GMP – Grupo Marítimo Português, ACE".

Presidente do Conselho de Administração de "GMP MEK – Grupo Marítimo Português Mers El Kebir, ACE".

Presidente do Conselho de Administração de "GMP MKD – Grupo Marítimo Mers El Kebir Dragagens, ACE".

Presidente do Conselho de Administração de "INVICTAAMBIENTE – Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "MARINERTES, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "NOVA TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "OFM – Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A." (anteriormente designada "RECOLTE – Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A. ").

Presidente do Conselho de Administração de "SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.".

Vice-Presidente do Conselho de Administração de "Novaponte – Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE".

Administrador de "E.P.O.S. – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.".

Membro do Conselho de Administração de "EMPA, S.A. Serviços de Engenharia".

Administrador de "BEL – ERE – Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S.A.".

Administrador de "Groupement Maritime Portugais Gmp – ORAN".

Administrador de "RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A., Sociedad Unipersonal" (anteriormente designada "GSC – Companhia General de Servicios y Construcciones, S.A. Sociedad Unipersonal").

Administrador de "OFM – Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A. – Sucursal em Cabo Verde".

Administrador de "SOMAFEL e FERROVIAS, ACE".

Administrador de "TDARCOL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Administrador de "TDEMPA - Gestão de Participações e Investimentos, S.A."

Administrador de "TEISOMAR - Obras Marítimas, ACE"

Administrador de "TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A."

Administrador de "TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A."

Vogal da Comissão de Remunerações de "BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A."

Vogal da Comissão de Remunerações de "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A."

Vogal da Comissão de Remunerações de "Gomes & Oliveira, S.A."

Vogal da Comissão de Remunerações de "RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A." (anteriormente designada "RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A").

Vogal da Comissão de Remunerações de "TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A."

Vogal da Comissão de Remunerações de "TDGI - Tecnologias de Gestão Imóveis, S.A."

Vogal da Comissão de Remunerações de "TDO - Investimento e Gestão, S.A."

Em 31 de dezembro de 2012 era titular de 433.862 ações representativas do capital social da TD,SA.

Administrador: Senhor Eng.º Carlos Gomes Baptista

Bacharel em Engenharia pelo "Instituto Industrial de Lisboa", em 1973.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2014.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que é Administrador da sociedade de topo do Grupo (que foi a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. até 2010, altura em que esse papel passou a ser desempenhado pela TD, SA).

Nos últimos cinco anos, no âmbito da sua atividade profissional, desempenhou igualmente os seguintes cargos:

Presidente do Conselho de Administração de "BEL-ere - Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S.A."

Presidente do Conselho de Administração de "INVICTAAMBIENTE - Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, S.A."

Presidente do Conselho de Administração de "TDGI - Tecnologia de Gestão de imóveis, S.A."

Membro do Conselho de Administração de "EMPA, S.A. - Serviços de Engenharia"

Administrador de "GSC - Compañia General de Servicios y Construcción, S.A. - Sucursal em Portugal"

Administrador de "RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A., Sociedad Unipersonal" (anteriormente designada "GSC - Companhia General de Servicios y Construcciones, S.A. Sociedad Unipersonal").

Administrador de "NOVA TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.".

Administrador de "TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.".

Administrador de "TEIXEIRA DUARTE/OPCA - Fungere - Parcela 1.18 do Parque da Nações em Lisboa 3.ª Fase - Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE".

Em 31 de dezembro de 2012 era titular de 25.634 ações representativas do capital social da TD,SA.

Administrador: Senhor Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Licenciatura em Engenharia Civil pelo "Instituto Superior Técnico", em 1992.

Designado a primeira vez para o cargo em 2011, por deliberação da Assembleia Geral, terminando o mandato em curso em 2014.

Nos últimos cinco anos, no âmbito da sua atividade profissional, desempenhou igualmente os seguintes cargos:

Presidente do Conselho de Administração de "TEIXEIRA DUARTE - Distribuição, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TDO - Investimento e Gestão, S.A.".

Administrador de "BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.".

Administrador de "IMOPEDROUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.".

Administrador de "IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Administrador de "MARTINS & ESTEVES, S.A.".

Administrador de "PARCAUTO - Sociedade Imobiliária, S.A.".

Administrador de "QUINTA DE CRAVEL IMOBILIÁRIA, S.A.".

Administrador de "TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.".

Administrador de "TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.".

Administrador de "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.".

Administrador de "TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.".

Administrador de "TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.".

Administrador de "TEJO VILLAGE - Promoção Imobiliária, S.A.".

Administrador de "TRANSBRITAL - Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.".

Administrador de "V8 - Gestão Imobiliária, S.A.".

Gerente de "BONAPAPEL - Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos - Unipessoal, Lda.".

Gerente de "GFF - Empreendimentos Imobiliários, Lda.".

Em 31 de dezembro de 2012 era titular de 31.160 ações representativas do capital social da TD,SA.

II.19. Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

Presidente do Conselho de Administração: Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2012, desempenhava o seguinte **cargo noutra sociedade do Grupo Teixeira Duarte:**

Presidente do Conselho de Administração de "TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.".

Em 31 de dezembro de 2012, exercia os seguintes **cargos noutras sociedades, todas elas fora do Grupo Teixeira Duarte:**

Presidente do Conselho de Administração de "PASIM - Sociedade Imobiliária, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "PACIM - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Membro do Conselho Consultivo e de Estratégia de "E.I.A. - Ensino, Investigação e Administração, S.A.".

Vice-Presidente do Conselho de Administração do "BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.".

Administrador: Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2012, desempenhava os seguintes **cargos noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte:**

Administrador de "TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "C+P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "EVA - Sociedade Hoteleira, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "IMOPEDEIROÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "LAGOAS HOTEL, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "LAGOASFUT - Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "PTG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "ROCHORIENTAL - Sociedade Hoteleira, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "STELGEST - Gestão Hoteleira, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TDEMPA - Gestão de Participações e Investimentos, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TDH - Sociedade Gestora de Participações, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TRANSBRITAL - Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "V8 - Gestão Imobiliária, S.A.".

Membro do Conselho de Administração de "EMPA, S.A. Serviços de Engenharia".

Administrador de "MARINERTES, S.A.".

Administrador de "TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Administrador de "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.".

Gerente de "BONAPAPEL - Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos Unipessoal, Lda."

Gerente de "TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Macau), Limitada".

Vogal da Comissão de Remunerações de "TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A."

Vogal da Comissão de Remunerações de "TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A."

Vogal da Comissão de Remunerações de "RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A." (anteriormente designada "RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.").

Vogal da Comissão de Remunerações de "TDO - Investimento e Gestão, S.A."

Em 31 de dezembro de 2012, exercia os seguintes **cargos noutras sociedades, todas elas fora do Grupo Teixeira Duarte:**

Presidente do Conselho de Administração de "NGDI - Gestão e Investimentos Imobiliários, S.A."

Presidente do Conselho de Administração de "SEIUR - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A."

Administrador de "ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A."

Administrador de "TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A."

Secretário da Mesa da Assembleia Geral de "HAB - Cooperativa de Construção e Habitação C.R.L."

Membro do Conselho Geral e de Supervisão de "E.I.A - Ensino, Investigação e Administração, S.A."

Administrador: Senhor Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos

Em 31 de dezembro de 2012 desempenhava os seguintes **cargos noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte:**

Administrador de "TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A."

Presidente do Conselho de Administração de "G.E.TRA.BE - Groupement d'Entreprises de Travaux de Bejaia"

Presidente do Conselho de Administração de "G.E.TRA.M - Groupement d'Entreprises de Travaux Maritimes de Bejaia"

Presidente do Conselho de Administração de "GMP - Grupo Marítimo Português, ACE"

Presidente do Conselho de Administração de "GMP MEK - Grupo Marítimo Português Mers El Kebir, ACE"

Presidente do Conselho de Administração de "MARINERTES, S.A."

Presidente do Conselho de Administração de "OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A."

Presidente do Conselho de Administração de "RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A." (anteriormente designada "RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.").

Presidente do Conselho de Administração de "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.".

Vice-Presidente do Conselho de Administração de "Novaponte - Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE".

Administrador de "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.".

Membro do Conselho de Administração de "EMPA, S.A. - Serviços de Engenharia".

Administrador de "Groupement Maritime Portugais Gmp - ORAN".

Administrador de "GSC - Companhia General de Servicios y Construcciones, S.A. Sociedad Unipersonal".

Presidente do Conselho de Administração de "INVICTAAMBIENTE - Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, S.A.".

Administrador de "OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A. - Sucursal em Cabo Verde".

Administrador de "PTG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Administrador de "SOMAFEL e FERROVIAS, ACE".

Administrador de "TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Administrador de "TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.".

Vogal da Comissão de Remunerações de "RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A." (anteriormente designada "RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.").

Vogal da Comissão de Remunerações de "TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.".

Vogal da Comissão de Remunerações de "TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.".

Vogal da Comissão de Remunerações de "TDO - Investimento e Gestão, S.A.".

Administrador: Senhor Eng.º Carlos Gomes Baptista

Em 31 de dezembro de 2012 desempenhava os seguintes **cargos noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte**:

Administrador de "TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TDGI - Tecnologia de Gestão de imóveis, S.A.".

Membro do Conselho de Administração de "EMPA, S.A. - Serviços de Engenharia".

Administrador de "RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A., Sociedad Unipersonal" (anteriormente designada "GSC - Companhia General de Servicios y Construcciones, S.A. Sociedad Unipersonal").

Administrador de "TEIXEIRA DUARTE/OPCA - Fungere - Parcela 1.18 do Parque da Nações em Lisboa 3.ª Fase - Empreitada de Acabamentos e

Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE".

Administrador: Senhor Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Em 31 de dezembro de 2012 desempenhava os seguintes **cargos noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte:**

Presidente do Conselho de Administração de "TEIXEIRA DUARTE – Distribuição, S.A.".

Presidente do Conselho de Administração de "TDO – Investimento e Gestão, S.A.".

Administrador de "BONAPARTE – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.".

Administrador de "IMOPEDROUÇOS – Sociedade Imobiliária, S.A.".

Administrador de "IMOTD – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Administrador de "QUINTA DE CRAVEL IMOBILIÁRIA, S.A.".

Administrador de "TD VIA – Sociedade Imobiliária, S.A.".

Administrador de "TDE – Empreendimentos Imobiliários, S.A.".

Administrador de "TDHOSP – Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.".

Administrador de "TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.".

Administrador de "TRANSBRITAL – Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.".

Administrador de "V8 – Gestão Imobiliária, S.A.".

Gerente de "BONAPAPEL – Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos – Unipessoal, Lda.".

Secção III - Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras e Conselho Fiscal

II.21. Identificação dos membros do Conselho Fiscal, declarando-se que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e se cumprem os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Para o efeito, o Conselho Fiscal procede à respetiva autoavaliação.

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos – um Presidente e dois vogais – e por um suplente, que cumprem integralmente todos os requisitos de independência e em relação aos quais não se verifica qualquer incompatibilidade para o exercício do respetivo cargo, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Os factos referidos no parágrafo anterior são objeto de averiguação periódica em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal.

Os referidos membros, eleitos em Assembleia Geral de 20 de maio de 2011, são os seguintes:

Presidente: Senhor Dr. António Gonçalves Monteiro

Vogais: Senhor Dr. Mateus Moreira

Senhor Miguel Carmo Pereira Coutinho

Suplente: Senhor Dr. Horácio Lisboa Afonso

II.22. Qualificações profissionais dos membros do Conselho Fiscal, a indicação das atividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de ações da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

Senhor Dr. António Gonçalves Monteiro (Presidente do Conselho Fiscal)

Qualificações Profissionais:

Licenciatura em Finanças pelo “Instituto Superior de Economia” e diplomado em Contabilidade e Administração pelo “Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa”.

Atividades Profissionais exercidas nos últimos cinco anos:

É sócio e Presidente do Conselho de Administração da “Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.”, representando a sociedade no exercício de funções de fiscal único ou integrando órgãos de fiscalização de várias empresas e outras entidades.

É Presidente do Conselho Fiscal da “ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A.” e da “SAGESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, S.A.”.

É Presidente da Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

É Presidente da Comissão de Remunerações do “BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A.”

Foi Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (2006-2011) e membro do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (2009-2011). Foi presidente da Associação Portuguesa de Consultores Fiscais (1998-2005).

Foi Presidente do Conselho Fiscal de “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”.

Nunca exerceu quaisquer atividades profissionais na TD,SA, embora tenha sido representante da sociedade de Revisores Oficiais de Contas que desempenhou os cargos de fiscalização nas sociedades “SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.” e “OFM – Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.”, bem como no “Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF”, integradas no Grupo TEIXEIRA DUARTE.

Número de ações da Sociedade de que é titular:

Não é titular de quaisquer ações da TD, SA.

Data da primeira designação e data do termo de mandato:

Designado a primeira vez em 30 de novembro de 2009 para o biénio 2009/2010, terminando o atual mandato em curso em 2014.

Senhor Dr. Mateus Moreira (Vogal do Conselho Fiscal)

Qualificações Profissionais:

Licenciatura em Finanças pelo “Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras” (1972).

Atividades Profissionais exercidas nos últimos cinco anos:

Aposentado em 30.09.2003 do Millennium BCP, onde desempenhava o cargo de Diretor Central – Adjunto.

Vogal do Conselho Fiscal de “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”.

Número de ações da Sociedade de que é titular:

Não é titular de quaisquer ações da TD,SA.

Data da primeira designação e data do termo de mandato:

Designado a primeira vez em 30 de novembro de 2009 para o biénio 2009/2010, terminando o atual mandato em curso em 2014.

Senhor Miguel Pereira Coutinho (Vogal do Conselho Fiscal)

Qualificações Profissionais:

Frequência do 2º ano do “Instituto Superior de Agronomia” (1952).

Empresário.

Atividades Profissionais exercidas nos últimos cinco anos:

Aposentado.

Vogal do Conselho Fiscal de “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”.

Número de ações da Sociedade de que é titular:

É titular, em regime de compropriedade, de 10.000 ações da TD,SA.

Data da primeira designação e data do termo de mandato:

Designado a primeira vez em 30 de novembro de 2009 para o biénio 2009/2010, terminando o atual mandato em curso em 2014.

Senhor Dr. Horácio Lisboa Afonso (Suplente do Conselho Fiscal)

Qualificações Profissionais:

Licenciatura em Finanças pelo "Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras".

Frequência de diversos cursos de especialização profissional, organizados pela *Price Waterhouse, Deloitte, Grant Thornton, Nexia International* e outras entidades, em Portugal e noutros países, cobrindo contabilidade, gestão financeira, auditoria financeira, auditoria informática, *time management, personal skills* e outras matérias específicas e relevantes para a *governance* de empresas.

Estágio de sete meses realizado no Departamento de Auditoria da *Price Waterhouse*, em Londres, no período de outubro de 1978 a abril de 1979.

Membro da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Membro da Ordem dos Economistas.

Membro da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Atividades Profissionais exercidas nos últimos cinco anos:

Sócio fundador da "Camacho Palma & Lisboa Afonso - SROC", representante em Portugal da *Nexia International*, desempenha funções de Revisor Oficial de Contas em diversas empresas, assumindo a responsabilidade pela Revisão e Certificação Legal das respetivas contas.

Suplente do Conselho Fiscal de "TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.".

Número de ações da Sociedade de que é titular:

Não é titular de quaisquer ações da TD,SA.

Data da primeira designação e data do termo de mandato:

Designado a primeira vez em 30 de novembro de 2009 para o biénio 2009/2010, terminando o atual mandato em curso em 2014.

II.23. Funções que os membros do Conselho Fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo

Senhor Dr. António Gonçalves Monteiro (Presidente do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2012, exercia, na qualidade de representante da "Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.", funções de Fiscal Único em diversas empresas e instituições que não integram o Grupo Teixeira Duarte.

Senhor Dr. Mateus Moreira (Vogal do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2012, não exercia funções em quaisquer outras sociedades.

Senhor Miguel Pereira Coutinho (Vogal do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2012, não exercia funções em quaisquer outras sociedades.

Dr. Horácio Lisboa Afonso (Suplente do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2012, não exercia os quaisquer cargos noutras sociedades dentro do Grupo Teixeira Duarte.

Em sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte, é:

Sócio administrador de "Camacho Palma & Lisboa Afonso - SROC".

Gerente de "NEXIA, CPLA & Associados - SROC, Lda."

Presidente da Comissão de Auditoria de "Banco Espírito Santo, S.A."

Presidente do Conselho Fiscal de "PARTRAN - SGPS, S.A."

Vogal do Conselho Fiscal de "SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves-Corvo, S.A."

II.24. Referência ao facto de o Conselho Fiscal avaliar anualmente o auditor externo e à possibilidade de proposta à assembleia-geral de destituição do auditor com justa causa.

A atuação do Auditor Externo tem vindo a ser avaliada por todos os órgãos sociais da TD,SA, sendo que nunca se verificou qualquer circunstância que pudesse motivar a sua destituição com justa causa.

O Conselho de Administração da TD,SA e os serviços dele dependentes têm vindo a assumir o compromisso de zelar para que sejam asseguradas as condições adequadas à prestação dos serviços por parte do auditor externo, dentro da Empresa, uma vez que aqueles se enquadram diretamente na estrutura operacional da TD,SA e que dispõem dos meios físicos e da informação e documentação necessária para proporcionar ao auditor externo as condições adequadas para o exercício das suas funções.

O interlocutor da Empresa e primeiro destinatário dos relatórios do auditor externo é o Conselho de Administração, uma vez que, conforme ficou descrito supra, é este o órgão que se encontra diretamente enquadrado na estrutura operacional da empresa, facilitando as comunicações e a divulgação de informação entre os diversos órgãos e entidades, sem que alguma vez a independência do auditor tenha sido prejudicada.

O Conselho Fiscal procede ao acompanhamento da atividade exercida pelo auditor, inteirando-se dos procedimentos executados e das respetivas conclusões globais. No final de cada exercício é apreciado um relatório anual das ações empreendidas e efetuada uma avaliação global

A remuneração do auditor externo é fixada pela Comissão de Remunerações da Empresa, nos termos previstos nos Estatutos, à semelhança do que sucede para os demais órgãos sociais, não se encontrando, por ora, qualquer fundamento para a interferência do Conselho Fiscal nesta matéria.

Este modelo, implementado há já alguns anos no âmbito do Grupo Teixeira Duarte, tem-se vindo a revelar adequado ao bom funcionamento dos órgãos sociais e à garantia da transparência.

Os pontos II.25, II.26, II.27, II.28, II.29 não são aplicáveis à TD,SA porque dispõem sobre matérias específicas do Conselho Geral e de Supervisão, órgão não existente no modelo societário adotado pela Empresa.

Secção IV - Remuneração

II.30. Descrição da política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere ao artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

A Comissão de Remunerações da TD,SA emitiu a respetiva declaração sobre política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, a qual foi aprovada em Assembleia Geral daquela sociedade, realizada em 17 de maio de 2012, com 98,7069% votos a favor, 0,00007% abstenções e 1,2930% votos contra, declaração essa cujo teor aqui se deixa reproduzido:

I. ENQUADRAMENTO NORMATIVO

De acordo com o disposto na Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, cabe a esta Comissão submeter, anualmente, à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização desta Sociedade, devendo ter em consideração, para além daquele diploma, as disposições conjugadas dos artigos 399.º do Código das Sociedades Comerciais e 248.º-B do Código de Valores Mobiliários, bem como as Recomendações da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários sobre o Governo das Sociedades Cotadas (2010).

II. ÂMBITO DA DECLARAÇÃO:

Em função do modelo societário adotado, a “Teixeira Duarte, S.A.” tem como órgão de Administração e Fiscalização o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Com base na declaração prestada pelo Conselho de Administração para este efeito, os únicos colaboradores que, não sendo membros dos órgãos de administração e de fiscalização da “Teixeira Duarte, S.A.”, têm acesso regular a informação privilegiada e participem nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial são os membros do Conselho de Administração da sociedade dominada a 100% “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”, ou seja, os Senhores Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino, Eng.º João José de Gouveia Capelão e Eng.º João José do Carmo Delgado.

Assim, a presente declaração abrange os membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da “Teixeira Duarte, S.A.” e aqueles outros três dirigentes, que se enquadram na aceção do número 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

III. INTRODUÇÃO:

Uma vez que, ao abrigo de um processo de reestruturação societária do Grupo Teixeira Duarte, em 2010 a “Teixeira Duarte, S.A.” sucedeu à “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.” enquanto sociedade cotada de topo do Grupo ter-se-ão em conta na definição desta Política de Remunerações a realidade histórica e o enquadramento do tema experienciado no âmbito desta última sociedade ao longo dos anos, não se tomando qualquer política ou prática remuneratória de outros grupos de sociedades como elemento comparativo para a fixação da remuneração.

IV. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

No que se refere ao Conselho de Administração, a Comissão de Remunerações deverá determinar os valores da componente fixa e variável das suas remunerações, segundo orientações que os ligam ao desempenho e aos resultados da Empresa no seu todo, bem como à atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100% “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”.

A política de remunerações e a sua concretização nos termos aqui descritos deverá ter em conta o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

O quantitativo variável deverá ser fixado a cada um dos membros do Conselho de Administração a título de remuneração complementar e de

prémio de desempenho, sendo que tal componente nada terá que ver com a cotação das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos que vem privilegiando o reforço dos capitais próprios da Sociedade e assegurando a continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.

Não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver atribuição em concreto por esta Comissão de Remunerações, do mesmo modo que não está prevista a possibilidade de o pagamento da componente variável ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercícios correspondentes a todo o mandato. Também não existirão mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando este seja expectável no exercício em curso.

Porém, a Comissão deverá ponderar se uma parte significativa da remuneração variável deverá ser diferida por um período não inferior a três anos e se o seu pagamento deverá ou não ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período, entendendo-se como tal a verificação de pelo menos um dos seguintes factos:

- *Aumento dos capitais próprios;*
- *Média EBITDA nos exercícios de 2012 a 2014 superior ao EBITDA registado em 2011*
- *Média de Resultados Líquidos Consolidados dos exercícios 2012 a 2014 superior aos resultados líquidos Consolidados no exercício de 2010.*

Não existirá nenhum regime sobre atribuição de ações e ou direitos de adquirir opções sobre ações e ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba será paga sob a forma de participação nos lucros.

Os Administradores da "Teixeira Duarte, S.A." não deverão receber qualquer remuneração, seja a que título for, paga por sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não deverão existir quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários, para além dos fixados por esta Comissão.

Aos membros do Conselho de Administração serão pagas ajudas de custo nos termos e quantitativos determinados para os demais colaboradores da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.," nomeadamente por força de deslocações em serviço da Empresa.

Não foram pagas, nem estão previstos quaisquer pagamentos, de quantias relativas à destituição ou cessação por acordo de funções de Administradores.

V. CONSELHO FISCAL:

Todos os membros do Conselho Fiscal, deverão, em sintonia com o atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, auferir uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada por esta Comissão de Remunerações, sendo que nenhum deles deverá receber qualquer outra retribuição da "Teixeira Duarte, S.A." ou de outra sociedade que com esta esteja em relação de domínio ou de grupo, em especial por quaisquer outros serviços prestados a estas entidades.

Do mesmo modo e à semelhança do que se referiu em cima sobre o Órgão de Administração, não deverá existir nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações, nem nenhuma verba paga sob a

forma de participação nos lucros, nem tão-pouco quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários.

VI. REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

A remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas deverá ser determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

No caso da "Teixeira Duarte, S.A.," compete a esse órgão de fiscalização proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal das contas da Sociedade, para o que se deverá fixar uma quantia como valor global anual a ser paga nos termos e prazos definidos com o Conselho de Administração em função da sua sensibilidade e acompanhamento dos negócios e da atividade deste Órgão de Fiscalização.

De referir, a este propósito, que a mesma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas presta também serviços, exclusivamente da mesma natureza de Revisão Legal de Contas e Auditoria, a outras entidades integradas no Grupo Teixeira Duarte, delas auferindo as correspondentes retribuições, cujo quantitativo global será divulgado nos termos da Lei, em especial através da publicação do Relatório sobre o Governo da Sociedade.

Uma vez que o Conselho Fiscal tem vindo a desempenhar um papel cada vez mais ativo no acompanhamento do trabalho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, aquele deverá ser consultado para se pronunciar sobre a fixação das remunerações desta.

VII. OUTROS DIRIGENTES:

Os identificados três dirigentes enquadrados no âmbito deste normativo são membros do Conselho de Administração da participada "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.," cuja Comissão de Remunerações eleita é composta exatamente pelos mesmos membros que os da "Teixeira Duarte, S.A."

A qualquer um dos indicados dirigentes são igualmente aplicáveis as regras e orientações acima definidas para os membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A.," ainda que as remunerações, fixas e variáveis, por estes auferidas sejam pagas pela "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."

CONCLUSÃO:

Será, pois, com base na política de remunerações acima exposta que esta Comissão deverá proceder à fixação, em concreto, dos quantitativos exatos das remunerações dos membros dos indicados órgãos de administração e fiscalização da sociedade, de acordo com o juízo pessoal dos membros que a integram, expresso em deliberação lavrada em ata e cujo conteúdo será depois comunicado ao Conselho de Administração para implementação, nos estritos termos que ficam definidos.

Tais montantes serão anualmente divulgados sempre que a lei assim o exija, em especial no âmbito dos Relatórios sobre o Governo da Sociedade.

Em conclusão, reforça-se que muitos dos aspetos acima fixados visam o cumprimento dos normativos mencionados no início, podendo os mesmos ser suscetíveis de eventuais alterações que tais regras possam sofrer."

II.31. Indicação do montante anual da remuneração auferida individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, parcela que se encontra diferida e parcela que já foi paga.

No exercício de 2012, as remunerações, em sentido amplo, auferidas individualmente pelos membros desse órgão foram as seguintes:

(a) A remuneração variável incluir ao pagamento de prémios (que corresponde a 318.000,00 em 2012 e a 724.000,00 em 2011), bem como compensações por deslocações.

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável (a)	Remuneração Total
Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	140.000,00	20.000,00	160.000,00
Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	137.200,00	90.448,34	227.648,34
Eng.º Joel Viana de Lemos	137.200,00	90.546,10	227.746,10
Eng.º Carlos Gomes Baptista	137.200,00	85.339,09	222.539,09
Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	137.200,00	103.179,20	240.379,20
	688.800,00	389.512,73	1.078.312,73

Durante o exercício de 2012, não foram adquiridos quaisquer direitos de pensão.

Relativamente à parte variável da remuneração, cumpre referir que o montante global atribuído a cada membro do Conselho de Administração incluía a verba acima indicada no mapa anterior acrescida dos montantes indicados no mapa seguinte, cujos pagamentos foram diferidos para agosto de 2015 e condicionados ao desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2012 a 2014:

Conselho de Administração	Remuneração Variável (Prémios)		Total
	Pago 2012	Diferido	
Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	20.000,00	25.000,00	45.000,00
Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	60.000,00	90.000,00	150.000,00
Eng.º Joel Viana de Lemos	88.000,00	90.000,00	178.000,00
Eng.º Carlos Gomes Baptista	70.000,00	90.000,00	160.000,00
Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	80.000,00	90.000,00	170.000,00
	318.000,00	385.000,00	703.000,00

Todos os membros do Conselho Fiscal auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, e conforme determinado pela Comissão de Remunerações da Sociedade, remunerações fixas pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos.

Assim, em 2012, as remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal da TD,SA foram distribuídas da seguinte forma:

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total
Dr. António Gonçalves Monteiro	30.000,00	0,00	30.000,00
Dr. Mateus Moreira	18.000,00	0,00	18.000,00
Miguel Carmo Pereira Coutinho	18.000,00	0,00	18.000,00
	66.000,00	0,00	66.000,00

O valor global pago à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS - SROC" foi de:

Remuneração	
Serviços de revisão legal de contas ao Grupo	279.400,00
Outros serviços de garantia de fiabilidade	-
Serviços de consultoria fiscal	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-
	279.400,00

Todos os valores acima enumerados referentes à remuneração dos membros do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foram pagos no decurso do exercício de 2012, pelo que não existem parcelas cujo pagamento seja diferido no tempo.

II.32. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A crescer às obrigações inerentes ao exercício da própria função, a remuneração dos Administradores cumpre também complementarmente com o alinhamento dos interesses destes com os da Sociedade. Com efeito, a remuneração é determinada por uma Comissão eleita em Assembleia Geral, que fixa esses valores segundo orientações relacionadas com o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como com a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos fixados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos demais colaboradores da Empresa.

Recorde-se aqui e a este propósito o quanto se referiu sobre a parte variável da remuneração dos administradores, cujo montante global atribuído a cada um incluía uma verba superior a 50% cujo pagamento foi diferido para julho de 2014 e "condicionado ao desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2011 a 2013".

II.33. Relativamente à remuneração dos Administradores executivos:

Referência ao facto de a remuneração dos Administradores executivos integrar uma componente variável e informação sobre o modo como esta componente depende da avaliação de desempenho;

A remuneração dos Administradores compreende uma componente variável, que nada tem a ver com a evolução das cotações das ações da Sociedade, dependendo sim dos resultados do exercício e da evolução dos negócios sociais.

Apesar do quanto se referiu acima (II.32.) sobre o diferimento do pagamento de parte da componente variável atribuída pela Comissão de Remunerações, cumpre referir que não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver qualquer atribuição em concreto, pela Comissão de Remunerações, nos termos e com os fundamentos por ela fixados.

Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos Administradores executivos;

O órgão competente para a avaliação do desempenho dos Administradores da Sociedade, todos eles executivos, é a Assembleia Geral, a qual, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, procede anualmente à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

Adicionalmente, a Comissão de Remunerações procede à avaliação da atividade desenvolvida por cada um dos Administradores, para efeitos de fixação da respetiva remuneração.

Indicação dos critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos Administradores executivos;

Não existem critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos. Com efeito, todos os Administradores são avaliados de acordo com a respetiva prestação durante o exercício, tendo por base os objetivos fixados e atingidos, os resultados da Empresa e diversos outros parâmetros que, pela sua diversidade e variação ao longo dos anos, se entende que não deverão ser taxativos mas sim adaptáveis às circunstâncias de cada período e de cada situação concreta, tendo por base a política de remunerações que é anualmente aprovada em Assembleia Geral.

Ainda assim e relativamente a parte da componente variável da remuneração dos membros do Conselho de Administração, os pagamentos das mesmas em julho de 2014 ficaram "condicionados ao desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2011 a 2013".

Explicação da importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos Administradores, assim como indicação acerca dos limites máximos para cada componente;

Em 2012, o montante global das remunerações variáveis pagas representou 36,1% do valor total auferido.

Conforme referido em a), a componente variável da remuneração de cada uma dos Administradores depende dos resultados do exercício e da evolução dos negócios sociais, pelo que, nessa conformidade, não existe um limite máximo para cada componente, mas sim uma atribuição em conformidade com os parâmetros acima identificados e a avaliação do desempenho e execução das funções por cada um.

Indicação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento;

Os pagamentos dos quantitativos de parte da componente variável acima indicados no mapa 2 foram diferidos para julho de 2014 e "condicionados ao desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2011 a 2013".

Explicação sobre o modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo do período de diferimento;

Os pagamentos dos quantitativos de parte da componente variável acima indicados no mapa 2 foram diferidos para julho de 2014 e "condicionados ao desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2011 a 2013".

Refira-se que o pagamento da componente variável da remuneração dos membros do Conselho de Administração tem estado intrinsecamente dependente dos resultados do exercício e da evolução dos negócios sociais. A este propósito, recorda-se que os Administradores da TD,SA, são "gente da casa" há dezenas de anos, sendo as suas remunerações inseridas num plano geral que abrange todos os colaboradores. Não são gestores que tenham vindo de outras empresas ou grupos, nem representam interesses próprios de acionistas.

Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos Administradores executivos, das ações da sociedade a que tenham acedido, sobre eventual celebração de contrato relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual;

Não aplicável. A retribuição variável não é atribuída em ações nem foram celebrados quaisquer contratos com as características supra descritas.

Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício;

Não aplicável. A retribuição variável não é concedida em opções.

Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;

Conforme já referido, a Comissão de Remunerações tem em consideração, para além do desempenho dos Administradores, os resultados da Empresa no seu todo, bem como a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos fixados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos demais colaboradores da Empresa.

Acrescenta-se que não foram concedidos quaisquer benefícios não pecuniários relevantes aos Administradores da Sociedade.

Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais

prémios e ou participação nos lucros foram concedidos;

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba é paga sob a forma de participação nos lucros.

Aos membros do Conselho de Administração é paga uma quantia a título de prémio de desempenho e de distribuição de resultados, objeto de deliberação da Comissão de Remunerações que ponderará os seus desempenhos.

Indemnizações pagas ou devidas a ex-Administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;

Não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-Administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício, mais se acrescentando que aos Administradores que cessaram funções no decurso do exercício de 2012 não foi paga qualquer indemnização, nem nada lhes é devido a esse título.

Referência à limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de Administrador e sua relação com a componente variável da remuneração;

Não existe qualquer limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de um membro do Conselho de Administração, considerando, desde logo, que não é celebrado qualquer contrato para o exercício do cargo de Administrador, nem tão pouco qualquer acordo sobre eventual compensação a pagar por destituição com ou sem justa causa. A existência de uma limitação contratual nos termos acima referidos seria incoerente, tendo em conta as características da relação existente entre a Sociedade e os membros do seu órgão de Administração.

O mesmo se refira quanto à existência de instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa não seja paga se a destituição ou cessação por acordo for devida a desadequado desempenho do Administrador.

Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;

No exercício de 2012, os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração, seja a que título for, paga por outras sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com a TD,SA.

Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os Administradores, indicando se foram, ou não, sujeitas a apreciação pela assembleia-geral;

Em relação a quaisquer ex-Administradores reformados, cabe à mencionada Comissão de Remunerações fixar todos os quantitativos pagos nesse âmbito, seja a que título for.

No que se refere à atribuição de regimes complementares de reforma, é o próprio Pacto Social que estabelece, no seu artigo 22.º, que adiante se transcreve, quais os termos e os critérios com que a Comissão de Remunerações deve fixar tais quantitativos:

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

UM – Quando as pessoas que hajam exercido o cargo de administradores cessarem as suas funções, poderá a Sociedade atribuir-lhes uma pensão de reforma vitalícia, sempre que preencham um dos seguintes requisitos:

- a) Terem mais de dez anos de exercício do cargo nesta sociedade, contando, para este efeito, os anos de exercício do mesmo cargo na "TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.";*
- b) Terem, ainda que com menor duração de tal exercício, um total de mais de vinte e cinco anos de serviços prestados à Sociedade, contando, para este efeito, os anos de serviço na "TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A."*

DOIS – O quantitativo de tal pensão, que será determinado tendo em consideração o tempo ou a relevância dos serviços prestados e a situação do beneficiário, deverá ser anualmente revisto mas nunca poderá ser superior à mais elevada das remunerações em cada momento auferidas pelos administradores efetivos.

TRÊS – Por delegação da Assembleia Geral, desde já estabelecida, competirá à Comissão de Remunerações referida no Artigo Décimo Primeiro, apreciar os casos que lhe sejam expostos e fixar os valores e os demais trâmites de atribuição das pensões.

Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores;

Não existem quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários, para além dos fixados por aquela Comissão e já enumerados.

Existência de mecanismos que impeçam os Administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável;

Não existem mecanismos deste tipo, tendo em conta a relação entre a Sociedade e os seus Administradores e a ausência de qualquer vínculo contratual que possa pôr em causa a razão de ser da remuneração variável, para além do facto de esta componente da remuneração não ser atribuída com base em critérios pré-determinados, conforme supra descrito.

II.34. Referência ao facto de a remuneração dos Administradores não executivos do órgão de administração não integrar componentes variáveis.

Não aplicável, tendo em consideração que não existem Administradores não executivos.

II.35. Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adotada na sociedade (meios de comunicação, pessoas com legitimidade para receber as comunicações, tratamento a dar às mesmas e indicação das pessoas e órgãos com acesso à informação e respetiva intervenção no procedimento).

Quanto à política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas, a Sociedade incentiva os colaboradores a informarem, pelos meios que julgarem convenientes – por contacto direto, documento escrito, e-mail ou por via telefónica – as respetivas hierarquias de quaisquer irregularidades detetadas. As pessoas com legitimidade para receber essas comunicações são os respetivos superiores hierárquicos.

Sempre que tal se revele adequado ao correto apuramento dos factos e das responsabilidades inerentes à prática dos mesmos, são abertos os correspondentes processos ou inquéritos, salvaguardando também a necessária confidencialidade da comunicação, quando solicitada pelo declarante ou assim ajuizado como conveniente pelo recetor, sem prejuízo de não se alinhar por práticas persecutórias destituídas de valor para a organização.

Os processos são acompanhados pelo responsável do departamento em que a alegada irregularidade tenha ocorrido, com recurso a pessoas não envolvidas na situação em causa e, caso se afigure conveniente, com o acompanhamento de advogados e da Direção Central de Recursos Humanos e Serviços Administrativos.

Os processos são sujeitos a uma decisão por parte das hierarquias envolvidas, dela se dando reporte ao Conselho de Administração e a quaisquer outras entidades a quem esta comunicação deva ser efetuada com carácter imperativo.

Em complemento das mencionadas regras e, em especial, do ponto de vista dos demais *stakeholders*, existe um Gabinete de Apoio ao Investidor disponível também para eventuais participações de possíveis irregularidades, o mesmo sucedendo com os órgãos de fiscalização da Sociedade, ou seja, o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

SECÇÃO V - COMISSÕES ESPECIALIZADAS

II.36. Identificação dos membros das comissões constituídas para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos Administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adotado pela sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de Administrador.

Conforme descrito em II.2, em função do modelo organizativo e funcional estabelecido entre os diversos órgãos sociais, entendeu-se não ser adequado criar quaisquer comissões para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos Administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adotado pela sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de Administrador.

II.37. Número de reuniões das comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa, bem como referência à realização das atas dessas reuniões.

Não aplicável (Cfr. II.2. e II.36.).

II.38. Referência ao facto de um membro da comissão de remunerações possuir conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração.

Atualmente, a Comissão de Remunerações é composta pelas seguintes pessoas, eleitas na Assembleia Geral de 20 de maio de 2011, para desempenho de funções no mandato 2011/2014:

Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Eng.º António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Dra. Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

O Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte não é considerado independente em relação aos membros do Conselho de Administração, uma vez que é também o Presidente daquele órgão de gestão.

Sendo a TD,SA controlada por sociedades detidas por membros da família Teixeira Duarte, é natural que estes integrem a Comissão de Remunerações. Tradicionalmente, e durante décadas, tem sido esta a prática seguida e sempre em consonância com as atuais regras e recomendações sobre remunerações dos membros do Órgão de Administração fixadas pela CMVM, pelo que não se vislumbram quaisquer motivos para a alterar.

Reitere-se que se trata de uma Sociedade que, seguindo o exemplo da anterior *holding* do Grupo (TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.), com a sua peculiar forma de atuação e o seu distinto cunho e empresarial, adotou uma muito própria forma de estar e uma saudável política de gestão que, perante o público e o mercado, tem sido reconhecida como tal.

Os Senhores Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte e Eng.º António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte têm conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração, tendo em conta que exerceram essas funções durante vários anos noutras sociedades.

Sempre que se realiza uma reunião da Comissão de Remunerações, é elaborada uma ata, que é passada ao correspondente Livro e arquivada nos cofres da Sociedade.

Todos os membros da Comissão de Remunerações estiveram presentes nas duas reuniões da Assembleia Geral da TD,SA durante o exercício de 2012, em 17 de maio e 19 de outubro.

II.39. Referência à independência das pessoas singulares ou coletivas contratadas para a Comissão de Remunerações por contrato de trabalho ou de prestação de serviço relativamente ao conselho de administração bem como, quando aplicável, ao facto de essas pessoas terem relação atual com consultora da empresa.

Não foram contratadas quaisquer pessoas singulares ou coletivas para a Comissão de Remunerações ou para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções.

CAPÍTULO III

Informação e Auditoria

Sempre enquadrada por uma filosofia de sobriedade, rigor e verdade, a Sociedade dá público conhecimento, de uma forma completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, nos prazos e pelos meios de divulgação estabelecidos, não só de todos os factos legalmente definidos como passíveis de comunicação, nomeadamente os enquadráveis no conceito de "informação privilegiada", de acordo com a definição constante do artigo 248.º do Código dos Valores Mobiliários, como também de toda a informação financeira e relativa à atividade nos termos em que as regras vigentes o determinam, quer de forma individual, quer de forma consolidada.

Para além do adiante referido Gabinete de Apoio ao Investidor, todos os acionistas têm à sua disposição, nos termos e prazos legais, o relatório de gestão, as contas e os demais elementos de informação preparatória que lhes permitem participar, devidamente habilitados, nos trabalhos das Assembleias Gerais da Sociedade.

No cumprimento do estabelecido no artigo 5.º do Regulamento da CMVM n.º 1/2010, a TD,SA tem um sítio próprio na Internet, com o domínio www.teixeiraduarte.pt, contendo, entre outra, a informação definida nesse Regulamento, isto é:

- a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;
- b) Estatutos;

- c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;
- d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso;
- e) Documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos;
- f) Calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia-geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais;
- g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia-geral, com a antecedência prevista na lei; e
- h) Convocatórias para a realização de assembleia-geral, com a antecedência prevista na lei.

Para os efeitos das disposições recomendatórias aplicáveis, os elementos supra descritos encontram-se igualmente disponibilizados em Inglês.

III.1. Estrutura de capital, incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

Por deliberação da Assembleia Geral de 19 de outubro de 2012 as 420.000.000 de ações representativas do capital social passaram a ter o valor nominal de 0,50 Euro, continuando todas a ser escriturais, nominativas e permanecendo admitidas à negociação em mercado regulamentado. As ações pertencem a uma categoria única e não existem ações com direitos ou deveres especiais.

Nessa sequência, o capital social da TD,SA passou a ser de 210.000.000€, o que se mantém até à presente data.

III.2. Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

Informa-se que, em 31 de dezembro de 2012, as participações qualificadas, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, eram as seguintes:

- À TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. era imputável uma participação global de 227.812.034 ações, correspondentes a 54,24% do capital social e dos direitos de voto, a qual inclui a participação qualificada por si detida diretamente (47,13%).
- Ao Banco Comercial Português, S.A. era imputável uma participação global de 42.000.216 ações, correspondentes a 10,0001% do capital social e dos direitos de voto, incluindo a participação qualificada detida pelo Fundo de Pensões do grupo Banco Comercial Português (9,9999%);
- Ao Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte era imputável uma participação global de 41.988.994 ações, correspondente a 9,997% do capital social e dos direitos de voto, incluindo a participação qualificada detida pela sociedade por si dominada indiretamente CIMILE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (9,20%).

III.3 Identificação de acionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.

Não existem acionistas titulares de direitos especiais.

III.4. Eventuais restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações.

Não existem quaisquer restrições à transmissibilidade das ações, nomeadamente cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações.

III.5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

Tanto quanto seja do conhecimento da Sociedade, não existem quaisquer acordos parassociais, nomeadamente os que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

III.6. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.

Não existem regras específicas para eventuais alterações dos Estatutos da Sociedade, aplicando-se o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais, em especial os termos constantes dos seus artigos 85.º, 383.º, n.º 2 e 386.º.

III.7. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes.

Não existe qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital, pelo que não se justifica a existência de mecanismos de controlo na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes.

III.8. Descrição da evolução da cotação das ações do emitente, tendo em conta, designadamente:

- a) A emissão de ações ou de outros valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações;**
- b) O anúncio de resultados;**
- c) O pagamento de dividendos efetuado por categoria de ações com indicação do valor líquido por ação.**

Durante o ano de 2012, as ações sofreram uma valorização de 52,38%, subindo de 0,21€ em 31 de dezembro de 2011, para 0,32€ em 31 de dezembro de 2012.

No que se refere à liquidez e volume de negócios executados neste exercício, foram transacionadas em Bolsa, neste período, 20.842.938 ações, com um volume de negócios no montante de 4.955.391€.

No gráfico *infra* verifica-se a evolução da cotação das ações durante o exercício de 2012:

Em 31 de dezembro de 2012 a cotação era de 0,32€ e, na data de hoje, 29 de abril de 2013 é de 0,45 €.



III.9. Descrição da política de distribuição de dividendos adotada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por ação distribuído nos três últimos exercícios.

A política da Sociedade é a de considerar prioritário o reforço dos capitais próprios, assegurando simultaneamente uma continuada e equilibrada distribuição de dividendos.

Em 2010, o valor ilíquido do dividendo distribuído foi de 0,01€ por ação.

Em 2011, o valor ilíquido do dividendo distribuído foi de 0,015€ por ação.

Em 2012 e uma vez que a sociedade apurou resultados líquidos negativos, os mesmos foram integralmente levados a resultados transitados, não tendo havido lugar à distribuição de qualquer dividendo.

Para 2013 o Conselho de Administração propôs a distribuição de dividendos no valor ilíquido de 0,015€ por ação.

III.10. Descrição das principais características dos planos de atribuição de ações e dos planos de atribuição de opções de aquisição de ações adotados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adoção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e ou modificação do plano.

Indicação:

Do número de ações necessárias para fazer face ao exercício de opções atribuídas e do número de ações necessárias para fazer face ao exercício de opções exercitáveis, por referência ao princípio e ao fim do ano;

Do número de opções atribuídas, exercitáveis e extintas durante o ano:

Da apreciação em assembleia-geral das características dos planos adotados ou vigentes no exercício em causa.

Conforme descrito em I.17., não existe nenhum plano de atribuição de ações ou de atribuição de opções de aquisição de ações. Há vários anos atrás, e em relação à anterior sociedade de topo do Grupo, TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., dependendo das circunstâncias e da conjuntura económica, houve acionistas de referência que disponibilizaram um determinado número de ações para serem cedidas aos quadros dessa Empresa em prazos definidos e preços determinados. Porém, quanto à TD,SA e relativamente ao ano em apreço, não ocorreu nenhuma de tais operações.

III.11. Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, exceto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da atividade corrente da sociedade.

Não foram realizados quaisquer negócios ou operações com as características acima descritas.

III.12. Descrição dos elementos fundamentais dos negócios e operações realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

Não foram realizados quaisquer negócios ou operações com as características acima descritas.

III.13. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Não existem procedimentos e critérios nos termos acima mencionados uma vez que o tipo de operações realizadas entre a Sociedade e titulares de participação qualificada são de carácter corrente e para exercício da atividade, nomeadamente para financiamentos junto do Banco Comercial Português, S.A., o que se considera ser uma matéria da exclusiva responsabilidade e competência do Conselho de Administração e que, naturalmente, tem por objeto operações realizadas em condições normais de mercado, considerando-se mesmo desadequado sujeitar estes negócios ao parecer prévio dos órgãos de fiscalização.

III.14. Descrição dos elementos estatísticos (número, valor médio e valor máximo) relativos aos negócios sujeitos à intervenção prévia do órgão de fiscalização.

Conforme descrito no ponto anterior, não existem negócios sujeitos à intervenção prévia do órgão de fiscalização.

III.15. Indicação da disponibilização, no sítio da Internet da sociedade, dos relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, pela comissão para as matérias financeiras, pela comissão de auditoria

e pelo Conselho Fiscal, incluindo indicação de eventuais constrangimentos deparados, em conjunto com os documentos de prestação de contas.

Nos termos e para os efeitos das Recomendações da CMVM sobre essa matéria, e conforme supra descrito em II.4, os Relatórios Anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal, incluindo a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida e referindo eventuais constrangimentos deparados, têm vindo a ser divulgados todos os anos no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas, sempre em respeito das regras e prazos fixados na lei e nos demais regulamentos aplicáveis.

III.16. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar, com alusão a:

- a) Funções do Gabinete;**
- b) Tipo de informação disponibilizada pelo Gabinete;**
- c) Vias de acesso ao Gabinete;**
- d) Sítio da sociedade na Internet;**
- e) Identificação do representante para as relações com o mercado.**

Em reforço da política de divulgação de informação acima referenciada, com vista a assegurar o rigoroso cumprimento do princípio da igualdade entre os acionistas e no intuito de prevenir eventuais assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, a Sociedade dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor, que funciona sob a tutela do Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, Administrador com esse pelouro, integrando também o Senhor Dr. José Pedro Cobra Ferreira, Representante para as Relações com o Mercado devidamente registado junto da CMVM.

Toda a informação que os investidores entendam necessitar e esteja disponível ao abrigo das normas, regulamentos e demais diretivas aplicáveis é prestada por este Gabinete, podendo os acessos ao mesmo ser feitos através dos seguintes meios de comunicação:

Morada: Lagoas Park, Edifício Dois, 2740-265, Porto Salvo, Oeiras
Telefone: + 351 217 912 415
Fax.: + 351 217 912 421
E-mail: representantemercado@teixeiraduarte.pt

III.17. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:

- a) Serviços de revisão legal de contas;**
- b) Outros serviços de garantia de fiabilidade;**
- c) Serviços de consultoria fiscal;**

d) Outros serviços que não de revisão legal de contas.

Se o auditor prestar algum dos serviços descritos nas alíneas c) e d), deve ser feita uma descrição dos meios de salvaguarda da independência do auditor.

(Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio.)

O Auditor Externo, no âmbito das suas competências, verifica a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reporta quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade, no cumprimento do disposto na recomendação da CMVM n.º III.1.4.

Informa-se igualmente que nem o Auditor Externo, nem quaisquer outras entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, prestam à TD,SA serviços diversos dos serviços de auditoria.

A retribuição da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas é determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

Para efeitos específicos dos normativos aplicáveis, informamos que, no decurso do exercício agora findo, foram pagos, a título de remuneração, ao auditor "MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC" e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo, a quantia global de 279.400,00€, respeitante aos únicos serviços por esta prestados, ou seja, os de Revisão Legal de Contas e Auditoria.

III.18. Referência ao período de rotatividade do Auditor Externo.

O Auditor Externo foi eleito em Assembleia Geral de 20 de maio de 2011 para exercer funções durante o quadriénio 2011/2014. Embora anteriormente a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC" tenha desempenhado as funções inerentes ao cargo de Fiscal Único Efetivo de diversas sociedades do Grupo Teixeira Duarte, designadamente na TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., a verdade é que tal circunstância em nada afeta a sua independência no exercício das respetivas funções.

A questão da rotatividade do auditor externo não se coloca, uma vez que o mesmo se encontra a cumprir o segundo mandato no exercício daquelas funções.

Demonstrações Financeiras **2012**



(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante do balanço para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2012	31-12-2011
ATIVO			
Ativo não corrente			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	6	372.273	378.014
Ativos por impostos diferidos	9.2	1.221	1.221
		373.494	379.235
Ativo corrente			
Estado e outros entes públicos	10.3	7	6
Acionistas/sócios	10.3	13.974	-
Outras contas a receber		-	116
Diferimentos	10.3	70	-
Caixa e depósitos bancários	4	1	216
		14.052	338
Total do ativo		387.546	379.573
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	11	210.000	420.000
Reservas legais		5.500	5.500
Outras reservas	11	118.982	90.766
Resultados transitados			
Resultados transitados		-	(6.167)
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial		(102.217)	(102.217)
Ajustamentos em ativos financeiros			
Ajustamentos em ativos financeiros	6	1.379	29.384
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial		102.217	102.217
		335.861	539.483
Resultado líquido do período		20.478	(175.617)
Total do capital próprio		356.339	363.866
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10.2	183	176
Outras contas a pagar	10.5	1.426	776
		1.609	952
Passivo corrente			
Fornecedores	10.1	27	22
Estado e outros entes públicos	10.4	4.226	37
Acionistas/sócios	10.4	8.231	-
Financiamentos obtidos	10.2	16.296	13.100
Outras contas a pagar	10.4	818	1.596
		29.598	14.755
Total do passivo		31.207	15.707
Total do capital próprio e do passivo		387.546	379.573

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	6.2	22.266	(173.586)
Fornecimentos e serviços externos	12.3	(197)	(182)
Gastos com o pessoal		(1.245)	(2.103)
Outros rendimentos e ganhos		-	60
Outros gastos e perdas		(6)	(11)
Resultado antes de gastos de financiamento e impostos		20.818	(175.822)
Juros e rendimentos similares obtidos	7 e 10.6	7	6
Juros e gastos similares suportados	10.6	(929)	(580)
Resultado antes de impostos		19.896	(176.396)
Imposto sobre o rendimento do período	9.1	582	779
Resultado líquido do período		20.478	(175.617)

(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2012

(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2012

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL							Total capital próprio
		Capital	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos de ativos financeiros	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	1	420.000	500	2.391	(6.167)	55.154	99.675	571.553	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação de resultados		-	5.000	88.375			(93.375)	-	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(102.217)	76.447		(25.770)	
	2	-	5.000	88.375	(102.217)	76.447	(93.375)	(25.770)	
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	3						(175.617)	(175.617)	
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						(268.992)	(201.387)	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Distribuição de resultados		-	-	-			(6.300)	(6.300)	
	5	-	-	-	-	-	(6.300)	(6.300)	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	1+2+3+5	420.000	5.500	90.766	(108.384)	131.601	(175.617)	363.866	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	6	420.000	5.500	90.766	(108.384)	131.601	(175.617)	363.866	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação de resultados	13.2	-	-	-	(175.617)		175.617	-	
Redução de capital	11	(210.000)	-	28.216	181.784		-	-	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	(28.005)		(28.005)	
	7	(210.000)	-	28.216	6.167	(28.005)	175.617	(28.005)	
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	8						20.478	20.478	
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8						196.095	(7.527)	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
	10	-	-	-	-	-	-	-	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	6+7+8+10	210.000	5.500	118.982	(102.217)	103.596	20.478	356.339	

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRETO			
Pagamentos a fornecedores		(180)	(233)
Pagamentos ao pessoal		(688)	(840)
Caixa gerada pelas operações		(868)	(1.073)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(975)	(2)
Outros recebimentos/pagamentos		(541)	(476)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(2.384)	(1.551)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Juros e rendimentos similares		7	5
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		7	5
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		3.196	8.594
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(1.034)	(568)
Dividendos		-	(6.300)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		2.162	1.726
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(215)	180
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		216	36
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1	216

(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2012

ANEXO

Em 31 de dezembro de 2012

1. Nota introdutória:

Designação Social: **Teixeira Duarte S.A. ("Empresa")**
Sede: **"Lagoas Park", Edifício 2, Porto Salvo, Oeiras**
Data de Constituição: **30 de Novembro de 2009**
NIPC: **509 234 526**

Atividade principal e outras relevantes: realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu grupo empresarial, atuando essencialmente nos domínios do planeamento estratégico e organizativo, bem como prestando serviços de administração, gestão, consultoria, assistência operacional ou apoio em recursos humanos, técnicos e financeiros a participadas ou a entidades com as quais tenha celebrado contrato para esse efeito.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.1.a), infra.

A empresa irá preparar em separado demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas demonstrações financeiras das empresas em que exerce o domínio da gestão.

Todos os valores deste anexo estão expressos em milhares de euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico.

a) Investimentos financeiros:

O investimento financeiro em empresas subsidiárias é registado pelo método de equivalência patrimonial, sendo a participação inicialmente contabilizada pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou deduzido pela diferença entre esse custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de Rendimentos e Ganhos ou Gastos e Perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de "Ajustamentos em ativos financeiros - relacionados com o método de equivalência patrimonial", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As perdas em subsidiárias e associadas que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando a empresa tenha assumido compromissos para com essas entidades.

b) Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados nas respetivas rubricas, consoante a sua natureza.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados nas respetivas rubricas. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

c) Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio do regime contabilístico do acréscimo (ou da periodização económica dos exercícios) pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados. Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de Outras contas a receber e Diferimentos (correntes e não correntes) no ativo e Outras contas a pagar e Diferimentos (correntes e não correntes) no passivo.

d) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se torna parte na respetiva relação contratual.

d.1) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes a caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

d.2) Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da empresa após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

d.3) Contas a pagar

As contas a pagar que não vençam juros são registadas pelo seu valor nominal que equivale, substancialmente, ao justo valor da contraprestação.

d.4) Empréstimos bancários

Os empréstimos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método do custo amortizado.

e) Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

f) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.2. Juízos de valor do órgão de gestão

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

4. Fluxos de caixa

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é como segue:

	2012	2011
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1	216

5. Partes relacionadas

5.1. Remunerações dos órgãos sociais no período findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	2012	2011
Administradores executivos		
Remunerações	1.078	1.194
Conselho fiscal		
Remunerações	66	58
Revisor oficial de contas		
Remunerações	60	60
	1.204	1.312

5.2. Saldos e transações entre partes relacionadas

Os saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser detalhados como se segue:

	Acionistas / Saldos a receber		Saldos a pagar		Acionistas / Saldos a pagar	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Teixeira Duarte - E.C., S.A.	5.763	-	5	2	162	-
Lagoas Hotel, S.A.	-	-	-	-	179	-
Bonapapel, Lda.	-	-	-	-	13	-
Bonaparte, S.A.	-	-	-	-	48	-
Epos, S.A.	2.049	-	-	-	100	-
Esta, S.A.	205	-	-	-	-	-
Eva, S.A.	-	-	-	-	32	-
Imopedrouços, S.A.	-	-	-	-	1	-
Imotd, S.A.	-	-	-	-	406	-
Lagoasfut, S.A.	-	-	-	-	36	-
PTG, S.A.	-	-	-	-	2	-
Quinta de Cravel, S.A.	-	-	-	-	254	-
Recolte, S.A.	-	-	-	-	173	-
Rochoriental, S.A.	-	-	-	-	94	-
Sinerama, S.A.	68	-	-	-	10	-
TDHOSP, S.A.	-	-	-	-	600	-
TDE, S.A.	-	-	-	-	177	-
TDF - S.G.F.I.I., S.A.	27	-	-	-	10	-
TDGI, S.A.	650	-	-	-	16	-
T.D.-G.P.I.I., S.A.	-	-	-	-	3.945	-
TDH, S.A.	-	-	-	-	456	-
TDHC, S.A.	-	-	-	-	424	-
TD VIA, S.A.	-	-	-	-	443	-
Tedal, S.A.	2.539	-	-	-	89	-
T.D. Distribuição, S.A.	2.673	-	-	-	37	-
Transbrital, S.A.	-	-	-	-	26	-
V8, S.A.	-	-	-	-	498	-
	13.974	-	5	2	8.231	-

Os montantes registados nas rubricas de acionistas referem-se ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (Nota 9).

As transações com entidades relacionadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser detalhados como se segue:

Compras e serviços obtidos	2012	2011
Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.	18	6
Lagoas Hotel, S.A.	5	8
	23	14

6. Investimentos em subsidiárias

6.1. Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa detinha a seguinte participação na subsidiária:

Denominação Social	Sede	Porcentagem de Participação
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park, Porto Salvo	100%

6.2. As partes de capital detidas em empresas subsidiárias, tiveram os seguintes movimentos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Partes de Capital
Saldo em 1 de janeiro de 2011	577.370
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:	
- Efeito no resultado do exercício	(173.586)
- Efeito em capitais próprios	(25.770)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	378.014
Saldo em 1 de janeiro de 2012	378.014
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:	
- Efeito no resultado do exercício	22.266
- Efeito em capitais próprios	(28.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	372.273

6.3. A principal informação financeira relativa à empresa subsidiária é em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a seguinte:

	Ativos totais		Passivos totais		Rendimentos		Resultado líquido	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	1.325.151	1.327.315	952.877	949.301	600.381	598.204	22.266	(173.587)

7. Rédito

Quantia significativa de rédito reconhecida durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é:

	2012	2011
Juros obtidos	7	6

8. Passivos contingentes

Na sequência de diversas inspeções realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aos elementos contabilísticos da sociedade participada Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. (adiante designada por T.D.-G.P.I.I.) dos exercícios de 2007, 2008 e 2009, foram efetuadas as seguintes correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados por esta participada:

Exercício	Prejuízo Fiscal Apurado	Correção da AT
2007	46.632	29.331
2008	50.590	45.938
2009	50.181	24.808

Com exceção do montante de 611 milhares de euros incluído na correção ao prejuízo fiscal de 2008 (respeitante, segundo a AT, à aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF à distribuição de rendimentos por parte do Fundo Investimento Imobiliário TDF), as restantes correções resultam, na sua totalidade, da não-aceitação, como gasto fiscal, dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações acessórias sujeitas ao regime das prestações suplementares.

Dado que a participada T.D.-G.P.I.I. se encontra tributada em IRC segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (artigo 69.º e seguintes do Código do IRC), as correções aos prejuízos fiscais dos exercícios de 2006 a 2008 foram objeto de Demonstrações de Liquidação de IRC e juros compensatórios emitidas à Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. (adiante designada por T.D.-E.C.), na qualidade de sociedade dominante naqueles exercícios, a qual apresentou impugnações judiciais junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra a sentença relacionada com a correção de idêntica natureza efetuada pela AT ao exercício de 2006, cujo desfecho foi desfavorável às pretensões da T.D.-E.C.. Na sequência desta sentença, a participada T.D.-G.P.I.I. procedeu ao registo contabilístico da correção em causa, no montante de 4.709 milhares de euros.

Não obstante o desfecho desfavorável às pretensões da T.D.-E.C. no âmbito do processo relativo ao exercício de 2006, o Conselho de Administração mantém expectativas de vir a obter um desfecho diferente nos restantes exercícios em fase judicial (2007 e 2008).

Cumprir referir que a Demonstração de Liquidação de IRC e juros compensatórios do exercício de 2008 emitida à T.D.-E.C. na qualidade de sociedade dominante, compreende, para além das correções supra descritas da participada T.D.-G.P.I.I., uma correção ao lucro tributável apurado, a nível individual pela T.D.-E.C..

O montante total de correções ascendeu a 35.467 milhares de euros, do qual a T.D.-E.C. contestou 32.595 milhares de euros, relacionado com crédito de imposto, regime de reinvestimento de mais-valias fiscais e aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF.

A correção relativa ao exercício de 2009 da participada T.D.-G.P.I.I. ainda não foi objeto de qualquer Demonstração de Liquidação de IRC à sociedade dominante, à data do fecho do exercício de 2012.

Cumprir referir que a participada T.D.-G.P.I.I. recebeu entretanto o Projeto de Relatório relativo à inspeção realizada ao exercício de 2010, no qual consta uma proposta de correção ao prejuízo fiscal apurado no montante de 6.467 milhares de euros, relativamente à mesma temática que esteve na origem das correções anteriores e supra descritas.

9. Impostos sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 25% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%.

Adicionalmente, aos lucros tributáveis que estejam situados entre 1.500.000 euros e 10.000.000 euros são sujeitos a derrama estadual à taxa de 3% e acima dos 10.000.000 euros a derrama estadual é de 5%. Ao valor da coleta de IRC assim apurada, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), previsto no artigo 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Nesta conformidade, os resultados fiscais das participadas, incluídas no mesmo regime, concorrem para a matéria coletável da Empresa. A opção por este regime conduz a que o custo com o imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual de cada empresa participada e a conta a pagar ao Estado esteja refletida na Empresa, enquanto sociedade dominante.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados antes de 1 de janeiro de 2010 podem ser reportados por um período de 6 anos.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2010, podem ser reportados por um período de 4 anos.

Relativamente aos prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012, o prazo de reporte é de 5 anos, aplicável a entidades independentemente de estas exercerem, ou não, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Adicionalmente, a partir de 1 de janeiro de 2012, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2012, será limitada a 75% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução. Esta limitação é apenas aplicável a entidades que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

9.1. Relação entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico nos períodos findos em de 31 de dezembro de 2012 e 2011

			2012	2011
Resultado líquido do período			1	20.478 (175.617)
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	2	11 173.589
		A deduzir	3	(22.859) (781)
Prejuízo fiscal			4 = 1+2+3	(2.370) (2.809)
Outras componentes do imposto	Tributação autónoma		5	12 13
Imposto corrente			6 = 5	12 3
	Imposto diferido		7	(593) (782)
	Insuficiência de estimativa de imposto		8	(1) -
Gastos / rendimentos de impostos			9 = 6 + 7+8	(582) (779)

t (2012) = IRC à taxa de 25%

t (2011) = IRC à taxa de 12,5% até 12.500 € e 25% sobre o restante.

		2012	2011
Imposto Corrente	1	12	3
Resultado Antes de impostos	2	19.896	(175.617)
Taxa de imposto efetiva	3= 1/2	0,06%	0,00%

9.2. O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

2011	Saldo inicial	Constituição	Ajustamento	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	439	782	-	1.221

2012	Saldo inicial	Constituição	Ajustamento	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	1.221	593	(593)	1.221

O movimento ocorrido na coluna de ajustamentos é referente à utilização de prejuízos fiscais no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades.

10. Instrumentos financeiros

10.1. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica "Fornecedores" correntes tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Fornecedores conta corrente	27	22

	2012		2011	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores conta corrente	22	5	20	2

10.2. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os saldos da rubrica "Financiamentos obtidos" apresentavam-se como segue:

	2012		2011	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Contas caucionadas	-	16.296	-	13.100
Papel Comercial	183	-	176	-
	183	16.296	176	13.100

O montante de financiamento não corrente acima referido, resulta de um programa grupado de emissões de Papel Comercial contratado em 30 de dezembro de 2011, com o Banco Comercial Português, no montante global de 43.000 milhares de euros (atualmente 40.000 milhares de euros) no qual tomam parte a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., a Teixeira Duarte – Gestão de Participações de Investimentos Imobiliários, S.A. e a Teixeira Duarte, S.A., sendo que nesta data os montantes utilizados por cada uma eram de 250 milhares de euros, 39.500 milhares de euros, e 250 milhares de euros, respetivamente. Cada uma das futuras emissões terá obrigatoriamente que ser realizada em conjunto por todas as emitentes e a participação de cada uma não poderá ser inferior a 250 milhares de euros.

O programa tem uma utilização de sete anos a contar da data de realização da primeira emissão, estando previstas amortizações no final de cada semestre por valores crescentes compreendidos entre 1.500 e 6.500 milhares de euros. A taxa de juro a aplicar é igual a taxa Euribor para o prazo de cada emissão, em vigor no segundo dia útil anterior ao seu início, acrescida de 4,25% de spread ao ano.

O valor dos gastos com a comissão e montagem da emissão do programa de papel comercial reconhecido ao custo amortizado, resultou numa redução do montante a pagar no valor de 67 milhares de euros.

Garantias colaterais:

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado em 30 de dezembro de 2011, no montante global de 43.000 milhares de euros, atualmente em 40.000 milhares de euros, outorgado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A e Teixeira Duarte, S.A., foi constituída a favor do Banco Comercial Português uma hipoteca genérica sobre os imóveis implantados respetivamente nos lotes 6, 18 e 19, sítos em Lagoas Park, propriedade da Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A..

O montante de financiamento corrente acima referido respeita a uma conta caucionada grupada com as empresas Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., EVA – Sociedade Hoteleira, S.A., PTG – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., contratada junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., vencendo juros a taxas normais de mercado.

No âmbito da linha de financiamento referida na Nota 10.2) e como termo de garantia da mesma, a Teixeira Duarte, S.A., subscreveu e entregou à Caixa Geral de Depósitos S.A., e Banco Comercial Português, S.A., no exercício findo a 31 de dezembro de 2011, uma livrança com montante e vencimento em branco, devidamente datada, autorizando as mesmas entidades a preencher a referida livrança, quando tal se mostre necessário, conforme as condições previstas nos contratos de mútuo da qual foi signatária.

10.3. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os outros ativos correntes têm a seguinte composição:

	2012	2011
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	7	6
Acionistas/sócios	13.974	-
Diferimentos		
Gastos de financiamento a reconhecer	70	-

10.4. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os passivos correntes têm a seguinte composição:

	2012	2011
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas - IRC:		
Imposto estimado	6.236	-
Retenção na fonte	(1.076)	-
Pagamento especial por conta	(973)	-
	4.187	-
Imposto sobre o rendimento – Retenção na fonte	19	18
Segurança social	20	19
	4.226	37
Acionistas/sócios (Nota 5.2)	8.231	-
Outras contas a pagar		
Encargos com órgãos sociais	748	1.481
Encargos com emissão de papel comercial	70	115
	818	1.596

10.5. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os restantes passivos não correntes têm a seguinte composição:

	2012	2011
Outras contas a pagar		
Encargos com órgãos sociais	1.426	776

10.6. Os resultados financeiros, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, tinham a seguinte composição:

	2012	2011
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	7	6
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	765	520
Outros gastos e perdas de financiamento	164	60
	929	580
Resultados financeiros	(922)	(574)

11. Capital

Em 31 de dezembro de 2012 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euros cada.

Em 19 de outubro de 2012, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital social da Empresa de 420.000 milhares de euros para 210.000 milhares de euros, através da diminuição do valor nominal das ações representativas do capital social para 0,50 euros cada, promovendo a integral cobertura de prejuízos acumulados no montante de 181.783 milhares de euros e o reforço de reservas livre no montante de 28.217 milhares de euros.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2012, eram as seguintes:

	% Capital	N.º Ações
Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	47%	197.950.000

12. Outras informações

12.1. Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5 % do lucro líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20 % do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa mas, pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

12.2. Aplicação de resultados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 17 de maio de 2012, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e foi decidido que o Resultado Líquido apurado no exercício de 2011, negativo no montante de 175.616.665,80 euros, fosse levado a Resultados Transitados.

12.3. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 têm a seguinte composição:

	2012	2011
Serviços especializados	145	129
Materiais de escritório	27	24
Deslocações, estadas e transportes	15	12
Serviços diversos	10	17
	197	182

13. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do nº 5 do art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Demonstrações Financeiras Consolidadas **2012**



(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2012

	Notas	2012	2011
Ativos não correntes:			
<i>Goodwill</i>	18	29.715	34.107
Ativos intangíveis	19	31.281	12.662
Ativos fixos tangíveis	20	529.775	515.189
Propriedades de investimento	21	498.236	522.016
Investimentos em associadas	7 e 22	50.709	58.264
Ativos financeiros disponíveis para venda	7 e 24	48.597	70.052
Outros investimentos	25	14.546	14.801
Ativos por impostos diferidos	26	111.912	107.000
Clientes	27	58.091	86.275
Outros devedores	27	79	83
Outros ativos não correntes	30	1.716	1.878
Total de ativos não correntes		1.374.657	1.422.327
Ativos correntes:			
Inventários	9 e 10	313.575	308.582
Clientes	27	476.851	455.550
Outros devedores	27	64.095	64.489
Caixa e equivalentes a caixa	29	246.063	291.693
Outros investimentos	25	10.888	9.670
Outros ativos correntes	30	281.357	195.383
		1.392.829	1.325.367
Ativos não correntes detidos para venda		-	5.500
Total de ativos correntes		1.392.829	1.330.867
TOTAL DO ATIVO	7	2.767.486	2.753.194
Capital próprio:			
Capital	32	210.000	420.000
Ajustamentos de partes de capital em associadas		1.607	(1.205)
Ajustamentos de conversão cambial		(3.671)	31.018
Reservas e resultados transitados	33	20.066	6.696
Resultado líquido consolidado		24.003	(200.437)
Capital próprio atribuível a acionistas		252.005	256.072
Interesses não controlados	34	73.863	76.579
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		325.868	332.651
Passivos não correntes:			
Empréstimos	35	401.060	602.958
Provisões	36	38.203	36.231
Locações financeiras	38	199.580	216.342
Passivos por impostos diferidos	26	57.979	65.906
Outros credores	37	15.110	20.867
Outros passivos não correntes	39	177.793	251.217
Total de passivos não correntes		889.725	1.193.521
Passivos correntes:			
Empréstimos	35	834.905	615.608
Fornecedores	37	187.830	188.272
Locações financeiras	38	22.015	19.465
Outros credores	37	19.097	42.399
Outros passivos correntes	39	488.046	361.278
Total de passivos correntes		1.551.893	1.227.022
TOTAL DO PASSIVO	7	2.441.618	2.420.543
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		2.767.486	2.753.194

	Notas	2012	2011
Proveitos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	7 e 8	1.383.326	1.200.270
Outros proveitos operacionais	8	56.775	62.687
Total de proveitos operacionais	8	1.440.101	1.262.957
Custos operacionais:			
Custo das vendas	9	(519.475)	(449.433)
Varição de produção	10	(958)	4.702
Fornecimentos e serviços externos		(388.505)	(382.458)
Custos com pessoal	11	(244.898)	(245.904)
Amortizações e depreciações	7, 19 e 20	(60.747)	(61.699)
Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e <i>Goodwill</i>	7 e 36	(5.105)	(4.265)
Outros custos operacionais	13	(77.170)	(72.550)
Total de custos operacionais		(1.296.858)	(1.211.607)
Resultados operacionais	7	143.243	51.350
Custos e perdas financeiros	7 e 14	(144.593)	(175.619)
Proveitos e ganhos financeiros	7 e 14	67.214	112.085
Resultados relativos a atividades de investimento:			
Resultados relativos a associadas	7 e 14	7.892	(26.910)
Outros	7 e 14	(10.574)	(154.136)
Resultados financeiros		(80.061)	(244.580)
Resultados antes de impostos	7	63.182	(193.230)
Imposto sobre o rendimento	15	(37.125)	(24.208)
Resultado líquido consolidado do exercício		26.057	(217.438)
Resultado líquido atribuível a:			
Detentores de capital			
Interesses não controlados	34	2.054	(17.001)
Resultado por ação:			
Básico	16	0,06	(0,48)
Diluído	16	0,06	(0,48)

(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	2012	2011
Resultado líquido consolidado do exercício	26.057	(217.438)
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	(35.470)	(10.016)
Variação do justo valor e alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	995	-
Efeito de operações de cobertura	(2.453)	(6.690)
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	2.812	(4.035)
Outros	1.276	15.124
	(32.840)	(5.617)
Rendimento integral do exercício	(6.783)	(223.055)
Rendimento integral atribuível a:		
Detentores de capital	(4.067)	(211.150)
Interesses não controlados	(2.716)	(11.905)

	Notas	Capital	Ajustamentos de partes de capital em associadas	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas e resultados transitados					Resultado líquido consolidado	Total do capital próprio atribuível a acionistas	Interesses não controlados	Total
					Reserva legal	Reservas livres	Reserva de justo valor	Reserva de operações de cobertura	Resultados transitados				
Saldo em 1 de janeiro de 2012	32	420.000	(1.205)	31.018	5.500	37.483	(13.980)	(8.558)	(13.749)	(200.437)	256.072	76.579	332.651
Rendimento integral do exercício:													
Resultado consolidado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	24.003	24.003	2.054	26.057
Varição nos ajustamentos de conversão cambial		-	-	(34.689)	-	-	-	-	-	-	(34.689)	(781)	(35.470)
Varição do justo valor e alienação de ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	-	14.975	-	(13.980)	-	995	-	995
Efeito de operações de cobertura	40	-	-	-	-	-	-	(2.453)	-	-	(2.453)	-	(2.453)
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	22	-	2.812	-	-	-	-	-	-	-	2.812	-	2.812
Outros		-	-	-	-	-	-	-	5.265	-	5.265	(3.989)	1.276
Operações com detentores de capital no exercício:													
Aplicação do resultado consolidado de 2011:													
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	-	-	-	(200.437)	200.437	-	-	-
Redução de capital	32	(210.000)	-	-	-	28.217	-	-	181.783	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012		210.000	1.607	(3.671)	5.500	65.700	995	(11.011)	(41.118)	24.003	252.005	73.863	325.868

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

	Notas	Capital	Ajustamentos de partes de capital em associadas	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas e resultados transitados					Resultado líquido consolidado	Total do capital próprio atribuível a acionistas	Interesses não controlados	Total
					Reserva legal	Reservas livres	Reserva de justo valor	Reserva de operações de cobertura	Resultados transitados				
Saldo em 1 de janeiro de 2011	32	420.000	2.830	40.893	500	2.391	(13.980)	(1.868)	(23.636)	46.392	473.522	88.484	562.006
Rendimento integral do exercício:													
Resultado consolidado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	(200.437)	(200.437)	(17.001)	(217.438)
Varição nos ajustamentos de conversão cambial		-	-	(9.875)	-	-	-	-	-	-	(9.875)	(141)	(10.016)
Efeito de operações de cobertura	40	-	-	-	-	-	-	(6.690)	-	-	(6.690)	-	(6.690)
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	22	-	(4.035)	-	-	-	-	-	-	-	(4.035)	-	(4.035)
Outros		-	-	-	-	-	-	-	9.887	-	9.887	5.237	15.124
Operações com detentores de capital no exercício:													
Aplicação do resultado consolidado de 2010:													
Transferência para reserva legal e livre		-	-	-	5.000	35.092	-	-	-	(40.092)	-	-	-
Dividendos distribuídos	17	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.300)	(6.300)	-	(6.300)
Saldo em 31 de dezembro de 2011		420.000	(1.205)	31.018	5.500	37.483	(13.980)	(8.558)	(13.749)	(200.437)	256.072	76.579	332.651

(Valores expressos em milhares de euros)

(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Notas	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		1.417.091	1.449.982
Pagamento a fornecedores		(940.892)	(883.997)
Pagamento ao pessoal		(245.049)	(242.020)
Fluxo gerado pelas operações		231.150	323.965
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(35.947)	(35.258)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(86.788)	(39.139)
Fluxos das atividades operacionais (1)		108.415	249.568
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	29	39.506	60.042
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		4.617	23.211
Ativos intangíveis		45	-
Juros e proveitos similares		14.194	12.119
Dividendos	29	9.548	2.710
		67.910	98.082
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	29	(27.359)	(34.234)
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		(124.197)	(96.350)
Ativos intangíveis		(4.352)	(3.153)
		(155.908)	(133.737)
Fluxos das atividades de investimentos (2)		(87.998)	(35.655)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.889.784	2.516.277
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.872.385)	(2.496.731)
Juros e custos similares		(78.072)	(70.818)
Dividendos		-	(6.300)
		(1.950.457)	(2.573.849)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(60.673)	(57.572)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(40.256)	156.341
Efeito das diferenças de câmbio		(5.374)	(465)
Caixa e seus equivalentes - alteração perímetro		-	(2.020)
Caixa e seus equivalentes no início do período	29	291.693	137.837
Caixa e seus equivalentes no fim do período	29	246.063	291.693

1 - NOTA INTRODUTÓRIA

A TEIXEIRA DUARTE, S.A. "Empresa" ou ("TD, S.A.") tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 30 de novembro de 2009, com capital social de 420.000.000 euros, representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 1 euro, e tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu Grupo empresarial.

Em 19 de outubro de 2012 o capital social foi reduzido para 210.000.000 euros, passando a estar representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0.50 euros.

O universo empresarial da Teixeira Duarte ("Grupo") é formado pelas empresas participadas indicadas nas Notas 4, 22 e 23. As principais atividades do Grupo são as seguintes: Construção; Concessões e Serviços; Imobiliária; Hotelaria; Distribuição; Energia e Automóvel (Nota 7).

Os valores indicados serão expressos em milhares de euros.

2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados no processo de consolidação, de modo a estarem de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2012.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("IASC") e respetivas interpretações, emitidas pelo *IFRS Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"), respetivamente, cuja adoção foi aprovada pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, exceto no que respeita às propriedades de investimento, aos ativos financeiros disponíveis para venda e aos instrumentos financeiros derivados.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("endorsed") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 7 - Emenda (Transferência de ativos financeiros)	1-jul-11	Esta emenda vem exigir um maior número de divulgações relativamente a transferências de ativos financeiros.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	1-jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspetos, a norma IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 - Consolidação - Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 - Acordos conjuntos	1-jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 - Empreendimentos Conjuntos e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 12 - Divulgações sobre participações noutras entidades	1-jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações sobre participações noutras entidades.
IFRS 13 - Mensuração de justo valor	1-jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas (2011)	1-jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 - Investimentos em associadas (2011)	1-jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 - Investimentos em associadas e as novas normas adotadas, em particular a IFRS 11 - Acordos conjuntos.
IAS 12 - Emenda (recuperação de ativos por impostos diferidos)	1-jan-13	Esta emenda fornece uma presunção de que a recuperação de propriedades de investimento mensuradas ao justo valor de acordo com a IAS 40 será realizada através da venda.
IAS 19 - Emenda (planos pensões de benefícios definidos) (2011)	1-jan-13	Esta emenda vem introduzir algumas alterações relacionadas com o relato sobre os planos de benefícios definidos, nomeadamente: (i) os ganhos/perdas atuariais passam a ser reconhecidos na totalidade em reservas (deixa de ser permitido o método do "corredor"); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro à responsabilidade e aos ativos do plano. A diferença entre o retorno real dos ativos do fundo e a taxa de juro única é registada como os ganhos/perdas atuariais; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros.
IFRS 1 - Emenda (Hiperinflação)	1-jan-13	Esta emenda fornece orientações sobre as entidades devem apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS após um período em que não as puderam apresentar pelo facto da sua moeda funcional estar sujeita a hiperinflação severa.
IAS 1 - Emenda (Outro Rendimento Integral)	1-jul-12	Esta emenda refere-se às seguintes alterações: (i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa a denominar-se Demonstração dos Resultados e Outro Rendimento Integral.
IFRS 7 - Emenda (2011)	1-jan-13	Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.
IAS 32 - Emenda (2011)	1-jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspetos da norma devido à diversidade na aplicação dos requisitos de compensação.
IFRIC 20 - Registo de certos custos na fase de produção de uma mina a céu aberto (2011)	1-jan-13	Esta interpretação clarifica o registo de certos custos durante a fase de produção numa mina a céu aberto.

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 9 - Instrumentos financeiros (2010)	1-jan-15	Esta norma estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos ativos financeiros.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (maio de 2012)	Várias (usualmente 1-jan-13)	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente a IAS 16 e a IAS 32.
IFRS 1 - Emenda (subsídios governamentais)	1-jan-13	Cria uma exceção à aplicação retrospectiva dos requisitos definidos na IAS 20 para aplicação a subsídios governamentais concedidos a taxas de juro bonificadas.

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Emendas (regras de transição)	1-jan-13	Emendas às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 de modo a clarificar as regras do processo de transição para as referidas normas.
IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 -Emendas (entidades de Investimento)	1-jan-14	Criam uma exceção para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas por entidades de investimento.

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2.2 - Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados, em particular depreciações / amortizações e provisões, as divulgações de ativos e passivos contingentes à data das demonstrações financeiras, bem como os proveitos e custos.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes aspetos:

Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Imparidade do goodwill

O goodwill é sujeito a teste de imparidade anual ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa às quais o goodwill é atribuído, são determinados com base nos fluxos de caixa esperados. Esses cálculos exigem o uso de estimativas por parte da gestão relativamente à evolução futura da atividade e taxas de desconto consideradas.

Vidas úteis dos ativos intangíveis e tangíveis

A vida útil de um ativo é o tempo durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para uso e esta deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização / depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica é essencial para determinar o montante das amortizações / depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados de cada exercício.

Estes três parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos segmentos de negócio em que o Grupo opera.

Provisões e passivos contingentes

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade de existência de responsabilidade presente e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existem expectativas razoáveis de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada exercício tendo em atenção a expectativa de performance fiscal futura.

Perdas por imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas em função da avaliação efetuada pela gestão - dos riscos estimados de cobrança existentes à data da posição financeira, os quais se poderão revelar errados.

Reconhecimento do réditto em contratos de construção

O Grupo reconhece os resultados dos contratos de construção de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data da posição financeira e a soma destes custos com os custos estimados para completar o contrato. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os mais recentes indicadores de produção.

2.3 - Princípios de consolidação**a) Empresas controladas**

A consolidação das empresas controladas em cada exercício contabilístico efetuou-se pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, nas respetivas rubricas de "Interesses não controlados".

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses não controlados excedem o interesse não controlado no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os interesses não controlados tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte não controlada dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

As empresas controladas em 31 de dezembro de 2012 são apresentadas na Nota 4. As transações e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que apropriado, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

b) Empresas controladas conjuntamente

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos (Nota 23) foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. De acordo com este método, os ativos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas são eliminados na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos que regulam o controlo conjunto.

c) Concentração de atividades empresariais

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de empresas controladas é registada pelo método da compra.

O custo de aquisição é determinado como o somatório do justo valor dos ativos entregues, passivos incorridos ou assumidos, e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da assunção de controlo da adquirida. Custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como custo quando incorridos. Quando aplicável, o custo de aquisição inclui ainda o justo valor de pagamentos contingentes mensurados à data de aquisição. Alterações subsequentes no valor de pagamentos contingentes são registados de acordo com o normativo contabilístico que regula a contabilização dos ativos ou passivos em questão, exceto caso se qualifiquem como ajustamento no período de mensuração provisória (com um máximo de 12 meses).

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumpram com os critérios de reconhecimento de acordo com a IFRS 3 - Concentração de Atividades Empresariais ("IFRS 3"), são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda, de acordo com a IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas ("IFRS 5"), os quais são reconhecidos e mensurados pelo respetivo justo valor deduzido dos custos a suportar na futura venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição acrescido do valor dos interesses não controlados face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *Goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como resultado líquido do período em que ocorre a aquisição, após reconfirmação do justo valor atribuído.

Se o processo de contabilização de concentrações de atividades empresariais estiver incompleto no final do exercício em que a concentração ocorra, o Grupo divulga essa mesma situação, sendo que os valores considerados podem ser ajustados durante o período de mensuração (o período entre a data de aquisição e a data em que o Grupo obtenha a informação

completa sobre os factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição e no máximo de 12 meses), ou poderão ser reconhecidos novos ativos e passivos de forma a refletir factos e circunstâncias que existiam à data da posição financeira e que, caso conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos na data de aquisição.

Os interesses não controlados são identificados em capital próprio separadamente pelo capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-mãe. Os interesses não controlados podem ser inicialmente mensurados quer pelo seu justo valor quer pela proporção do justo valor de ativos e passivos da subsidiária adquirida. Esta opção é efetuada separadamente para cada transação.

Após o reconhecimento inicial, o valor contabilístico dos interesses não controlados é determinado como o valor inicialmente reconhecido acrescido da proporção de alterações de capital próprio da subsidiária. O rendimento integral de uma subsidiária é atribuído aos Interesses não controlados ainda que os mesmos sejam negativos.

Alterações na percentagem de controlo sobre empresas subsidiárias que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transações de capital próprio. O valor dos interesses do Grupo e dos interesses não controlados são ajustados para refletir as alterações de percentagem. Qualquer diferença entre o montante pelo qual os interesses não controlados são ajustados e o justo valor do preço da transação é reconhecido diretamente em capitais próprios e atribuído aos acionistas da Empresa-mãe.

Quando o Grupo perde controlo sobre uma subsidiária, o ganho ou perda na alienação é calculado como a diferença entre (i) o montante agregado do justo valor do preço e o justo valor dos interesses retidos e (ii) o valor contabilístico dos ativos (incluindo *goodwill*) e dos passivos da subsidiária e dos interesses não controlados. Montantes reconhecidos previamente como outro rendimento integral são transferidos para resultados do exercício ou transferidos para resultados transitados da mesma forma que seriam caso os ativos ou passivos relacionados fossem alienados. O justo valor dos interesses retidos corresponde ao justo valor no reconhecimento inicial para efeitos de contabilização subsequente no âmbito da IAS 39 – Instrumentos financeiros ou, conforme e quando aplicável, o custo para efeitos de reconhecimento inicial de um investimento numa associada ou em um empreendimento conjunto.

d) Investimentos em associadas

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto.

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas (Nota 22) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação no capital próprio dessas empresas reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de "Resultados relativos a empresas associadas", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de "Ajustamentos de partes de capital em associadas", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As perdas em associadas que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como "Investimentos em associadas - *goodwill*". Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

e) *Goodwill*

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias, conjuntamente controladas e empresas associadas, acrescido, no caso de subsidiárias, do valor dos Interesses não controlados e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas como *goodwill* (no caso de subsidiárias e conjuntamente controladas) ou mantidos na rubrica de investimentos em empresas associadas.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira ou na rubrica de "Investimentos em associadas" (Notas 18 e 22). Relativamente ao *goodwill* de subsidiárias e conjuntamente controladas, anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os montantes de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada do rendimento integral do período e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho do período em que ocorre a aquisição.

2.4 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, direitos contratuais e despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo no período em que são incorridos.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de utilidade esperada pelo Grupo para os ativos em causa.

2.5 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Anos de vida útil	
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação / abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais", conforme aplicável.

2.6 - Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; ou, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo, as depreciações / amortizações acumuladas correspondentes e as responsabilidades pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações / amortizações do ativo são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o exercício do contrato de locação.

2.7 - Imparidade de ativos não correntes, excluindo *goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da eventual perda por imparidade.

Nas situações em que o ativo individualmente não gera *cash-flows* de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, a qual é registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos para vender) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade é registada quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade" do exercício em que a reversão ocorra. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que incluem terrenos e edifícios detidos para arrendamento, apreciação de capital, ou ambos, são inicialmente registadas pelo seu preço de compra ou pelo seu custo de construção (caso se trate de investimento de construção própria), incluindo qualquer dispêndio diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial todas as propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em construção, são mensuradas pelo respetivo valor que reflete as condições de mercado à data da posição financeira. Todos os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do exercício em que ocorrem e registados na rubrica "Variação no justo valor de propriedades de investimento", incluída em "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais", consoante se trate de ganhos ou perdas.

O justo valor de cada propriedade de investimento é determinado através de avaliações efetuadas, em alguns casos, por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário. Nos restantes casos, a determinação do valor de mercado é efetuada internamente, com base em critérios similares aos considerados pelos avaliadores externos.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias ou beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondam à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzem a um acréscimo de benefícios económicos futuros.

2.9 - Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, dado que é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera.

As transações em outras divisas que não o euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos, ou à data da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial".

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e conjuntamente controladas expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data da posição financeira, para conversão de ativos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do exercício, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados e dos fluxos de caixa.

De acordo com a IAS 21 - Os efeitos de alterações em taxas de câmbio ("IAS 21"), o *goodwill* e as correções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidas para euros à taxa de câmbio na data da posição financeira. As diferenças cambiais assim geradas são registadas na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial".

2.10 - Custos de financiamento

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um exercício substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

2.11 - Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis, são incluídos nas rubricas de "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes" (conforme aplicável) e são creditados na demonstração dos resultados em quotas constantes de forma consistente e proporcional com as depreciações / amortizações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

2.12 - Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e intermédios e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as depreciações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização), o qual é inferior ao valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

São registadas perdas por imparidade em inventários pela diferença entre o valor de custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao valor contabilístico.

2.13 - Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando: i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.14 - Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular, que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles que efetuam segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo apresenta como segmentos operacionais os segmentos de negócio, de forma coincidente com aquela em que a gestão conduz os negócios.

2.15 - Resultados operacionais

O resultado das operações inclui a totalidade dos custos e proveitos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os custos com reestruturações e os custos e proveitos associados a ativos operacionais (ativos fixos tangíveis e outros ativos intangíveis). Inclui ainda, as mais ou menos valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral ou proporcional. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os custos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas, com os outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

2.16 - Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo torna-se parte na respetiva relação contratual.

a) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes a caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

b) Contas a receber

As contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados na rubrica "Outros Custos Operacionais". O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

c) Investimentos

Os investimentos são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

Os investimentos classificam-se como segue:

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são investimentos financeiros que se encontram disponíveis para venda e são classificados como ativos não correntes.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica de "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Outros investimentos

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas, sendo reconhecidos na rubrica de "Outros Investimentos".

Adicionalmente, os ativos mensurados ao justo valor através de resultados são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Estes ativos encontram-se reconhecidos na rubrica "Outros investimentos" e qualquer variação no seu justo valor é reconhecida na rubrica "Resultados relativos a atividades de investimento - Outros".

d) Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Contas a pagar

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

f) Empréstimos

Os empréstimos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, sendo adicionados ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

g) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

A contratação de instrumentos financeiros derivados tem como objetivo efetuar a cobertura dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto, decorrentes de variações nas taxas de juro. Neste sentido, o Grupo não recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com objetivos especulativos.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respetivo justo valor e reconhecidos na rubrica "Outros passivos / ativos correntes" ou "Outros passivos / ativos não correntes", consoante aplicável. O método de reconhecimento depende da natureza e objetivo da sua contratação.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado com referência a valores de cotação. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é determinado com base na análise de fluxos de caixa descontados, os quais incluem pressupostos suportados em preços ou taxas observáveis de mercado.

Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (“IAS 39”), nomeadamente, quanto à respetiva documentação e efetividade.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de justo valor são reconhecidas como resultado financeiro do exercício, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de cash-flow são registadas em “Reserva de operações de cobertura” na sua componente efetiva e, em resultados financeiros na sua componente não efetiva. Os valores registados em “Reserva de operações de cobertura” são transferidos para resultados financeiros no exercício em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, é vendido ou exercido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na IAS 39.

2.17 - Responsabilidades com pensões

O Grupo proporciona aos seus colaboradores um seguro de reforma.

Este seguro foi constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores e é da exclusiva iniciativa das empresas participadas onde esses benefícios são atribuídos. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa, é por decisão exclusiva das respetivas administrações que se efetuam as contribuições que em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração o desempenho e a situação económica e financeira. Assim, as contribuições efetuadas pelo Grupo são registadas como custo na data em que são devidas.

2.18 - Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios ou créditos fiscais obtidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, não são descontados e são reconhecidos em ativos ou passivos não correntes.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

2.19 - Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Um passivo contingente é (i) uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos ou (ii) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecido por não ser provável a existência de uma saída de recursos ou a eventual saída de recursos não poder ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de recursos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.20 - Rédito e especialização de exercícios

Vendas

Os proveitos decorrentes de vendas de ativos são reconhecidos na demonstração dos resultados quando estão satisfeitas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos;
- O Grupo não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controle efetivo dos ativos vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Prestações de serviços

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data da posição financeira.

Sempre que o resultado de um contrato de construção possa ser estimado razoavelmente, a receita e os custos correspondentes são reconhecidos de acordo com a percentagem de acabamento, conforme disposto na IAS 11 - Contratos de construção ("IAS 11"). De acordo com este método, os proveitos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos incorridos e os custos totais estimados das obras (custos incorridos adicionados dos custos a incorrer). As diferenças entre os proveitos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas "Outros ativos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza das diferenças.

As variações nos trabalhos contratados, reclamações e prémios são considerados à medida que vão sendo acordados e sempre que seja possível a sua quantificação com suficiente fiabilidade.

Para que o resultado de um contrato possa ser estimado com razoabilidade, é necessário que se verifiquem as seguintes condições:

- Ser provável que o Grupo obtenha os benefícios económicos previstos no contrato;
- Os custos do contrato são identificáveis e podem ser quantificados com razoabilidade e;
- À data da posição financeira tem de ser possível que os custos necessários para completar a construção, bem como o grau de acabamento da mesma, possam ser quantificados com suficiente razoabilidade, por forma a que os custos reais incorridos se possam comparar com as estimativas iniciais.

Para fazer face aos custos a incorrer durante o exercício de garantia das obras, o Grupo reconhece uma provisão para fazer face a este risco, a qual é apurada tendo em conta a produção anual e o historial de custos incorridos no passado com as obras em exercício de garantia.

Quando se torna provável que os custos excedam os proveitos do contrato, a perda prevista é reconhecida na demonstração dos resultados do exercício em que é prevista.

As atividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos são contabilizados em concordância com a IFRIC 12 - Acordos de concessão de serviços ("IFRIC 12"), a qual estabelece as disposições a serem aplicadas na mensuração, reconhecimento, apresentação e divulgação de atividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos.

Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes proveitos e custos são registadas nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes".

2.21 - Classificação da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da posição financeira são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo, como correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos relativamente aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data da posição financeira.

2.22 - Imparidade de ativos financeiros

O Grupo analisa a cada data da posição financeira se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os instrumentos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda por imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados - é removida de capitais próprios e reconhecida na demonstração dos resultados. Perdas por imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através da demonstração dos resultados.

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que o Grupo não irá receber todos os montantes a que tinha direito, de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação destes são utilizados diversos indicadores, tais como:

- antiguidade dos créditos;
- dificuldades financeiras do devedor;
- probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor da posição financeira do ativo financeiro e são registados por contrapartida dos resultados do exercício. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da respetiva perda por imparidade acumulada reconhecida. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

2.23 - Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor contabilístico ou o respetivo justo valor deduzido dos custos para a sua venda.

2.24 - Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da TD, S.A., pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da TD, S.A., pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da Empresa.

2.25 - Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da posição financeira, estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da posição financeira, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3 - ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 com impactos na Posição Financeira Consolidada ou no Resultado Consolidado das operações, nem foram registados erros materiais ou alterações de estimativas contabilísticas significativas relativas a exercícios anteriores.

4 - EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2012 foram incluídas na consolidação, pelo método integral, TEIXEIRA DUARTE, S.A. e as seguintes empresas controladas:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
MERCADO INTERNO		
CONSTRUÇÃO		
CONSTRUSALAMONDE, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	92,50%
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
INVICTAAMBIENTE - Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, S.A.	Praça do Bom Sucesso, nº 61 - Escritórios 501 e 502 Porto	100,00%
MARINERTES, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	51,00%
RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
SATU-Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M., S.A. (a)	Edifício Paço de Arcos, E.N. 249/3 Paço de Arcos	49,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
IMOBILIÁRIA		
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
IMOPEDEIROUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
IMOTD - SGPS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	93,75%
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TRANSBRITAL - Transportes e Britas Pio Monteiro & Filhos, S.A.	Pedreira das Perdigueiras - Laveiras Paço de Arcos	100,00%
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
HOTELARIA		
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
EVA - Sociedade Hoteleira, S.A.	Av. República, nº 1 Faro	100,00%
LAGOASFUT - Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
LAGOAS HOTEL, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
ROCHORIENTAL - Sociedade Hoteleira, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDH - SGPS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
BONAPAPEL - Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos - Unipessoal, Lda.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - DISTRIBUIÇÃO S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
ENERGIA		
ACG - Distribuição e Comércio de Gás, S.A. (b)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	45,00%
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A. (b)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	45,00%
DNGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, S.A. (b)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	50,00%
MERCAPETRO - Produtos Petrolíferos, S.A. (b)	Rua Óscar da Silva, 2243 Leça da Palmeira	28,37%
MULTIGÁS - Sociedade Comercial e Distribuidora de Gás, S.A. (b)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	45,00%
PETRIN - Petróleos e Investimentos, S.A. (b)	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	47,91%
PPS - Produtos Petrolíferos, S.A. (b)	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	50,00%
PTG - SGPS, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TANQUIGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, S.A. (b)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	45,00%
TDARCOL - SGPS, S.A. (c)	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	50,00%
AUTOMÓVEL		
TDO - Investimento e Gestão, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fracção 4 D Funchal	100,00%
OUTRAS		
C + P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	52,00%
TDO - SGPS, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fracção 4 D Funchal	100,00%

Denominação social	Sede	Porcentagem de participação efetiva
TEDAL - SGPS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
MERCADO EXTERNO		
ÁFRICA DO SUL		
DISTRIBUIÇÃO		
Global Net Distributors (Pty) Ltd.	Po Box 15318 Farrarmere - Benon - Gauteng 1518 África do Sul	100,00%
ANGOLA		
CONSTRUÇÃO		
ANGOCIME - Cimentos de Angola, Lda.	Rua Comandante Che Guevara, 67 - 1º D Luanda	100,00%
BEL-ere - Engenharia e Reabilitação de Estruturas Angola, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, 318 Luanda	100,00%
BETANGOLA - Betões e Pré-Fabricados de Angola, Lda.	Rua Comandante Che Guevara, 67 - 1º D Luanda	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
EDUCARE - Atividades Educativas e Culturais, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 - R/C C Luanda	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Rua Comandante Che Guevara, 67 - 1º D Luanda	100,00%
IMOBILIÁRIA		
AFRIMO - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 51 - 1º C Luanda	51,00%
ANGOPREDIAL - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 - R/C D Luanda	100,00%
CASANGOL - Gestão Imobiliária, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 - R/C D Luanda	100,00%
IMOAFRO - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 - R/C D Luanda	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 - R/C D Luanda	100,00%
URBÁFRICA - Sociedade Imobiliária, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 35 - 5º C Luanda	90,00%
HOTELARIA		
ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Rua Comandante Gika - Bairro Maiango Luanda	100,00%
ANGOIMO - Empreendimentos e Construções, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 35 - 5º C Luanda	100,00%
SERAFIM L. ANDRADE, S.A.R.L.	Rua da Missão, 103 Luanda	80,00%
URBANGO - Gestão Imobiliária, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 - R/C D Luanda	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 51 - 1º C Luanda	100,00%
MAXI RETAIL - Comércio Geral, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van - Dúnem Luanda	100,00%
AUTOMÓVEL		
AUTO COMPETIÇÃO Angola, Lda.	Rua Eugénio de Castro, Instalações do Cine Atlântico Luanda	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
AUTO 8, Lda.	Via A-1, Lote CCB-5 - Pólo Automóvel Luanda	100,00%
COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, Lda.	Rua Frederich Engels, 9 Luanda	100,00%
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	Rua Amílcar Cabral, nº 27 R/C, Letra C Luanda	100,00%
VAUCO - Automóveis e Equipamentos, Lda.	Rua Ho Chi Min (Largo 1º de Maio) Luanda	51,00%
ARGÉLIA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE ALGERIE, SPA	Parc Miremont, Rue A, nº 136 Bouzareah Alger	99,94%
BRASIL		
CONSTRUÇÃO		
EMPA - Serviços de Engenharia, S.A.	Rua Major Lopes, 800 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	100,00%
SOMAFEL Brasil - Obras Ferroviárias, Ltda.	Rua Major Lopes, 800 - sala 306 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	60,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
EMPA Logística, Ltda.	Rua Major Lopes, 800 - sala 410 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	99,67%
GONGOJI Montante Energia, S.A.	Rua Major Lopes, 800 - sala 310 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	100,00%
PAREDÃO de Minas Energia, S.A.	Rua Major Lopes, 800 - sala 306 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	100,00%
TABOQUINHA Energia, S.A.	Rua Major Lopes, 800 - sala 308 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	100,00%
IMOBILIÁRIA		
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	Avenida Domingos Ferreira nº 4060, sala 301 Boa Viagem - Cidade de Recife	100,00%
TDSP - Participações, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Elisa de Moraes, Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	90,00%
TDSP - Bela Vista, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Galeno de Castro, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Maratona, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Direitos Humanos, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Alta Vista I, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Verum Mooca, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Gilberto Sabino, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP - Alta Vista II, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%

Denominação social	Sede	Porcentagem de participação efetiva
TDSP - Gualaxos, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista III, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Zanzibar, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%
TDSP - Don Klabin, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%
TDSP - 11, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - 12, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	99,99%
TDSP - Volta Redonda, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	99,99%
TDSP - 14, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	99,99%
TDSP - 15, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	99,99%
TDSP - 16, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	99,99%
TDSP - 17, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	99,99%
CHIPRE		
OUTRAS		
LEVENEL, Limited	Irakli, Egkomi, 2413 Nicósia	52,00%
ESPANHA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
G.S.C. - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A. Sociedad Unipersonal	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º Madrid	100,00%
GIBRALTAR		
CONSTRUÇÃO		
Teixeira Duarte International, LTD.	23, Portland House - Glacis Road Gibraltar	100,00%
MACAU		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	Rua de Xangai, 175 Edifício Assoc. Comercial de Macau, 10 A Macau	100,00%
MOÇAMBIQUE		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	Av. 24 de Julho, 141 Maputo	72,66%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Av. 24 de Julho, 141 Maputo	67,41%
IMOBILIÁRIA		
IMOPAR - Centro Comercial de Maputo, S.A.R.L.	Av. 24 de Julho, 135 Maputo	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
HOTELARIA		
AVENIDA - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Av. 24 de Julho, 135 Maputo	100,00%
Sociedade Hotel Tivoli, Lda.	Av. 25 de Setembro, 1321 Maputo	65,00%
TIVOLI BEIRA - Hotelaria e Serviços, Lda.	Av. 24 de Julho, 141 Maputo	98,63%
NAMÍBIA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
KARIBIB Portland Cement (PTY) (d)	P O Box 9574 Windhoek Namíbia	49,40%
KPC Trading and Services (d)	P O Box 2143 Windhoek Namíbia	29,64%
SQUIRREL Investments 115 PTY, Ltd. (d)	P O Box 2143 Windhoek Namíbia	49,40%
RÚSSIA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
MMK Cement, Limited Liability Company (d)	Murmansk Rússia	36,40%
VENEZUELA		
CONSTRUÇÃO		
Consorcio Boyacá - La Guaira	Av. San Juan Bosco Ota Coromoto no Aplica Urb. Altamira - Caracas Venezuela	57,20%
TEGAVEN - Teixeira Duarte y Asociados, C.A. (a)	Av. Este, 6 - Edif. Centro Parque Carabobo, Piso 6, Of. 601 - Caracas Venezuela	17,04%

(a) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.

(b) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária TDARCOL - SGPS, S.A.

(c) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária PTG - SGPS, S.A.

(d) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária C + P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.

5 - ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não se verificou alteração do perímetro de consolidação, face a 31 de dezembro de 2011.

6 - COTAÇÕES

As cotações utilizadas para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2012 e 2011, bem como os resultados das operações desenvolvidas em países com moeda funcional distinta do Euro, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram as seguintes:

Divisa	Câmbio de fecho			Câmbio médio		
	2012	2011	Var	2012	2011	Var
Dólar Americano	1,3194	1,2939	0,0255	1,2932	1,3951	(0,1019)
Pataca Macaense	10,5328	10,3525	0,1803	10,3322	11,1783	(0,8461)
Metical Moçambicano	39,2400	34,9600	4,2800	36,3715	40,5377	(4,1662)
Bolívar Venezuelano	5,6664	5,5568	0,1096	5,5539	5,9915	(0,4376)
Kwanza Angolano	126,8460	133,9285	(7,0825)	123,6906	131,6015	(7,9109)
Dinar Argelino	103,1890	98,3583	4,8307	100,1353	101,8255	(1,6902)
Dirham Marroquino	11,1526	11,0952	0,0574	11,1061	11,2677	(0,1617)
Real Brasileiro	2,7036	2,4159	0,2877	2,5220	2,3287	0,1933
Hryvnia Ucrâniana	10,6212	10,3641	0,2571	10,4501	11,1387	(0,6886)
Dólar Namibiano	11,1727	10,4830	0,6897	10,5725	10,0450	0,5275
Escudo Cabo Verde	110,2650	110,2650	-	110,2650	110,2650	-
Rublo Russo	40,3295	41,7650	(1,4355)	40,2354	41,0158	(0,7804)
Dinar Tunisino	2,0492	1,9398	0,1094	2,0088	1,9604	0,0484
Rand África do Sul	11,1727	10,4830	0,6897	10,5725	10,0450	0,5275

7 - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo encontra-se organizado de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

- Construção;
- Concessões e serviços;
- Imobiliária;
- Hotelaria;
- Distribuição;
- Energia;
- Automóvel.

As vendas e prestações de serviços e os resultados de cada um dos segmentos operacionais acima mencionados, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram como segue:

Segmento	Vendas e prestações de serviços						Resultados operacionais	
	2012			2011			2012	2011
	Clientes externos	Intersegmental	Total	Clientes externos	Intersegmental	Total		
Construção	617.138	63.143	680.281	586.351	90.984	677.335	27.716	(1.308)
Cimentos, betões e agregados	-	-	-	12.753	-	12.753	-	(4.240)
Concessões e serviços	59.268	18.262	77.530	54.151	15.693	69.844	3.262	1.948
Imobiliária	114.032	15.024	129.056	82.386	12.586	94.972	32.575	19.307
Hotelaria	84.539	10.389	94.928	70.020	8.889	78.909	25.337	16.383
Distribuição	175.163	7.604	182.767	133.245	7.627	140.872	26.746	17.923
Energia	129.216	2.733	131.949	128.982	3.916	132.898	1.544	3.013
Automóvel	203.970	6.136	210.106	132.382	5.931	138.313	41.331	13.414
Não afetos a segmentos	-	-	-	-	-	-	(15.133)	(15.175)
Eliminações	-	(123.291)	(123.291)	-	(145.626)	(145.626)	(135)	85
	1.383.326	-	1.383.326	1.200.270	-	1.200.270	143.243	51.350
Custos e perdas financeiros (Nota 14)							(144.593)	(175.619)
Proveitos e ganhos financeiros (Nota 14)							67.214	112.085
Resultados relativos a atividades de investimento (Nota 14)							(2.682)	(181.046)
Resultados antes de impostos							63.182	(193.230)

As políticas contabilísticas nos diversos segmentos são consistentes com as políticas do Grupo.

Outras informações:

Segmento	Dispêndios de capital fixo		Amortizações e depreciações em resultados		Provisões e perdas por imparidade	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Construção	64.008	33.480	36.036	37.504	(946)	3.567
Cimentos, betões e agregados	-	-	-	1.703	-	68
Concessões e serviços	3.480	6.973	3.892	4.446	5.841	-
Imobiliária	4.399	5.340	2.643	2.902	(497)	614
Hotelaria	8.810	23.782	10.498	8.740	700	-
Distribuição	28.420	7.100	4.307	3.121	-	-
Energia	8.487	2.622	1.870	1.999	-	16
Automóvel	2.308	2.407	1.499	1.281	7	-
Não afetos a segmentos	-	-	2	3	-	-
	119.912	81.704	60.747	61.699	5.105	4.265

O ativo e passivo dos segmentos e a respetiva reconciliação com o total consolidado, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são como segue:

	Ativos								Passivos	
	2012				2011				2012	2011
	Investimentos em associadas (Nota 22)	Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 24)	Outros ativos	Total	Investimentos em associadas (Nota 22)	Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 24)	Outros ativos	Total		
Construção	5.427	-	1.651.788	1.657.215	21.483	-	1.810.631	1.832.114	1.196.820	1.259.610
Concessões e serviços	837	19.031	228.447	248.315	809	17.610	303.459	321.878	157.604	212.354
Imobiliária	87	25.542	1.562.127	1.587.756	192	46.317	1.711.240	1.757.749	1.179.400	1.313.841
Hotelaria	-	-	329.252	329.252	-	-	353.190	353.190	285.463	320.576
Distribuição	-	-	154.397	154.397	-	-	178.115	178.115	118.529	107.860
Energia	24	-	79.698	79.722	24	-	80.169	80.193	52.289	52.016
Automóvel	-	-	151.887	151.887	-	-	178.943	178.943	118.917	129.225
Não afetos a segmentos	44.334	4.024	337.019	385.377	35.756	6.125	427.935	469.816	50.818	74.378
Eliminações	-	-	(1.826.435)	(1.826.435)	-	-	(2.418.804)	(2.418.804)	(718.222)	(1.049.317)
	50.709	48.597	2.668.180	2.767.486	58.264	70.052	2.624.878	2.753.194	2.441.618	2.420.543

As vendas e prestações de serviços e a informação acerca de ativos não correntes não monetários, por segmento geográfico apresentam a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Segmento geográfico	Vendas e prestações de serviços		Ativos não correntes não monetários	
	2012	2011	2012	2011
Portugal	356.778	488.137	630.462	662.256
Angola	703.139	472.155	337.040	335.474
Argélia	56.879	33.754	11.592	11.987
Brasil	88.703	120.135	41.644	33.704
Espanha	22.745	26.640	12.236	13.885
Moçambique	37.998	26.393	23.088	18.384
Venezuela	108.842	11.613	31.044	4.727
Outros	8.242	21.443	1.901	3.557
	1.383.326	1.200.270	1.089.007	1.083.974

8 - PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os proveitos operacionais, foram como segue:

	2012	2011
(a) Os trabalhos para a própria empresa correspondem essencialmente a custos associados à construção de imóveis.		
Vendas e prestações de serviços:		
Vendas	1.126.316	907.108
Prestações de serviços	257.010	293.162
	1.383.326	1.200.270
Outros proveitos operacionais:		
Proveitos suplementares	9.197	8.320
Trabalhos para a própria empresa (a)	6.679	1.951
Alienação de ativos (b)	6.674	5.610
Reversão de perdas por imparidade em contas a receber (Nota 27)	6.491	2.891
Ganhos em inventários	4.372	4.918
Correções a exercícios anteriores	3.823	2.213
Varição justo valor de propriedades de investimento (Nota 21)	2.936	18.090
Restituição de impostos	1.891	2.176
Reversão de perdas por imparidade em inventários (Nota 9)	412	356
Outros proveitos operacionais	14.300	16.162
	56.775	62.687
	1.440.101	1.262.957
(b) Os ganhos indicados foram obtidos, essencialmente, com a alienação de ativos fixos tangíveis no montante de 6.672 milhares de euros (5.004 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011) (Nota 20).		

9 - CUSTO DAS VENDAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o custo das vendas foi apurado como se segue:

	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2011	20.116	126.648	146.764
Ajustamentos de conversão cambial	410	3.460	3.870
Regularizações	150	(2.439)	(2.289)
Compras	116.447	342.111	458.558
Custo do exercício	(119.758)	(329.675)	(449.433)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	17.365	140.105	157.470
Saldo em 1 de janeiro de 2012	17.365	140.105	157.470
Ajustamentos de conversão cambial	(284)	(2.107)	(2.391)
Regularizações	(1.470)	(7.399)	(8.869)
Compras	104.257	442.599	546.856
Custo do exercício	(92.131)	(427.344)	(519.475)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	27.737	145.854	173.591

	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Perdas por imparidade acumuladas em inventários:			
Saldo em 1 de janeiro de 2011	709	4.765	5.474
Ajustamentos de conversão cambial	(6)	226	220
Reforços (Nota 13)	6	1.145	1.151
Utilizações (Nota 8)	(356)	-	(356)
Regularizações	(269)	(4.405)	(4.674)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	84	1.731	1.815
Saldo em 1 de janeiro de 2012	84	1.731	1.815
Ajustamentos de conversão cambial	(4)	(104)	(108)
Reforços (Nota 13)	97	4.944	5.041
Utilizações (Nota 8)	(3)	(409)	(412)
Regularizações	-	(176)	(176)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	174	5.986	6.160
Valor líquido em 31 de dezembro de 2011	17.281	138.374	155.655
Valor líquido em 31 de dezembro de 2012	27.563	139.868	167.431

10 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como se segue:

	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2011	135.723	21.530	157.253
Ajustamentos de conversão cambial	(2.670)	7	(2.663)
Regularizações	(6.074)	(291)	(6.365)
Variação da produção	8.204	(3.502)	4.702
Saldo em 31 de dezembro de 2011	135.183	17.744	152.927
Saldo em 1 de janeiro de 2012	135.183	17.744	152.927
Ajustamentos de conversão cambial	(6.653)	-	(6.653)
Regularizações	1.884	-	1.884
Variação da produção	337	(1.295)	(958)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	130.751	16.449	147.200
Perdas por imparidade acumuladas em inventários:			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	-	-	-
Ajustamentos de conversão cambial	(76)	-	(76)
Reforços (Nota 13)	1.132	-	1.132
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.056	-	1.056
Valor líquido em 31 de dezembro de 2011	135.183	17.744	152.927
Valor líquido em 31 de dezembro de 2012	129.695	16.449	146.144

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os produtos e trabalhos em curso respeitam na sua totalidade a empreendimentos imobiliários:

	2012	2011
Empreendimentos imobiliários	130.751	135.183
	130.751	135.183

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os empreendimentos imobiliários encontram-se a ser desenvolvidos pelas seguintes entidades:

	2012	2011
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	28.819	28.799
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	17.387	17.304
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	15.492	15.376
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	11.851	11.754
TDSP - Gualaxos, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	9.498	10.467
TDSP - Volta Redonda, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	8.941	4.328
TDSP - Galeano de Castro, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	8.601	9.492
TDSP - Bela Vista, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	4.682	5.096
TDSP - Zanzibar, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	4.163	4.068
TDSP - Verum Mooca, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	3.414	7.573
TDSP - Don Klabin, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	3.252	3.371
TDSP - Gilberto Sabino, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	2.810	3.128
TDSP - Participações, Ltda.	2.334	-
TDSP - Alta Vista II, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	2.239	2.204
TDSP - Alta Vista III, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	2.060	2.220
IMOPREDOUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	1.953	1.933
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	847	452
TDSP - Maratona, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	465	184
ANGOIMO - Empreendimentos e Construções, Lda.	366	374
TDSP 11, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	22	3.019
TDSP - Alta Vista I, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	-	2.383
TDSP - Direitos Humanos, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	-	40
Outros	1.555	1.618
	130.751	135.183

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existiam inventários dados como penhor de garantia a passivos.

11 - CUSTOS COM O PESSOAL

O número médio de empregados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, por segmento operacional, foi o seguinte:

	2012	2011
Construção	6.055	6.715
Concessões e serviços	1.404	1.383
Imobiliária	83	107
Hotelaria	1.531	1.427
Distribuição	837	660
Energia	226	235
Automóvel	717	654
Outras	-	1
	10.853	11.182

A rubrica de "custos com o pessoal", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Remunerações normais	135.717	133.382
Outras remunerações	66.601	63.037
Encargos com remunerações	28.579	32.646
Seguros	3.783	4.109
Benefícios de reforma (a)	1.186	2.436
Outros custos com o pessoal	9.032	10.294
	244.898	245.904

(a) Os encargos com benefícios de reforma correspondem a contribuições efetuadas para o seguro de reforma (Nota 2.17).

12 - LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram reconhecidos custos de 885 milhares de euros e 1.222 milhares de euros, respetivamente, relativos a rendas de contratos de locação operacional, os quais foram reconhecidos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos".

As rendas de contratos de locação operacional mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, apresentam as seguintes maturidades:

	2012	2011
2012	-	688
2013	383	256
2014	106	26
2015	66	7
2016	40	-
2016 e seguintes	3	-
	598	977

13 - OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Os outros custos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram como se segue:

	2012	2011
Impostos	30.159	26.398
Perdas em inventários	11.496	6.989
Variação justo valor de propriedades de investimento (Nota 21)	8.327	9.688
Perdas por imparidade em inventários (Nota 9 e 10)	6.173	1.151
Perdas por imparidade em dívidas a receber (Nota 27)	5.921	4.873
Dívidas incobráveis	2.747	842
Perdas incorridas na alienação de ativos (a)	1.515	12.192
Outros custos operacionais	10.832	10.417
	77.170	72.550

(a) As perdas indicadas foram incorridas, essencialmente, com a alienação de ativos fixos tangíveis, no montante de 1.289 milhares de euros (3.928 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011) (Nota 20). No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 alienou-se ativos e passivos de empresas que saíram do perímetro de consolidação, no montante de 8.264 milhares de euros.

14 - RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram os seguintes:

	2012	2011
Custos e perdas financeiros:		
Juros suportados	(78.305)	(74.772)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(37.686)	(83.360)
Outros custos e perdas financeiros	(28.602)	(17.487)
	(144.593)	(175.619)
Proveitos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	21.079	25.125
Diferenças de câmbio favoráveis	39.995	81.684
Descontos de pronto pagamento obtidos	663	833
Outros proveitos e ganhos financeiros	5.477	4.443
	67.214	112.085
Resultados relativos a atividades de investimento:		
Resultados relativos a empresas associadas (a)	7.892	(26.910)
Dividendos (b)	2.458	2.089
Outros investimentos	2.239	(72)
Ganhos / perdas na mensuração de ativos disponíveis para venda (c) (Nota 24)	(15.271)	(156.153)
	(2.682)	(181.046)
Resultados financeiros	(80.061)	(244.580)

(a) Os resultados relativos a empresas associadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, incluem o efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos em associadas no montante de 7.949 milhares de euros ((4.614) milhares de euros em 31 de dezembro de 2011) (Nota 22).

(b) Em 31 de dezembro de 2012 os valores apresentados correspondem a dividendos recebidos de "Ativos financeiros disponíveis para venda" de 533 milhares de euros (489 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011) (Nota 24) e os restantes de "Outros investimentos" (Nota 25).

(c) Em 31 de dezembro de 2012 os valores apresentados correspondem ao registo de imparidades de "Ativos financeiros disponíveis para venda" de 26.596 milhares de euros e à alienação de direitos de subscrição do "Banco Comercial Português, S.A." de 11.325 milhares de euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ocorreu uma operação de cisão da ALVORADA PETRÓLEO, S.A. da qual resultou a ALVOPETRO, S.A., que passou igualmente a ser detida pelo Grupo em 43,2%. Ainda no decurso de 2012, o Grupo alienou a ALVOPETRO, S.A., registando uma mais-valia de 5.634 milhares de euros.

Adicionalmente, o Grupo alienou as ações preferenciais que detinha na "ALVORADA PETRÓLEO, S.A.", registando uma mais-valia de 35 milhares de euros.

O Grupo registou uma perda por imparidade referente à participação detida na "ALVORADA PETRÓLEO, S.A.", com impacto nos resultados financeiros de 5.726 milhares de euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não foram capitalizados juros no custo de aquisição de ativos qualificáveis (6.041 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011). Para efeitos de capitalização de encargos financeiros ao custo de aquisição dos ativos qualificáveis, foi utilizada uma taxa média de 4,29% em 31 de dezembro de 2011.

15 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A "TD, S.A." e a generalidade das suas participadas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 25%. As entidades que apuram lucro tributável ficam ainda sujeitas a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a Derrama Estadual, incidente sobre a parte do lucro tributável que excede o montante de 1.500.000 e 10.000.000 de euros, às taxas de 3% e 5%, respetivamente. Independentemente do resultado fiscal apurado no exercício, as referidas entidades estão ainda sujeitas a tributação autónoma sobre as despesas e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. Para o apuramento do lucro tributável, ao qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos, montantes que não relevam fiscalmente. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

A "TD, S.A." e as participadas detidas direta e indiretamente em pelo menos 90%, com sede e direção efetiva em território português, são tributadas segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (desde o exercício de 2003). Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de consolidação, conforme estabelecido no artigo 69.º e seguintes do Código do IRC, aplicando-se ao resultado global assim obtido, após a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis, as taxas de IRC.

Ao montante de imposto assim apurado, acresce a Derrama Municipal e Estadual, se aplicável, apuradas individualmente e às taxas *supra* referidas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de, regra geral, quatro anos (cinco anos para a Segurança Social).

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àquelas declarações não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2012.

O Grupo procede ao registo de impostos diferidos correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na IAS 12 - Imposto sobre o rendimento (Nota 26).

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são como segue:

	2012	2011
Imposto corrente:		
Imposto sobre o rendimento em Portugal	(15.369)	(15.046)
Imposto sobre o rendimento em outras jurisdições	(39.885)	(26.626)
Imposto corrente	(55.254)	(41.672)
Imposto diferido (Nota 26):	18.129	17.464
	(37.125)	(24.208)

Para além dos montantes de impostos diferidos registados diretamente na demonstração dos resultados, foram registados diretamente nos capitais próprios impostos diferidos no montante de 443 milhares de euros em 31 de dezembro de 2012 (2.424 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011) (Nota 26).

16 - RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2012	2011
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	24.003	(200.437)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares)	420.000	420.000
Resultado líquido por ação básico	0,06	(0,48)

Pelo facto de nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

17 - DIVIDENDOS

Conforme Assembleia Geral de Acionistas realizada em 17 de maio de 2012 não foi deliberada a distribuição de dividendos.

No exercício de 2011 foram distribuídos dividendos de 6.300 milhares de euros, relativos ao exercício de 2010.

18 - GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nos valores do *goodwill* apurados na aquisição de empresas subsidiárias ou controladas conjuntamente, bem como nas respetivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2012	2011
Ativo bruto:		
Saldo inicial	35.723	59.477
Ajustamentos de conversão cambial	(4)	7
Aquisições	1.445	-
Alienações	-	(12.118)
Transferências	-	(11.643)
Saldo final	37.164	35.723
Perdas por imparidade acumuladas	(7.449)	(1.616)
Ativo líquido:	29.715	34.107

Os valores do *goodwill* em 31 de dezembro de 2012 e 2011 respeitam às seguintes entidades:

Participada	Segmento operacional	2012	2011
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Construção	12.107	12.107
Karibib Portland Cement (PTY)	Concessões e Serviços	-	5.833
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	Imobiliária	1.979	1.979
ACG - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	Energia	142	-
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A.	Energia	7.335	6.163
MULTIGAS - Sociedade Comercial e Distribuidora de Gás, S.A.	Energia	60	-
TANQUIGAS - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	Energia	71	-
Auto Competição Angola, LDA	Automóvel	215	219
C+PA - Cimento e Produtos Associados, S.A.	Outras	7.806	7.806
		29.715	34.107

Os *goodwill* relativos a empresas associadas fazem parte integrante do valor dos correspondentes investimentos e encontram-se evidenciados na Nota 22.

Os valores do *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de que os mesmos possam estar em imparidade.

A quantia recuperável das unidades geradoras de caixa às quais os *goodwill* estão afetos é determinada com base no cálculo do seu valor de uso, que utiliza as projeções de fluxos de caixa com base nas projeções financeiras mais recentes aprovadas pelos respetivos Conselhos de Administração cobrindo um período de cinco anos, descontados através das taxas de desconto indicadas no quadro seguinte as quais foram calculadas com base no custo médio ponderado do capital ("WACC"), ajustado pelos riscos específicos do mercado em que cada unidade se insere. Os fluxos de caixa para além desse período de cinco anos foram projetados utilizando as taxas indicadas no mesmo quadro. Estas taxas não excedem, a taxa média de crescimento a longo prazo para os mercados em que aquelas unidades geradoras de caixa se encontram afetos.

Os Conselhos de Administração acreditam que qualquer mudança razoavelmente possível nos pressupostos fundamentais em que a quantia recuperável é baseada, não faria com que quantia escriturada daquelas unidades geradoras de caixa excedesse o seu valor recuperável.

Assim, os principais pressupostos considerados na determinação do valor de uso dos valores de *goodwill*, são os seguintes:

Participada	2012			2011		
	Valor contábilístico do goodwill	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Valor contábilístico do goodwill	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	12.107	8,3%	2,0%	12.107	11,5%	1,5%
C+PA. - Cimento e Produtos Associados, S.A.	7.806	6,0%	2,0%	7.806	6,0%	1,5%
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A.	7.335	10,4%	2,0%	6.163	8,6%	1,5%
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	1.979	6,9%	2,0%	1.979	5,4%	1,5%
Auto Competição Angola, Lda.	215	15,0%	2,0%	219	15,0%	1,5%
ACG - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	142	12,0%	2,0%	-	-	-
TANQUIGAS - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	71	12,0%	2,0%	-	-	-
MULTIGAS - Sociedade Comercial e Distribuidora de Gás, S.A.	60	8,4%	2,0%	-	-	-
Karibib Portland Cement (PTY)	-	-	-	5.833	11,5%	1,5%
	29.715			34.107		

19 - OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nos outros ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Propriedade industrial	Outros	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta ativos intangíveis	Total
Ativo bruto:					
Saldo em 1 de janeiro de 2011	10.456	630	-	1.987	13.073
Ajustamentos de conversão cambial	225	19	-	35	279
Adições	1.127	203	-	2.386	3.716
Transferências e abates	(684)	-	-	(39)	(723)
Alienações	(43)	-	-	-	(43)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	11.081	852	-	4.369	16.302
Saldo em 1 de janeiro de 2012	11.081	852	-	4.369	16.302
Ajustamentos de conversão cambial	(193)	(33)	(253)	(21)	(500)
Adições	3.115	75	6.203	-	9.393
Transferências e abates	5.162	(246)	9.221	(3.261)	10.876
Alienações	(71)	-	-	-	(71)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	19.094	648	15.171	1.087	36.000
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo em 1 de janeiro de 2011	3.051	630	-	-	3.681
Ajustamentos de conversão cambial	51	19	-	-	70
Transferências e abates	(633)	-	-	-	(633)
Reforços	559	-	-	-	559
Alienações	(37)	-	-	-	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.991	649	-	-	3.640
Saldo em 1 de janeiro de 2012	2.991	649	-	-	3.640
Ajustamentos de conversão cambial	(46)	(12)	-	-	(58)
Transferências e abates	501	(246)	-	-	255
Reforços	894	14	-	-	908
Alienações	(26)	-	-	-	(26)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.314	405	-	-	4.719
Valor líquido:					
Em 31 de dezembro de 2011	8 090	203	-	4 369	12 662
Em 31 de dezembro de 2012	14 780	243	15 171	1 087	31 281

20 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto:										
Saldo em 1 de janeiro de 2011	38.270	344.550	384.180	70.301	36.000	36.309	9.547	72.669	10	991.836
Alteração de perímetro	(33)	(13.872)	(18.164)	(1.082)	(4.655)	(273)	(49)	(316)	(1)	(38.445)
Ajustamentos de conversão cambial	(36)	6.901	(2.484)	2.799	56	691	181	1.772	-	9.880
Adições	2.092	1.387	26.837	3.149	4.274	2.016	17.077	15.574	-	72.406
Transferências e abates	2.728	71.584	(20.821)	5.502	(2.182)	1.961	(5.619)	(64.343)	(9)	(11.199)
Alienações	(6.150)	(1.526)	(10.613)	(2.399)	(849)	(1.247)	(10)	-	-	(22.794)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	36.871	409.024	358.935	78.270	32.644	39.457	21.127	25.356	-	1.001.684
Saldo em 1 de janeiro de 2012	36.871	409.024	358.935	78.270	32.644	39.457	21.127	25.356	-	1.001.684
Ajustamentos de conversão cambial	(327)	(4.195)	(5.771)	(2.608)	(159)	(640)	(269)	(335)	-	(14.304)
Adições	126	5.436	43.443	9.671	6.390	2.786	3.107	35.091	183	106.233
Transferências e abates	(2.821)	(146)	(12.351)	(2.719)	(1.732)	(875)	(4.811)	(16.127)	-	(41.582)
Alienações	(23)	(767)	(5.783)	(3.067)	(146)	(568)	(431)	-	-	(10.785)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	33.826	409.352	378.473	79.547	36.997	40.160	18.723	43.985	183	1.041.246
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo em 1 de janeiro de 2011	164	86.324	265.298	44.338	30.054	28.612	4.146	-	-	458.936
Alteração de perímetro	-	(1.145)	(6.235)	(360)	(2.158)	(154)	(11)	-	-	(10.063)
Ajustamentos de conversão cambial	-	2.936	948	1.536	57	624	48	-	-	6.149
Reforços	2	13.654	31.355	11.477	1.470	2.538	644	-	-	61.140
Transferências e abates	-	143	(15.417)	(1.971)	(240)	(371)	(36)	-	-	(17.892)
Alienações	-	(1.066)	(7.360)	(1.795)	(721)	(823)	(10)	-	-	(11.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	166	100.846	268.589	53.225	28.462	30.426	4.781	-	-	486.495
Saldo em 1 de janeiro de 2012	166	100.846	268.589	53.225	28.462	30.426	4.781	-	-	486.495
Efeito de conversão cambial	-	(1.379)	(3.226)	(1.905)	(101)	(478)	(28)	-	-	(7.117)
Reforços	1	14.570	28.227	11.684	1.949	2.903	505	-	-	59.839
Transferências e abates	(1)	(420)	(13.072)	(2.458)	(1.305)	(905)	(82)	-	-	(18.243)
Alienações	-	(626)	(5.545)	(2.647)	(105)	(560)	(20)	-	-	(9.503)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	166	112.991	274.973	57.899	28.900	31.386	5.156	-	-	511.471
Valor líquido:										
Em 31 de dezembro de 2011	36.705	308.178	90.346	25.045	4.182	9.031	16.346	25.356	-	515.189
Em 31 de dezembro de 2012	33.660	296.361	103.500	21.648	8.097	8.774	13.567	43.985	183	529.775

As adições de ativos fixos tangíveis realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 respeitam, essencialmente, a investimentos realizados em instalações e equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2012 os ativos fixos tangíveis em curso incluem 31.367 milhares de euros relativos a edifícios e outras construções em curso, dos quais destacamos os seguintes:

- Desenvolvimento do projeto de Tançagem em Aveiro;
- Expansão da rede de lojas de "Cash & Carry" em Angola.

21 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nas propriedades de investimento foi o seguinte:

	2012	2011
Saldo em 1 de janeiro	522.016	509.516
Ajustamentos de conversão cambial	(2.443)	2.459
Aumentos / alienações	(12.477)	1.721
Variação no justo valor (Nota 8 e 13)	(5.391)	8.402
Transferências de ativos fixos tangíveis	(3.469)	(82)
Saldo em 31 de dezembro	498.236	522.016

Os rendimentos obtidos com propriedades de investimento decorrentes da existência de contratos de locação operacional ascenderam a 42.773 milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (28.314 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011). As despesas operacionais diretas com propriedades de investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ascenderam a 6.411 milhares de euros (9.982 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011).

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração é periodicamente determinado através de avaliações, efetuadas, na maioria dos casos, por entidades especializadas e independentes e de acordo com metodologias de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, nomeadamente os métodos do rendimento, de comparativos de mercado ou de custo de reposição, dependendo das situações concretas de cada imóvel.

Nos restantes casos, a determinação do valor de mercado é efetuada internamente, com base em critérios similares aos considerados pelos avaliadores externos, atendendo aos fluxos de caixa descontados expectáveis.

Os principais pressupostos e métodos inerentes às avaliações de suporte ao valor de mercado das propriedades de investimento foram os seguintes:

- *Yield* entre 7% e 10%;
- Média do método comparativo e de múltiplos de rendimento;
- Média do método comparativo e do custo.

A IAS 40 – Propriedades de investimento (“IAS 40”) não exige que se determine o justo valor das propriedades de investimento na base de uma valorização por um avaliador independente. Contudo, aproximadamente, 84% do justo valor das propriedades de investimento do Grupo é determinado com base em avaliadores independentes e com qualificação profissional relevante e reconhecida (registados na CMVM) e com experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento valorizadas. Estes avaliadores utilizaram metodologias correntes neste mercado, o qual prevê a utilização do método do rendimento, do custo de reposição ou de comparativos de mercado, consoante as situações concretas de cada imóvel. Tendo em consideração que os ativos se encontram locados, foi utilizado o método do rendimento, tendo igualmente em consideração os restantes métodos para avaliar a razoabilidade dos resultados atingidos por aquele método. Segundo este método, foram utilizados os rendimentos dos atuais contratos nas circunstâncias atuais e, findo o exercício daqueles contratos, a utilização de uma *yield* adaptada a cada um dos imóveis. Para as restantes avaliações realizadas internamente, foram utilizadas *yields* adaptadas em função das indicações dadas por profissionais independentes.

22 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As empresas associadas que, em 31 de Dezembro de 2012, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
ALVORADA PETRÓLEO, S.A.	Rua Major Lopes, 800, 3º andar Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil	43,20%
ALSOMA, GEIE.	3 Av André Malraux Levallois Peret	27,00%
AVIA PORTUGAL - Produtos Petrolíferos, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	21,32%
CONSORCIO MINERO LUSO VARGAS C.A. (CONLUVAR)	Av. La Armada, Edifício Centro Socialista Demivargas, Piso 4 1162 La Guaira - Catia La Mar	49,00%
Limited Liability Company Cement	Khutorskya Str., 70 Odessa	25,48%
CIMPOR MACAU Investment Company, S.A. (a)	Av. da Praia Grande, nº 693, Edifício Tai Wah, 15º andar Macau	13,00%
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	Av. 24 de Julho, 135 Maputo	46,40%
RPK Gulfstream, Ltd. (a)	Tri Ruchja str. 183003, Murmansk	17,47%
SCP AK10 - Empreendimentos e Participações SPE Ltda.	Avenida Alameda Santos, nº 960 - 19º, Edifício CYK, Cerqueira César, São Paulo	25,00%
STELGEST - Gestão Hoteleira, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	45,00%
TEIX.CO, SPA	BP 62B Zone D'Active Dar El Beida Alger	48,78%
TRAVERSOFFER - Industrie et Service Ferroviaire, S.A.R.L.	27, Chemin du Réservoir, hydra, Alger, Algérie	30,00%

(a) Através da sua subsidiária C+P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.

Os investimentos em empresas associadas tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2011	63.230	24.883	88.113
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício (Nota 14)	(4.614)	-	(4.614)
- Efeito em capitais próprios	(4.035)	-	(4.035)
- Dividendos recebidos	(620)	-	(620)
Aumentos	389	-	389
Alienações	(22.432)	(16.716)	(39.148)
Efeito conversão cambial	(1.433)	(726)	(2.159)
Transferências	5.475	11.643	17.118
Outros	3.220	-	3.220
Saldo em 31 de dezembro de 2011	39.180	19.084	58.264

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2012	39.180	19.084	58.264
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício (Nota 14)	7.949	-	7.949
- Efeito em capitais próprios	2.812	-	2.812
- Dividendos recebidos	(7.110)	-	(7.110)
Aumentos	6.009	-	6.009
Alienações	(9.220)	(1.248)	(10.468)
Ajustamentos de conversão cambial	(770)	(792)	(1.562)
Outros	156	(5.341)	(5.185)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	39.006	11.703	50.709

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ocorreu uma operação de cisão da ALVORADA PETRÓLEO, S.A. da qual resultou a ALVOPETRO, S.A., que passou igualmente a ser detida pelo Grupo em 43,2%. Ainda no decurso de 2012, o Grupo alienou a ALVOPETRO, S.A., registando uma mais-valia de 5.634 milhares de euros.

Adicionalmente, o Grupo alienou as ações preferenciais que detinha na "ALVORADA PETRÓLEO, S.A.", registando uma mais-valia de 35 milhares de euros.

O Grupo registou uma perda por imparidade referente à participação detida na "ALVORADA PETRÓLEO, S.A.", com impacto nos resultados financeiros de 5.726 milhares de euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Grupo alienou 34% da sua participada "ARENOR, S.L.", e 4% da "ALVORADA PETRÓLEO, S.A.", registando menos-valias de 11.025 e 239 milhares de euros, respetivamente.

O detalhe dos investimentos em associadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como se segue:

Associadas	2012			2011		
	Partes de capital	Goodwill	Valor da posição financeira	Partes de capital	Goodwill	Valor da posição financeira
Limited Liability Company Cement	16.072	11.643	27.715	10.072	11.643	21.715
Cimpor Macau Investment Company, S.A.	12.113	-	12.113	9.449	-	9.449
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	4.506	-	4.506	4.592	-	4.592
Alvorada Petróleos, S.A.	3.975	-	3.975	12.973	7.374	20.347
RPK Gulfstream Ltd.	837	-	837	809	-	809
TEIX.CO, SPA	541	-	541	942	-	942
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	27	60	87	125	67	192
Outros	935	-	935	218	-	218
	39.006	11.703	50.709	39.180	19.084	58.264

As referidas participações estão relevadas pelo método de equivalência patrimonial que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, teve os seguintes impactos:

Associadas	2012			
	Ganhos e perdas em empresas associadas (Nota 14)	Ajustamentos de partes capital	Dividendos	Total
Alvorada Petróleos, S.A.	8.002	(88)	(6.906)	1.008
Limited Liability Company Cement	(132)	71	-	(61)
Cimpor Macau Investment Company, S.A.	(612)	3.276	-	2.664
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	561	(647)	-	(86)
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	(51)	-	(37)	(88)
TEIX.CO, SPA	(159)	(242)	-	(401)
Outros	340	442	(167)	615
	7.949	2.812	(7.110)	3.651

Associadas	2011			
	Ganhos e perdas em empresas associadas (Nota 14)	Ajustamentos de partes capital	Dividendos	Total
Alvorada Petróleos, S.A.	(601)	(3.820)	(19)	(4.440)
Arenor, S.L.	-	(102)	-	(102)
Cimpor Macau Investment Company, S.A.	(4)	29	-	25
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	(1.348)	86	-	(1.262)
Limited Liability Company Cement	(2.611)	(175)	-	(2.786)
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	192	-	(408)	(216)
Outros	(242)	(53)	(193)	(488)
	(4.614)	(4.035)	(620)	(9.269)

A principal informação financeira a respeito das empresas associadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é a seguinte:

	Ativos totais		Passivos totais		Ativos líquidos totais		Quota parte do Grupo nos ativos líquidos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Alvorada Petróleos, S.A.	11.487	44.910	2.288	14.880	9.199	30.030	3.975	12.973
Cimpor Macau Investment Company, S.A.	235.802	191.222	221.488	187.569	14.314	3.653	12.113	9.449
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	12.343	12.576	2.632	2.678	9.711	9.898	4.506	4.592
Limited Liability Company Cement	27.919	31.249	33.809	37.014	(5.890)	(5.765)	16.072	10.072
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	345	646	237	144	108	502	27	125
TEIX.CO SPA	6.530	7.941	5.425	6.009	1.105	1.932	541	942
Outros	15.993	1.487	14.502	1.595	1.491	(108)	1.772	1.027
	310.419	290.031	280.381	249.889	30.038	40.142	39.006	39.180

	Vendas e prestação de serviços		Resultado líquido do exercício		Quota parte do Grupo nos resultados líquidos do exercício	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Alvorada Petróleos, S.A.	33.204	4.479	18.523	(1.364)	8.002	(601)
Limited Liability Company Cement	11.408	3.242	(268)	(5.328)	(132)	(2.611)
Cimpor Macau Investment Company, S.A. (a)	-	129.766	(8)	(2.187)	(612)	(4)
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	-	-	1.208	(2.904)	561	(1.348)
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	-	764	(204)	767	(51)	192
Outros	12.326	2.216	277	71	181	(242)
	56.938	140.467	19.528	(10.945)	7.949	(4.614)

(a) No exercício de 2012, registou-se em resultados relativos a empresas associadas 610 milhares de euros, relativos aos resultados de 2011, anteriormente estimados.

23 - EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2012, as seguintes entidades participadas foram consolidadas pelo método proporcional, dado que a gestão e controlo das mesmas são exercidos conjuntamente com os outros sócios/acionistas:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
AVIAS - Grupo Ferroviário para a Alta Velocidade, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	14,10%
CAIS DE CRUZEIROS 2ª FASE, ACE	Rua da Tapada da Quinta de Cima Linhó - Sintra	15,00%
CONBATE, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	20,00%
DOURO LITORAL, ACE	Edifício 8, Lagoas Park Porto Salvo	40,00%
D.L.O.E.A.C.E. - Douro Litoral Obras Especiais, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	40,00%
ENGIL/MOTA/TEIXEIRA DUARTE - Requalificações Urbanas, ACE	Av. Fabril do Norte, 1601 Matosinhos	33,33%
FERROVIAL/TEIXEIRA DUARTE - Obras Hidráulicas do Alqueva, ACE	Edifício Central Park - Rua Alexandre Herculano, Nº 3, 2º Linda-a-Velha	50,00%
GMP - Grupo Marítimo Português, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	20,04%
GMP - Grupo Marítimo Português MEK, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	20,04%
GPCC - Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, ACE	Rua Senhora do Porto, 930 Porto	25,00%
GPCIE - Grupo Português de Construção de Infraestruturas da Expo, ACE	Edifício Sagres - Rua Professor Henrique de Barros, nº 4, 2 A Prior Velho	25,00%
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	Estrada da Luz, 90 - 6º E Lisboa	26,80%
METROPAÇO - Trabalhos de Construção da Estação do Metropolitano do Terreiro do Paço, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 2º D Lisboa	33,33%
NOVA ESTAÇÃO, ACE	Av. Frei Miguel Contreiras, nº 54, 7º Lisboa	25,00%
SOMAFEL E OFM - Obras do Metro, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
SOMAFEL/FERROVIAS, ACE	Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 93 - 7º Lisboa	36,00%
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	57,30%
TEIXEIRA DUARTE/OPCA - Fungere - Parcela 1.18 do Parque das Nações em Lisboa - 3ª Fase - Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
TRÊS PONTO DOIS - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 2º C Lisboa	50,00%

Em resultado da consolidação daquelas participadas, pelo método de consolidação proporcional, foram incluídos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os seguintes montantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

	Ativos correntes		Ativos não correntes		Passivos correntes		Passivos não correntes	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
CAIS DOS CRUZEIROS - 2ª Fase, ACE	95	360	-	-	57	11	19	46
CONBATE, ACE	1.098	6.673	1	2	613	5.920	131	-
DOURO LITORAL, ACE	2.528	7.617	6	10	344	6.524	1.937	-
DOURO LITORAL OBRAS ESPECIAIS, ACE	542	4.345	22	27	114	133	80	-
ENGL/MOTA/TEIXEIRA DUARTE - Requalificações Urbanas, ACE	-	33	-	-	-	33	-	-
FERROVIAL / TEIXEIRA DUARTE - Obras Hidráulicas do Alqueva, ACE	113	112	-	-	76	71	144	138
GMP - Grupo Marítimo Português, ACE	1.215	1.370	5	22	1.262	2.233	-	20
GMP - Grupo Marítimo Português MEK, ACE	674	881	-	20	780	1.123	-	12
GPCC - Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, ACE	80	78	-	-	80	78	-	-
GPCIE - Grupo Português de Construção de Infraestruturas da Expo, ACE	1	47	-	-	1	47	-	-
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	105	133	-	-	105	133	-	-
METROPAÇO - Trabalhos de Construção da Estação do Metropolitano do Terreiro do Paço, ACE	-	196	-	-	-	196	-	-
NOVA ESTAÇÃO, ACE	1.181	2.347	4	7	1.221	2.355	-	-
SOMAFEL E OFM - Obras do Metro, ACE	30	44	-	-	30	44	-	-
SOMAFEL/FERROVIAS, ACE	35	147	-	-	15	39	-	-
TEIXEIRA DUARTE/OPCA - Fungere - Parcela 1.18 do Parque das Nações em Lisboa - 3ª Fase - Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE	56	65	-	-	56	65	-	-
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	230	211	-	-	230	211	-	-
TRÊS PONTO DOIS - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	321	489	-	-	187	339	-	-
	8.304	25.148	38	88	5.171	19.555	2.311	216

Em resultado da consolidação daquelas participadas, pelo método de consolidação proporcional, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram incluídos os seguintes montantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

	Proveitos		Custos	
	2012	2011	2012	2011
CAIS DOS CRUZEIROS - 2ª Fase, ACE	26	845	8	542
CONBATE, ACE	11.015	17.987	10.660	17.233
DOURO LITORAL, ACE	5.840	96.512	5.850	95.727
DOURO LITORAL OBRAS ESPECIAIS, ACE	445	8.475	76	4.237
ENGIL/MOTA/TEIXEIRA DUARTE - Requalificações Urbanas, ACE	-	1	-	1
FERROVIAL / TEIXEIRA DUARTE - Obras Hidráulicas do Alqueva, ACE	10	(8)	19	(5)
GMP - Grupo Marítimo Português, ACE	229	122	291	529
GMP - Grupo Marítimo Português MEK, ACE	212	645	305	872
GPCC - Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, ACE	33	4	33	4
GPCIE - Grupo Português de Construção de Infraestruturas da Expo, ACE	2	9	2	9
METROPAÇO - Trabalhos de Construção da Estação do Metropolitano do Terreiro do Paço, ACE	3	21	3	21
NOVA ESTAÇÃO, ACE	1	5.442	35	5.443
SOMAFEL/FERROVIAS, ACE	30	193	24	98
TEIXEIRA DUARTE/OPCA - Fungere - Parcela 1.18 do Parque das Nações em Lisboa - 3ª Fase - Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE	7	3	7	3
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	70	78	70	78
TRÊS PONTO DOIS - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	-	228	16	78
	17.923	130.557	17.399	124.870

Incluído na informação indicada na Nota 41, o Grupo prestou garantias bancárias, seguros de caução e cartas conforto como empreendedor nestes empreendimentos conjuntos no montante de 19.343 milhares de euros em 31 de dezembro de 2012 (36.268 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011).

24 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos na valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda, valorizados pelo respetivo justo valor, foram como se segue:

	2012	2011
(a) Durante o exercício de 2012, em cumprimento de contrato-promessa de compra e venda de ações anteriormente celebrado, o Grupo concretizou a aquisição definitiva de 8.608.842 ações do Banco Comercial Português, S.A. pelo montante global de 3.720 milhares de euros.		
Saldo inicial	70.052	208.220
Aquisições durante o exercício	-	18.112
Diminuição no justo valor	(25.175)	(156.280)
Transferência de adiantamento de investimentos financeiros (a)	3.720	-
Saldo final	48.597	70.052

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Grupo detinha 394.211.281 e 385.602.439 ações do Banco Comercial Português, S.A., respetivamente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda, e os respetivos valores de custo e de mercado, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são como seguem:

	2012		2011	
	V. custo	V. mercado	V. custo	V. mercado
Banco Comercial Português, S.A.	760.114	29.566	756.394	52.442
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	35.958	19.031	35.958	17.610
	796.072	48.597	792.352	70.052

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram recebidos dividendos destes investimentos no montante de 533 milhares de euros e 489 milhares de euros, respetivamente, os quais foram reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício findo naquela data (Nota 14).

25 - OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	Não correntes		Correntes	
	2012	2011	2012	2011
Ativos financeiros disponíveis para venda ao custo a)				
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	5.456	5.456	-	-
COLT Resources Inc.	2.504	-	-	-
AEDL - Auto Estradas do Douro Litoral, S.A.	1.212	1.212	-	-
LONGAPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	1.006	1.006	-	-
AEBT - Vias do Baixo Tejo, S.A.	824	324	-	-
JÚPITER - Indústria Hoteleira, S.A.	784	784	-	-
LONGAVIA, S.A.	670	670	-	-
MTS - Metro Transporte do Sul, S.A.	570	589	-	-
MATADOURO DE MACAU, S.A.R.L.	317	317	-	-
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	300	300	-	-
VSL Sistemas Portugal - Pré-Esforço, Equipamento e Montagens, S.A.	258	258	-	-
ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.	256	256	-	-
CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.R.L.	205	205	-	-
Banco Comercial Português, S.A.	-	3.220	-	-
Outros	184	204	-	-
	14.546	14.801	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda ao justo valor				
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	-	-	8.162	9.670
Banco Comercial Português, S.A.	-	-	2.550	-
Banco Popular Espanhol, S.A.	-	-	176	-
	-	-	10.888	9.670
	14.546	14.801	10.888	9.670

a) Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram recebidos dividendos destes investimentos no montante de 1.925 e 1.600 milhares de euros, respetivamente, os quais foram reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício findo naquela data (Nota 14).

26 - IMPOSTOS DIFERIDOS

Todas as situações que possam vir a afetar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	2012						Saldo final
	Saldo inicial	Constituição		Reversão		Efeito cambial e ajustamentos	
		Resultado líquido (Nota 15)	Capitais próprios (Nota 15)	Resultado líquido (Nota 15)	Capitais próprios (Nota 15)		
Ativos por impostos diferidos:							
Imparidades de inventários	26	51	-	(9)	-	-	68
Imparidades de clientes cobrança duvidosa	71	-	-	(51)	-	-	20
Ativos financeiros disponíveis para venda	81.485	2.753	-	-	-	-	84.238
Prejuízos fiscais reportáveis	17.486	15.624	-	(4.878)	(441)	(5.234)	22.557
Provisão para prejuízos em obras	909	-	-	(274)	-	-	635
Outros	7.023	1.968	884	(4.956)	-	(525)	4.394
	107.000	20.396	884	(10.168)	(441)	(5.759)	111.912
Passivos por impostos diferidos:							
Ganhos tributados em períodos futuros	2.058	218	-	(969)	-	(169)	1.138
Propriedades de investimento	54.765	876	-	(6.403)	-	(406)	48.832
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	6.239	-	-	(222)	-	-	6.017
Outros	2.844	598	-	(1.999)	-	549	1.992
	65.906	1.692	-	(9.593)	-	(26)	57.979

	2011						Saldo final
	Saldo inicial	Constituição		Reversão		Efeito cambial e ajustamentos	
		Resultado líquido (Nota 15)	Capitais próprios (Nota 15)	Resultado líquido (Nota 15)	Capitais próprios (Nota 15)		
Ativos por impostos diferidos:							
Imparidades de inventários	34	8	-	(16)	-	-	26
Imparidades de clientes cobrança duvidosa	90	7	-	(37)	-	11	71
Ativos financeiros disponíveis para venda	62.558	18.927	-	-	-	-	81.485
Prejuízos fiscais reportáveis	34.453	11.941	-	(13.633)	-	(15.275)	17.486
Propriedades de investimento	87	-	-	-	-	(87)	-
Provisão para prejuízos em obras	363	577	-	(30)	-	(1)	909
Outros	14.465	5.711	2.630	(8.498)	(206)	(7.079)	7.023
	112.050	37.171	2.630	(22.214)	(206)	(22.431)	107.000
Passivos por impostos diferidos:							
Ganhos tributados em períodos futuros	6.235	364	-	(4.167)	-	(374)	2.058
Propriedades de investimento	53.533	1.373	-	(563)	-	422	54.765
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	6.537	-	-	(298)	-	-	6.239
Outros	2.246	1.136	-	(352)	-	(186)	2.844
	68.551	2.873	-	(5.380)	-	(138)	65.906

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os mesmos eram reportáveis como se segue:

	2012			2011		
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Gerados em 2006	-	-	2012	40	10	2012
Gerados em 2007	563	155	2013	615	159	2013
Gerados em 2008	1.650	483	2014	4.407	868	2014
Gerados em 2009	5.320	1.376	2015	16.349	3.208	2015
Gerados em 2010	24.034	7.400	2014	40.652	8.283	2014
Gerados em 2011	21.646	5.913	2015	19.027	4.958	2015
Gerados em 2012	31.661	7.230	2017	-	-	-
	84.874	22.557		81.090	17.486	

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os prejuízos e créditos fiscais que por prudência não foram registados como ativos por impostos diferidos, são detalhados como segue:

	2012			2011		
	Prejuízo fiscal	Crédito do imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito do imposto	Data limite de utilização
Gerados em 2006	-	-	2012	2.839	710	2012
Gerados em 2007	3.211	803	2013	3.214	804	2013
Gerados em 2008	3.544	886	2014	3.447	862	2014
Gerados em 2009	3.369	842	2015	3.369	842	2015
Gerados em 2010	2.978	745	2014	3.032	758	2014
Gerados em 2011	3.153	788	2015	3.265	816	2015
Gerados em 2012	2.922	730	2017	-	-	-
	19.177	4.794		19.166	4.792	

Relativamente aos ativos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que se considera provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados, nas perspetivas de geração de resultados tributáveis.

A partir de 1 de janeiro de 2012, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2012, será limitada a 75% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

27 - CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Corrente		Não corrente	
	2012	2011	2012	2011
Cientes:				
Cientes conta corrente	491.521	458.940	58.091	86.275
Cientes títulos a receber	3.035	12.110	-	-
Cientes de cobrança duvidosa	28.092	40.474	-	-
	522.648	511.524	58.091	86.275
Perdas por imparidade	(45.797)	(55.974)	-	-
	476.851	455.550	58.091	86.275
Outros devedores:				
Pessoal	614	1.007	-	-
Outros devedores	65.278	67.111	79	83
	65.892	68.118	79	83
Perdas por imparidade	(1.797)	(3.629)	-	-
	64.095	64.489	79	83

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade de contas a receber, foram os seguintes:

Perdas por imparidade acumuladas a clientes e outros devedores:	
Saldo em 1 de janeiro de 2011	57.054
Ajustamentos de conversão cambial	735
Reforços (Nota 13)	4.873
Reversões (Nota 8)	(2.891)
Regularizações	(168)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	59.603
Saldo em 1 de janeiro de 2012	59.603
Ajustamentos de conversão cambial	(737)
Reforços (Nota 13)	5.921
Reversões (Nota 8)	(6.491)
Regularizações	(10.702)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	47.594

A exposição do Grupo ao risco de crédito (Nota 42) é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os saldos apresentados na Demonstração da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade resultantes de cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber corresponde à melhor estimativa é do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o mesmo se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes e outros devedores.

28 - PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos entre a "TD,S.A." e as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação, que são partes relacionadas, foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as empresas associadas, relacionadas e indivíduos com poder de voto significativo com empresas próprias, estão detalhados abaixo.

Os termos ou condições praticados entre estas relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os principais saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011, podem ser detalhados como se segue:

	Saldos a receber		Saldos a pagar		Empréstimos concedidos		Outras dívidas	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A.	-	-	-	-	819	-	-	-
AEDL - Auto Estradas do Douro Litoral, S.A.	-	-	-	-	1.202	1.202	-	-
ALSOMA, GEIE	-	-	24	24	-	-	-	-
AVIA PORTUGAL, S.A.	-	-	33	-	-	-	-	-
Cimpor Macau Investment Company, S.A.	-	-	-	-	8.536	8.536	-	-
CINTEL - Construção Interceptor Esgotos, S.A.	46	46	-	-	4	4	-	-
Consórcio Minerio Luso Vargas - CONLUVAR	1.968	-	-	-	-	-	(1.665)	-
Consórcio OPSUT 2010	2.184	-	454	-	-	-	-	-
EIA - Ensino de Investigação e Administração, S.A.	-	9	-	-	-	-	(324)	(324)
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	2.213	2.503	3	-	-	-	(247)	(247)
RPK Gulfstream, Ltd.	-	-	-	-	2.473	-	-	-
Limited Liability Company Cement	147	8.674	-	-	16.072	10.072	-	-
Moreira e Cunha, Lda.	8	4	-	-	-	-	(2.132)	-
MTS - Metro Transportes do Sul, S.A.	-	-	-	-	740	740	-	-
Promociones Inmobiliárias 3003, C.A.	55	-	-	-	-	-	(31)	(36)
STELGEST - Gestão Hoteleira, S.A.	23	43	-	-	-	-	(958)	(883)
Tedeven Imobiliária, CA	-	-	-	-	-	-	-	(39)
Teix.co SPA	1.435	1.494	755	532	-	-	(304)	(319)
TRAVERSOFER - Industrie et Service Ferroviaire, SARL	-	6	-	-	-	-	-	-
VSL Sistema de Pré-Esforço - Equipamento de Montagem, S.A.	-	-	1	468	-	-	-	-
	8.079	12.779	1.270	1.024	29.846	20.554	(5.661)	(1.848)

As principais transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 com entidades relacionadas foram como se segue:

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Juros debitados	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A.	-	76	-	-	-	-
AVIA PORTUGAL, S.A.	-	-	27	-	-	-
Consórcio Minerio Luso Vargas - CONLUVAR	1.793	-	-	-	-	-
Consórcio OPSUT 2010	3.456	-	6.287	-	-	-
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	-	-	-	-	-	9
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	55	5	83	-	-	-
Limited Liability Company Cement	104	208	-	-	1.324	835
Moreira e Cunha, Lda.	59	43	-	-	-	-
STELGEST - Gestão Hoteleira, S.A.	118	164	-	-	52	32
Teix.co SPA	-	1.032	218	550	-	-
VSL Sistema de Pré-Esforço - Equipamento de Montagem, S.A.	259	-	275	981	-	-
	5.844	1.528	6.890	1.531	1.376	876

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da TD, S.A., nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram as seguintes:

	2012	2011
Administradores executivos:		
Benefícios de curto prazo	1.078	1.587
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	66	66
Revisor oficial de contas:		
Benefícios de curto prazo	60	60
	1.204	1.713

As remunerações dos membros da alta direção da TD.S.A, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram as seguintes:

	2012	2011
Alta direção:		
Benefícios de curto prazo	7.437	8.091
	7.437	8.091

29 - NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2012	2011
Depósitos à ordem	153.725	261.432
Depósitos a prazo	80.210	24.484
Outras aplicações de tesouraria	2.234	201
Numerário	9.894	5.576
	246.063	291.693

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Fluxos das atividades de investimento

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respeitam à alienação de partes de capital nas seguintes entidades:

	2012	2011
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	13.704	9.462
Banco Comercial Português, S.A.	13.379	1.640
ALVOPEPETRO, S.A.	11.362	-
ARENOR, S.L.	500	15.100
Alvorada Petróleos, S.A.	160	1.760
Limited Liability Company Cement	-	30.419
PARCAUTO - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	973
Outros	401	688
	39.506	60.042

Os pagamentos respeitantes a investimentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respeitam à aquisição de partes de capital nas seguintes entidades:

	2012	2011
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	11.027	12.132
Limited Liability Company Cement	6.000	-
Banco Comercial Português, S.A.	3.592	21.332
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A.	3.147	-
COLT Resources Inc.	2.504	-
EMPA - Serviços de Engenharia, S.A.	-	480
Outros	1.089	290
	27.359	34.234

Os dividendos recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram como se segue:

	2012	2011
Alvorada Petróleos, S.A.	6.906	19
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	861	669
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	562	881
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE, Ltda.	37	408
Outros	1.182	733
	9.548	2.710

30 - OUTROS ATIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os outros ativos correntes e não correntes têm a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2012	2011	2012	2011
Estado e outros entes públicos:				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	24.720	17.960	-	-
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:				
Empresas associadas	3.581	3.327	-	-
Empresas participadas	783	3.985	955	937
Outros acionistas	3.755	210	47	48
	8.119	7.522	1.002	985
Acréscimos de proveitos:				
Juros a receber	671	902	-	-
Valores a faturar (Nota 31)	106.880	92.282	-	-
Outros acréscimos de proveitos	46.032	26.933	-	893
	153.583	120.117	-	893
Custos diferidos:				
Seguros pagos antecipadamente	10.555	2.191	-	-
Juros a pagar	20	33	-	-
Outros custos diferidos	34.247	18.364	714	-
	44.822	20.588	714	-
Outros ativos correntes:				
Adiantamentos a fornecedores	50.113	29.196	-	-
	281.357	195.383	1.716	1.878

31 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os custos e os proveitos reconhecidos relativos a contratos de construção em curso, são como segue:

	2012	2011
Proveitos líquidos:		
Faturação emitida	646.315	595.004
Variação de:		
- Proveitos diferidos - obras (Nota 39)	(43.775)	(4.214)
- Acréscimos de proveitos - obras (Nota 30)	14.598	(4.439)
	617.138	586.351
Custos líquidos:		
Custos faturados	591.147	584.061
Variação de:		
- Provisões para garantias (Nota 36)	(569)	9.843
- Provisões para perdas futuras (Nota 36)	(1.156)	(6.245)
	589.422	587.659
Resultados apurados (Nota 7):	27.716	(1.308)

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as retenções efetuadas por clientes relativas a contratos de construção ascendiam a 1.177 milhares de euros e 300 milhares de euros, respetivamente.

32 - CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2012, o capital subscrito e realizado estava representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euro cada (420.000.000 ações com o valor nominal de 1 euro cada em 31 de dezembro de 2011).

Em 19 de outubro de 2012 o capital social foi reduzido para 210.000.000 euros, através da diminuição do valor nominal das ações, passando a estar representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euros, visando a cobertura de prejuízos acumulados de 181.783 milhares de euros e reforço das reservas livres de 28.217 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2012, a TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detinha, diretamente, 197.950.000 ações representativas do capital da TEIXEIRA DUARTE, S.A., correspondentes a 47,13% do respetivo capital social.

33 - RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de justo valor: A reserva de justo valor resulta da diferença entre o valor de custo e o valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda, ainda não reconhecida na demonstração dos resultados.

Reservas livres: As reservas livres são disponíveis para distribuição.

Reserva de operações de cobertura: Conforme descrito na Nota 2.16 g), a reserva de operações de cobertura reflete a componente efetiva (líquida de efeito fiscal) das variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de *cash-flow*.

34 - INTERESSES NÃO CONTROLADOS

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram os seguintes:

	2012	2011
Saldo inicial	76.579	88.484
Alterações de perímetro	-	(937)
Varição resultante da conversão cambial	(781)	(141)
Dividendos	(491)	(610)
Alienação de participações financeiras	-	4.018
Aquisição de interesses não controlados	(1.303)	3.402
Outras variações de capital próprio das empresas participadas	(2.195)	(636)
Resultado do exercício atribuível aos interesses não controlados	2.054	(17.001)
Saldo final	73.863	76.579

35 - EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os empréstimos obtidos eram como se segue:

	2012	2011
Passivos não correntes:		
Empréstimos bancários a)	211.044	130.047
Papel comercial b)	190.016	472.911
	401.060	602.958
Passivos correntes:		
Empréstimos bancários a)	362.145	458.852
Papel comercial b)	472.760	156.756
	834.905	615.608
	1.235.965	1.218.566

a) Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos bancários internos, os descobertos bancários e as contas correntes caucionadas venciam juros à taxa média anual ponderada de 4,18% (3,63% em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos bancários mais significativos contratados pelo Grupo, correspondem essencialmente a:

- Empréstimo junto do Banco Caixa Geral, contratado em 11 de fevereiro de 2008 no montante atual de 17.820 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 11 de fevereiro de 2016.
- Empréstimo junto da Caixa Banco de Investimento, S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A., contratado em 21 de fevereiro de 2008 no montante atual de 48.522 milhares de euros, cujo reembolso será em 42 prestações semestrais iguais e sucessivas, com termo em 10 de dezembro de 2033.
- Empréstimo junto do Banco BIC, contratado em 20 de outubro de 2008 no montante atual de 4.137 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 27 de novembro de 2014.
- Empréstimo contratado pelo Grupo em 30 de dezembro de 2008 junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., no montante atual de 38.348 milhares de euros, cujo reembolso será em 132 prestações mensais iguais e sucessivas, com termo em 30 de dezembro de 2023.
- Empréstimo junto do Banco Fomento de Angola, contratado em 2 de fevereiro de 2009 no montante atual de 3.553 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 4 de janeiro de 2014.
- Empréstimo junto do Banco Fomento de Angola, contratado em 6 de fevereiro de 2009 no montante atual de 4.263 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 30 de março de 2014.

- Empréstimo junto do Banco Formento de Angola, contratado em 6 de fevereiro de 2009 no montante atual de 2.652 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 30 de setembro de 2014.
- Empréstimo junto do Banco Itáú, contratado em 24 de abril de 2010 no montante atual de 14.093 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 25 de abril de 2013.
- Empréstimo junto do Banco Caixa Geral Totta Angola, contratado em 21 de dezembro 2011, no montante atual de 18.948 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 28 de fevereiro de 2019.
- Empréstimo junto do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., contratado em 29 de dezembro de 2011 no montante atual de 3.732 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 27 de novembro de 2015.
- Empréstimo junto do Banco BPI, contratado em 19 de julho de 2012, no montante atual de 5.298 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 19 de julho de 2015.
- Empréstimo junto do Banco BIC, contratado em 9 de outubro de 2012 no montante atual de 15.140 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 5 de dezembro de 2019.
- Empréstimo junto do Banco BIC, contratado em 9 de outubro de 2012 no montante atual de 33.614 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 13 de dezembro de 2019.
- Empréstimo junto do Banco Privado Atlântico, contratado em 12 de outubro de 2012 no montante atual de 28.219 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 18 de outubro de 2017.
- Empréstimo junto do Banco Popular Portugal, S.A., contratado em 13 de dezembro de 2012, no montante atual de 13.655 milhares de euros, cujo reembolso será em duas prestações de 1.000 milhares de euros em 15 de março e 15 de junho de 2013, sendo o restante capital reembolsado no prazo de 36 meses.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os empréstimos bancários incluem ainda as contas caucionadas no montante de 163.825 e 373.238 milhares de euros, respetivamente.

b) Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo tem negociado os seguintes programas de papel comercial:

- Programa grupado de emissões de papel comercial, por subscrição particular contratado junto do Banco Comercial Português, S.A. em 14 de outubro de 2005, no montante global de 150.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. e a sua associada TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., pelos montantes de 15.000 milhares de euros e 135.000 milhares de euros, respetivamente. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável, em cada uma das utilizações do programa, tendo a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. que participar, no mínimo, com 10% do valor total. Estão contratadas dezasseis emissões semestrais e sucessivas pelo valor nominal total do programa, vencendo juros semestrais e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a seis meses acrescida de um *spread* de 0,875%, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 14 de outubro de 2013.
- Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto dos Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e Banco Espírito Santo, S.A. em 16 de dezembro de 2005 no montante de 100.000 milhares de euros, atualmente de 50.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. e a sua associada TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando a totalidade em utilização pela TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das utilizações. O programa tem uma duração de cinco anos menos um dia, a contar da data de assinatura do contrato. Os prazos de emissões são de 1 a 6 meses e vencem juros antecipadamente à taxa Euribor do período acrescido de um *spread* de 3%, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 20 de agosto de 2013.
- Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 14 de fevereiro de 2006 com o Banco Comercial Português, S.A., no montante global de 50.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. e a sua associada TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., pelos montantes de 5.000 milhares de euros e 45.000 milhares de euros, respetivamente. A participação de cada sociedade em cada programa poderá ser variável em cada uma das utilizações, tendo a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. que participar no mínimo, com 10% do valor total. Estão contratadas dezasseis emissões semestrais e sucessivas pelo valor nominal total do programa, vencendo juros semestrais e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a seis meses acrescida de 0,875% e determinado em função da data de realização do leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 14 de fevereiro de 2014.
- Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto dos Banco Espírito Santo Investimento, S.A. e Banco Espírito Santo, S.A. em 21 de abril de 2008, no montante de 120.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. e a sua associada TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando a totalidade em utilização pela TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. A participação de cada sociedade em cada programa poderá ser variável em cada uma das suas utilizações. O programa tem uma duração de cinco anos menos um dia, a contar da data da assinatura do contrato, os juros vencem-se na data de cada reembolso, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de um *spread* de 3% e determinada em função da data da realização de cada leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 20 de abril de 2013.

- Programa de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Comercial Português, S.A. em 18 de agosto de 2008, no montante de 20.000 milhares de euros. O papel comercial é emitido com prazo de emissão de 1, 3 e 6 meses sendo o prazo do programa de 1 ano, renovável, vencendo juros a uma taxa indexada à Euribor do prazo de emissão, acrescida de 5,75%.
- Programa de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Comercial Português, S.A. em 20 de agosto de 2008, no montante de 25.000 milhares de euros. O papel comercial é emitido com prazo de emissão de 1, 3 e 6 meses sendo o prazo do programa de 1 ano, renovável, vencendo juros a uma taxa indexada à Euribor do prazo de emissão, acrescida de 5,75%.
- Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto dos Banco Espírito Santo Investimento, S.A. e Banco Espíritos Santo, S.A. em 23 de dezembro de 2008 no montante de 100.000 milhares de euros, atualmente de 60.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e a sua associada TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando a totalidade em utilização pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. A participação de cada sociedade em cada programa poderá ser variável em cada uma das suas utilizações. O programa tem uma duração de cinco anos menos um dia, a contar da data da assinatura do contrato, os juros vencem-se na data de cada reembolso, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de um spread de 3% e determinada em função da data da realização de cada leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 22 de dezembro de 2013.
- Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em 7 de julho de 2010, no montante de 70.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e a sua associada TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando a totalidade em utilização pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. A participação de cada sociedade em cada programa poderá ser variável em cada uma das utilizações. O programa foi reduzido para 60.000 milhares de euros em 28 de abril de 2011 e renovado em 11 de maio de 2012 por mais 3 anos a contar de 14 de maio de 2012, estando previstas amortizações parciais de 10.000 milhares de euros em 14 de maio de 2013 e 14 de maio de 2014. Os juros vencem-se antecipadamente na data de cada subscrição, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de 5,25% e determinada em função da data de realização de cada leilão.
- Programa de emissões de papel comercial contratado junto dos Banco Espírito Santo Investimento, S.A. e Banco Espírito Santo, S.A. em 28 de dezembro de 2010, no montante de 34.000 milhares de euros, no qual toma parte a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. O programa tem uma utilização de três anos, a contar da data de assinatura do contrato. Os juros vencem-se antecipadamente na data de cada subscrição, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de 3% e determinada em função da data de realização de cada leilão.
- Programa grupado de emissões de papel comercial, por subscrição particular contratado em 14 de janeiro de 2011 com o Banco Comercial Português, S.A., no montante utilizado de 20.750 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e a sua associada TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., pelos montantes de 18.650 milhares de euros e 2.100 milhares de euros, respetivamente. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das utilizações do programa, tendo a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. que participar, no mínimo, com 10% do valor total. O programa tem uma duração de cinco anos, a contar da data de assinatura do contrato, os juros vencem-se postecipada e semestralmente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor de um a seis meses por leilão competitivo de 7 a 180 dias por colocação direta, acrescidos de 4,375% e determinada em função da data de realização de cada leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 6 de Janeiro de 2016.
- Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 30 de dezembro de 2011, junto do Banco Comercial Português, S.A., no montante global de 43.000 milhares de euros, atualmente de 40.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sendo que nesta data os montantes utilizados por cada uma eram de 250 milhares de euros, 250 milhares de euros e 39.500 milhares de euros, respetivamente. Cada uma das futuras emissões terá obrigatoriamente que ser realizada em conjunto por todas as emitentes e a participação de cada uma não poderá ser inferior a 250 milhares de euros. O programa tem uma utilização de sete anos a contar da data de realização da primeira emissão, estando previstas amortizações no final de cada semestre por valores crescentes compreendidos entre 1.500 e 6.500 milhares de euros. A taxa de juro a aplicar é igual a taxa Euribor para o prazo de cada emissão, em vigor no segundo dia útil anterior ao seu início, acrescida de um *spread* de 4,25%.
- Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 29 de outubro de 2012, junto dos Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e o Banco Espírito Santo, S.A., no montante global de 35.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando a totalidade em utilização pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. O programa tem uma utilização de sete anos a contar da data de realização da primeira emissão, estando previstas amortizações no final de cada semestre por valores crescentes compreendidos entre 1.000 e 2.500 milhares de euros. A taxa de juro a aplicar é igual a taxa Euribor para o prazo de cada emissão, em vigor no segundo dia útil anterior ao seu início, acrescida de um *spread* de 6,50%.

Decorrente do compromisso de renovação sucessiva durante o exercício dos contratos programa, algumas emissões existentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011 encontram-se classificadas como passivo não corrente.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os empréstimos bancários não correntes têm o seguinte plano de reembolso definido:

	2012	2011
2013	-	408.032
2014	114.007	64.511
2015	85.903	14.126
2016	53.896	29.709
2017	30.770	11.459
2018 e seguintes	116.484	75.121
	401.060	602.958

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os financiamentos em moeda externa encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	2012		2011	
	Divisa	Euros	Divisa	Euros
Bolivar Venezuelano	10.000	1.765	-	-
Dirham Marroquino	-	-	1.384	125
Dólar Americano	89.008	67.461	131.897	101.938
Dólar Namibiano	199	18	5	-
Iene Japonês	76.000	669	-	-
Kwanza Angolano	14.062.387	110.862	2.977.010	22.228
Real Brasileiro	78.826	29.156	93.461	38.686

Os empréstimos denominados em moeda externa vencem juros à taxa de mercado e foram convertidos para euros tomando por base a taxa de câmbio existente à data da posição financeira.

36 - PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foi o seguinte:

	Provisões para riscos legais e fiscais	Outras relacionadas com o pessoal	Garantia a clientes (Nota 31)	Processos judiciais	Prejuízos em obras (Nota 31)	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2011	10.254	7.465	12.029	55	10.167	1.842	41.812
Efeito cambial	3	-	(22)	(5)	(489)	14	(499)
Reforço	-	6.362	9.739	145	2.211	3.074	21.531
Reduções	-	-	-	-	(7.971)	(113)	(8.084)
Utilizações	-	(6.657)	(5)	-	-	(147)	(6.809)
Transferências	(10.257)	-	131	-	4	(1.598)	(11.720)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	7.170	21.872	195	3.922	3.072	36.231
Saldo em 1 de janeiro de 2012	-	7.170	21.872	195	3.922	3.072	36.231
Efeito cambial	-	-	(23)	(21)	(113)	-	(157)
Reforço	-	7.788	135	441	1.522	3.773	13.659
Reduções	-	-	(2.078)	(6)	(3.360)	(247)	(5.691)
Utilizações	-	(6.283)	386	-	-	-	(5.897)
Transferências	-	-	1.011	-	795	(1.748)	58
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	8.675	21.303	609	2.766	4.850	38.203

Os reforços e as reduções foram efetuados por contrapartida de:

	2012			2011		
	Reforços	Reduções	Total	Reforços	Reduções	Total
Resultado do exercício:						
Provisões	4.750	(5.478)	(728)	12.253	(7.988)	4.265
Custos com o pessoal	8.391	-	8.391	6.362	-	6.362
Resultados relativos a empresas associadas	310	(136)	174	2.688	-	2.688
Capitais próprios	208	(77)	131	228	(96)	132
	13.659	(5.691)	7.968	21.531	(8.084)	13.447

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, registou-se uma perda por imparidade de 5.833 milhares de euros, referente à participação detida na KARIBIB Portland Cement.

37 - FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2012	2011	2012	2011
Outros credores	19.097	42.399	15.110	20.867
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	187.825	188.267	-	-
Fornecedores de imobilizado	5	5	-	-
	187.830	188.272	-	-

38 - CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor líquido dos bens adquiridos com recurso a locação financeira totalizava:

	2012	2011
Terrenos e recursos naturais	2.693	2.794
Edifícios e outras construções	206.673	218.783
Equipamento básico	22.675	28.505
Equipamento de transporte	2.706	2.056
Ferramentas e utensílios	29	50
Equipamento administrativo	234	612
Outros ativos fixos tangíveis	1.026	1.087
Propriedade industrial	-	62
	236.036	253.949

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira era exigível como se segue:

	2012	2011
2012	-	19.465
2013	22.015	19.981
2014	20.929	17.996
2015	16.639	15.398
2016	14.154	13.110
Após 2016	147.858	149.857
	221.595	235.807

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Grupo tinha contratado uma operação de "*sale and leaseback*" envolvendo parte do empreendimento Lagoas Park, o qual se encontra essencialmente registado como propriedade de investimento (Nota 21). Para garantia da referida operação, foi transferida a propriedade dos lotes 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16 e 23 daquele empreendimento (Nota 41).

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

39 - OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2012	2011	2012	2011
Estado e outros entes públicos:				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	21.617	11.369	-	-
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	4.791	4.410	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	23.696	17.508	-	-
Contribuições para a Segurança Social	3.831	3.850	-	-
Outros	5.557	4.538	-	-
	59.492	41.675	-	-
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:				
Empresas associadas	-	2.023	-	-
Empresas participadas	1.498	2.909	-	-
Outros acionistas	19	29	26	-
	1.517	4.961	26	-
Acréscimos de custos:				
Seguros a liquidar	89	148	-	-
Remunerações a liquidar	20.151	21.843	-	-
Juros a liquidar	3.861	3.954	-	-
Outros custos a pagar	31.288	20.884	-	-
	55.389	46.829	-	-
Proveitos diferidos:				
Trabalhos faturados não executados (Nota 31)	100.307	56.532	-	-
Outros proveitos diferidos	10.603	10.316	1.093	1.458
	110.910	66.848	1.093	1.458
Outros:				
Adiantamentos de clientes	260.165	200.379	161.667	237.363
Adiantamentos por conta de vendas	573	586	26	26
Instrumentos financeiros derivados (Nota 40)	-	-	14.981	12.370
	260.738	200.965	176.674	249.759
	488.046	361.278	177.793	251.217

40 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Grupo tinha contratado um instrumento financeiro derivado destinado a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro, o qual consiste num contrato de *swap* de taxa de juro.

A contratação deste tipo de instrumentos é efetuada tendo em conta os riscos que afetam os ativos e passivos e após a verificação de quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos.

Estas operações, cuja contratação é sujeita a aprovação prévia por parte do Conselho de Administração da respetiva sociedade, são permanentemente monitorizadas, nomeadamente através da análise de diversos indicadores relativos a estes instrumentos, em particular a evolução do seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objetivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

O registo dos instrumentos financeiros derivados é efetuado de acordo com as disposições da IAS 39 sendo mensuradas pelo seu justo valor o qual tem por base avaliações efetuadas por instituições financeiras. O instrumento financeiro derivado existente em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foi avaliado por entidade independente e externa ao Grupo através de metodologias e técnicas adequadas e comumente utilizadas por aqueles peritos para cada um dos tipos de instrumentos contratados pelo Grupo.

Procede-se à qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação, em observância às disposições da IAS 39.

Instrumentos financeiros derivados qualificados como de cobertura

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, encontra-se contratado um *Interest rate swap* de taxa fixa, com maturidade em 1 de Julho de 2033 e que pretende cobrir o risco de volatilidade de taxa de juro do empréstimo contratado junto da Caixa Banco de Investimento, S.A. e da Caixa Geral de Depósitos, S.A. indicado na Nota 35.

O justo valor daquele instrumento em 31 de dezembro de 2012 e 2011 ascendia a 14.981 milhares de euros e 12.370 milhares de euros, respetivamente, desfavoráveis para o Grupo, o qual se encontra reconhecido na rubrica de Outros passivos não correntes (Nota 39).

Tendo em consideração as disposições da IAS 39, aquele instrumento foi contabilizado inicialmente como instrumento financeiro derivado de negociação por não se encontrarem satisfeitos todos os requisitos para a aplicação de contabilidade de cobertura. As variações no justo valor deste instrumento foram registadas até aquela data diretamente nas demonstrações dos resultados dos períodos em que se verificaram.

A partir de 1 de janeiro de 2010, aqueles requisitos foram satisfeitos, sendo o derivado contabilizado de acordo com a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa. Assim, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a parcela efetiva da variação do instrumento de cobertura foi reconhecida em Reserva de operações de cobertura, no montante de 2.453 e 6.690 milhares de euros, líquido de efeito fiscal, respetivamente.

A principal informação subjacente à determinação do justo valor daquele instrumento em 31 de dezembro de 2012, foi a seguinte:

Dias	Eur	Datas	Fact Eur
2	0,08500%	03-01-2013	0,9999929
32	0,10900%	04-02-2013	0,9998960
90	0,18700%	03-04-2013	0,9995256
181	0,32000%	03-07-2013	0,9983866
365	0,54200%	03-01-2014	0,9945277
732	0,37400%	05-01-2015	0,9925407
1096	0,46450%	04-01-2016	0,9861693
1461	0,60600%	03-01-2017	0,9760598
1826	0,76500%	03-01-2018	0,9624178
2191	0,94500%	03-01-2019	0,9446497
2556	1,12500%	03-01-2020	0,9237163
2923	1,29500%	04-01-2021	0,9004962
3287	1,44000%	03-01-2022	0,8767653
3652	1,56500%	03-01-2023	0,8527234
4017	1,69260%	03-01-2024	0,8267228
4383	1,79570%	03-01-2025	0,8017712
4750	1,88380%	05-01-2026	0,7773215
5114	1,95820%	04-01-2027	0,7538072
5478	2,01840%	03-01-2028	0,7315149
5844	2,04902%	03-01-2029	0,7128358
6209	2,07964%	03-01-2030	0,6941097
6574	2,11026%	03-01-2031	0,6753542
6941	2,14088%	05-01-2032	0,6565105
7305	2,17150%	03-01-2033	0,6378244
7670	2,18126%	03-01-2034	0,6226157
8035	2,19102%	03-01-2035	0,6076142
8400	2,20078%	03-01-2036	0,5928197
8768	2,21054%	05-01-2037	0,5781625
9132	2,22030%	04-01-2038	0,5638163
9496	2,22450%	03-01-2039	0,5507733
9861	2,22870%	03-01-2040	0,5379362
10227	2,23290%	03-01-2041	0,5253352
10592	2,23710%	03-01-2042	0,5129668
10959	2,24130%	05-01-2043	0,5007665
11323	2,25010%	04-01-2044	0,4897766
11688	2,25890%	03-01-2045	0,4790289
12053	2,26770%	03-01-2046	0,4684890
12418	2,27650%	03-01-2047	0,4581822
12783	2,28970%	03-01-2048	0,4698744
13148	2,30114%	02-01-2049	0,4813021
13513	2,31082%	02-01-2050	0,4923152
13878	2,31874%	02-01-2051	0,5029676
14243	2,32534%	02-01-2052	0,5198531
14608	2,32930%	01-01-2053	0,5362555

41 - PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Passivos contingentes:

Informa-se que durante o exercício de 2010 e 2011 foram realizadas pela Direção de Serviços de Inspeção Tributária ("DSIT") da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) diversas inspeções à empresa TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações Investimentos Imobiliários, S.A. ("TDGPIL, S.A."), sociedade que é detida indiretamente a 100% pela TD, S.A..

Na sequência de diversas inspeções realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aos elementos contabilísticos da sociedade participada TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. ("TDGPIL, S.A.") dos exercícios de 2007, 2008 e 2009, foram efetuadas as seguintes correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados por esta participada:

Exercício	Prejuízo Fiscal Apurado	Correção da AT
2007	46.632	29.331
2008	50.590	45.938
2009	50.182	24.807

Com exceção do montante de 611 milhares de euros, incluído na correção ao prejuízo fiscal de 2008 (respeitante, segundo a AT, à aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF à distribuição de rendimentos por parte do Fundo Investimento Imobiliário Fechado TDF), as restantes correções resultam, na sua totalidade, da não-aceitação como gasto fiscal, dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações suplementares.

Dado que a "TDGPIL S.A." se encontra tributada em IRC segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (artigo 69.º e seguintes do Código do IRC), as correções aos prejuízos fiscais dos exercícios de 2006, 2007 e 2008 foram objeto de Demonstrações de Liquidação de IRC e juros compensatórios emitidas à sociedade dominante - TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., a qual apresentou impugnações judiciais junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra a sentença relacionada com a correção de idêntica natureza efetuada pela AT ao exercício de 2006, cujo desfecho foi desfavorável às pretensões da Empresa. Na sequência desta sentença, a participada TDGPIL, S.A. procedeu ao registo contabilístico da correção em causa, no montante de 4.709 milhares de euros.

Não obstante o desfecho desfavorável às pretensões da TDGPIL, S.A. e, consequentemente, da sociedade dominante, no âmbito do processo relativo ao exercício de 2006, o Conselho de Administração mantém expectativas de vir a obter um desfecho diferente nos restantes exercícios em fase judicial (2007 e 2008).

Cumprir referir que a Demonstração de Liquidação de IRC e juros compensatórios do exercício de 2008 emitida à TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. (TD-EC) na qualidade de sociedade dominante, compreende, para além das correções *supra* descritas da participada TDGPIL, S.A., uma correção ao lucro tributável apurado, a nível individual da TD-EC.

O montante total de correções ao lucro tributável ascendeu a 35.467 milhares de euros, do qual a TD-EC contestou 32.595 milhares de euros, relacionados com crédito de imposto, regime de reinvestimento de mais-valias fiscais e aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF.

A correção relativa ao exercício de 2009 ainda não foi objeto de qualquer liquidação adicional à sociedade dominante à data do fecho do exercício de 2012.

Cumprir referir que a TDGPIL, S.A. recebeu entretanto o Projeto de Relatório relativo à inspeção realizada ao exercício de 2010, no qual consta uma proposta de correção ao prejuízo fiscal apurado no montante de 6.467 milhares de euros, relativamente à mesma temática que esteve na origem das correções anteriores e *supra* descritas.

Garantias:

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o conjunto de empresas incluídas na consolidação tinha prestado garantias a terceiros, como segue:

	2012	2011
Garantias bancárias prestadas	447.093	550.483
Seguros de caução	564.836	556.336

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

A TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., a EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., a SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A., a OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A., a RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A., GSC - Companhia General de Servicios y Construccion, S.A., a

EMPA - Serviços de Engenharia, S.A., a TEGAVEN – Teixeira Duarte y Asociados, CA e o Consórcio Boyacá - La Guaira, têm seguros de caução prestados como garantia de boa execução de obras e prestação de serviços.

Para garantia de contrato de mútuo celebrado com o Banco Caixa Geral, S.A., no montante 17.820 milhares de euros, outorgado pela GSC - Companhia General de Servicios y Construccion, S.A., a GSC - Companhia General de Servicios y Construccion, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., deram em penhor 2.636.250 e 980.239 ações do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A., respetivamente.

Foi ainda constituída a favor da Caixa Geral de Depósitos, S.A., uma hipoteca sobre o lote 3, sito em Lagoas Park, propriedade da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., para garantia de contrato de mútuo outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. no montante de 38.348 milhares de euros.

Para garantia do contrato de mútuo celebrado com o Banco BPI, S.A., no montante de 5.298 milhares de euros, a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. deu como hipoteca 24 frações do imóvel sito no Campo Grande nº 9 em Lisboa.

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado com o Banco Comercial Português, S.A., no montante atual de 40.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., foi constituída uma hipoteca sobre os imóveis implantados respetivamente nos lotes 6, 18 e 19, sitos em Lagoas Park.

Para garantia do empréstimo no montante atual de 13.695 milhares de euros, celebrado com o Banco Popular Portugal, S.A. em 13 de dezembro de 2012, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos imobiliários S.A., Quinta de Cravel - Imobiliária, S.A. e pela V8 - Gestão Imobiliária, S.A., a V8 - Gestão Imobiliária, S.A. constituiu hipoteca sobre as frações de sua propriedade no prédio urbano sito na Rua de Castro Portugal, números 497 e 511; Rua Professora Rita Lopes Ribeiro Fonseca, números 28,34,40,46,52, 58, 64, 70, 76, 80, 94 e 96; e Rua Doutor Miguel Assunção Lopes, número 15, Lugar e Freguesia de Vila Nova de Gaia e sobre as frações do prédio urbano denominado lote 14, sito na Rua Guilherme Duarte Camarinha, números 30, 38, 42, 48, 54, 62, 70 e 74 e Rua Professora Rita Lopes Ribeiro Fonseca, números 12 e 18, Lugar do Candal, freguesia de Vila Nova de Gaia, pelo valor global de 12.000 milhares de euros.

Além das garantias indicadas anteriormente, foram prestados os seguintes penhores:

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Banco Espírito Santo Investimento, S.A. e Banco Espírito Santo, S.A., no valor de 50.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deram em penhor 336.286.280 e 37.420.992 ações do Banco Comercial Português, S.A., respetivamente, e a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 3.266.034 ações da EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A..

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Banco Espírito Santo Investimento, S.A. e Banco Espírito Santo, S.A., no valor de 120.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deram em penhor 4.277.150 e 16.226.859 ações do Banco Comercial Português, S.A., respetivamente, e a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 9.233.966 ações da EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.. A TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. constituiu uma hipoteca voluntária sobre o prédio urbano de sua propriedade, destinado a armazéns, oficinas, laboratório de materiais e estacionamento de equipamentos, sito na Avenida da Indústria, Alto Estanqueiro - Jardim, Montijo, no montante de 16.428 milhares de euros. A Quinta de Cravel - Imobiliária, S.A., constituiu igualmente uma hipoteca sobre os lotes para a construção números 8, 10, 11, 12, 13, 19, 26 e 31, sitos na Quinta de Cravel, Mafamude, Vila Nova de Gaia, pelo valor global de 5.894 milhares de euros. Na mesma qualidade, a Quinta de Cravel - Imobiliária, S.A. constituiu também uma hipoteca sobre o lote de terreno para construção número 23, sito na Quinta de Cravel, Mafamude, Vila Nova de Gaia, pelo valor global de 944 milhares de euros. A V8 - Gestão Imobiliária, S.A., constituiu uma hipoteca sobre os lotes para a construção números 1, 2, 3, 5, 6, 8, 16, 18, 20 e 30 sitos no Empreendimento Santa Maria Design District, Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, pelo valor global de 30.079 milhares de euros.

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Banco Espírito Santo Investimento, S.A. e Banco Espírito Santo, S.A., no valor de 60.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. deu em penhor 1.325.000 Unidades de Participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF e a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 104.000.000 ações da C+PA. - Cimentos e Produtos Associados, S.A..

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., no valor de 70.000 milhares de euros, atualmente de 60.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. deu em penhor 4.675.000 unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF.

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e Banco Espírito Santo, S.A., no valor de 34.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 500.000 ações da TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A..

Para reforço das garantias prestadas no âmbito de contrato de locação financeira celebrado em 31 de dezembro de 2008 com o Banco Comercial Português, S.A. a TEDAL -

Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 9.000.000 ações da SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A..

Para garantia de dívidas a terceiros, no valor de 3.147 milhares de euros, a IMOTD - SGPS, S.A., deu em penhor 24.000 ações da V8, S.A..

Para garantia do contrato de financiamento outorgado pela TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A. no montante atual de 48.522 milhares de euros, a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. deu em penhor à Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Caixa Banco de Investimentos, S.A., 1.540.000 ações da TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.. No âmbito do mesmo contrato de financiamento a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de acionista, constituiu penhor dos direitos de crédito sobre a TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A..

Compromissos financeiros:

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as cartas de conforto prestadas pela TEIXEIRA DUARTE, S.A. e as suas subsidiárias ascendiam a 482.274 e 478.511 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estavam vigentes contratos de *factoring* sem direito de regresso, os quais foram registados como redução de contas a receber, no montante de 118.876 e 122.784 milhares de euros, respetivamente. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade do Grupo restringe-se essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das faturas objeto de *factoring*.

Outros:

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existiam inventários dados como penhor de garantia a passivos.

42 - GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios gerais:

O Grupo encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- riscos de taxa de juro decorrentes do passivo financeiro;
- risco de taxa de câmbio resultante, fundamentalmente, da existência de operações e ativos localizados fora da zona Euro, designadamente Angola, Argélia, Brasil, Macau, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Rússia e Venezuela;
- risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional do Grupo;
- risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira do Grupo assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte do Grupo. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2012, o passivo financeiro é composto por 85% de taxa de juro variável (92% em 31 de dezembro de 2011) e 15% de taxa de juro fixa (8% em 31 de dezembro de 2011).

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1% durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os resultados financeiros daqueles exercícios teriam (diminuído) aumentado em (8.339) / 8.339 milhares de euros e (12.585) / 12.585 milhares de euros, respetivamente.

Risco cambial

As atividades operacionais do Grupo estão expostas a variações das taxas de câmbio do Euro face a outras moedas.

Acresce que, tendo em consideração os diversos países onde o Grupo desenvolve a sua atividade, a sua exposição ao risco de taxa de câmbio decorre do facto das suas subsidiárias relatarem os ativos e passivos denominados em moeda diferente da moeda de relato, designadamente, Angola, Argélia, Brasil, Macau, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Rússia e Venezuela.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pelo Grupo tem como objetivo diminuir a sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, convertidos para euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são como segue:

Moeda	Ativos		Passivos	
	2012	2011	2012	2011
Bolivar Venezuelano	1.153	-	39.566	2.385
Dinar Argelino	25.779	31.208	71.790	66.081
Dirham Marroquino	-	-	2.752	3.404
Dinar Tunisino	-	-	115	113
Dólar Americano	288.980	263.717	324.458	388.721
Dólar Australiano	-	-	155	-
Dólar Namibiano	-	-	1.664	865
Iene Japonês	3.402	10.899	88	13.878
Libra Esterlina	6	3	-	3
Metical Moçambicano	28.751	349	27.608	630
Pataca Macaense	-	112	145	-
Rand Africa Sul	-	34	-	25
Real Brasileiro	-	5.776	17.012	6.448
Rublo Russo	-	-	3.460	258
	348.071	312.098	488.813	482.811

A gestão do risco cambial assenta numa permanente quantificação e monitorização das exposições financeira e contabilística relevante.

Os eventuais impactos gerados na rubrica de Ajustamentos de conversão cambial em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e no resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, caso ocorresse uma apreciação de 5% das moedas acima referidas, podem ser resumidos como se segue:

Moeda	2012		2011	
	Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio
Bolivar Venezuelano	(1.921)	-	(119)	-
Dinar Argelino	(2.301)	-	(1.744)	-
Dirham Marroquino	(138)	-	(170)	-
Dinar Tunisino	(6)	-	(6)	-
Dólar Americano	(1.774)	-	(6.250)	-
Dólar Australiano	(8)	-	-	-
Dólar Namibiano	(83)	-	(43)	-
Iene Japonês	166	-	(149)	-
Metical Moçambicano	57	-	(14)	-
Pataca Macaense	(7)	-	6	-
Real Brasileiro	(851)	-	(34)	-
Rublo Russo	(173)	-	(13)	-
	(7.037)	-	(8.536)	-

No entender do Conselho de Administração a análise de sensibilidade acima exposta, tendo por base a posição nas datas indicadas, pode não ser representativa da exposição ao risco de câmbio a que o Grupo se encontra sujeita ao longo do exercício.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional do Grupo. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes do Grupo para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados do Grupo.

Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios do Grupo com o objetivo de:

- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.
- as perdas por imparidade em contas a receber, são calculadas considerando:
 - a análise da antiguidade das contas a receber;
 - o perfil de risco do cliente;
 - as condições financeiras dos clientes.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade em contas a receber estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as contas a receber de clientes (Nota 27) para as quais não foram registadas perdas por imparidade, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são as seguintes:

	2012	2011
Saldos		
Não vencido	200.126	217.735
Até 180 dias	165.313	134.731
De 180 a 360 dias	40.184	45.902
Mais de 360 dias	129.319	143.457
	534.942	541.825

A qualidade de crédito das contas a receber não vencidas incluídas no quadro acima, é monitorizada numa base regular com base nos objetivos acima descritos.

Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, o Grupo procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é conforme segue:

	2012				Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos	834.905	114.007	85.903	201.150	1.235.965
Fornecedores	187.825	-	-	-	187.825
Fornecedores de imobilizado	5	-	-	-	5
Locações financeiras	22.015	20.929	16.639	162.012	221.595
Outros credores	19.097	2.997	1.644	10.469	34.207
Outros passivos	488.046	126.058	51.709	26	665.839
	1.551.893	263.991	155.895	373.657	2.345.436

	2011				Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos	615.608	408.032	64.511	130.415	1.218.566
Fornecedores	188.267	-	-	-	188.267
Fornecedores de imobilizado	5	-	-	-	5
Locações financeiras	19.465	19.981	17.996	178.365	235.807
Outros credores	42.399	3.090	3.117	14.660	63.266
Outros passivos	361.278	155.835	65.190	30.192	612.495
Total	1.227.022	586.938	150.814	353.632	2.318.406

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor de disponibilidades de caixa e o valor não utilizado do programa de papel comercial e linhas de crédito ascendia a 365.779 milhares de euros e 409.634 milhares de euros, respetivamente.

43 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DA IAS 39

As políticas contabilísticas previstas na IAS 39 para os instrumentos financeiros foram aplicadas aos seguintes itens:

	2012					Total
	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Ativos / passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	Instrumentos derivados de cobertura	
Ativos:						
Caixa e equivalentes a caixa	246.063	-	-	-	-	246.063
Clientes	534.942	-	-	-	-	534.942
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	48.597	-	-	-	48.597
Outros investimentos	-	14.546	-	10.888	-	25.434
Outros devedores	64.174	-	-	-	-	64.174
Outros ativos	212.817	-	-	-	-	212.817
Total de ativos financeiros	1.057.996	63.143	-	10.888	-	1.132.027
Passivos:						
Empréstimos	-	-	1.235.965	-	-	1.235.965
Fornecedores	-	-	187.830	-	-	187.830
Outros credores	-	-	34.207	-	-	34.207
Outros passivos	-	-	479.363	-	14.981	494.344
Locações financeiras	-	-	221.595	-	-	221.595
Total de passivos financeiros	-	-	2.158.960	-	14.981	2.173.941

	2011					Total
	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Ativos / passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	Instrumentos derivados de cobertura	
Ativos:						
Caixa e equivalentes a caixa	291.693	-	-	-	-	291.693
Clientes	541.825	-	-	-	-	541.825
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	70.052	-	-	-	70.052
Outros investimentos	-	14.801	-	9.670	-	24.471
Outros devedores	64.572	-	-	-	-	64.572
Outros ativos	158.713	-	-	-	-	158.713
Total de ativos financeiros	1.056.803	84.853	-	9.670	-	1.151.326
Passivos:						
Empréstimos	-	-	1.218.566	-	-	1.218.566
Fornecedores	-	-	188.272	-	-	188.272
Outros credores	-	-	63.266	-	-	63.266
Outros passivos	-	-	490.144	-	12.370	502.514
Locações financeiras	-	-	235.807	-	-	235.807
Total de passivos financeiros	-	-	2.196.055	-	12.370	2.208.425

44 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2013, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, pela Assembleia Geral de Acionistas, cuja reunião está prevista realizar-se no próximo dia 25 de maio de 2013.

45 - HONORÁRIOS E SERVIÇO DOS AUDITORES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os honorários por serviços prestados pelos auditores do Grupo foram os seguintes:

	2012	2011
Serviços de Revisão Legal de Contas	445	478
Outros serviços de garantia e fiabilidade	17	-
Serviços de consultoria fiscal	73	-
Outros serviços	3	7
	538	485

46 - EVENTOS SUBSEQUENTES

A TEIXEIRA DUARTE, S.A. prosseguiu a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atua, não tendo existido, desde o encerramento do exercício até à data, qualquer facto que se justifique enquadrar neste ponto.

Relatórios, Pareceres e Certificações dos Órgãos de Fiscalização **2012**



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

Nos termos previstos na alínea g) do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos o nosso relatório sobre as ações de fiscalização, o nosso parecer sobre o relatório e contas, individuais e consolidadas, da TEIXEIRA DUARTE, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e ainda sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração. O presente documento integra, ainda, a declaração de responsabilidade a que se refere a alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários.

No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhamos as atividades do Grupo, designadamente através da participação regular do presidente do Conselho Fiscal nas reuniões mensais do Conselho de Administração e de outras reuniões e contactos com a Administração, quadros e outros responsáveis do Grupo e, ainda, com os Revisores Oficiais de Contas. Este Conselho promoveu, ainda, a realização de reuniões periódicas em que se procedeu:

- à fiscalização da administração da Sociedade e à verificação do cumprimento da lei e do contrato social;
- ao acompanhamento da gestão das empresas do Grupo;
- à análise dos documentos de prestação de contas, das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados pela Sociedade, por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

No âmbito das competências que nos são legalmente conferidas, verificámos que:

- o relatório de gestão contém uma exposição clara dos aspetos mais significativos da evolução dos negócios, do desempenho e da situação patrimonial da Sociedade e do Grupo;
- as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e respetivos anexos proporcionam uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Sociedade e do Grupo TEIXEIRA DUARTE, respetivamente.

Nestes termos, tendo em consideração as informações que nos foram facultadas pelo Conselho de Administração e pelos Serviços da Sociedade e, ainda, as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria emitido pelo auditor registado na CMVM, somos de parecer que:

1. seja aprovado o Relatório de Gestão;
2. sejam aprovadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2012;
3. seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Declaram, ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo o referido relatório uma descrição dos principais riscos e incertezas do negócio.

Lisboa, 30 de abril de 2013

António Gonçalves Monteiro – Presidente

Mateus Moreira – Vogal

Miguel Carmo Pereira Coutinho – Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA (*Contas individuais*)

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, da TEIXEIRA DUARTE, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de dezembro de 2012, (que evidencia um total de 387.546 milhares de euros e um total de capital próprio de 356.339 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 20.478 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da TEIXEIRA DUARTE, S.A. em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Linda-a-Pastora, 30 de abril de 2013

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS – SROC

Representada por:

António Francisco Escarameia Mariquito - ROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, da TEIXEIRA DUARTE, S.A., as quais compreendem: a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2012, (que evidencia um total de 2.767.486 milhares de euros e um total de capital próprio de 325.868 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível a detentores de capital de 24.003 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada dos rendimentos integrais, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas

- constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da TEIXEIRA DUARTE, S.A. em 31 de dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

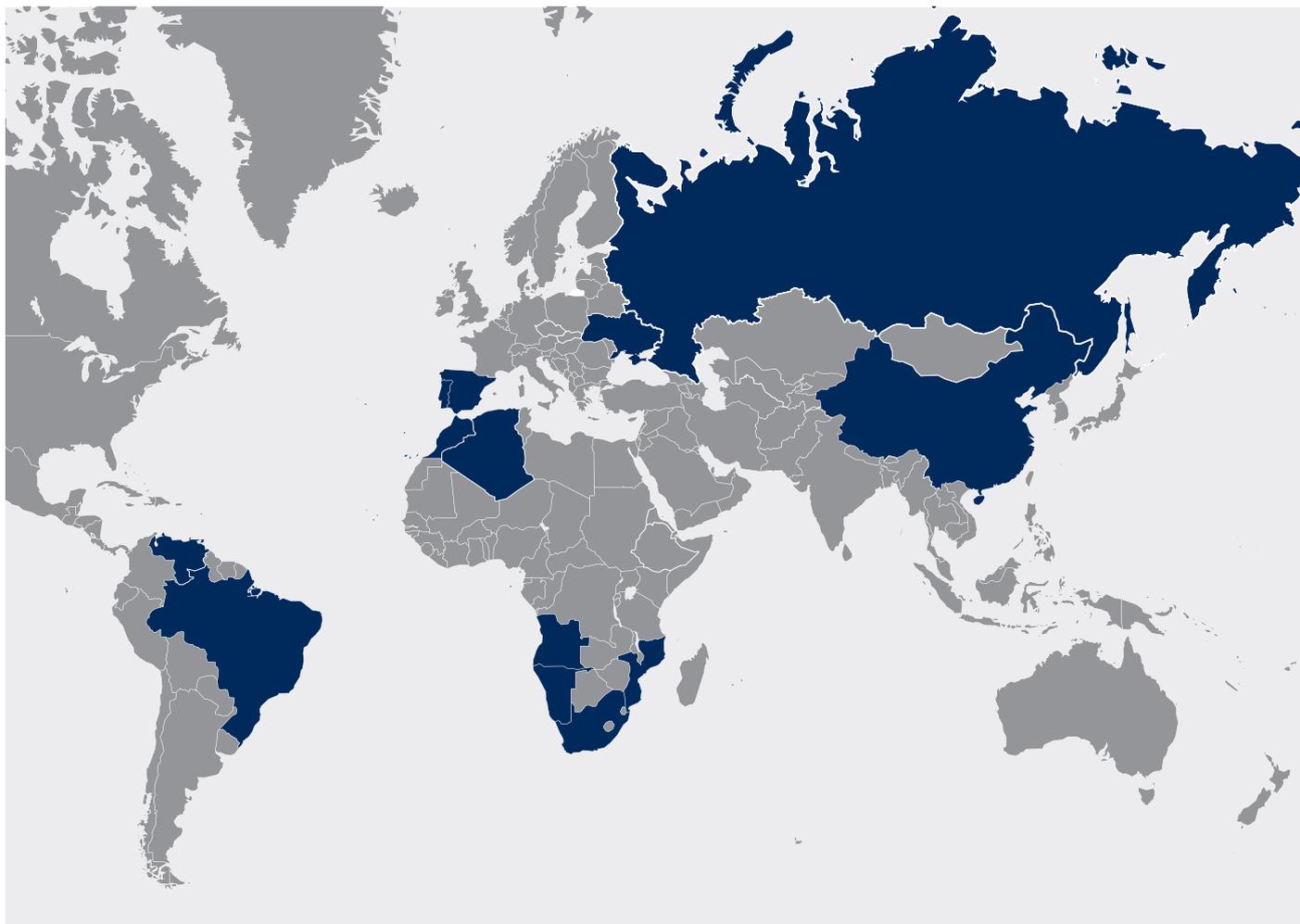
8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Linda-a-Pastora, 30 de abril de 2013

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS – SROC

Representada por:

António Francisco Escarameia Mariquito - ROC



Sede

Lagoas Park, Edifício 2
2740-265 Porto Salvo - PORTUGAL
Tel.: (+351) 217 912 300
Fax: (+351) 217 941 120/21/26

Polo Operacional Teixeira Duarte

Av. da Indústria, 540
2870-635 Alto do Estanqueiro-Jardia - PORTUGAL
Tel.: (+351) 219 948 000 / 210 096 800
Fax: (+351) 219 554 536 / 210 096 888

Escritórios

• Açores

Rua de São Gonçalo, 203-2º Esq.
9500-343 Ponta Delgada
Tel.: (+351) 296 288 095
Fax: (+351) 296 288 098

• Coimbra

Av. Fernão de Magalhães, 584-2º E
3000-174 Coimbra
Tel.: (+351) 239 855 320
Fax: (+351) 239 855 329

• Madeira

Rua das Pretas, 4 - 2º Dto.
9000-049 Funchal
Tel.: (+351) 291 206 930
Fax: (+351) 291 225 331

• Vila Nova de Gaia

Edifício Tower Plaza
Rotunda Engº Edgar Cardoso, nº 23-Piso 8
4400-676 Vila Nova de Gaia
Tel.: (+351) 226 166 180
Fax: (+351) 226 104 297

• África do Sul

GLOBAL NET DISTRIBUTORS (PTY) LTD.
2nd Floor, West Tower - Nelson Mandela Square
Maude Street - Sandton
2196 - Johannesburg
PO Box 785553, Sandton, 2146
Tel.: (+27) 11 881 5963
Fax: (+27) 11 881 5611

• Angola

Alameda Manuel Van Dunen 316 / 320 - A
Caixa Postal 2857 - Luanda
Tel.: (+244) 222 641 500 / 222 641 501
Fax: (+244) 222 641 560

• Argélia

Parc Miremont - Rue A, Nº 136 Bouzareah
16000 Alger
Tel.: (+213) 219 362 83
Fax: (+213) 219 365 66

• Brasil

Rua Iguatemi, 448 - 14º Andar, Conj. 1401
CEP 01451 - 010 - Itaim Bibi
São Paulo
Tel.: (+55) 112 144 57 00
Fax: (+55) 112 144 57 04

EMPA, S/A

Rua Major Lopes, 800
Bairro de S. Pedro
CEP 30330-050
Belo Horizonte - MG
Tel.: (+55) 313 311 4788
Fax: (+55) 313 221 4256

• Cabo Verde

Caixa Postal 98
1310 Porto Novo-Santo Antão
Tel.: (+238) 222 2943

• China (Macau)

Rua de Xangai, nº 175
Edifício Assoc. Com. de Macau, 10º A/E
Macau
Tel.: (+853) 28 780 288
Fax: (+853) 28 780 188

• Espanha

Avenida Alberto Alcocer, nº 24 - 7º C
28036 Madrid
Tel.: (+34) 915 550 903
Fax: (+34) 915 972 834

• Marrocos

Espace Porte d'Anfa, 2^{ème} Étage,
Batiment B, 218+C19
Angle Boulevard Moulay Rachid
et Rue El Mansour
20050 Casablanca
Tel.: (+212) 223 62 890
Fax: (+212) 223 62 647

• Moçambique

Av. Julyus Nyerere, 130 - R/C
Maputo
Tel.: (+258) 214 914 01
Fax: (+258) 214 914 00

• Namíbia

KARIBIB Portland Cement, PTYC
12th Floor, Sanlam Center
145 - 157 Independence Avenue
PO Box 2558 - Windhoek
Tel.: (+264) 612 202 85
Fax: (+264) 612 204 28

• Rússia

MMK "Cement"
183003 Murmansk
Tri Rutchia Street
Tel.: (+7) 815 248 8240
Fax: (+7) 815 248 8509

• Ucrânia

CEMENT, Ltd.
Khutorskaya str. 70
65055 Odessa
Tel.: (+380) 487 380 972
Fax: (+380) 487 380 964

• Venezuela

Tegaven - Teixeira Duarte y Asociados, CA
Av. Venezuela del Rosal, con Calle Mohedano,
Torre JWM, frente al BOD, piso 5, El Rosal
1060 Caracas
Tel.: (+58) 212 951 2012
Fax: (+58) 212 953 7409

